GISSELE CHAPANSKI

UMA TRADUÇÃO DA *TÉKHNĒ GRAMMATIKḖ*, DE DIONÍSIO TRÁCIO, PARA O PORTUGUÊS

CURITIBA
2003

GISSELE CHAPANSKI

UMA TRADUÇÃO DA *TÉKHNĒ GRAMMATIKḖ*, DE DIONÍSIO TRÁCIO, PARA O PORTUGUÊS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos, pela Universidade Federal do Paraná
Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

CURITIBA
2003

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

PARECER

Defesa de dissertação da mestranda GISSELE CHAPANSKI para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados José Borges Neto, Rodolfo Ilari e Carlos Alberto Faraco argüiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

"UMA TRADUÇÃO DA TÉKHNE GRAMMATIKÉ DE DIONÍSIO TRÁCIO PARA O PORTUGUÊS"

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
José Borges Neto	[signature]	A
Rodolfo Ilari	[signature]	A
Carlos Alberto Faraco	Carlos A. Faraco	A

Curitiba, 26 de junho de 2003.

Marilene Weinhardt
Prof.ª Marilene Weinhardt
Coordenadora

DEDICO

Às minhas avós, Maria e Zenir, mestras primeiras de alegrias definitivas,

e

a todos os professores, colegas e amigos, que, de 1983 a 1992, foram, para mim e comigo, o Colégio Madalena Sofia

– porque qualquer odisséia é nada sem ítaca.

AGRADEÇO*

Ao Sérgio Augusto Kalil,
que tornou possíveis uns dias, que tornou felizes outros tantos,
por ter feito, muitas vezes, dos meus interesses os seus mais prementes.

e

a minha mãe, Tania, que me ensinou;
a meu pai, Arnaldo, que me atendeu;
a Odete Pereira da Silva Menon, primeira orientadora na minha trajetória acadêmica, por tê-lo sido, e tão notavelmente;
a Márcio Renato Guimarães pela clareza das idéias que compartilha, pelo franco empenho em ajudar, que, de tão grande, eu nem soube ou pude aproveitar;
a Alessandro Rolim de Moura, por sua leitura da tradução e úteis sugestões, pelos livros que me emprestou, pela atenção que devotou a todas as minhas questões ;
a Rafael Benthien, que, com amizade e desprendimento, cedeu-me livros a ele tão caros;
a Théo de Borba Moosburger, pelo auxílio computadorístico, pela absoluta solicitude;
a Ignácio Dotto Neto, por ter me emprestado, mais de uma vez, seu potencial de pesquisa, pelas pertinentes sugestões;
ao sobrinho do Ignácio, de quem conheci a gentileza, mas não o nome;
a Tereza Wachovicz, Solange e Zenaide, que empenharam tempo de suas viagens e boa vontade na localização, nem sempre, ou quase nunca, fácil, de materiais imprescindíveis à realização desse trabalho,

* Todos aqueles a quem agradeço aqui são co-responsáveis apenas pelas melhores partes deste trabalho. Possíveis equívocos ou insuficiências de qualquer ordem são de minha interia e exclusiva responsabilidade.

à professora Cristina Altman pelos interesse e incentivo, pelo empenho imediato e sincero em ajudar, pelos contactos que ajudou a fazer;
aos professores Carlos Alberto Faraco e Rodolfo Ilari, que participaram da banca de qualificação desta dissertação, pelas opiniões e importantes sugestões;
ao professor Mercer, que soube entusiasmar, e empenhou seu tempo, sua boa vontade, suas idéias neste trabalho, muito além do efetivamente merecido;
a José Borges Neto, pela infinita paciência, pela lúcida e precisa orientação, pela confiança, pela coragem, tão rara, de ir por outros caminhos;

à CAPES, pelo auxílio financeiro;

a todas as demais pessoas que colaboraram da algum modo com a realização desse trabalho;

aos deuses;
a Deus.

SUMÁRIO

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre as condições de surgimento da disciplina gramatical no Ocidente. Trata-se, fundamentalmente, de uma tradução anotada, para o português brasileiro, da gramática grega admitida como a primeira da tradição ocidental – a *Tékhne Grammatiké* atribuída a Dionísio Trácio (*circa* II a.C.). A origem desse texto, suas transmissão e história são apresentadas no primeiro capítulo, que traz ainda dados genéricos sobre o conceito de gramática e a figura do gramático na Antiguidade. A segunda parte da dissertação consiste na própria tradução anotada do texto da *Tékhne*. As notas aí contidas justificam escolhas lexicais da tradutora e explicam trechos obscuros do original ou detalhes relativos à fixação do texto grego. O último capítulo da dissertação é constituído por comentários às seções do manual de Dionísio. Neles, verifica-se uma análise da visão do fenômeno lingüístico manifesta na gramática dionisiana. Através de comparações estabelecidas entre o pensamento de filósofos e filólogos alexandrinos e clássicos e os conteúdos dessa obra, esses comentários acompanham a circulação de algumas idéias lingüísticas na Antiguidade. Assim, viabilizam a compreensão dos mecanismos de formação e fixação dos conteúdos da gramática alexandrina e possibilitam a análise do circuito de influências dela em toda tradição posterior de estudos lingüísticos. Juntas, as três seções deste trabalho procuram fornecer um panorama do contexto de formação de elementos e métodos que, direta ou indiretamente, permanecerão no cerne do pensamento meta e epilingüístico, ao longo da História, até os dias atuais. Nesse sentido, são, mais especificamente, observadas a constituição da Gramática como Disciplina e do manual de gramática como gênero da produção escrita.

PALAVRAS-CHAVE:
1) História da Lingüística; 2) Gramática; 3) Dionísio Trácio

0 INTRODUÇÃO

A primeira parte deste trabalho está voltada à análise da situação da *Tékhnē Grammatikê,* de Dionísio Trácio, no contexto dos estudos gramaticais da Antiguidade. Surgem aí, brevemente abordados, alguns dados fundamentais relativos às construção e transmissão do texto desse manual de gramática. À exposição desses conteúdos contextualizadores, segue-se a tradução da obra. É a segunda parte do trabalho, que apresenta e explora os elementos diretamente envolvidos no processo tradutório: desde as considerações metodológicas e teóricas da tradução até notas que justificam escolhas e orientam leituras do texto traduzido, passando pelo texto em grego[1] e pela tradução em si, é claro. Quanto às notas de tradução contidas nessa segunda parte do trabalho, vale observar que elas se prestam, num primeiro momento, a elucidar ou justificar o processo tradutório, e acabam, eventualmente, por tocar em outros aspectos do texto – como questões filológicas, por exemplo – apenas na medida em que esses se mostram decisivos para o formato final da tradução.

Ao longo do texto traduzido da *Tékhnē* e das notas relativas a ele, o leitor Tal opção visou a evitar, no caso dos leitores não habituados à escrita helênica, a recorrência exaustiva a uma tabela de pronúncia – coisa que aconteceria se se mantivesse o uso do alfabeto grego. Além disso, a idéia foi tornar a leitura de alguns termos do original tão automática quanto possível ao leitor da tradução, uma vez que, em diversos momentos do texto, a apreensão do conteúdo sonoro de palavras empregadas por Dionísio em suas considerações será de extrema importância.

No corpo da tradução propriamente dito, o leitor poderá também observar termos entre parênteses, contidos geralmente nas exemplificações. Embora nem sempre fundamentais ao entendimento do texto, esses esclarecimentos bilíngües procuram atender a curiosidade do leitor, trazendo, por exemplo, o significado para termos gregos, mesmo quando o contexto fônico é o único que realmente interessa à compreensão do pensamento lingüístico manifesto na *Tékhnē*.

A terceira parte do trabalho consiste nos comentários aos capítulos da *T.* De natureza bastante heterogênea, tais comentários abordam questões filológicas relativas à formação do texto, reconstroem o contexto de formação de algumas idéias

---

[1] Texto da edição de G. Uhlig,(G.G.I), extraído do *Thesaurus Linguae Graecae.*

lingüísticas, ou mesmo discutem o formato da obra de DT. A distribuição desses temas ao longo das seções e capítulos não foi padronizada, e funciona de acordo com os dados surgidos em cada capítulo da *T.* , com o que se julgou mais destacável em cada uma deles.

O capítulo 1 da *Tékhne* , por exemplo, suscita, ao longo da história, na fortuna crítica de DT, mais comentários que o restante dos capítulos somados. Não é exatamente o que ocorre aqui, mas, no presente trabalho, pode-se perceber um investimento franco no detalhamento das questões surgidas ao longo do capítulo nos comentários. Isso se deve ao fato de o capítulo que define gramática e suas funções, ou partes, por si será capaz de fornecer inúmeros dados basilares, essenciais à concepção da disciplina gramatical em seu momento de formação. Esse capítulo localiza as raízes da gramática primeva num ambiente peculiar de estudo de questões lingüísticas e literárias, que, se explicado a contento – e é o que se tenta fazer ao longo dos comentários – e entendido em seus detalhes, acaba por justificar a presença de alguns assuntos e estruturas no manual de gramática.

De modo geral, nessa terceira parte, privilegiou-se a história dos conceitos lingüísticos. Foram investigadas a gênese e a vigência de tais conceitos, assim como sua utilização, em momentos anteriores ao advento da disciplina gramatical. A comparação entre as abordagens de idéias lingüísticas presentes em DT, as elaboradas por outros gramáticos e filósofos antigos e os expedientes da Lingüística posterior a eles foi, no entanto, evitada ao máximo. A idéia é, antes de tudo, fornecer ao leitor deste trabalho o máximo de subsídios históricos e exegéticos dos conteúdos da *Tékhnē,* uma vez que, entendendo os conceitos em sua gênese, poderá realizar, ele mesmo, a serviço de seus interesse e orientação teórica, as pontes e comparações que julgar convenientes.

Outro ponto em que se investiu francamente ao longo da terceira parte do trabalho foi a explicação de dado estruturais que caracterizaram o gênero “manual de gramática” desde suas primeiras manifestações. Diversos pontos do texto acabam se encerrando numa perspectiva mais historicista do que propriamente lingüística. Trata-se, contudo, de uma postura necessária para que se possa compreender as idéias em seu lugar, e evitar, dentro do possível, submeter o texto de DT ao remodelamento imposto aos textos antigos pela leitura realizada através do filtro dos conceitos e expectativas da atualidade.

1 O QUE É A TEKHNE GRAMATIKÉ? GRAMÁTICA E GRAMÁTICA TÉCNICA

O que geralmente se entende por gramática alexandrina é um conjunto de expedientes doutrinários aplicados na análise, na fixação e na edição de textos literários clássicos. O trabalho dessa gramática é fundamentalmente o de crítica textual e é a partir dele que a disciplina chega a desenvolver alguns mecanismos de abordagem do fenômeno lingüístico – através do texto literário e, a princípio, para se aplicar ao estudo desse texto. Essa é a ciência das letras, *grammatiké*, praticada pelos primeiros bibliotecários de Alexandria, dentre os quais se encontrava o suposto mestre de Dionísio Trácio, Aristarco. Aquele que se empenhava na prática dessa ciência era denominado *grammatikós*, ou mesmo *krítikós*, porque se devotava a fazer a crítica (o julgamento) textual.

Essa prática diferia da do *grammatistés* (o professor das primeiras letras) em tudo – ou em quase tudo. O ponto de contacto entre essa prática gramatical elevada e acadêmica ao extremo, empenhada no trabalho com o cânone, e a experiência didática do professor de gramática elementar está naquilo que se poderia chamar de gramática técnica.

Essa terceira modalidade de trabalho gramatical consiste fundamentalmente na disposição sistemática de conhecimentos lingüísticos, de modo sucinto, em pequenos manuais. Trata-se das *tékhnai grammatikaí*, que acabam por servir de difusoras de conhecimento, ou simples organizadoras de conteúdos na escola. Esses manuais técnicos eram, não raro, elaborados por um *grammatikós*, responsável por organizar conhecimentos basilares, imprescindíveis, talvez, mesmo à prática da "grande gramática", de cunho acadêmico, crítico. Não é, pois, o caso de enxergar as *Tékhnai* como cartilhas de alfabetização. Provavelmente seus conteúdos fossem, de fato, abordados em etapas da educação formal, escolar, bem posteriores ao letramento. Porém, muito embora não coubesse a tais manuais o papel de coadjuvantes nas práticas de aquisição de escrita e habilidade de leitura, eles, por certo, se inseriam em contextos escolares e contavam com um fim didático.

As *tékhnai*, em si, são um gênero da escrita, que consiste no elenco de definições dos objetos de determinado estudo e na subseqüente exemplificação desses. Elas não são uma invenção alexandrina, nem se prestavam originalmente à especulação lingüística. Esse formato de manual teria servido a outras "ciências", como

a medicina e à retórica. Seu uso lingüístico já se verifica dentre os estóicos. DIÓGENES DA BABILÔNIA (*circa* III a.C.) teria escrito uma *Tékhne perì phōnes*, um manual sobre a voz, (cf. DIÓGENES LAÉRCIO, VII) em que se leriam conteúdos da fonética do grego antigo dispostos de modo extremamente semelhante ao verificado no sexto capítulo da *TG*.

O que se dá é que, notadamente a partir do segundo século antes de Cristo, as *tékhnai* abordando conteúdos gramaticais se tornam um modelo de material para o estudo das letras, da literatura, da leitura, da metrificação, das estruturas lingüísticas a serem utilizadas no desenvolvimento de habilidades no âmbito da Retórica, por exemplo.

A *TG de* Dionísio Trácio não é, pois, a primeira gramática do ocidente. É, antes, a única de uma série de *tékhnai* que encontrou respaldo histórico em algum momento do tempo. Sem dúvida é a obra modelar, na qual se inspiraram gramáticos de todos os tempos, mas, em seu tempo, é possível que tenha, no entanto, não **sido**, o modelo, mas meramente **seguido** um modelo, bastante comum, pré-existente. Quanto à influência que a obra de DT teria exercido sobre gramáticos imediatamente posteriores a ela – latinos, por exemplo –, é possível afirmar que, talvez uma *tékhne*, a realizada por Dionísio Trácio, tenha sido de fato particularmente famosa, e, então, difundida e imitada. Do mesmo modo, porém, seria lícito pensar simplesmente que os gramáticos desse período conviviam estreitamente com *tékhnai* diversas, abundantes provavelmente nos ambientes escolares da época, e que, delas, em conjunto, tiraram sua inspiração.

Vale lembrar que o circuito de transmissão de conteúdos entre essas *tékhnai* todas era notavelmente fechado. Não há inovações bruscas. Trata-se de um gênero que repete dados e tem admirável capacidade de conservá-los, ao passo que mantém, em linhas gerais, sua estrutura. Embora contem com algumas variações características de época para época, as várias *tékhnai* dos séculos II a. C. a IV d. C. contidas em papiros, descobertos na segunda metade do século passado, comprovam essa relativa imutabilidade. (cf. WOUTERS, 1995).

1.2 HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO TEXTO DA *TÉKHNE GRAMMATIKÉ*

Ao travar contacto com um texto antigo, raramente se imagina de pronto o quão distante ele está de um remoto "original". Obviamente, a maioria absoluta desses textos não chega até a atualidade através de registros autógrafos de seus autores. Muitos percorrem lacunas temporais de séculos – ou mesmo de milênios – transmitidos de cópia a cópia, em manuscritos. Outros, escritos em materiais duráveis como pedras e metais, ou em papiros conservados por condições favoráveis, vêm à luz por meio dos trabalhos arqueológicos. E, se é fato que estes últimos, por terem escapado dos desvios oriundos das cópias consecutivas, são relatos que nos aproximam da Antigüidade, não é, por outro lado, possível, ou aconselhável, vê-los como originais ou cópias primevas e, portanto, bastante fiéis. Mesmo os registros coevos a um determinado original podem trazer lições diversas – algo extremamente provável diante das condições de transmissão e edição textual da Antiguidade.

Em todos os casos, no entanto, a corrupção do texto pelo tempo é inevitável: ainda os mais bem conservados apresentam rasuras, apagamentos, lacunas. Tratando-se daqueles transmitidos por manuscritos, há também que se contar com eventuais erros do copista, interpolações, correções não declaradas, e mesmo com as conseqüências de escolhas, que podem consagrar ou apagar definitivamente determinado trecho. Aliás, vale notar que os copistas, tanto antigos como medievais, deparavam-se, não raro, com uma pluralidade de materiais a serem cotejados, levados em conta para a realização de uma cópia ou edição manuscrita de um texto. E este é um processo que se repete mesmo com os realizadores das primeiras edições mecanografadas dos textos clássicos e com seus fixadores modernos e contemporâneos. Esse trabalho só não se realiza, por razões óbvias, nas edições de algumas inscrições feitas sobre material durável, como pedra, metal ou cerâmica, e de alguns achados papirológicos e códices, que contêm a única versão conhecida de determinado texto.

Nessa tentativa filológica de restaurar um texto e fixar-lhe uma versão mais próxima possível do original, convém que, além de cotejar as versões diferentes, estabelecer "parentesco" entre elas e eleger daí a melhor lição, o fixador recorra a tradição indireta. Essa se faz das citações ou dos comentários textuais realizados por escritores coevos a determinado autor ou imediatamente posteriores a ele. Muitas

vezes, o recurso à tradição indireta ajuda na restauração de trechos duvidosos, no preenchimento de lacunas, na identificação de interpolações e possibilita a elucidação ou o levantamento das questões de autoria, por exemplo.

O texto da *Tékhnē Grammatikê*, de Dionísio Trácio, tal como nos é acessível hoje, emerge de uma malha textual bastante intrincada. Trata-se de obra conservada em uma série de 12 manuscritos dispersos entre os séculos X e XVIII da nossa era e conta com uma vasta fortuna crítica[2]. Há também duas traduções antigas da *Tékhnē* conhecidas: uma armênia (fim do século V), outra em siríaco, praticamente coeva à primeira.

As relações entre os textos mais significativos da tradição direta da *Tékhnē Grammatikê* podem ser observadas abaixo, em um esquema estemático realizado por UHLIG, em sua edição de 1883 (*G.G.*I, 1). Nesse esquema, não constam todos os manuscritos que contêm fragmentos da *T.*, apenas os utilizados pela fixação de UHLIG, aquela que serve de base prar a presente tradução. Aqui, como de costume nas representações arbóreas de parentesco entre cópias textuais, as letras gregas representam manuscritos cuja existência é apenas suposta pelo fixador do texto. As letras maiúsculas do alfabeto latino representam manuscritos / códices existentes, cujos nomes aparecem na lista subseqüente ao quadro. A letra latina minúscula representa a *editio princeps*,[3] no caso, realizada por FABRICIUS.

α

M β

L γ

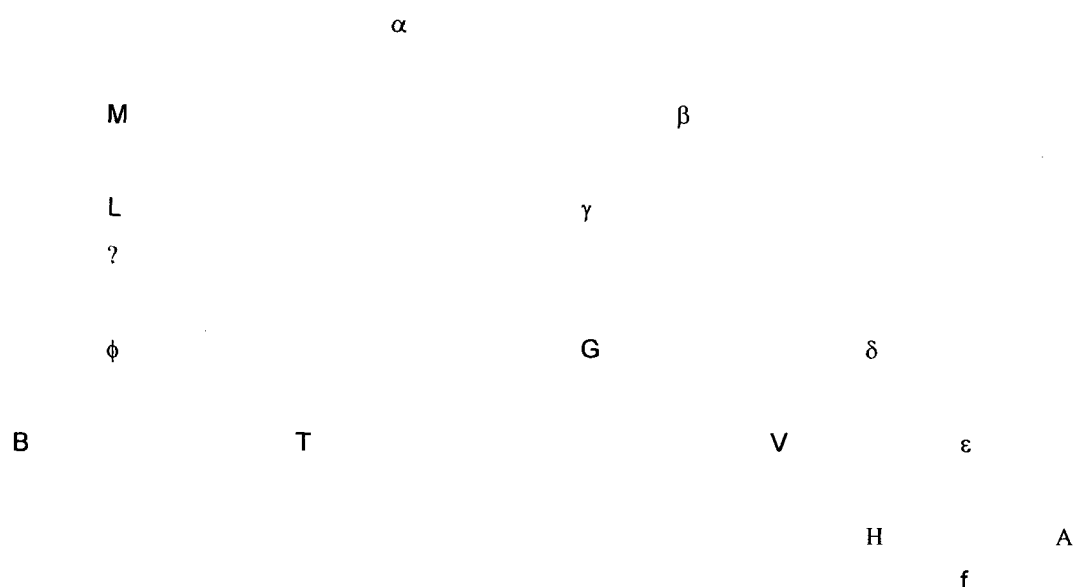
?

ϕ G δ

B T V ε

H A

f

---

[2] Veja-se o capítulo *Escólios*

[3] Entenda-se aqui por *editio princeps* simplesmente a primeira edição impressa da obra.

M = Monacensis Victorianus 310 – *séc. X*
L= *Leidensi Vossianus gr.*– séc XI
G= *Grottaferratensi 127* – séc XI-XII
B= *Vaticanus 1370* – séc XV
P= *Parisinus 2603* –
V=*Venetus Marcianus 652* – séc. XV
H= *Holstyeni aphographon Hamburgense* – séc XVII
A=*Parisinus 2290* - séc XVII-XVIII

Além desses, há ainda quatro códices que contém trechos da *T.*

Oxoniensis Barroccianus 116
Parisinus 1983
Chisianus misc.
Vaticanus paulatinus 23

Quanto às fixações do texto, a *Tékhnē* dionisiana tem quatro versões distintas, presentes em quatro edições, vindas à luz com mais ou menos um século de intervalo entre elas. A primeira é a de I. A. FABRICIUS, de 1715. Trata-se da *editio princeps* do texto, publicada na *Biblioteca Graeca*, volume VII. Esta é uma fixação fundada sobre o texto dos manuscritos H e A. A segunda, de 1816, é a edição de BEKKER, publicada na *Anecdota Graeca*, volume II, fundada principalmente sobre os manuscritos A, B, H, V. Como se pode observar na árvore estemática acima, BEKKER, ao contrário de FABRICIUS, trabalha com os manuscritos mais recentes contemplando os dois braços principais da tradição. BEKKER também se utiliza de alguns testemunhos retirados do escólios e de testemunhos de Choeroboscos, gramático posterior a Dionísio Trácio e comentador dos princípios da *Tékhnē.* A edição bekkeriana não segue a divisão mais canônica do texto em 20 capítulos ou parágrafos: conta com 25 capítulos, não resultantes de acréscimos ou incorporações textuais, mas da simples alteração na subdivisão do manual. Em 1883, surge a edição de UHLIG, em *Grammatici Graeci (Biblioteca Teubneriana)* fundada basicamente sobre M e L. Somente para o

estabelecimento textual dos capítulos centrais UHLIG recorre aos demais manuscritos disponíveis.

A mais recente edição do texto é a realizada em 1962 por T.PECORELLA. O texto dessa edição, embora baseado no da de UHLIG, reelabora diversos trechos da *T* e traz emendas a eles. Para tanto, PECORELLA recorre não só a testemunhos e escólios diversos, como a um códice suplementar, esquecido pelos demais editores, o *Laurentianus plut* 46, 25, datado do XV século.

1.2.1 Papiros gramaticais

A partir da metade do século passado, começou-se não só a explorar arqueologicamente as areias do Egito em busca de papiros contendo dados gramaticais, mas também a se dar especial atenção aos então já descobertos. Em 1958, os papiros que continham manuais de gramática, *tékhnai*, nos mesmos moldes da de DT, eram em número de 11. Em 1995, o número de *tékhnai* encontradas em papiros e publicadas (dentre os quais se encontram duas cópias da *T.* dionisiana) já passa de 35. Estas *tékhnai* encontradas nos papiros gramaticais já constam dentre as "versões" da gramática de DT levadas em conta pelos estudos textuais dessa obra. (WOUTERS, 1995).

1.2.2 Traduções antigas da *Tékhnē* e transmissão do texto

As traduções da *T.* que remontam ao final da Idade Antiga e ao início de Idade Média foram fundamentais para o estabelecimento do texto e ainda o são para os estudos filológicos da *T.* Porém, mais do que elementos indispensáveis para a(s) fixação(ões) do texto hoje conhecido, elas foram grandes vetores, responsáveis tanto por difundir o gênero helenístico do manual de gramática, como por propagar alguns meios de abordagem lingüística nele verificáveis em domínios culturais não-gregos. A penetração, dos estudos gramaticais gregos, em especial do manual atribuído a Dionísio Trácio, em domínios lingüísticos distintos do helênico ou helenizado é vista como ponto de partida para a tradição dos estudos lingüísticos autóctones em línguas como georgiano, armênio, siríaco e eslavônico (VERSTEEGH, 1990, p. 198). Nesta última língua

a influência da doutrina gramatical grega se dá pelo contacto vivo, interacional, dos monges eslavônicos com os monastérios bizantinos, conservadores, compiladores e produtores de uma espécie de continuação da tradição grega de estudos lingüísticos.

No entanto, nas demais línguas e em suas respectivas tradições gramaticais, a influência helênica se dá exclusivamente via tradução do manual dionisiano. O momento em que se realiza a tradução da *T.* para essas línguas orientais encerra-se num período de grande produção de manuais similares, em grego e em latim, e, portanto, de notável espalhamento da doutrina gramatical técnica, manualesca: o século VI d. C. Não são muito numerosos os dados conhecidos sobre o modo como de deu essa passagem da *T.* para o Oriente: o que se tem, além dessa data de produção e do fato de a gramática de DT estar incorporada à base da tradição gramatical de línguas orientais, são os textos em si. As três traduções[4] seriam bastante literais (VERSTEEGH, *idem*, p. 200), mesmo porque estruturadas, provavelmente sobre um modelo de tradução *verbum de verbo.* De acordo com SWIGGERS e WOUTERS (1990, p. 16), as traduções de textos gregos para siríaco e armênio, notavelmente, antes do século IV d. C. privilegiavam exclusivamente o sentido. Instauravam-se sobre uma relativa liberdade, a princípio, devido ao armênio, então considerado a língua primitiva da humanidade, ser a língua de maior prestígio para as comunidades falantes de tais idiomas não helênicos. Uma mudança nesse quadro teria decorrido da helenização da igreja siríaca (meados do século IV) e da conseqüente atribuição de prestígio ao grego. Num afã, talvez levado ao limite, de preservar as estruturas do grego, os tradutores do período acabam por dar origem a trechos que não fazem sentido para aqueles que não concebem uma origem grega do texto. É o que se nota em vários trechos das traduções armênia e siríaca da *T.*(VERSTEEGH, *Op.cit,* p.200).

Sendo assim, não raro, comentadores e filólogos modernos defenderão lições de trechos da *T.* baseados nessas versões primeiras dela para outras línguas.

---

[4] Edições modernas das traduções em questão seriam as seguintes: 1) ADONTZ, N. *Denys de thrace et les comentateurs arméniens.* Louvain: Peeters, 1970.(tradução armênia), 2) MERX, A. *De artis dionysianae interpretatione armeniaca disputatio.* In: Dioysii thracis Ars grammatica. ed UHLIG, G. Leipzig: Teubner, 1889.(tradução siríaca). e 3) TSAGARELI, A. *O grammaticeskoj literature gruzinskogo jazyka.* St.Petesburg, s/d. (tradução georgiana). Dentre elas, tive acesso apenas à segunda. Até onde sei – e de acordo com VERSTEEGH, 1990; p. 200 e LALLOT, 1989 – essas são as únicas edições existentes.

1.2.3 Escólios

A Antiguidade – sobretudo a Antiguidade Tardia – e a Idade Média reconheceram, nos domínios ocidentais, a autoridade de dois compêndios gramaticais[5]: a *Tékhnē*. e os *Cânones*, de THEODÓSIO de ALEXANDRIA, que consistem basicamente num apanhado de regras, ou, antes, paradigmas de flexão verbo-nominal. A fortuna crítica desses textos se compõe, no domínio da língua grega[6], ao longo de dez séculos, aproximadamente. Isso porque a autoridade dos textos permaneceu a ponto de voltar diversas gerações de gramáticos posteriores ao trabalho exclusivo de comentá-los: realizam-se exegeses de alguns trechos, complementam-se outros. Sempre sobre a *Tékhnē* e sobre os Cânones teodosianos como se sobre tábuas de leis gramaticais, universalmente conhecidas e reconhecidas.

Tais comentadores são os escoliastas dos textos antigos, e suas obras de comentários, os escólios (do gr. *skhólion* 'tratado, comentário'). Uma parte da *skhólia* da *Tékhnē* está publicada nos volumes I 1, I 3 e IV 1 da coleção *Grammatici graeci, Bibliotheca Teubneriana*.

1.3 DIONÍSIO TRÁCIO: A FIGURA DO GRAMÁTICO

DIONÍSO TRÁCIO, o suposto autor da *Tékhnē Grammatikê*, teria sido discípulo do gramático alexandrino ARISTARCO. Há poucos testemunhos antigos sobre sua figura, mas estes são geralmente concordantes entre si (PFEIFFER, 1968). Dionísio teria nascido

---

[5] Fala-se aqui dos compêndios, manuais escolares, de gramática. Quanto à teoria gramatical, doutrinária, analítica de questões da linguagem, as obras de referência, na Antiguidade tardia, como ao longo de toda idade Média, são as de Apolônio Díscolo e de seu filho, Herodiano, cujas discussões foram exaustivamente sintetizadas, debatidas, reaproveitadas pala tradição ulterior.

[6] Em língua latina, por exemplo, os comentários relacionáveis a secções da *T, que* interessam particularmente ao desenvolvimento do presente estudo, surgem, sem dúvida, mas esparsos dentro de obras, nem sempre evocando nominalmente a *T.* e DT. Isso não exclui tais comentários da fortuna crítica, mas também não os coloca dentre os escólios específicos, propriamente ditos. Vale inclusive dizer que grande parte desses comentários é possivelmente coeva ou imediatamente posterior à produção da *T.*

em Alexandria, apesar de seu epíteto vinculá-lo de início à Trácia. Devido a essa discrepância, há quem lhe atribua uma ascendência trácia, ou, mais especificamente, um pai cujo nome remeta a uma origem trácia (BRITANNICA, 1964, v. Dionysius Thrax). Esse Dionísio que foi aluno em Alexandria teria ido, por volta de 144 a. C. (LALLOT, 1989, p. 19), trabalhar como gramático em Rodes, outro centro cultural do mundo helênico antigo, praticamente tão importante quanto Alexandria ou Pérgamo. Lá ele teria praticado a exegese de Homero (uma gramática não técnica[7], portanto) e ensinado-a a alunos que se destacariam na realização das práticas gramaticais, como TIRÂNIO, O VELHO, e talvez, AELIO STILO, um dos responsáveis pela introdução dos estudos gramaticais em Roma e possível precurssor ou mestre de VARRÃO (I a. C).

Enquanto exegeta de Homero, Dionísio teria escrito, à moda alexandrina de ARISTARCO, *hupomnémata*, notas ao texto desse poeta. Hoje restam alguns fragmentos (cerca de cinqüenta) que remetem a essa prática e que são atribuídos a DT[8]. Trata-se de abordagens formais de trechos da *Ilíada*: questões de acento, ortografia, explicação de palavras desconhecidas (LALLOT, 1989, p. 18). DIONÍSIO teria composto também tratados de discussão gramatical sob os seguintes títulos: *Da ortografia*, *Das quantidades*, *Contra Crates* (que discutiria posições intelectuais opostas entre DT, de orientação alexandrina, e Crates de Malos, seu contemporâneo de Pérgamo) (BRITANNICA , idem; LALLOT, idem) .

O Dionísio Trácio, figura histórica, provavelmente existiu de fato, e talvez tenha efetivamente realizado os feitos acima descritos. Porém, enquanto autor das obras a ele atribuídas, dentre as quais a *Tékhnē*, ele não passa de uma espécie de autor mítico. Ou seja: não é possível afirmar com segurança se DT escreveu ou pensou mesmo os conteúdos das "suas" obras. Nada estranho até aqui, uma vez que, em se tratando de textos antigos, isto é amplamente comum: escritos diversos são cotados a um determinado autor, mas não é possível precisar quanto, se realmente algo, daquele texto foi verdadeiramente escrito por ele. Uma grande parcela de textos antigos conta com trechos de autoria duvidosa, interpolados ao longo de sua transmissão, o que faz com que, necessariamente, materiais conservados hoje sob o nome de um único autor antigo, sejam, em maior ou menor grau, um construto textual cuja forma – ou mesmo

[7] Vide infra.

[8] Esses fragmentos encontram-se publicados em *Die fragmente des Grammatikes Dionysios Thrax*, herausgegeben von LINKE, K. 1977, obra a que não tive acesso durante a elaboração deste trabalho.

cujo conjunto de formas – se estabelece, ao longo do tempo, pelas mãos de diversos "autores".

Essa é uma condição determinada pelo contexto de transmissão dessas obras em si e pelos mecanismos de transmissão de idéias, de citação propriamente dita, na própria Antiguidade. Num ambiente em que as idéias de autoria, de necessidade de repetição *verbatim* nas citações, não eram definidas e defendidas como hoje e onde cópias eram realizadas uma a uma, por copistas nem sempre atentos, textos remodelados num *continuum* são a regra, não a exceção.

1.4 QUESTÕES DE AUTORIA DA *TÉKHNE GRAMMATIKÉ*

Muito provavelmente o texto da *TG.* do modo como é conhecido hoje não foi escrito pela personagem histórica Dionísio Trácio. O manual atribuído a DT é sem dúvida, tanto quanto qualquer outro texto antigo transmitido em condições semelhantes às da *T,* é um construto histórico, de alterações que se somam. Isso é fato, porém a intensidade das possíveis ligações desse texto com um Dionísio Trácio, ou mesmo com a sua época (II-I a.C.) é uma questão intensamente discutida desde tempos bizantinos.

Os comentários à *Tékhnē*, que se lêem no *Vaticanus gr.* 14 (século XIII) (apud LALLOT,. 1989, p. 20) já levantam a questão de autoria: alegam que os técnicos de gramática afirmam que o DT histórico teria separado nome do apelativo, e que na T ambos aparecem numa mesma classe ou parte da frase. Tal discrepância de informações conduz o comentador a pensar na possibilidade de o manual atribuído a DT não ser autenticamente de autoria desse gramático.

A disputa acerca da legitimidade da autoria da *T.* não cessa e em 1958 ganha novo fôlego com a tese de DI BENEDETTO (1958, 1959): a *TG* não é um manual de gramática antigo de fato, mas remonta ao começo da Idade Média (século VI d.C. aproximadamente), não podendo ser, portanto, vinculável à figura do gramático Dionísio Trácio. Em linhas gerais[9], a argumentação de DI BENEDETTO calca-se em semelhanças entre os conteúdos abordados pela *T* e os papiros gramaticais que remontam a datas

---

[9] O presente trabalho não tem por objetivo discutir detalhadamente a autoria da *T.* Inclusive, diante da severa escassez de materiais contendo textos gramaticais antigos a que tive acesso, não haveria mesmo argumentos filológicos com que efetivamente trabalhar nesse sentido.

mais tardias, ou ainda a obras de gramáticos gregos e latinos do começo da Idade Média. De fato, semelhanças existem, mas Di Bendetto apóia-se sobre elas imbuído numa convicção cega, capaz de esquecer que esses textos gramaticais confinam-se numa tradição contínua, na qual conteúdos, que na grande maioria das vezes remontam aos estudos filosóficos do período pós-clássico, são refutados e retomados de modo não esquematizável ou previsível. O texto da *T.* conta com definições próximas também às de Aristóteles e Varrão (séculos III e I a. C), vale lembrar.

Não se trata aqui de refutar por completo a opinião de Di Benedetto. Ela é coerente e em certa medida defende uma obviedade: a T é fruto, em alguma medida de uma compilação. Porém não cremos que ela seja composta apenas por conceitos desenvolvidos tardiamente. Pelo contrário: a *T.* é representante de um gênero da escrita praticado já pelos primeiros estóicos, e contém resquícios do pensamento filosófico pós-clássico evidentes. Teria sido, então, construída pouco a pouco, a partir, sim, de uma data bastante remota (séc. II a. C.), e talvez, a partir de uma obra ou modelo difundido pelo gramático Dionísio Trácio.

Durante este trabalho se falará em DT como se fosse de fato o autor da *T*, não porque isso seja defendido aqui, mas simplesmente por questões de economia textual e coerência com a tradição.

2 DA TRADUÇÃO

Traduzir um texto antigo, dos primórdios dos estudos lingüísticos, é trabalhar, necessariamente, sobre vias paralelas: há que se buscar o sentido e o contexto de elaboração dos termos e estruturas do texto antigo, tentar resgatá-los, ao mesmo tempo em que não é possível perder de vista o aparato gramatical, lingüístico, atual. Isso porque muitos dos termos usados pela gramática antiga são incorporados pela tradição e sofrem alterações morfofonéticas relativamente pequenas através do tempo, são bastante familiares ao leitor contemporâneo, fazem parte do jargão da Lingüística (ou Gramática) moderna mas não remetem a elementos sequer semelhantes àqueles a que primeiramente remeteram. Isso faz com que os conceitos lingüísticos essenciais da gramática contemporânea sejam projetados diretamente sobre os da antiga pelo leitor. E assim como uma tradução de gramáticas antigas deve evitar que isso ocorra, ela deve resgatar o processo, pelo qual, na história, determinado termo perdurou ou certos conceitos e idéias lingüísticos se transformaram. É preciso afastar o leitor do confronto e, ao mesmo tempo introduzi-lo nele, porque optar por um só desses caminhos seria, no mínimo, artificial: essas paralelas se cruzam bem antes do infinito.

No caso da gramática grega antiga, ainda que se admita ter sido ela a fundadora da disciplina gramatical no Ocidente, a instauradora de diversos pensamentos conservados na atual visão do estudo lingüístico, é preciso atentar para o *filtro* em que se constituiu a tradição latina. Esta foi a legítima responsável pelo aporte das estruturas dos compêndios gramaticais, do gênero gramatical grego, com sua terminologia, sua maneira de organização dos conteúdos, à posteridade. Os gramáticos latinos, realizaram traduções dos compêndios e manuais gregos, obviamente aplicando-os ao latim, e, nesse processo, não trataram, de modo geral, a terminologia gramatical como um conjunto de nomes cristalizados, mesmo porque eles não estavam, de fato, cristalizados por uma prática gramatical – era transparente, pra o leitor do grego assim como para o tradutor latino, o significado corrente das palavras usadas na denominação dos fenômenos gramaticais diversos.

Desse modo, a latinidade traduziu os termos da gramática em sentido, parte a parte: o grego *próthesis*, composto do prevérbio *pró* (diante) e do substantivo *thésis* (posição), por exemplo, passa a *praepositio*, de onde, por exemplo, o português *preposição.* A terminologia gramatical contemporânea, e não só nas línguas românicas

– visto que também em alemão e inglês, por exemplo –, conta amplamente com a influência dessas traduções latinas do aparato gramatical grego. E dessa condição decorre uma primeira escolha fundamental do tradutor de gramáticas antigas, notadamente gregas, mas também latinas.

Em primeira instância, traduzir o termo *phōnêen* (capítulo 6 da *Tékhnē grammatiké*) pode ser simplesmente fornecer o termo que descende do equivalente latino *vocalis*, no caso do português, *vogal*. Trata-se de uma escolha que cede ao peso da tradição gramatical e soa coerente para o leitor, embora implique a perda da transparência das relações entre nomes dos grupos de letras/ elementos e o som vocal (*phōnē*). Tal transparência existe no original grego, e mesmo na tradução latina fundadora de nossa terminologia, e, se se opta por mantê-la, tem-se que recorrer a transposições do sentido originário dos termos para o português. No caso, teríamos, por exemplo, *fonadas* por *vogal*. Veja-se que essa opção, embora viabilize a sobreposição do significado atual (no jargão lingüístico ou na linguagem corrente) de *fonado* ao de *phōnêem,* é fiel ao sentido basilar do termo grego. Priorizar, no entanto, esse sentido, em detrimento do uso de termos da tradição gramatical instituída, pode dificultar o acesso do leitor ao processo de mudanças, conservações e migrações, conceituais e terminológicas, sobre o qual se constituiu o estudo da disciplina gramatical através da história. Além de interessante por si só, esse processo é auxiliar valioso na compreensão da "evolução" das idéias lingüísticas – e vale lembrar que essa compreensão é exatamente o que grande parte dos leitores busca no contato com (a tradução de) gramáticas antigas.

KÜRSCHNER (1995 b, p. 166) elenca três maneiras de traduzir a *Tekhnē*, separáveis de acordo com o que buscam preservar do original: a que visa conservar a **origem**, a que se apóia na **tradição** e a que prioriza simplesmente o **sentido**. As duas primeiras, que estão exemplificadas nos procedimentos citados acima, se concebidas de modo radical, estanque, e aplicadas em todo o texto, sem distinções, geram, necessariamente, pontos de confusão e obscurecimento das idéias do original aos olhos do leitor. Desse modo, ainda que não declaradamente, a terceira, para conservar efetivamente o sentido, acaba sendo um híbrido das duas primeiras.

Numa abordagem metodológica levemente distinta, SKILJAN (2000, p. 7) separa as traduções de textos técnicos antigos (dentre os quais figuram manuais de gramática) em **retrospectivas** e **prospectivas**. As primeiras intentariam uma espécie de

reconstrução –ou preservação máxima das características – do original, enquanto as outras buscariam adaptar sentidos ao conhecimento e à prática dos leitores modernos.

Para ele, o objetivo da tradução, sobretudo da tradução técnica, é possibilitar acesso a textos por parte daqueles que não dominam a língua do original. Em grande medida, uma obviedade, mas uma obviedade que é a origem dos problemas do tradutor de um texto antigo. Possibilitar o acesso pode ser transmitir os sentidos gerais, transpor conceitos antigos numa linguagem qualquer, desde que atual, ou simplesmente tentar remontar ao significado originário dos conceitos abordados no texto base, ao contexto de sua elaboração, e à própria estrutura desse texto, com suas possíveis lacunas, peculiaridades, ambigüidades.

De fato, trata-se de uma abordagem essencialmente guiada pela recepção do material traduzido: ambas as modalidades de tradução serão igualmente válidas, desde que adequadas ao público e a finalidade específicos a que forem, de início, destinadas. Isso quer dizer que uma tradução retrospectiva, no caso específico dos textos gramaticais antigos, servirá muito bem a uma comunidade de filólogos, lingüistas históricos e historiadores da lingüística. Uma vez que, nela, cabe resgatar fielmente a intenção semântica do autor antigo, é fundamental reconstruir o campo semântico das noções em questão e, para tanto, não basta especificar o contexto de produção e vigência delas, há que buscar equivalência termo-a termo, de modo a tentar evocar com uma palavra da língua alvo o arcabouço teórico, conceitual, de um termo constante do original. Um esforço que, vale notar, em última instância, resulta numa não tradução de termos essenciais. A exemplo, tome-se o termo grego *lógos*. Além da reconstituição histórica, do resgate das inúmeras variações de sentido assumidas por ele ao longo da tradição helênica, seria necessário, para traduzir sob essa perspectiva, encontrar um termo que remetesse a toda a gama de significados que *lógos* carrega consigo. Impossível, sem dúvidas. Resta então, ao "tradutor", conservá-la em grego, explicá-la simplesmente em notas. Uma prática que, apesar de paradoxal enquanto tradução, se reserva o mérito de demonstrar ao leitor a intradutibilidade, bastante legítima, inclusive, de certos termos.

Por outro lado, porém, para atender a um público mais diverso e eventualmente mais numeroso, para possibilitar ao leitor comum um diálogo efetivo com o texto, seria conveniente adotar um viés prospectivo na tradução: uma modernização dos termos técnicos, uma transposição para o vocabulário e para a sintaxe atuais da língua alvo,

das idéias do original. E mais: o tradutor deverá, em maior ou menor medida, adequar o texto ao jargão de um público específico, conhecido e estabelecido de antemão. Na *Tékhne Grammatiké* se prestam a exemplificação disso a tradução de *lógos* e *léksis*: para esses termos, uma tradução prospectiva com pendores estruturalistas seria, segundo SILKJAN (idem, p. 13), *enunciado* e *palavra*, respectivamente. Variando a orientação teórica do tradutor e a da comunidade a que se destina a tradução, substitutos os mais diversos para essas soluções poderiam surgir: *discurso, frase, sentença/ semema, unidade lexical.*

Obviamente que, enquanto métodos ou modelos de tradução, ambos buscam a manutenção dos conteúdos do original. Sendo assim, só se validarão de fato como práticas tradutórias se acompanhadas, ambas, de notas que reconstituam em algum grau o contexto em que os conceitos do original surgiram, que resgatem explicativamente esses conceitos. E no caso da tradução prospectiva deve-se, ainda, ter amplo domínio do jargão da comunidade alvo, visto que a equivalência entre terminologias não pode desvirtuar os sentidos do original.

A presente tradução da *Tékhnē Grammatikê* de Dionísio Trácio para o português não se enquadra decisiva e exclusivamente em qualquer dos modelos propostos quer por SKILJAN, quer por KÜRCHNER. Mas dentre as abordagens propostas por este último, tenta seguir esta terceira via, que privilegia o **sentido**. Embora possa ser concebida como método e epistemologicamente mais frágil, porque híbrida, ela é a única capaz de viabilizar o aproveitamento e a compreensão adequada dos conteúdos da *T.* a iniciados e iniciantes. Já diante das propostas tradutórias de SKILJAN, o presente texto tenderá a uma certa prospectividade, na medida em que evitará manter termos designativos de conceitos gramaticais na forma grega, transliterada. Não poderá, contudo, denominar-se perfeitamente prospectivo, uma vez que não privilegiará o vocabulário de uma determinada comunidade científica, nem modernizará a terminologia, mantendo simplesmente a evocação do conceito desejado. A mais clara influência skiljaniana será, nesse sentido, o teor das notas e comentários, que majoritariamente estarão voltados à elucidação dos sentidos primeiros dos conceitos verificáveis na *T.*, seu contexto de formação e vigência.

Quanto à estrutura da presente tradução da gramática de Dionísio Trácio, cabe observar, primeiramente, que as *Notas de tradução*, a que os algarismos sobrescritos às palavras do corpo do texto da gramática remetem, aludem exclusivamente às questões

relacionadas ao trabalho de tradução de fato. Elas explicitam relações entre o sentido do termo original e seu equivalente em português, justificam escolhas, alertam para possíveis desvios de entendimento, comparam soluções diversas encontradas para um mesmo trecho, comentam os equívocos e acertos mais comuns dentre os tradutores da *T.* para diversas línguas. Outros dados, porém, como problemas de estabelecimento do texto, explicações dos conceitos tratados pela gramática e seus contextos de aplicação na antiguidade constam dos *Comentários*, organizados em blocos, cobrindo capítulo a capítulo. Nesses comentários, não serão raras as opções, por assim dizer, retrospectivas, de manter no original, obviamente transliterados, termos comentados. Isso porque, primeiro, o comentário não é mais um trabalho de tradução em si e, depois, o elemento explicado é o evocado perfeita e cabalmente pelo termo grego, e não por qualquer equivalente em português.

Tanto no corpo da tradução, quanto nos comentários e notas, os caracteres dos termos gregos eventualmente utilizados são transliterados conforme tabela abaixo. No corpo de texto, aqueles termos cujo conteúdo fônico interessa à exemplificação, ou os morfemas do grego, mantêm-se em grego, mas transliterados. Trata-se de material que ou não tem necessidade de tradução, ou não apresenta tradução possível. No primeiro caso, apresentam-se traduções entre parênteses, com o único fim de saciar a eventual curiosidade do leitor. Há ainda o caso inverso: o de palavras cujo conteúdo relevante na exemplificação de determinado fenômeno lingüístico é semântico. Essas aparecem traduzidas para o português e seguidas pela transliteração do original entre parênteses curvos ( ).

A tradução para o português tentou respeitar ao máximo a integridade do texto, transpondo do grego somente vocábulos e seqüências que realmente constam do texto base da *T.* Isso, porém, não foi de todo possível, devido a diferença entre as sintaxes de ambas as línguas envolvidas. "Omissões" naturais à sentença grega ofendiam a estrutura da correspondente em português, ou afetavam a compreensão do trecho em questão. Desse modo, as seqüências que, em prol da clareza e da legibilidade, precisaram ser acrescentadas ao texto em português constam entre colchetes angulares < > . Verificam-se, ainda, no corpo do texto da tradução, *cruces* †, que marcam os trechos correspondentes àqueles do original que UHLIG julgou, em sua fixação como espúrios ou duvidosos. Como a presente tradução se faz sobre a fixação desse estudioso, é uma medida de respeito ao texto base o uso dessas *cruces*.

2.1 A TRANSLITERAÇÃO DE TERMOS GREGOS

A transliteração dos escritos em caracteres gregos em letras do alfabeto latino é um trabalho de tentativa de reprodução – tão fiel quanto possível – da suposta pronúncia dos **grafemas** gregos com caracteres latinos. Cabe notar que, de fato, a transliteração visa a viabilizar a leitura (no sentido de resgate do conteúdo fônico) dos termos gregos por não conhecedores do alfabeto grego e, nesse sentido possibilita pronunciar o termo transliterado. Porém, o método não consiste em repassar ao alfabeto latino a pronúncia "clássica" de palavras ou seqüências de grafemas, mas de cada grafema individualmente. Isso faz diferença ao se pensar por exemplo que a seqüência ου é transliterada como *ou*, mas pronunciada [u], tanto por classicistas que procuram restaurar a pronúncia clássica, como, muito provavelmente, por falantes do grego antigo, já no período clássico (cf. HAAS, 1988).

A tabela abaixo evidencia a correlação entre caracteres adotada.

LETRA GREGA				LETRAS LATINAS
Maiúsc./	minúsc	nome	pronúncia	transliteração
Α	α	alfa	a aberto não nasal	a
Β	β	beta	b	b
Γ	γ	gama	g como em gato	g
Δ	δ	delta	d como em dado	d
Ε	ε	êpsilon	e breve e fechado	e
Ζ	ζ	zeta	dz e zd	dz
Η	η	eta	e longo e aberto	ē
Θ	θ	theta	th aspirado	th
Ι	ι	iota	i	i
Κ	κ	kapa	k	k
Λ	λ	lâmbda	l	l
Μ	μ	mu	m	m
Ν	ν	n	n	n
Ξ	ξ	ksi	como x em táxi	ks
Ο	ο	ômicron	o breve e fechado	o

Π	π	pi	pi	p
Ρ	ρ	ro	r retroflexo	r
Σ	σ	sigma	s, nunca z	s
Τ	τ	tau	como em tato	t
Υ	υ	üpsilon	u	u
Φ	ϕ	fi	p aspirado	ph
Χ	χ	khi	k aspirado	kh
Ψ	ψ	psi	ps	ps
Ω	ω	omega	o aberto e longo	ō

Quanto à transliteração, é necessário ainda notar que:

1) o *h* aparece para representar a aspiração não só nas consoantes marcadas com essa característica, mas também à frente de algumas palavras começadas por vogal. Em grego antigo, toda vogal que inicia um termo é marcada por diacríticos encarregados de indicar a existência da aspiração ou a ausência dela. O chamado espírito suave ou brando, originalmente grafado assim (˧), e, posteriormente assim (᾿), indica ausência de aspiração, não tem conteúdo sonoro e ao é representado na transliteração. Já o espírito áspero (˫) / (ᶜ), marca aspiração da vogal, representada na transliteração pela anteposição do *h* à vogal.

2) o sinal ¯ (mácron) postado sobre uma vogal *a, i* ou *u* indica que se trata de sua forma longa, visto que essas podem ser longas ou breves. Sobre *e* e *o*, marca, novamente formas longas, mas desta vez estabelece a diferenciação entre ômicron e omega e entre êpsilon e eta (vide tabela acima). Quando colocado sobre sílabas inteiras, o sinal indica simplesmente que elas são longas.

3) Os ditongos em geral serão transliterados normalmente, grafema a grafema. Contudo àqueles transliterados no formato vogal *ā, ē ,ō* longa (com mácron) seguida de iota merecem especial atenção: as transliterações *āi, ēi, ōi,* são representações de estruturas com o chamado iota subscrito[10]: ᾳ ῃ ῳ .

[10] O iota subscrito, no dialeto ático do período clássico era provavelmente pronunciado como o iota posto ao lado das demais letras. Mas, a partir do século II a.C., ele deixa de ser efetivamente pronunciado nesse dialeto.

2.2 TRADUÇÃO DA GRAMÁTICA DE DIONÍSIO TRÁCIO

1 DA GRAMÁTICA

Gramática é o conhecimento empírico[1] do comumente[2] dito <nas obras> dos poetas e prosadores. Suas partes são seis:

1. a primeira é a leitura treinada, que respeite a prosódia[3];
2. a segunda é a exegese[4] dos tropos[5] poéticos existentes;
3. a terceira é a pronta restituição do sentido das palavras estranhas[6] e das estórias[7];
4. a quarta é a descoberta da etimologia;
5. a quinta, o cálculo[8] da analogia;
6. a sexta é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte.

2 DA LEITURA

Leitura é a pronunciação impecável dos poemas ou dos escritos em prosa. Ao ler, é necessário atentar para a entonação[9], a prosódia e as pausas. Da entonação advém <a percepção do> o valor <do poeta>[10]; da prosódia[11], a arte[12]; das pausas, o sentido contido <no texto>. É, pois, necessário ler a tragédia em tom heróico[13], a comédia coloquialmente[14], as elegias, plangentemente, a épica vigorosamente[15], a lírica melodiosamente e os lamentos humilde e tristemente. De fato, a <leitura> feita sem a observação desses <princípios> arruína o valor dos poetas e ridiculariza a postura[16] dos leitores.

3 DO ACENTO[17]

Acento é a ressonância musical[18] da voz[19],† ascendente no caso do agudo[20], descendente no do grave[21], e com uma alteração de direção (com uma volta)[22], no do circunflexo[23]. [24]

ΤΕΧΝΗ Γ ΡΑΜΜΑΤΙΚΗ

1 ΠΕΡ'Ι ΓΡΑΜΜΑΤΙΚ˜ΗΣ

Γραμματική ἐστιν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. Μέρη δὲ αὐτῆς ἐστιν ἕξ·
πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβὴς κατὰ προσῳδίαν,
δεύτερον ἐξήγησις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους,
τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις,
τέταρτον ἐτυμολογίας εὕρεσις,
πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμός,
ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὴ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

2 ΠΕΡ'Ι 'ΑΝΑΓΝ'ΩΣΕΩΣ

Ἀνάγνωσίς ἐστι ποιημάτων ἢ συγγραμμάτων ἀδιάπτωτος προφορά. Ἀναγνωστέον δὲ καθ' ὑπόκρισιν, κατὰ προσῳδίαν, κατὰ διαστολήν.
ἐκ μὲν γὰρ τῆς ὑποκρίσεως τὴν ἀρετήν, ἐκ δὲ τῆς προσῳδίας τὴν τέχνην,
ἐκ δὲ τῆς διαστολῆς τὸν περιεχόμενον νοῦν ὁρῶμεν· ἵνα τὴν μὲν
τραγῳδίαν ἡρωϊκῶς ἀναγνῶμεν, τὴν δὲ κωμῳδίαν βιωτικῶς,
τὰ δὲ ἐλεγεῖα λιγυρῶς, τὸ δὲ ἔπος εὐτόνως, τὴν δὲ λυρικὴν ποίησιν ἐμμελῶς,
τοὺς δὲ οἴκτους ὑφειμένως καὶ γοερῶς. τὰ γὰρ μὴ παρὰ τὴν τούτων
γινόμενα παρατήρησιν καὶ τὰς τῶν ποιητῶν ἀρετὰς καταρριπτεῖ καὶ τὰς
ἕξεις τῶν ἀναγινωσκόντων καταγελάστους παρίστησιν.

3 ΠΕΡ'Ι Τ'ΟΝΟΥ

Τόνος ἐστὶν ἀπήχησις φωνῆς ἐναρμονίου, † ἡ κατὰ ἀνάτασιν ἐν τῇ ὀξείᾳ, ἡ κατὰ ὁμαλισμὸν ἐν τῇ βαρείᾳ, ἡ κατὰ περίκλασιν ἐν τῇ περισπωμένῃ.

4 DA PONTUAÇÃO

São três os pontos: final, médio e inferior. † O ponto final é sinal de um pensamento completo, o médio assinala uma tomada de ar, o inferior assinala um pensamento incompleto, em que falta algo ainda. Em que diferem ponto <final> e ponto inferior? Na duração. No ponto final o intervalo é longo, no inferior, em todos os casos, curto.

5 DA RAPSÓDIA[25]

Rapsódia é uma parte de um poema que contém algum/ um certo assunto. É chamada 'rapsódia', por ser uma espécie de *rabdōidía*[26], † porque, com o ramo (*rábdos*) de loureiro <nas mãos>, os <aedos> itinerantes cantavam os poemas de Homero.

6 DO ELEMENTO SEQÜENCIADO[27]

Há 24 letras do alfa (α) ao ômega (ω). Diz-se delas 'letras'[28], porque são formadas por traços desenhados e traços sulcados, arranhados, pois grafar era o mesmo que arranhar para os antigos, como <se percebe>em Homero (Il, XI. 388):

> *"Agora, tendo me riscado (epi**grápsas**) a sola do pé, tu te glorias"*.[29]

As letras são também designadas elementos seqüenciados, porque elas têm uma seqüência e têm uma ordem[30].

As vogais são sete: *A, E, Ē, I, O, U, Ō.* São chamadas vogais[31] porque resultam, por elas mesmas, em som vocal.[32]

Duas das vogais são longas – *ē* e *ō* –, duas são breves – *e* e *o* –, três são dícronas – *a,i,u* –, porque podem ser longas ou breves. Há cinco vogais prepositivas – *a,e,ē,o,ō* –, porque colocadas em posição anterior a *i* e *u* elas formam uma sílaba, como

4 ΠΕΡ'Ι ΣΤΙΓΜ˜ΗΣ

Στιγμαί εἰcι τρεῖc· τελεία, μέcη, ὑποcτιγμή. † καὶ ἡ μὲν τελεία cτιγμή ἐcτι διανοίαc ἀπηρτιcμένηc cημεῖον, μέcη δὲ cημεῖον πνεύματοc ἕνεκεν παραλαμβανόμενον, ὑποcτιγμὴ δὲ διανοίαc μηδέπω ἀπηρτιcμένηc ἀλλ' ἔτι ἐνδεούcηc cημεῖον. Τίνι διαφέρει cτιγμὴ ὑποcτιγμῆc Χρόνῳ· ἐν μὲν γὰρ τῇ cτιγμῇ πολὺ τὸ διάcτημα, ἐν δὲ τῇ ὑποcτιγμῇ παντελῶc ὀλίγον.

5 ΠΕΡ'Ι 'ΡΑΨΩΙΔ'ΙΑΣ

Ῥαψῳδία ἐcτὶ μέροc ποιήματοc ἐμπεριειληφόc τινα ὑπόθεcιν. εἴρηται δὲ ῥαψῳδία † οἱονεὶ ῥαβδῳδία τιc οὖcα, ἀπὸ τοῦ δαφνίνῃ ῥάβδῳ περιερχομένουc ᾄδειν τὰ Ὁμήρου ποιήματα.

6 ΠΕΡ'Ι ΣΤΟΙΧΕΙΟΥ

Γράμματά ἐcτιν εἰκοcιτέccαρα ἀπὸ τοῦ α μέχρι τοῦ ω. γράμματα δὲ λέγεται διὰ τὸ γραμμαῖc καὶ ξυcμαῖc τυποῦcθαι· γράψαι γὰρ τὸ ξῦcαι παρὰ τοῖc παλαιοῖc, ὡc καὶ παρ' Ὁμήρῳ

«Νῦν δέ μ' ἐπιγράψαc ταρcὸν ποδὸc εὔχεαι αὔτωc« <Λ `388>.

Τὰ δὲ αὐτὰ καὶ cτοιχεῖα καλεῖται διὰ τὸ ἔχειν cτοῖχόν τινα καὶ τάξιν.

Τούτων φωνήεντα μέν ἐcτιν ἑπτά· α ε η ι ο υ ω. φωνήεντα δὲ λέγεται, ὅτι φωνὴν ἀφ' ἑαυτῶν ἀποτελεῖ.

Τῶν δὲ φωνηέντων μακρὰ μέν ἐcτι δύο, η καὶ ω, βραχέα δύο, ε καὶ ο, δίχρονα τρία, α ι υ. δίχρονα δὲ λέγεται, ἐπεὶ ἐκτείνεται καὶ cυcτέλλεται. Προτακτικὰ φωνήεντα πέντε· α ε η ο ω. προτακτικὰ δὲ λέγεται, ὅτι προταccόμενα τοῦ ι καὶ υ cυλλαβὴν ἀποτελεῖ, οἷον

ai, au. Há duas vogais pospositivas, *i* e *u*. E *u* é, às vezes, preposto ao *i*, como em *muîa, hárpuia*. São seis os ditongos *ai, au, ei, eu, oi, ou*.

As dezessete letras restantes são as consoantes [33]:*b, g, d, zd, th, k, l, m, n, ks, p, r, s, t, ph, kh, ps*. Consoantes † são chamadas porque não têm som vocal por si sós. Estando conjugadas[34] com as vogais, elas têm som vocal.

As semivogais são oito: *dz, ks, ps, l, m, n, r, s*. São chamadas semivogais[35] porque têm menos som vocal que as vogais, constituindo-se de murmúrios e sibilos.

As áfonas[36] são nove – *b, g, d, k, p, t, th, ph, kh*. São assim chamadas porque resultam em um som vocal mais deficiente, fraco, que o das outras (são *kakóphōnas*), do mesmo modo como dizemos sem voz (*áphono*) o ator de tragédia que tem voz ruim, fraca (*kakóphōnon*).

Três delas são simples – k, p, *t* –, três ásperas – *th, ph, kh* –, três são médias – *b, g, d*. Estas são assim chamadas porque são mais ásperas que as simples e mais simples que ásperas. O *b* é a média entre *p* e *ph*, o g, entre *k* e *kh*, o *d* entre *t* e *th*. Há correspondência entre simples e ásperas, como entre *p* e *ph*, por exemplo em

*Allá moi eî**ph**'hópēi éskhes † iôn euergéa nêa* (Od. IX, 279)
('mas diga-me onde ancoraste tua nave bem feita')

<como entre> *t* e *k* em

*Autí**kh**'ho mèn khlaînán † te khitôna te hénnut'Odusseús* (Od. V, 229);
('sem mais demora, Odisseu veste a túnica e o manto')

e <como entre> *t* e *th* em

*Hôs epha**th**', hoi d'ára pántes † akēn egénonto siōpêi* (Il. III, 95).
('Assim ele falou. E então todos calados ficaram')

αι αυ. ὑποτακτικὰ δύο· ι καὶ υ. καὶ τὸ υ δὲ ἐνίοτε προτακτικόν ἐcτι τοῦ ι, ὡc ἐν τῷ μυῖα καὶ ἅρπυια. Δίφθογγοι δέ εἰcιν ἕξ· αι αυ ει ευ οι ου.

Σύμφωνα δὲ τὰ λοιπὰ ἑπτακαίδεκα· β γ δ ζ θ κ λ μ ν ξ π ρ c τ φ χ ψ. cύμφωνα δὲ + λέγονται, ὅτι αὐτὰ μὲν καθ' ἑαυτὰ φωνὴν οὐκ ἔχει, cυντaccόμενα δὲ μετὰ τῶν φωνηέντων φωνὴν ἀποτελεῖ.

Τούτων ἡμίφωνα μέν ἐcτιν ὀκτώ· ζ ξ ψ λ μ ν ρ c. ἡμίφωνα δὲ λέγεται, ὅτι παρ' ὅcον ἧττον τῶν φωνηέντων εὔφωνα καθέcτηκεν ἔν τε τοῖc μυγμοῖc καὶ cιγμοῖc.

Ἄφωνα δέ ἐcτιν ἐννέα· β γ δ κ π τ θ φ χ. ἄφωνα δὲ λέγεται, ὅτι μᾶλλον τῶν ἄλλων ἐcτὶν κακόφωνα,ὥcπερ ἄφωνον λέγομεν τὸν τραγῳδὸν τὸν κακόφωνον.

Τούτων ψιλὰ μέν ἐcτι τρία, κ π τ, δαcέα τρία, θ φ χ, μέcα δὲ τούτων τρία, β γ δ. μέcα δὲ εἴρηται, ὅτι τῶν μὲν ψιλῶν ἐcτι δαcύτερα, τῶν δὲ δαcέων ψιλότερα. καὶ ἔcτι τὸ μὲν β μέcον τοῦ π καὶ φ, τὸ δὲ γ μέcον τοῦ κ καὶ χ, τὸ δὲ δ μέcον τοῦ θ καὶ τ. Ἀντιcτοιχεῖ δὲ τὰ δαcέα τοῖc ψιλοῖc, τῷ μὲν π τὸ φ, οὕτωc·

«Ἀλλά μοι εἶφ' ὅπῃ ἔcχεc + ἰὼν εὐεργέα νῆα« <ι `279>,

τῷ δὲ κ τὸ χ·

«Αὐτίχ' ὁ μὲν χλαῖνάν + τε χιτῶνά τε ἕννυτ' Ὀδυccεύc« <ε `229>,

τὸ δὲ θ τῷ τ·

«Ὥc ἔφαθ'· οἱ δ' ἄρα πάντεc + ἀκὴν ἐγένοντο cιωπῇ« <Γ `95>.

Há, ainda, três das consoantes que são duplas: *zd*, *ks* e *ps*. Elas são chamadas duplas porque cada uma delas é formada por duas consoantes; o *zd* por *s* e *d*, o *ks* por *k* e *s*, o *ps* por *p* e *s*.

Quatro das consoantes são invariáveis : *l*, *m*, *n*, *r*. São chamadas invariáveis porque não mudam nem no futuro dos verbos, nem na declinação/flexão dos nomes. Elas também são chamadas líquidas.

Os elementos ordenados finais dos nomes masculinos † não estendidos no nominativo singular são cinco — *n*, *ks*, *p*, *s*, *ps* —, como em *Díon*, *Phoînix*, *Nestor*, *Páris*, *Pélops*. Oito são os dos nomes femininos — *a*, *ē*, *ō*, *n*, *ks*, *r*, *s*, *ps* —, como em *Moûsa*, *Helénē*, *Kleiô*, *khelidôn* (andorinha), *héliks* (pulseira), *mêtēr* (mãe), *Thétis*, *laîlaps* (tempestade). Seis são os <que ocorrem ao fim> dos neutros — *a*, *i*, *n*, *r*, *s*, *u* —, como em *hárma* (carro de combate), *méli* (mel), *déndron* (árvore), *húdōr* (água), *dépas* (vaso), *dóru* (tronco, cetro). Alguns acrescentam a esses o *o*, como em *állo* (outro). Há três que ocorrem no dual — *a*, *e*, *ō* —, *como em Atreída* (ambos os atridas), *Héktore* (os dois Heitores), *phílō* (ambos os amigos), e quatro que ocorrem no plural — *i*, *s*, *a*, *ē* —, como em *phíloi* (amigos), *Héktores* (Heitores), *bíblia* (livros), *bélē* (flechas).

7 DA SÍLABA

A sílaba é, propriamente, o grupamento de consoantes com uma ou mais vogais, como em *kar*[37], *boûs* (boi). Menos propriamente, é também <formada> por uma vogal, como *a*, *ē*.

8 DA SÍLABA LONGA

Uma sílaba longa pode ser constituída de oito formas: três por natureza, cinco por posição[38]. Por natureza quando <1> sua pronúncia contém um elemento longo, como ***hêrōs*** (herói); ou quando <2> tem algum elemento dícrono utilizado na forma longa, como em ***Árēs*** (Ares); ou <3> quando comporta um dos ditongos, como em ***Aías***. Por

῎Ετι δὲ τῶν cυμφώνων διπλᾶ μέν ἐcτι τρία· ζ ξ ψ. διπλᾶ δὲ εἴρηται, ὅτι ἓν ἕκαcτον αὐτῶν ἐκ δύο cυμφώνων cύγκειται, τὸ μὲν ζ ἐκ τοῦ c καὶ δ, τὸ δὲ ξ ἐκ τοῦ κ καὶ c, τὸ δὲ ψ ἐκ τοῦ π καὶ c.

᾿Αμετάβολα τέccαρα· λ μ ν ρ. ἀμετάβολα δὲ λέγεται, ὅτι οὐ μεταβάλλει ἐν τοῖc μέλλουcι τῶν ῥημάτων οὐδὲ ἐν ταῖc κλίcεcι τῶν ὀνομάτων. τὰ δὲ αὐτὰ καὶ ὑγρὰ καλεῖται.

Τελικὰ ἀρcενικῶν ὀνομάτων † ἀνεπεκτάτων κατ' εὐθεῖαν καὶ ἑνικὴν πτῶcιν cτοιχεῖά ἐcτι πέντε· ν ξ ρ c ψ, οἷον Δίων Φοῖνιξ Νέcτωρ Πάριc Πέλοψ. θηλυκῶν δὲ ὀκτώ· α η ω ν ξ ρ c ψ, οἷον Μοῦcα ῾Ελένη Κλειώ χελιδών ἕλιξ μήτηρ Θέτιc λαῖλαψ.
οὐδετέρων δὲ ἕξ· α ι ν ρ c υ, οἷον ἅρμα μέλι δένδρον ὕδωρ δέπαc δόρυ. τινὲc δὲ προcτιθέαcι καὶ τὸ ο, οἷον ἄλλο. Δυϊκῶν δὲ τρία· α ε ω, οἷον ᾿Ατρείδα ῞Εκτορε φίλω. Πληθυντικῶν δὲ τέccαρα· ι c α η, οἷον φίλοι ῞Εκτορεc βιβλία βέλη.

7 ΠΕΡ'Ι ΣΥΛΛΑΒ˜ΗΣ

Συλλαβή ἐcτι κυρίωc cύλληψιc cυμφώνων μετὰ φωνήεντοc ἢ φωνηέντων, οἷον καρ βοῦc· καταχρηcτικῶc δὲ καὶ ἡ ἐξ ἑνὸc φωνήεντοc, οἷον α η.

8 ΠΕΡ'Ι ΜΑΚΡ˜ΑΣ ΣΥΛΛΑΒ˜ΗΣ

Μακρὰ cυλλαβὴ γίνεται κατὰ τρόπουc ὀκτώ, φύcει μὲν τρεῖc, θέcει δὲ πέντε. καὶ φύcει μὲν <`1> ἤτοι ὅτ' ἂν διὰ τῶν μακρῶν cτοιχείων ἐκφέρηται, οἷον ἥρωc· <`2> ἢ ὅτ' ἂν ἔχῃ ἕν τι τῶν διχρόνων κατ' ἔκταcιν παραλαμβανόμενον, οἷον ῎Αρηc· <`3> ἢ ὅτ' ἂν ἔχῃ μίαν τῶν διφθόγγων, οἷον Αἴαc.

posição, quando <1> termina com duas consonantes, como em ***háls*** (sal); ou quando <2> a uma vogal breve ou a uma forma breve de vogal[39] seguem-se duas consonantes, como em ***agrós*** (campo).; ou <3> quando termina com uma consonante simples e a próxima sílaba começa com consoante, como em ***érgon*** (trabalho); ou quando <4> uma consoante dupla se segue, como em ***éksō*** (fora), ou quando <5> † termina por uma consoante dupla, como em *Á**raps*** (árabe).

9 DA SÍLABA BREVE

Uma sílaba breve pode se constituir de duas formas: <1> ou quando tem alguma das breves por natureza, como em ***bréphos*** (bebê); ou quando <2> tem uma das dícronas em sua forma breve, como em ***Árēs*** (Ares) [40].

10 DA SÍLABA COMUM

Uma sílaba comum pode se constituir de três maneiras: <1> quando ela termina com uma vogal longa e a seguinte começa por vogal, como em

> *Oú tí moi aitíē essí, theoí nú moi aítioí eisi* (Il.III, 164);
> ('A meu ver não és culpada de nada, os deuses apenas o são')

ou <2> quando uma vogal breve ou a forma breve de uma vogal é seguida por duas consoantes, das quais a segunda é invariável e a primeira, que compõe com ela[41], é uma áfona, como em

> ***Pátroklé** moi delêi pleîston kekharisméne thumôi* (Il XIX, 287);
> ('Pátroclo, o mais querido do meu coração')

ou <3> quando, sendo breve, seu fim coincide com uma parte da frase[42] e a sílaba seguinte começa por uma vogal, como em

θέcει δὲ <`1> ἤτοι ὅτ' ἂν εἰc δύο cύμφωνα λήγῃ, οἷον ἅλc·
<`2> ἢ ὅτ' ἂν βραχεῖ ἢ βραχυνομένῳ φωνήεντι ἐπιφέρηται δύο cύμφωνα,
οἷον ἀγρόc· <`3> ἢ ὅτ' ἂν εἰc ἁπλοῦν cύμφωνον λήγῃ καὶ τὴν ἑξῆc ἔχῃ
ἀπὸ cυμφώνου ἀρχομένην, οἷον ἔργον· <`4> ἢ ὅτ' ἂν διπλοῦν cύμφω-
νον ἐπιφέρηται, οἷον ἔξω· <`5> ἢ ὅτ' ἂν † διπλοῦν cύμφωνον λήγῃ, οἷον Ἄραψ.

9 ΠΕΡ'Ι ΒΡΑΧΕ'ΙΑΣ ΣΥΛΛΑΒ˜ΗΣ

Βραχεῖα cυλλαβὴ γίνεται κατὰ τρόπουc δύο, <`1> ἤτοι ὅτ' ἂν ἔχῃ ἕν
τι τῶν φύcει βραχέων, οἷον βρέφοc· <`2> ἢ ὅτ' ἂν ἔχῃ ἕν τι τῶν διχρόνων
κατὰ cυcτολὴν παραλαμβανόμενον, οἷον Ἄρηc.

10 ΠΕΡ'Ι ΚΟΙΝ˜ΗΣ ΣΥΛΛΑΒ˜ΗΣ

Κοινὴ cυλλαβὴ γίνεται κατὰ τρόπουc τρεῖc, <`1> ἤτοι ὅτ' ἂν εἰc φωνῆεν
μακρὸν λήγῃ καὶ τὴν ἑξῆc ἔχῃ ἀπὸ φωνήεντοc ἀρχομένην, οἷον

«Οὔ τί μοι αἰτίη ἐccί· θεοί νύ μοι αἴτιοί εἰcιν« <Γ `164>·

<`2> ἢ ὅτ' ἂν βραχεῖ ἢ βραχυνομένῳ φωνήεντι ἐπιφέρηται δύο cύμφωνα,
ὧν τὸ μὲν δεύτερον ἀμετάβολον, τὸ δὲ ἡγούμενον καθ' ἓν ἄφωνόν
ἐcτιν, οἷον

«Πάτροκλέ μοι δειλῇ πλεῖcτον κεχαριcμένε θυμῷ« <Τ `287>

<`3> ἢ ὅτ' ἂν βραχεῖα οὖcα καταπεραιοῖ εἰc μέροc λόγου
καὶ τὴν ἑξῆc ἔχῃ ἀπὸ φωνήεντοc ἀρχομένην, οἷον

Néstora d' ouk élathen iakhê pínontá per émpēs (Il. XIV,1).

('E a Nestor não escapou o clangor da batalha')

11 DA PALAVRA[43]

Palavra é a menor parte de uma frase[44] bem constituída. Frase é um grupamento ordenado/composição[45] de palavras em prosa[46] que manifesta um pensamento completo. A frase tem oito partes: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção. O apelativo surge como uma das espécies de nomes.

† PRINCÍPIO DAS OITO PARTES DA FRASE

12 DO NOME

Nome é uma parte da frase sujeita à variação de caso, que designa um corpo ou uma coisa abstrata [47] – um corpo, como em 'pedra', uma coisa abstrata como em 'educação' –, que pode ter sentido geral ou especifico – geral, como em 'homem'[48] <ou> 'cavalo', específico/ próprio, como em 'Sócrates'. Há cinco atributos do nome: gênero, espécie, forma[49], número, caso.

Há três gêneros: masculino, feminino e neutro. Alguns acrescentam e esses dois outros: o comum e o epiceno [50]. Como exemplo de comuns, *kúon* (cão) e *híppos* (cavalo)[51] e de epicenos, *khelidón* (andorinha), *aetós* (águia)[52]

As espécies são duas: primitiva e derivada. A primitiva é a formada por nomes em sua forma original, como *Gê* (terra); a derivada é aquela que tem origem numa outra, como *Gaiêïos* (nascido da terra) (OD. VI, 324).

As espécies derivadas são sete. patronímico[53], possessivo, comparativo, superlativo, diminutivo[54], denominal[55] e deverbal.

<1>Patronímico é, propriamente, a forma derivada do nome do pai e, menos propriamente/ por extensão, do nome dos ancestrais, como Pelida e Eácida [56] para

«Νέcτορα δ' οὐκ ἔλαθεν ἰαχὴ πίνοντά περ ἔμπης« <Ξ ` 1>.

11 ΠΕΡ'Ι Λ'ΕΞΕΩΣ

Λέξις ἐcτὶ μέρος ἐλάχιcτον τοῦ κατὰ cύνταξιν λόγου.
Λόγος δέ ἐcτι πεζῆς λέξεως cύνθεcις διάνοιαν αὐτοτελῆ δηλοῦcα.
Τοῦ δὲ λόγου μέρη ἐcτὶν ὀκτώ· ὄνομα, ῥῆμα, μετοχή, ἄρθρον,
ἀντωνυμία, πρόθεcις, ἐπίρρημα, cύνδεcμος. ἡ γὰρ προcηγορία ὡς εἶδος
τῷ ὀνόματι ὑποβέβληται.

† 'ΑΡΧ'Η Τ˜ΩΝ 'ΟΚΤ'Ω ΜΕΡ˜ΩΝ ΤΟ˜Υ Λ'ΟΓΟΥ

12 ΠΕΡ'Ι 'ΟΝ'ΟΜΑΤΟΣ

Ὄνομά ἐcτι μέρος λόγου πτωτικόν, cῶμα ἢ πρᾶγμα cημαῖνον, cῶμα
μὲν οἷον λίθος, πρᾶγμα δὲ οἷον παιδεία, κοινῶς τε καὶ ἰδίως λεγόμενον,
κοινῶς μὲν οἷον ἄνθρωπος ἵππος, ἰδίως δὲ οἷον ˜Σωκράτης.
Παρέπεται δὲ τῷ ὀνόματι πέντε· γένη, εἴδη, cχήματα, ἀριθμοί, πτώcεις.

Γένη μὲν οὖν εἰcι τρία· ἀρcενικόν, θηλυκόν, οὐδέτερον. ἔνιοι δὲ
προcτιθέαcι τούτοις ἄλλα δύο, κοινόν τε καὶ ἐπίκοινον, κοινὸν μὲν οἷον
ἵππος κύων, ἐπίκοινον δὲ οἷον χελιδών ἀετός.

Εἴδη δὲ δύο, πρωτότυπον καὶ παράγωγον. πρωτότυπον μὲν οὖν
ἐcτι τὸ κατὰ τὴν πρώτην θέcιν λεχθέν, οἷον Γῆ. παράγωγον δὲ τὸ
ἀφ' ἑτέρου τὴν γένεcιν ἐcχηκός, οἷον Γαιήϊος <η ` 324>.
Εἴδη δὲ παραγώγων ἐcτὶν ἑπτά· πατρωνυμικόν, κτητικόν, cυγκριτικόν,
ὑπερθετικόν, ὑποκοριcτικόν, παρώνυμον, ῥηματικόν.

<` 1> Πατρωνυμικὸν μὲν οὖν ἐcτι τὸ κυρίως ἀπὸ πατρὸς ἐcχηματιcμένον,
καταχρηcτικῶς δὲ καὶ τὸ ἀπὸ προγόνων, οἷον Πηλείδης,

Aquiles. Há três tipos de patronímicos, o tipo em *–dēs,* o em *–ōn*, o em *–adios*, como em *Atreídēs, Atreíōn*, e a forma típica dos eólicos *Hyrrádios*, para Pítaco, o filho de Hyrra. Três, igualmente, são os patronímicos para os femininos : em – *is*, como em *Priamís*; em *–as* , como em *Peliás*, e em – *ne*, como em *Adrēstínē* (Il. V, 412). Homero não forma patronímicos a partir <dos nomes das mães>, mas os <poetas> posteriores o fazem.

<2> Possessivo é a forma derivada que vem da posse, considerando o possuidor, por exemplo, † ***Nēlēïoi*** *híppoi* (cavalos **de Neleu**) (IL. XI, 597); ***Hektóreos*** *khitôn* (manta **de Heitor**) (IL. II, 416), ***Platōnikòn*** *biblíon* (livro **de Platão**).

<3> O comparativo é o derivado que faz a comparação de um indivíduo com outro do mesmo tipo, como em *Aquiles é* ***mais corajoso que (andreióteros)*** *Ájax*, ou de um indivíduo com muitos de tipos diferentes do dele, como em *Aquiles é* ***mais corajoso que (andreióteros)*** *os troianos*. Há três tipos de comparativos, o tipo em – *teros*, como em *oxúteros* (mais rápido), *bradúteros (mais lento).*; o em – *ōn* † puro, como em *beltíōn* (melhor), *kalíōn* (mais bonito), e o tipo em – *ssōn*, por exemplo *kreíssōn* (mais forte), *hêssōn* (mais vencível).

<4> O superlativo é <o derivado> de valor intensivo de um <elemento> tomado em comparação com muitos <outros>. São dois seus tipos, o tipo em – *tatos*, por exemplo, *oxútatos* (o mais rápido), *bradútatos* (o mais lento), e o tipo em – *tos*, por exemplo, *áristos* (o melhor), *mégistos* (o maior).

<5> O diminutivo é o <derivado> que indica uma diminuição do primitivo, sem comparação, por exemplo, *anthrōpískos* (homenzinho), *líthax* (pequena pedra, pedrinha), *meirakúllion* (jovenzinho).

<6> O denominal é o <derivado> formado a partir de um nome, por exemplo, *Théōn*, † *Trúphōn*.[57]

<7> O deverbal é o derivado de um verbo, por exemplo, *Philêmōn*, *Noêmōn*[58].

Há três formas de nomes: simples, composto e derivado de composto. A simples tem como exemplo *Mémnōn*, a composta, *Agamêmnōn*, a derivada da composta, *Agamemnonídēs*[59], † *Philippídēs*. Há quatro variedades de compostos: uns são feitos †de dois <nomes> completos, como *Kheirísophos*[60], outros de dois, incompletos, como *Sophoklês*[61]; outros de um incompleto e um completo, como *Philódēmos*[62], outros de um completo e um incompleto, como *Periklês* [63].

Αἰακίδηc ὁ ᾿Αχιλλεύc. Τύποι δὲ τῶν πατρωνυμικῶν ἀρcενικῶν μὲν
τρεῖc, ὁ εἰc δηc, ὁ εἰc ων, ὁ εἰc αδιοc, οἷον ᾿Ατρείδηc, ᾿Ατρείων,
καὶ ὁ τῶν Αἰολέων ἴδιοc τύποc ῾Υρράδιοc· ῞Υρρα γὰρ παῖc ὁ Πιττακόc.
θηλυκῶν δὲ οἱ ἴcοι τρεῖc, ὁ εἰc ιc, οἷον Πριαμίc, καὶ ὁ εἰc αc, οἷον Πελιάc, καὶ ὁ εἰc νη,
οἷον ᾿Αδρηcτίνη <Ε `412>.
Απὸ δὲ μητέρων οὐ cχηματίζει πατρωνυμικὸν εἶδοc ὁ ῞Ομηροc, ἀλλ' οἱ νεώτεροι.

<`2> Κτητικὸν δέ ἐcτι τὸ ὑπὸ τὴν κτῆcιν πεπτωκόc, ἐμπεριειλημμένου
τοῦ κτήτοροc, οἷον † Νηλήϊοι ἵπποι <Λ `597>, ῾Εκτόρεοc
χιτών <Β `416>, Πλατωνικὸν βιβλίον.

<`3> Συγκριτικὸν δέ ἐcτι τὸ τὴν cύγκριcιν ἔχον ἑνὸc πρὸc
ἕνα ὁμοιογενῆ, ὡc ᾿Αχιλλεὺc ἀνδρειότεροc Αἴαντοc, ἢ ἑνὸc πρὸc πολλοὺc ἑτερογενεῖc,
ὡc ᾿Αχιλλεὺc ἀνδρειότεροc τῶν
Τρώων. Τῶν δὲ cυγκριτικῶν τύποι εἰcὶ τρεῖc, ὁ εἰc τεροc, οἷον
ὀξύτεροc βραδύτεροc, καὶ ὁ εἰc ων † καθαρόc, οἷον βελτίων
καλλίων, καὶ ὁ εἰc ων, οἷον κρείccων ἥccων.

<`4> ῾Υπερθετικὸν δέ ἐcτι τὸ κατ' ἐπίταcιν ἑνὸc πρὸc πολλοὺc
παραλαμβανόμενον ἐν cυγκρίcει. Τύποι δὲ αὐτοῦ εἰcι δύο, ὁ εἰc τατοc, οἷον
ὀξύτατοc βραδύτατοc, καὶ ὁ εἰc τοc, οἷον ἄριcτοc μέγιcτοc.

<`5> ῾Υποκοριcτικὸν δέ ἐcτι τὸ μείωcιν τοῦ πρωτοτύπου ἀcυγκρίτωc δηλοῦν,
οἷον ἀνθρωπίcκοc λίθαξ μειρακύλλιον.

<`6> Παρώνυμον δέ ἐcτι τὸ παρ' ὄνομα ποιηθέν, οἷον Θέων † Τρύφων.

<`7> ῾Ρηματικὸν δέ ἐcτι τὸ ἀπὸ ῥήματοc παρηγμένον,
οἷον Φιλήμων Νοήμων.

Σχήματα δὲ ὀνομάτων ἐcτὶ τρία· ἁπλοῦν, cύνθετον, παραcύνθετον·
ἁπλοῦν μὲν οἷον Μέμνων, cύνθετον δὲ οἷον ᾿Αγαμέμνων,
παραcύνθετον δὲ οἷον ᾿Αγαμεμνονίδηc † Φιλιππίδηc.
Τῶν δὲ cυνθέτων διαφοραί εἰcι τέccαρεc. ἃ μὲν γὰρ αὐτῶν † εἰcιν ἐκ
δύο τελείων, ὡc Χειρίcοφοc, ἃ δὲ ἐκ δύο ἀπολειπόντων, ὡc Σοφοκλῆc,
ἃ δὲ ἐξ ἀπολείποντοc καὶ τελείου, ὡc Φιλόδημοc, ἃ δὲ ἐκ
τελείου καὶ ἀπολείποντοc, ὡc Περικλῆc.

Há três números: singular, dual, plural. Singular como *ho Hómēros*, dual, *to Homērō*, plural *hoi Hómēroi*. Há formas de singular que indicam plurais, como *dêmos* (povo), *khorós* (coro), *ókhlos* (multidão); e há algumas formas de plural que falam de singulares ou duais; de singulares, como *Athênai* (Atenas), *Thêbai* (Tebas)[64]; de duais, como *amphóteroi* (ambos).

São cinco os casos[65] dos nomes: reto, genitivo, dativo, acusativo, vocativo. O caso reto é chamado nominativo e direto; o genitivo, possessivo e paternal; o dativo, epistolar; o acusativo[66] † refere-se a uma causa †; o vocativo <é também chamado de> interpelativo.

Vinculam-se ao nome as <classes> que também são chamadas de espécies : próprio, designativo, adjetivo, relacional, quase-relacional, homônimo, sinônimo, † diônimo, epônimo, étnico, interrogativo, indefinido[67], anafórico – também chamado identificativo, dêitico e correspondente –, coletivo[68], distributivo, inclusivo[69], onomatopéico[70], genérico, † específico, ordinal, numeral, absoluto, † participativo.

<1> O <nome> próprio é aquele que significa a substância individual, como *Sócrates*, *Homero*.

<2> O designativo significa a substância comum, como *homem*, *cavalo*.

<3> O epíteto[71] é colocado, † de maneira homonímica, junto ao nome próprio ou ao apelativo e expressa louvor ou reprovação, descaso. Ele pode ser compreendido de três formas: <1> como referente à alma, <2> como referente ao corpo, <3> como referente ao exterior, à alma como em *comedido*, *licencioso*; ao corpo como em *rápido*, *lento*; ao exterior como em *rico*, *pobre*.

<4> Um relacional[72] é como *pai*, *filho*, *amigo*, *direita* (oposto de esquerda).

<5> Os quase-relacionais são os como *noite*, *dia*, † *morte*, *vida*.

<6> O homônimo é o † nome que é aplicado a vários <referentes / nomes> de maneira homonímica, † por exemplo, para os nomes próprios, como *Ájax*, o filho de Telamão, e *Ájax*, o filho de Oileu; para os apelativos, como *mûs* (rato) do mar e *mûs* (rato) terrestre.

<7> O sinônimo é o que por formas nominais diversas denomina a mesma coisa/ denomina o mesmo por nomes diferentes, por exemplo *áor*, *ksípos*, *mákhaira*, *sphátē*, *phásganon* (todos tipos de espada, como, em português, gládio, espada, cimitarra).

Ἀριθμοὶ τρεῖς· ἑνικός, δυϊκός, πληθυντικός· ἑνικὸς μὲν ὁ Ὅμηρος, δυϊκὸς δὲ τὼ Ὁμήρω, πληθυντικὸς δὲ οἱ Ὅμηροι. Εἰσὶ δέ τινες ἑνικοὶ χαρακτῆρες καὶ κατὰ πολλῶν λεγόμενοι, οἷον δῆμος χορός ὄχλος· καὶ πληθυντικοὶ κατὰ ἑνικῶν τε καὶ δυϊκῶν, ἑνικῶν μὲν ὡς Ἀθῆναι Θῆβαι, δυϊκῶν δὲ ὡς ἀμφότεροι.

Πτώσεις ὀνομάτων εἰσὶ πέντε· ὀρθή, γενική, δοτική, αἰτιατική, κλητική. Λέγεται δὲ ἡ μὲν ὀρθὴ ὀνομαστικὴ καὶ εὐθεῖα, ἡ δὲ γενικὴ κτητική τε καὶ πατρική, ἡ δὲ δοτικὴ ἐπισταλτική, ἡ δὲ αἰτιατικὴ † κατ' αἰτιατικήν, ἡ δὲ κλητικὴ προσαγορευτική.

Ὑποπέπτωκε δὲ τῷ ὀνόματι ταῦτα, ἃ καὶ αὐτὰ εἴδη προσαγορεύεται· κύριον, προσηγορικόν, ἐπίθετον, πρός τι ἔχον, ὡς πρός τι ἔχον, ὁμώνυμον, συνώνυμον, † διώνυμον, ἐπώνυμον, ἐθνικόν, ἐρωτηματικόν, ἀόριστον, ἀναφορικὸν ὃ καὶ ὁμοιωματικὸν καὶ δεικτικὸν καὶ ἀνταποδοτικὸν καλεῖται, περιληπτικόν, ἐπιμεριζόμενον, περιεκτικόν, πεποιημένον, γενικόν, † ἰδικόν, τακτικόν, ἀριθμητικόν, ἀπολελυμένον, † μετουσιαστικόν.

<`1> Κύριον μὲν οὖν ἐστι τὸ τὴν ἰδίαν οὐσίαν σημαῖνον, οἷον Ὅμηρος ~Σωκράτης.

<`2> Προσηγορικὸν δέ ἐστι τὸ τὴν κοινὴν οὐσίαν σημαῖνον, οἷον ἄνθρωπος ἵππος.

<`3> Ἐπίθετον δέ ἐστι τὸ ἐπὶ κυρίων ἢ προσηγορικῶν † ὁμωνύμως τιθέμενον καὶ δηλοῦν ἔπαινον ἢ ψόγον. λαμβάνεται δὲ τριχῶς, ἀπὸ ψυχῆς, ἀπὸ σώματος, ἀπὸ τῶν ἐκτός· ἀπὸ μὲν ψυχῆς ὡς σώφρων ἀκόλαστος, ἀπὸ δὲ σώματος ὡς ταχύς βραδύς, ἀπὸ δὲ τῶν ἐκτὸς ὡς πλούσιος πένης.

<`4> Πρός τι ἔχον δέ ἐστιν ὡς πατήρ υἱός φίλος δεξιός.

<`5> Ὡς πρός τι ἔχον δέ ἐστιν ὡς νύξ ἡμέρα † θάνατος ζωή.

<`6> Ὁμώνυμον δέ ἐστιν † ὄνομα τὸ κατὰ πολλῶν ὁμωνύμως τιθέμενον, † οἷον ἐπὶ μὲν κυρίων, ὡς Αἴας ὁ Τελαμώνιος καὶ Αἴας ὁ Ἰλέως, ἐπὶ δὲ προσηγορικῶν, ὡς μῦς θαλάσσιος καὶ μῦς γηγενής.

<`7> Συνώνυμον δέ ἐστι τὸ ἐν διαφόροις ὀνόμασι τὸ αὐτὸ δηλοῦν, οἷον ἄορ ξίφος μάχαιρα σπάθη φάσγανον.

<8> Um ferônimo[73] é instituído a partir de algum evento, *como Thisamenós, Megapénthēs.*[74]

<9> O diônimo é constituído de dois nomes aplicados a uma única pessoa importante, por exemplo, *Alexandre*, é outro nome para Páris, não sendo, contudo, reversível ,a reação, pois não ocorrerá que qualquer um que se chame Alexandre possa se denominar também Páris.

<10> O epônimo, também chamado diônimo, é aquele que, junto com outro <nome> próprio, é aplicado para denominar uma única e mesma pessoa, por exemplo, *Enosíkhthō*n (abalador de terra) <para> Posêidon, *Phoîbos* (brilhante) <para> Apolo.

<11> O nome étnico[75] é o que indica a nacionalidade, como Frígio, Galateu.

<12> O interrogativo, também chamado questionante, é o nome que se emprega na interrogação, por exemplo, *tís* (quem?), *poîos* (de que tipo?), *pósos* (quanto?), *pēlíkos* (de qual duração?).

<13> Indefinido é o empregado em oposição ao interrogativo, como *hostis* (quem quer que), *hopoîos* (qualquer tipo), *hopósos* (quanto quer que), *hopelíkos* (tão durativo que).

<14> O anafórico, também chamado equivalente, dêitico, correlativo, significa a identificação, *toioûtos*, *tosoûtos tēlikoûtos* (tal em qualidade, tal em quantidade, tal em duratividade).

<15> O coletivo é o que significa uma pluralidade com um <nome> singular, como povo, coro, multidão.

<16> O distributivo é o nome que entre dois ou mais faz referência a um por um, por exemplo, *hekáteros* (um e outro), *hékastos* (cada um).

<17> Inclusivo é o que indica que contém algo dentro dele, como *daphnō*n (bosque de loureiros), *parthenō*n[76] (quarto das moças).

<18> Um onomatopéico é o nome que imita as particularidades sonoras <das coisas>, por exemplo, *phloîsbos* (barulho de batalha), *rhoîzos* (bramido), † *orumagdós* (estrondo).

<19> O genérico é o que pode ser dividido em várias espécies, por exemplo, animal (zôon), planta (*phytón*).

<20> † Específico é o que provém da divisão de um gênero[77], como boi, cavalo, vinha, oliveira.

<21> O ordinal é o que indica ordem, como primeiro, segundo, terceiro.

<`8> Φερώνυμον δέ ἐcτι τὸ ἀπό τινοc cυμβεβηκότοc τεθέν, ὡc Τιcαμενόc καὶ Μεγαπένθηc.

<`9> Διώνυμον δέ ἐcτιν ὀνόματα δύο καθ' ἑνὸc κυρίου τεταγμένα, οἷον 'Αλέξανδροc ὁ καὶ Πάριc, οὐκ ἀναcτρέφοντοc τοῦ λόγου· οὐ γάρ, εἴ τιc 'Αλέξανδροc, οὗτοc καὶ Πάριc.

<`10> 'Επώνυμον δέ ἐcτιν, ὃ καὶ διώνυμον καλεῖται, τὸ μεθ' ἑτέρου κυρίου καθ' ἑνὸc λεγόμενον, ὡc 'Ενοcίχθων ὁ Ποcειδῶν καὶ Φοῖβοc ὁ 'Απόλλων.

<`11> 'Εθνικὸν δέ ἐcτι τὸ ἔθνουc δηλωτικόν, ὡc Φρύξ Γαλάτηc.

<`12> 'Ερωτηματικὸν δέ ἐcτιν, ὃ καὶ πευcτικὸν καλεῖται, τὸ κατ'ἐρώτηcιν λεγόμενον, οἷον τίc ποῖοc πόcοc πηλίκοc.

<`13> 'Αόριcτον δέ ἐcτι τὸ τῷ ἐρωτηματικῷ ἐναντίωc λεγόμενον, οἷον ὅcτιc ὁποῖοc ὁπόcοc ὁπηλίκοc.

<`14> 'Αναφορικὸν δέ ἐcτιν, ὃ καὶ ὁμοιωματικὸν καὶ δεικτικὸν καὶ ἀνταποδοτικὸν καλεῖται, τὸ ὁμοίωcιν cημαῖνον, οἷον τοιοῦτοc τοcοῦτοc τηλικοῦτοc.

<`15> Περιληπτικὸν δέ ἐcτι τὸ τῷ ἑνικῷ ἀριθμῷ πλῆθοc cημαῖνον, οἷον δῆμοc χορόc ὄχλοc.

<`16> 'Επιμεριζόμενον δέ ἐcτι τὸ ἐκ δύο ἢ καὶ πλειόνων ἐπὶ ἓν ἔχον τὴν ἀναφοράν, οἷον ἑκάτεροc ἕκαcτοc.

<`17> Περιεκτικὸν δέ ἐcτι τὸ ἐμφαῖνον ἐν ἑαυτῷ τι περιεχόμενον, οἷον δαφνών παρθενών.

<`18> Πεποιημένον δέ ἐcτι τὸ παρὰ τὰc τῶν ἤχων ἰδιότητας μιμητικῶc εἰρημένον, οἷον φλοῖcβοc ῥοῖζοc + ὀρυγμαδόc.

<`19> Γενικὸν δέ ἐcτι τὸ δυνάμενον εἰc πολλὰ εἴδη διαιρεθῆναι, οἷον ζῶον φυτόν.

<`20> + 'Ιδικὸν δέ ἐcτι τὸ ἐκ τοῦ γένουc διαιρεθέν, οἷον βοῦc ἵπποc ἄμπελοc ἐλαία.

<`21> Τακτικὸν δέ ἐcτι τὸ τάξιν δηλοῦν, οἷον πρῶτοc δεύτεροc τρίτοc.

<22> O numeral é o que significa um número, como um, dois, três.

<23> O nome absoluto é o concebido em si mesmo, como 'deus', 'razão'.

<24> † Um participativo é um que toma parte de uma essência, como *púrinos* (ígneo), *drúïnos* (de carvalho), *eláphinos* (de cervo).

O nome tem duas diáteses: a ativa e a passiva. Como exemplo da ativa, *kritḗs* (juiz), que é o que julga; da passiva, *kritós,* que é o que é julgado.

13. DO VERBO

O verbo é uma palavra não sujeita à variação de caso, que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade[78]. Há oito acidentes[79] do verbo: o modo, a diátese, a espécie, a forma, o número, a pessoa, o tempo e a conjugação.

<1> Há cinco modos: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo.

<2> Há três diáteses: ativa, passiva, média. Da ativa, tem-se por exemplo, *túptō*[80] (eu firo); da passiva, *túptomai* (eu sou ferido). A média é a diátese que expressa por vezes a ativa, por vezes a passiva, como em *pépēga* (eu me fixei), *diéphthora* (eu fui /estou destruído), *epoiēsámēn* (eu faço), *egrapsámēn* (eu escrevo).

<3> Há duas espécies: primária e derivada. A primária tem como exemplo *árdō*, a derivada, *ardeúō.*

<4> Há três formas: simples, composta, derivada da composta. A simples tem como exemplo *phronô,* a composta, *kataphronô*, a derivada da composta, *antigonízō*, *philippízo.*

<5> Há três números: singular, dual, plural. O singular tem por exemplo, *túptō* (eu firo), o dual, *túpteton* (ambos-vocês ou eles- ferem), o plural, *túptomen* (nós ferimos).

<6> São três as pessoas: primeira, segunda, terceira. A primeira é a de que provém a sentença; a segunda, a quem se dirige a sentença; a terceira, a de que fala a sentença.

<7> Há três tempos: presente[81], passado[82] e futuro[83]. Dentre eles, o passado tem quatro variedades, o imperfeito (extensivo)[84] paratático, o adjacente[85], mais –que – perfeito[86], aoristo[87] . Dentre esses, há três parentescos, o do presente com o imperfeito, o do adjacente com o mais-que-perfeito, do indefinido/ aoristo com o futuro.

<`22> Ἀριθμητικὸν δέ ἐϲτι τὸ ἀριθμὸν ϲημαῖνον, οἷον εἷϲ δύο τρεῖϲ.

<`23> Ἀπολελυμένον δέ ἐϲτιν ὃ καθ' ἑαυτὸ νοεῖται, οἷον θεόϲ λόγοϲ.

<`24>† Μετουϲιαϲτικὸν δέ ἐϲτι τὸ μετέχον οὐϲίαϲ τινόϲ,οἷον πύρινοϲ δρύϊνοϲ ἐλάφινοϲ.

Τοῦ δὲ ὀνόματοϲ διαθέϲειϲ εἰϲὶ δύο, ἐνέργεια καὶ πάθοϲ, ἐνέργεια μὲν ὡϲ κριτήϲ ὁ κρίνων, πάθοϲ δὲ ὡϲ κριτόϲ ὁ κρινόμενοϲ.

13 ΠΕΡΊ ῬΉΜΑΤΟΣ

Ῥῆμά ἐϲτι λέξιϲ ἄπτωτοϲ, ἐπιδεκτικὴ χρόνων τε καὶ προϲώπων καὶ ἀριθμῶν, ἐνέργειαν ἢ πάθοϲ παριϲτᾶϲα. Παρέπεται δὲ τῷ ῥήματι ὀκτώ, ἐγκλίϲειϲ, διαθέϲειϲ, εἴδη, ϲχήματα, ἀριθμοί, πρόϲωπα, χρόνοι, ϲυζυγίαι.

Ἐγκλίϲειϲ μὲν οὖν εἰϲι πέντε, ὁριϲτική, προϲτακτική, εὐκτική, ὑποτακτική, ἀπαρέμφατοϲ.

Διαθέϲειϲ εἰϲὶ τρεῖϲ, ἐνέργεια, πάθοϲ, μεϲότηϲ· ἐνέργεια μὲν οἷον τύπτω, πάθοϲ δὲ οἷον τύπτομαι, μεϲότηϲ δὲ ἡ ποτὲ μὲν ἐνέργειαν ποτὲ δὲ πάθοϲ παριϲτᾶϲα, οἷον πέπηγα διέφθορα ἐποιηϲάμην ἐγραψάμην.

Εἴδη δὲ δύο, πρωτότυπον καὶ παράγωγον· πρωτότυπον μὲν οἷον ἄρδω, παράγωγον δὲ οἷον ἀρδεύω.

Σχήματα τρία, ἁπλοῦν, ϲύνθετον, παραϲύνθετον· ἁπλοῦν μὲν οἷον φρονῶ, ϲύνθετον δὲ οἷον καταφρονῶ, παραϲύνθετον δὲ οἷον ἀντιγονίζω φιλιππίζω.

Ἀριθμοὶ τρεῖϲ, ἑνικόϲ, δυϊκόϲ, πληθυντικόϲ· ἑνικὸϲ μὲν οἷον τύπτω, δυϊκὸϲ δὲ οἷον τύπτετον, πληθυντικὸϲ δὲ οἷον τύπτομεν.

Πρόϲωπα τρία, πρῶτον, δεύτερον, τρίτον· πρῶτον μὲν ἀφ' οὗ ὁ λόγοϲ, δεύτερον δὲ πρὸϲ ὃν ὁ λόγοϲ, τρίτον δὲ περὶ οὗ ὁ λόγοϲ.

Χρόνοι τρεῖϲ, ἐνεϲτώϲ, παρεληλυθώϲ, μέλλων.
τούτων ὁ παρεληλυθὼϲ ἔχει διαφορὰϲ τέϲϲαραϲ, παρατατικόν, παρακείμενον, ὑπερϲυντέλικον, ἀόριϲτον· ὧν ϲυγγένειαι τρεῖϲ, ἐνεϲτῶτοϲ πρὸϲ παρατατικόν, παρακειμένου πρὸϲ ὑπερϲυντέλικον, ἀορίϲτου πρὸϲ μέλλοντα.

14. DA CONJUGAÇÃO

Conjugação é uma flexão regular dos verbos.

Há seis conjugações dos verbos barítonos[88]:

<1> a primeira, por *b*, † *ph*, *p*, *pt*, como em *leíbō* , † *gráphō*, *térpō*, *kóptō*;

<2> a segunda, por *g*, *k*, *kh*, *kt*, como em *légō*, *plékō*, *trékhō*, *tíktō*;

<3> a terceira, por *d*, *th*, *t*, por exemplo *âidō*, *plêthō*, *anútō*;

<4> a quarta, por *zd* (*dz*), ou os dois sigmas *ss*, por exemplo, *phrázdō*, † *nússō*, *orússō*;

<5> a quinta, pelas quatro invariáveis *l*, *m*, *n*, *r*, como em *pállō*, *némō*, *krínō*, *speírō*;

<6> A sexta, por *ō* puro, como em *hippeúō*, *pléō*, † *basileúō* .

Alguns introduzem uma sétima conjugação em *ks*, *ps*, como em *aléksō* e *hépsō*.

Há três conjugações de verbos circunflexos:

<1> a primeira é caracterizada pelo ditongo *ei* nas segunda e terceira pessoas, como em *noô*, *noeîs*, *noeî* (penso, pensas, pensa);

<2> a segunda, pelo ditongo *āi*, com o iota (i) subscrito mas não pronunciado com o alfa, por exemplo, *boô*, *boâis*, *boâi* (grito, gritas, grita);

<3> a terceira, pelo ditongo *oi*, como em *khrusô*, *khrusoîs*, *khrisoî* (eu douro, tu douras, ele doura).

Há quatro conjugações de verbos terminados em – mi:

<1> a primeira † vem da primeira dos verbos circunflexos: de *títhō* vem *títhēmi* (por, colocar, posicionar);

<2> a segunda, da segunda: de *histô* vem *hístēmi* (levantar, endireitar);

<3> a terceira, da terceira: *didô* vem de *dídōmi* (dar);

<4> a quarta, da sexta dos verbos barítonos: como de *pēgnúo* vem *pēgnumi* (fixar, cravar).

14 ΠΕΡ'Ι ΣΥΖΥΓ'ΙΑΣ

Συζυγία ἐcτὶν ἀκόλουθοc ῥημάτων κλίcιc. Εἰcὶ δὲ cυζυγίαι βαρυτόνων μὲν ῥημάτων ἕξ, ὧν

<`1> ἡ μὲν πρώτη ἐκφέρεται διὰ τοῦ β ἢ † φ ἢ π ἢ πτ, οἷον λείβω † γράφω τέρπω κόπτω·

<`2> ἡ δὲ δευτέρα διὰ τοῦ γ ἢ κ ἢ χ ἢ κτ, οἷον λέγω πλέκω τρέχω τίκτω·

<`3> ἡ δὲ τρίτη διὰ τοῦ δ ἢ θ ἢ τ, οἷον ᾄδω πλήθω ἀνύτω·

<`4> ἡ δὲ τετάρτη διὰ τοῦ ζ ἢ τῶν δύο σσ, οἷον φράζω † νύσσω ὀρύσσω·

<`5> ἡ δὲ πέμπτη διὰ τῶν τεσσάρων ἀμεταβόλων, λ μ ν ρ, οἷον πάλλω νέμω κρίνω σπείρω·

<`6> ἡ δὲ ἕκτη διὰ καθαροῦ τοῦ ω, οἷον ἱππεύω πλέω † βασιλεύω.

Τινὲς δὲ καὶ ἑβδόμην συζυγίαν εἰσάγουσιν διὰ τοῦ ξ καὶ ψ, οἷον ἀλέξω ἕψω.

Περισπωμένων δὲ ῥημάτων συζυγίαι εἰσὶ τρεῖς, ὧν

<`1> ἡ μὲν πρώτη ἐκφέρεται ἐπὶ δευτέρου καὶ τρίτου προςώπου διὰ τῆς ει διφθόγγου, οἷον νοῶ νοεῖς νοεῖ·

<`2> ἡ δὲ δευτέρα διὰ τῆς α ἰιφθόγγου, προςγραφομένου τοῦ ι, μὴ συνεκφωνουμένου δέ, οἷον βοῶ βοᾷς βοᾷ·

<`3> ἡ δὲ τρίτη διὰ τῆς οι διφθόγγου, οἷον χρυσῶ χρυσοῖς χρυσοῖ.

Τῶν δὲ εἰς μι ληγόντων ῥημάτων συζυγίαι εἰσὶ τέσσαρες, ὧν

<`1> ἡ μὲν πρώτη † ἐκφέρεται ἀπὸ τῆσ πρώτηc τῶν περιcπωμένων, ὡc ἀπὸ τοῦ τιθῶ γέγονε τίθημι·

<`2> ἡ δὲ δευτέρα ἀπὸ τῆc δευτέραc, ὡc ἀπὸ τοῦ ἱcτῶ γέγονεν ἵcτημι·

<`3> ἡ δὲ τρίτη ἀπὸ τῆc τρίτηc, ὡc ἀπὸ τοῦ διδῶ γέγονε δίδωμι·

<`4> ἡ δὲ τετάρτη ἀπὸ τῆc ἕκτηc τῶν βαρυτόνων, ὡc ἀπὸ τοῦ πηγνύω γέγονε πήγνυμι.

15 DO PARTICÍPIO

O particípio é um a palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes. Ele tem os mesmos atributos que o nome e o verbo, exceto a pessoa e o modo.

16 DO ARTIGO

O artigo é uma parte da frase sujeita à variação de caso, preposta † ou posposta[89] à declinação dos nomes : o prepositivo é *ho*, e o pospositivo, *hós*.

Há três atributos /acidentes dos artigos : o gênero, o número e o caso.

Há três gêneros: masculino, feminino e neutro: ***ho*** *poiētês* (o poeta, palavra masculina), ***he*** *poíēsis* (a poesia, palavra feminina), ***tó*** *poíēma* (o poema, palavra neutra).

Há três números: † singular, dual e plural. Singular, *ho*, *he*, *tó* (masc., neu., fem.); dual, *tṓ*, *ta* (masculino/neutro, feminino) †; plural, *hoi*, *hai*, *tá* (masc., neu., fem.).

Os casos são *ho*, *toû*, *tôi*, *tón*, *ô*, † *hē*, *tēs*, *têi*, *tên*, *ô*.

17 DO PRONOME

O pronome é a palavra empregada em vez de um nome e que indica pessoas determinadas.

Há seis acidentes dos pronomes: pessoa, gênero, número, caso, forma e espécie.

<1> As pessoas dos pronomes primários são *egṓ*, *sú*, *hí*[90], as dos derivados, *emós*, *sós*, *hós*.

<2> Os gêneros dos primários não são distiguidos do pronome pelo som, mas pela dêixis que fazem, por exemplo, ego (eu, gênero indiferenciado). Mas, os <gêneros> dos derivados o são, por exemplo, ***ho*** *emós* (masc.), ***hē*** *emḗ* (fem.), ***tò*** *emón* (neu.).

15 ΠΕΡ'Ι ΜΕΤΟΧ˜ΗΣ

Μετοχή ἐcτι λέξιc μετέχουcα τῆc τῶν ῥημάτων καὶ τῆc τῶν ὀνομάτων ἰδιότητοc. Παρέπεται δὲ αὐτῇ ταὐτὰ ἃ καὶ τῷ ὀνόματι καὶ τῷ ῥήματι δίχα προcώπων τε καὶ ἐγκλίcεων.

16 ΠΕΡ'Ι ˇΑΡΘΡΟΥ

ˇΑρθρον ἐcτὶ μέροc λόγου πτωτικόν, προταccόμενον † καὶ ὑποταccόμενον τῆc κλίcεωc τῶν ὀνομάτων. καὶ ἔcτι προτακτικὸν μὲν ὁ, ὑποτακτικὸν δὲ ὅc.

Παρέπεται δὲ αὐτῷ τρία· γένη, ἀριθμοί, πτώcειc.

Γένη μὲν οὖν εἰcι τρία· ὁ ποιητήc, ἡ ποίηcιc, τὸ ποίημα.

Ἀριθμοὶ τρεῖc· † ἑνικόc, δυϊκόc, πληθυντικόc· ἑνικὸc μὲν ὁ ἡ τό, δυϊκὸc δὲ τώ τά †, πληθυντικὸc δὲ οἱ αἱ τά.

Πτώcειc δὲ ὁ τοῦ τῷ τόν ὦ, † ἡ τῆc τῇ τήν ὦ.

17 ΠΕΡ'Ι 'ΑΝΤΩΝΥΜ'ΙΑΣ

Ἀντωνυμία ἐcτὶ λέξιc ἀντὶ ὀνόματοc παραλαμβανομένη, προcώπων ὡριcμένων δηλωτική.

Παρέπεται δὲ τῇ ἀντωνυμίᾳ ἕξ· πρόcωπα, γένη, ἀριθμοί, πτώcειc, cχήματα, εἴδη.

Πρόcωπα πρωτοτύπων μὲν ἐγώ cύ ἵ, παραγώγων δὲ ἐμόc cόc ὅc.

Γένη τῶν μὲν πρωτοτύπων διὰ μὲν τῆc φωνῆc οὐ διακρίνεται, διὰ δὲ τῆc ὑπ' αὐτῶν δείξεωc, οἷον ἐγώ· τῶν δὲ παραγώγων, οἷον ὁ ἐμόc ἡ ἐμή τὸ ἐμόν.

<3> Dentre os primários, os números são: singular, *egô*, *sú*, *hí*; *dual*, *nôï* (nós dois), *sphôï* (vocês dois), e plural *hemeîs*, *humeîs*, *spheîs*. Dentre os derivados, o singular é *emós*, *sós*, *hós*; o dual *emô*, *sô*, *hô*; o plural, *emoí*, *soí*, *hoí*.

<4> Dentre os primários, o caso reto é *egô*, *sú*, *hí*; o genitivo, *emoû*, *soû*, *hoû*; o dativo, *emoí*, *soí*, *hoí*; o causativo/acusativo, *emé*, *sé*, *hé*; o vocativo, *sú* <(obviamente, só para 2.ª pessoa)>. Dentre os derivados, <o caso reto é> *emós*, *sós*, *hós*; o genitivo, *emoû*, *soû*, *hoû*; dativo, *emôi*, *sôi*, *hôi*, causativo, *emón*, *són*, *hón*.

<5> As formas são duas: simples e composta. Simples, como em *emoû*, *soû*, *hoû*; composta como em *emautoû*, *sautoû*, *hautoû*.

<6> Das espécies, umas são primárias, como *egô*, *sú*, *hí*; outras derivadas, como todos os possessivos, também chamados dipessoais[91]. Assim derivam-se: do singular derivam aqueles que indicam um possuidor, como *emós* de *emoû*; dos duais, as que indicam dois, como *nôíteros* de *nôï*; dos plurais, as que indicam muitos, como *hēméteros* de *hêmeîs*.

Entre os pronomes há uns que se empregam sem artigo e outros com artigo. Sem artigo, como *egô* (eu); com artigo, como *ho emós* (o meu).

18 DA PREPOSIÇÃO

A preposição é uma palavra pré posta a todas as partes da frase em composição ou construção (sintaxe)[92]. Há dezoito preposições ao todo. Seis delas são monossilábicas – *en*, *eis*, *ex*, *sun*, *pró*, *prós* – e não realizam anástrofe, e doze são dissilábicas – *aná*, *katá*, *diá*, *metá*, *pará*, *perí*, *amphí*, *apó*, *hupó*, *hupér*.

19 DO ADVÉRBIO

O advérbio é uma parte da sentença que não tem flexão, e **qualifica** os verbos ou é **complementar** a eles.[93]

Dentre os advérbios, alguns são simples, outros, compostos. Os simples têm como exemplo *pálai* (primordial, de antigamente), e os compostos, *propálai* (há muito tempo).

Ἀριθμοὶ πρωτοτύπων μὲν ἑνικὸς ἐγώ cύ ἵ, δυϊκὸς νῶϊ cφῶϊ,
πληθυντικὸς ἡμεῖc ὑμεῖc cφεῖc· παραγώγων δὲ ἑνικὸς ἐμός cός
ὅc, δυϊκὸς ἐμώ cώ ὥ, πληθυντικὸς ἐμοί coί οἵ.

Πτώcειc πρωτοτύπων μὲν ὀρθῆc ἐγώ cύ ἵ, γενικῆc ἐμοῦ cοῦ
οὗ, δοτικῆc ἐμοί coί οἷ, αἰτιατικῆc ἐμέ cέ ἕ, κλητικῆc cύ· παραγώγων
δὲ ἐμός cός ὅc, γενικῆc ἐμοῦ cοῦ οὗ, δοτικῆc ἐμῷ cῷ ᾧ, αἰτιατικῆc ἐμόν cόν ὅν.

Σχήματα δύο, ἁπλοῦν, cύνθετον· ἁπλοῦν μὲν οἷον ἐμοῦ cοῦ οὗ,
cύνθετον δὲ ἐμαυτοῦ cαυτοῦ αὑτοῦ.

Εἴδη δέ, ὅτι αἱ μέν εἰcι πρωτότυποι, ὡc ἐγώ cύ ἵ, αἱ δὲ παράγωγοι,
ὡc πᾶcαι αἱ κτητικαί, α καὶ διπρόcωποι καλοῦνται. παράγονται
δὲ οὕτωc·ἀπὸ μὲν ἑνικῶν αἱ ἕνα κτήτορα δηλοῦcαι, ὡc ἀπὸ τοῦ
ἐμοῦ ὁ ἐμόc·ἀπὸ δὲ δυϊκῶν αἱ δύο, ὡc ἀπὸ τοῦ νῶϊ νωΐτεροc·
ἀπὸ δὲ πληθυντικῶν αἱ πολλούc, ὡc ἀπὸ τοῦ ἡμεῖc ἡμέτεροc.

Τῶν δὲ ἀντωνυμιῶν αἱ μέν εἰcιν ἀcύναρθροι, αἱ δὲ cύναρθροι·
ἀcύναρθροι μὲν οἷον ἐγώ, cύναρθροι δὲ οἷον ὁ ἐμόc.

18 ΠΕΡ'Ι ΠΡΟΘ'ΕΣΕΩΣ

Πρόθεcίc ἐcτι λέξιc προτιθεμένη πάντων τῶν τοῦ λόγου μερῶν ἔν
τε cυνθέcει καὶ cυντάξει. Εἰcὶ δὲ αἱ πᾶcαι προθέcειc ὀκτὼ καὶ δέκα,
ὧν μονοcύλλαβοι μὲν ἕξ· ἐν εἰc ἐξ cύν πρό πρόc, αἵτινεc οὐκ ἀναcτρέφονται·
διcύλλαβοι δὲ δύο καὶ δέκα· ἀνά κατά διά μετά παρά ἀντί ἐπί περί
ἀμφί ἀπό ὑπό ὑπέρ.

19 ΠΕΡ'Ι 'ΕΠΙΡΡ'ΗΜΑΤΟΣ

Ἐπίρρημά ἐcτι μέροc λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματοc λεγόμενον ἢ
ἐπιλεγόμενον ῥήματι.

Τῶν δὲ ἐπιρρημάτων τὰ μέν ἐcτιν ἁπλᾶ, τὰ δὲ cύνθετα· ἁπλᾶ μὲν
ὡc πάλαι, cύνθετα δὲ ὡc πρόπαλαι.

<`1> Τὰ δὲ χρόνου δηλωτικά, οἷον νῦν τότε αὖθιc· τούτοιc δὲ

<1> Alguns advérbios indicam tempo, como *nûn* (agora), *tóte* (então), *haúthis* (novamente). As subespécies desse tipo de advérbio dão noção de uma ocasião específica, como *sêmeron* (hoje), *aúrion* (amanhã), *tóphra* (naquele tempo), *téōs* (nesse tempo), *pēníka* (quando).

<2> Alguns são de meio[94], como *kalôs* (nobremente), *sophôs* (sabiamente).

<3> Alguns são advérbios de maneira/modo/qualidade, como *púks* (com o punho), *láks* (com os pés), *botrudón* (em forma de cacho) (Il. II, 89), *agelēdón* (em rebanho) (Il. XVI, 160).

<4> Alguns são de quantidade, como *pollákis* (muitas vezes), *oligákis* (poucas vezes).

<5> Alguns significam número, como *dís* (duas vezes), *trís* (três vezes), *tetrákis* (quatro vezes).

<6> Alguns são de lugar, como *ano* (acima), *kâto* (embaixo). As relações <por eles expressas> são três: **em** um lugar, **para** um lugar e **de** um lugar, como em, por exemplo, *oíkoi* (em casa), *oíkade* (para casa), *oíkothen* (de casa).

<7> Alguns significam/expressam desejos, como *eíthe, aíthe, abale* (tomara que...).

<8> Alguns significam reclamação, lamúria, como *papaî, ioú, pheû.*

<9> Alguns são de contrariamento ou negação, como *oú*, *oukhí* (não), *oudê*ta, *oudamô*s (negação enfática).

<10> Alguns são de concordância, assentir// afirmação, como *naí, naíkhi* (sim).

<11> Alguns são de proibição, como *mê*, *mēdêta*, *mēdamôs* (negação para contextos sintáticos específicos, por exemplo, para os outros modos verbais que não o indicativo).

<12> Alguns, analogia/comparação ou similaridade/identificação, como *hôs*, *hôsper*, *ēúte*, *katháper* (como).

<13> Alguns indicam surpresa, como *babaî*[95].

<14> Alguns são de suposição, como *ísōs*, *tákha*, *tukhón* (talvez).

<15> Alguns são de ordenação, como *heksês*, *epheksês*, *khōrís*.

<16> Alguns, de agregação, como árdēn (totalmente) *háma* (junto, ao mesmo tempo), *êlitha* (massivamente/suficiente).

<17> Alguns, de exortação, como *eîa*, *áge*, *phére* (vamos!, eia!).[96]

ὡϲ εἴδη ὑποτακτέον τὰ καιροῦ παραϲτατικά, οἷον ϲήμερον αὔριον τόφρα τέωϲ πηνίκα.

<`2> Τὰ δὲ μεϲότητοϲ, οἷον καλῶϲ ϲοφῶϲ.

<`3> Τὰ δὲ ποιότητοϲ, οἷον πύξ λάξ βοτρυδόν <Β `89> ἀγεληδόν <Π `160>.

<`4> Τὰ δὲ ποϲότητοϲ, οἷον πολλάκιϲ ὀλιγάκιϲ.

<`5> Τὰ δὲ ἀριθμοῦ δηλωτικά, οἷον δίϲ τρίϲ τετράκιϲ.

<`6> Τὰ δὲ τοπικά, οἷον ἄνω κάτω· ὧν ϲχέϲειϲ εἰϲὶ τρεῖϲ, ἡ ἐν τόπῳ, ἡ εἰϲ τόπον, ἡ ἐκ τόπου, οἷον οἴκοι οἴκαδε οἴκοθεν.

<`7> Τὰ δὲ εὐχῆϲ ϲημαντικά, οἷον εἴθε αἴθε ἄβαλε.

<`8> Τὰ δὲ ϲχετλιαϲτικά, οἷον παπαῖ ἰού φεῦ.

<`9> Τὰ δὲ ἀρνήϲεωϲ ἢ ἀποφάϲεωϲ, οἷον οὔ οὐχί οὐδῆτα οὐδαμῶϲ.

<`10> Τὰ δὲ ϲυγκαταθέϲεωϲ, οἷον ναί ναίχι.

<`11> Τὰ δὲ ἀπαγορεύϲεωϲ, οἷον μή μηδῆτα μηδαμῶϲ.

<`12> Τὰ δὲ παραβολῆϲ ἢ ὁμοιώϲεωϲ, οἷον ὡϲ ὥϲπερ ἠτε καθάπερ.

<`13> Τὰ δὲ θαυμαϲτικά, οἷον βαβαῖ.

<`14> Τὰ δὲ εἰκαϲμοῦ, οἷον ἴϲωϲ τάχα τυχόν.

<`15> Τὰ δὲ τάξεωϲ, οἷον ἑξῆϲ ἐφεξῆϲ χωρίϲ.

<`16> Τὰ δὲ ἀθροίϲεωϲ, οἷον ἄρδην ἅμα ἤλιθα.

<`17> Τὰ δὲ παρακελεύϲεωϲ, οἷον εἶα ἄγε φέρε.

<18> Alguns, de comparação, como *mâllon* (mais), *hêtton* (menos).

<19> Alguns, de interrogação, como *póthen* (onde?), *pēníka* (quando?), *pôs* (como?).

<20> Alguns, de intensidade, como *lían, sphódra, pánu, ágan, málista* (muito, demais).

<21> † Alguns, de coletividade, com *háma, homoû, ámudis* (junto, conjuntamente).

<22> Alguns são enfaticamente negativos, como *má.*

<23> Alguns, de asserção enfática, como *ne* .

<24> Alguns são de certeza, como *dēladê* (é claro!, com certeza!).

<25> Alguns introduzem a idéia de obrigação, como *gamētéon* (é necessário desposar), *pleustéon* (é necessário navegar).

<26> Alguns significam êxtase religioso, como *euhoí, eúhan.*

20 DAS CONJUNÇÕES[97]

Conjunção é uma palavra que liga o pensamento ordenadamente[98] e torna evidentes dados implícitos da expressão[99].

Dentre as conjunções há as copulativas, as disjuntivas, as conectivas (sinápticas), as subconectivas (parasinápticas), as causais, † as dubitativas, as silogísticas e as expletivas.

<1> As copulativas são aquelas que ligam expressões sem a imposição de limites. São elas: *mén...dé* (por um lado..., por outro...), *te, kaí* (e), *allá* (mas), *ēmén, ēdé, idé* (e), *atár, autár* (porém), *êtoi* (realmente, de fato), *kén, án.*

<2> As disjuntivas são aquelas que, ao ligar expressões, separam uma coisa da outra. São elas: *ê, ētoi, ēé* (ou).

<3> As coligativas[100] são aquelas que não indicam uma situação existente, mas uma conseqüência. São elas: *eí, eíper, eidê, eidêper* (se).

<4> As subconectivas são aquelas que indicam uma situação existente e uma ordenação/seqüência. São estas: *epeí, epeíper, epeidê, epeidêper* (quando, desde).

<`18> Τὰ δὲ cυγκρίcεωc, οἷον μᾶλλον ἧττον.

<`19> Τὰ δὲ ἐρωτήcεωc, οἷον πόθεν πηνίκα πῶc.

<`20> Τὰ δὲ ἐπιτάcεωc, οἷον λίαν cφόδρα πάνυ ἄγαν μάλιcτα.

<`21> † Τὰ δὲ cυλλήψεωc, οἷον ἅμα ὁμοῦ ἄμυδιc.

<`22> Τὰ δὲ ἀπωμοτικά, οἷον μά.

<`23> Τὰ δὲ κατωμοτικά, οἷον νή.

<`24> Τὰ δὲ βεβαιώcεωc, οἷον δηλαδή.

<`25> Τὰ δὲ θετικά, οἷον γαμητέον πλευcτέον.

<`26> Τὰ δὲ θειαcμοῦ, οἷον εὐοῖ εὗάν.

20 ΠΕΡ'Ι ΣΥΝΔ'ΕΣΜΟΥ

Σύνδεcμόc ἐcτι λέξιc cυνδέουcα διάνοιαν μετὰ τάξεωc καὶ τὸ τῆc ἑρμηνείαc κεχηνὸc δηλοῦcα.

Τῶν δὲ cυνδέcμων οἱ μέν εἰcι cυμπλεκτικοί, οἱ δὲ διαζευκτικοί, οἱ δὲ cυναπτικοί, οἱ δὲ παραcυναπτικοί, οἱ δὲ αἰτιολογικοί, οἱ δὲ † ἀπορρηματικοί, οἱ δὲ cυλλογιcτικοί, οἱ δὲ παραπληρωματικοί.

<`1> ˜Συμπλεκτικοὶ μὲν οὖν εἰcιν ὅcοι τὴν ἑρμηνείαν ἐπ' ἄπειρον ἐκφερομένην cυνδέουcιν. εἰcὶ δὲ οἵδε· μέν δέ τέ καί ἀλλά ἠμέν ἠδέ ἰδέ ἀτάρ αὐτάρ ἤτοι κέν ἄν.

<`2> Διαζευκτικοὶ δέ εἰcιν ὅcοι τὴν μὲν φράcιν ἐπιcυνδέουcιν, ἀπὸ δὲ πράγματοc εἰc πρᾶγμα διιcτᾶcιν. εἰcὶ δὲ οἵδε· ἤ ἤτοι ἠέ.

<`3> Συναπτικοὶ δέ εἰcιν ὅcοι ὕπαρξιν μὲν οὐ δηλοῦcι, cημαίνουcι δὲ ἀκολουθίαν. εἰcὶ δὲ οἵδε· εἴ εἴπερ εἰδή εἰδήπερ.

<`4> Παραcυναπτικοὶ δέ εἰcιν ὅcοι μεθ' ὑπάρξεωc καὶ τάξιν δηλοῦcιν. εἰcὶ δὲ οἵδε· ἐπεί ἐπείπερ ἐπειδή ἐπειδήπερ.

<5> As causais são as conjunções que se empregam para indicar uma causa. São as seguintes: *hína*, *óphra*, *hópōs*, *héneka*, *hoúneka*, *dihó*, *dihóti*, *kath'hó*, *kath'hóti*, *kath'hóson* (porque, por causa de).

<6> † As dubitativas são † aquelas utilizadas para ligar em circunstâncias de dúvida. São: *âra*, *kâta*, *môn* .

<7> As silogísticas são as que são utilizadas em conclusões e conseqüências de provas. São estas: *ára* (então), *allá*, *allamên* (mas), *toínun*, *toigártoi*, *toigaroûn* (portanto).

<8> As expletivas são as empregadas com finalidade métrica ou meramente ornamental. São: *dē̂*, *rhá*, *nú*, *poû*, *toí*, *thē̂n*, *ár*, *dêta*, *pér*, *pō̂*, *mē̂n* , *án*, *aû*, *nûn*, *oûn*, *kén*, *ge*.

Algumas pessoas somam a essas as conjunções adversativas, como *émpē̂s*, *homō̂s*.

*

* *

<`5> Αἰτιολογικοὶ δέ εἰσιν ὅσοι ἐπ' ἀποδόσει αἰτίας † ἕνεκεν παραλαμβάνονται. εἰσὶ δὲ οἵδε· ἵνα ὄφρα ὅπως ἕνεκα οὕνεκα διὅ διότι καθ' ὅ καθ' ὅτι καθ' ὅσον.

<`6> † 'Απορρηματικοὶ δέ εἰσιν † ὅσοι ἐπαπορούντες εἰώθασι συνδεῖν. εἰσὶ δὲ οἷδε· ἆρα κᾶτα μῶν.

<`7> ˜Συλλογιστικοὶ δέ εἰσιν ὅσοι πρὸς τὰς ἐπιφοράς τε καὶ συλλήψεις τῶν ἀποδείξεων εὖ διάκεινται. εἰσὶ δὲ οἷδε· ἄρα ἀλλά ἀλλαμήν τοίνυν τοιγάρτοι τοιγαροῦν.

<`8> Παραπληρωματικοὶ δέ εἰσιν ὅσοι μέτρου ἢ κόσμου ἕνεκεν παραλαμβάνονται. εἰσὶ δὲ οἷδε· δή ῥά νύ ποῦ τοί θήν ἄρ δῆτα πέρ πώ μήν ἄν αὖ νῦν οὖν κέν γέ.

Τινὲς δὲ προστιθέασι καὶ ἐναντιωματικούς, οἷον ἔμπης ὅμως.

2.3 NOTAS DE TRADUÇÃO

[1] 'Conhecimento empírico' traduz, aqui, o termo grego *empeiría*, cuja acepção primeira, e, conseqüentemente, a tradução mais imediata, seria 'experiência', ou 'conhecimento adquirido através da experiência'. É o que se vê, por exemplo na tradução de KÜRSCHNER (1996:179) '*Grammatik ist die Erfahrung beuhende Kenntnis des üblichen Sprachgebrauchs der Dichter um Prosasscriftstelller*' (Gramática é o conhecimento baseado na – ou dependente da – experiência (...)). É possível, porém, entender *empeiría* também como **domínio prático** dos conteúdos, como trabalho intelectual realizado **com** e **na** prática (e não só como domínio **adveniente** da prática), interpretação que parece motivar a tradução de KEMP (1986:346) '*Grammar is the practical study of the normal usages of poets and prose writers*'. Em essência, nenhuma dessas acepções é preferível à outra, mesmo porque a *empeiría* grega é basicamente a experienciação, ou a compreensão pelo contacto, pela prática na prática. E aqui, neste trecho da *T.*, parece ser justamente essa ambivalência do termo o interessante à definição proposta de gramática: trata-se de conhecer as formas usuais dos escritores através do contacto franco com elas e de realizar com elas tarefas práticas (elucidações, catalogações). Não creio ser aconselhável eleger apenas um desses trabalhos como dever característico do gramático, como, ainda que indiretamente, acabam por fazer KÜRSCHNER e KEMP. Não há, nem na definição, nem na subseqüente apresentação de suas partes, nem no texto desta ou de outras gramáticas antigas, indícios fortes o bastante para tanto. Desse modo, opto aqui por uma tradução que seja capaz ao menos de fazer vislumbrar a sutil ambigüidade do termo grego no texto da *T.*, e 'conhecimento empírico' é, em princípio, aquele adquirido a partir da experiência, mas não deixa de ser aquele exercitado, realizado na prática. Veja-se que também nesse sentido é possível pensar 'conhecimento empírico' em oposição a 'conhecimento meramente teórico'. Trata-se de uma solução bastante próxima e mesmo inspirada na de LALLOT (1989:41) '*Grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couranmment chez les poètes et les prosateurs*'. Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito grego de *empeiría* em si, vide *Comentários ao capítulo 1.*

---

[2] Há, para este trecho, pelo menos duas interpretações, e conseqüentemente, duas traduções possíveis. Nessa sentença, o sintagma *hōs epí tò polú*, literalmente, algo próximo de *largamente* (cf. LSJ *for a great extend*, p. 1443), colocado dentro do sintagma artigo-substantivo *tôn* (...) *legoménōn* (dos ditos, das coisas ditas), pode ter seu sentido tanto vinculável tanto a este (*tôn legoménōn*) como a *empeiría* (conhecimento empírico). Na primeira hipótese, tem-se a leitura 'as coisas largamente ditas', que adoto, ao traduzir o trecho por 'do comumente dito'. Acordes com essa leitura são igualmente as traduções de LALLOT (1989), KEMP (1986) KÜRSCHNER (1996) (*cf.supra.* n. 1). A segunda hipótese leva a entender a gramática como o vasto (*hōs epí tò polú*) conhecimento empírico dos poetas e prosadores. Essa é a interpretação encontrada, por exemplo, na tradução de PANTILLON (1990, *apud* SWIGGERS & WOUTERS, 1994: 532). A opção de PANTILLON se apóia, primeiramente, sobre o testemunho de SEXTO EMPÍRICO, que, em *Adverusus Grammaticos,* 57, cita uma definição de gramática atribuída a Dionísio Trácio. Essa citação é bastante semelhante àquela da fixação de UHLIG, porém o sintagma *hōs epí tò polú* surge nela substituído por *hōs epí to pleîston*, expressão praticamente sinônima da anterior, que, por sua vez, ocupa na citação de SEXTO lugar diferente daquele que ocupa no texto dos manuscritos: ela está ao lado de *empeiría*, fora do sintagma *tôn* (...) *legoménōn*. Isso de fato leva a considerar a ligação de *hōs epí to pleîston* a *empeiría*. Para PANTILLON há ainda um segundo argumento em prol dessa leitura: compreender, da definição, gramática como conhecimento das coisas **comumente** encontradas nas obras dos poetas e prosadores seria admitir a existência de um paradoxo interno ao capítulo 1 da *T.* Afinal, como poderia o gramático trabalhar com o comumente dito nos textos de literatura e, ao mesmo tempo, admitir uma preocupação com os termos estranhos – e, portanto, supostamente não freqüentes – mencionados na terceira parte da gramática?

Tais argumentos, já utilizados, inclusive por DI BENEDETTO (1958), para contestar a autenticidade da *T.*, embora razoavelmente consistentes, não têm valor absoluto e chegam mesmo a ser frágeis sob alguns aspectos. Veja-se que o segundo deles é muito provavelmente, calcado num equívoco de interpretação do termo grego *glōssa* (vide nota 3), enquanto o primeiro parte de uma pressuposta fidelidade na citação entre autores da Antiguidade. Trata-se de uma postura no mínimo ingênua, visto que divergências entre diversas citações de um mesmo trecho por autores do período são

norma, e não exceção. Dadas as circunstâncias de transmissão de textos, ou até de informações, simplesmente, SEXTO, como lembram UHLIG (*G.G.*1, 1,5) e SWIGGERS e WOUTERS.(1994), pode estar citando de memória, cometendo, portanto, um pequeno equívoco ou desvio em relação à definição original de Trácio. Adiante (capítulos 66, 70, 71), nesse mesmo texto, SEXTO EMPÍRICO parece vincular *hōs epí to pleîston* às "coisas ditas" pelos escritores e poetas: a gramática teria, para ele, a pretensão de estudar toda a vasta quantidade de coisas ditas, ou seja de obras.

Essa nos parece uma terceira maneira de ler o trecho, distinta das duas já apresentadas, e não vale, então como argumento para sustentação de nenhuma delas.Vale lembrar, contudo, que, na exegese de textos antigos os comentários ou citações, enfim, as leituras cronologicamente próximas aos supostos originais são sempre muito valoráveis. E isso, ao mesmo tempo em que leva o leitor contemporâneo a lançar olhos mais generosos à interpretação realizada por SEXTO, o remete à definição do gramático latino VARRÃO (séc. I a.C.): '*grammatica scientia est quae a poetis historicis oratoribsque dicuntur ex parte maiore*'. Trata-se de definição assumida pela tradição como uma tradução, bastante literal, inclusive, da de DIONÍSIO TRÁCIO. E mesmo que não seja uma tradução, que não exista texto oficial de uma *T.* efetivamente dionisiana, como defendem estudiosos das questões de autoria da *T.*, apoiados sobretudo em DI BENEDETTO (1958, 1959), é provável que se trate do aproveitamento de um conceito de gramática difundido, corrente no meio gramatical da época.

E é por crer que um gramático – VARRÃO –, tentando fazer gramática, saberia o que melhor entender como seu trabalho do que um filósofo – SEXTO –, falando contra a gramática, buscando contestar seu *status* de ciência, que sigo a leitura daquele em minha tradução. Há, ainda, vale lembrar, escólios (*Schol. Dion. Thr.*, 301.10, apud SWIGGERS e WOUTERS, 1994, por exemplo) que apóiam essa escolha, além de uma considerável tradição de traduções, que cito apud SWIGGERS e WOUTERS (1994, p. 532): STEINHAL (1990), AMIROVA; OL'CHOVIKOV; ROZDESTVENSKIJ (1980), KEMP (1986).

[3] Gr. *prosōidía.* A acepção primeira desse termo talvez seja a de melodia cantada para acompanhar o toque de um instrumento musical (LSJ, v. *prosōidía*). Seu uso lingüístico deriva, sem dúvida, dessa concepção musical originária (e diz-se aqui originária por se acreditar que a idéia musical seja a que motive a geração do conceito.

Isso, muito embora, temporalmente, no que tange aos usos do termo *prosōidía*, possam-se observar aplicações praticamente coevas, co-ocorrentes, nos âmbitos musical e lingüístico propriamente dito). Os estudos lingüísticos tomam, pois, um termo da música e estendem-lhe o sentido. Esse entrelaçamento de domínios e o trabalho analógico que envolve interessam sobremaneira à compreensão do conceito lingüístico elaborado a partir desse empréstimo terminológico. Para traduzir o grego *prosōidía* – abordado aqui exclusivamente em seu uso lingüístico –, os latinos optaram primeiramente por *adcano,* de onde *accentus,* que passa a *acento*, em português. Trata-se de uma tradução bastante literal, uma vez que tanto *prosōidía* (de *prós+ōidía*) como *adcano* (de *ad+cano*) podem se entendidos, em sua primeira acepção como 'canto, canção ao lado'. Conforme daí se pode deduzir, a *prosōidía* grega foi por seus primeiros comentadores/tradutores entendida enquanto um fenômeno dotado de musicalidade – era o 'canto que acompanha', no caso, a fala.

Lingüisticamente, o primeiro conceito evocado por essa definição e, conseqüentemente, acolhido sob a denominação de *prosōidía/accentus* foi, de fato, o que hoje se entende por acento. Em verdade, os elementos que surgirão no terceiro capítulo da *T.* (chamados aí de *tónoi*) serão entendidos por grande parte da tradição sob a denominação *prosōidía.*

O gramático latino DIOMEDES (IV d.C.) chega a chamar a atenção para o fato de o termo evocar a natureza musical do acento grego (GUERRA, 1997, p. 26). Mesmo esse sendo talvez o sentido mais imediato de *prosōidía* – o de marcas acentuais da fala –, ainda na Antiguidade pode se ver acepções levemente distintas, mais abrangentes, para o termo. Em Platão, *República* 399 a, por exemplo, surge como a modulação da voz, considerada geral e inespecificamente, enquanto no escoliasta de DT CHOEROBOSCUS (V/IV d. C.) dentre outros surge como conjunto de peculiaridades da pronunciação, incluindo a quantidade vocálica, as aspirações. Este é o sentido que se tem no *Supplementum* à *T.* que está traduzido no *Apêndice* do presente trabalho.

Trata-se de uma extensão do primeiro sentido aqui levantado, talvez de uma ampliação do conceito. DT, ao afirmar que leitura deve respeitar a *prosōidía* se referindo não só ao acento, ou aos diacríticos, mas, muito provavelmente, ao conjunto de fatores que caracterizariam uma boa e devida pronúncia dos trechos lidos. Ao que parece, não é a acepção de acento simplesmente que lê na recomendação de DT, mas uma que

envolve também a de acento, mais próxima da de elementos que modulam a musicalidade da fala. Aí, então, se tem concepção parelha à concepção corrente de prosódia em português: a realização, padrão, satisfatória, a princípio, de acentos e demais elementos sonoros da palavra.

[4] O grego ***eksēgēsis*** é visto por vários escoliastas de DT (LALLOT, 1989, p. 76) como proveniente etimologicamente de ***heksēs hodēgēsis*** (literalmente posicionamento na ordem). Trata-se, sem dúvida de uma etimologia popular, mas, talvez justamente por isso, capaz de refletir o modo como o termo era entendido pelos primeiros observadores da *T.* e, provavelmente, por seu autor mesmo. Nesse sentido pode-se ver a ***eksēgēsis*** dos tropos poéticos (vide nota seguinte) como o desfazer das voltas de linguagem e significado características da poesia. Porém, a ***eksēgēsis*** em si não é apenas, como se depreende daí, uma versão da linguagem poética para a corrente. O termo quer dizer, de fato, 'explicar', 'interpretar', acepções assumíveis por 'exegese', em português, que é historicamente derivado de ***eksēgēsis*** .

[5] Primeiramente, os *trópoi* do original são, literalmente, 'voltas'. No caso, trata-se dos "volteios" do estilo poético, dos desvios semântico-formais que o apartam da linguagem prosaica. Contudo, há para o termo grego *trópos* uma outra significação concorrente, tão comum como essa primeira. É a de 'maneira' ou 'modo'. Sendo assim, cabe notar que é possível compreender os *trópoi* poéticos em questão de duas formas: ou são os desvios, as fugas à objetividade, ao padrão da fala – metáforas, símiles, hipérbatos – que caracterizam uma linguagem como própria da poesia, e a afastam da retidão supostamente inerente à linguagem da prosa; ou são, numa visão mais generalizante, a maneira da poesia, o estilo poético, com todos os elementos, de qualquer ordem, que o definem. Nesta segunda interpretação, mas não necessariamente na primeira, é possível localizar os trabalhos com a sonoridade, os dialetos típicos de cada gênero da poesia, por exemplo. Esta última leitura, sem dúvida, abrange a anterior e seria, a princípio, a mais adequada aqui, não só por isso, mas também por alargar os horizontes de atuação da gramática frente à poesia. Mesmo porque, em verdade, não eram apenas as figuras de linguagem que interessavam o gramático da Antiguidade. Há, porém, um detalhe relevante a ser considerado: no original dionisiano, surge o plural de *trópos*

(mais especificamente a forma de acusativo plural), o que leva a pensar preferivelmente nas várias figuras, voltas do texto poético em várias maneiras de fazer a linguagem poética. Nada definitivo, é claro, uma vez que não é impossível pensar em vários estilos poéticos. Esta é uma leitura que acabaria, no entanto, conduzindo a uma espécie de exegese da estrutura, próxima à que hoje é objeto da estilística. Sem dúvida, um anacronismo, já que, embora estudando e compilando obras de autores diversos, os alexandrinos não se debruçavam sobre peculiaridades do estilo de cada um, do modo como hoje se poderia fazer. Além disso, em retórica, quando no plural, *trópoi*, são, correntemente, figuras de linguagem que, inclusive, podem passar por uma exegese, como aqui. É o que vê, por exemplo, em Quintiliano (*Institutio* VIII, 6. I) e na obra do gramático TRIFON (I a. C.) chamada *Sobre os tropos* e que trata das figuras de retórica. Assim, optei aqui pela tradução tropos, apesar de ela não permitir vislumbrar a análise mais global da linguagem poética que pode estar por detrás dos termos do original.

[6] O termo *glōssa*, cujo sentido primeiro ou mais corrente é 'língua' (órgão ou sistema), assume aqui o sentido de 'palavra obsoleta ou estrangeira', que precisa, portanto, de explicação. E é esta acepção, já verificável, por exemplo, em ARISTÓTELES (*Retórica* 1410b 12 e *Poética* 1457b 4), que tento resgatar pela tradução 'palavras estranhas". 'Estranho' é um termo capaz de remeter não só às palavras de dialetos alheios ao do gramático – ou do estudante da arte gramática-, mas também àquelas muito antigas, cujo sentido não é mais recuperável de pronto pelo falante/leitor do grego alexandrino.

O sintagma 'palavras estranhas' pode, contudo, sugerir uma referência ao caráter excepcional, seja pela raridade de seu uso pelo poeta, seja pela dissonância que apresentam em relação ao restante do texto, de certos termos no interior de um período determinado. Essa seria, conforme advertem SWIGGERS e WOUTERS (1994, p. 534), uma interpretação equivocada, visto que o termo *glōssa* não comporta tal acepção. Equivocada, porém não rara entre leitores contemporâneos: KÜRSCHNER traduz o termo por *seltene Wörter* (literalmente, *palavras raras*), e PANTILLON (1990) aponta uma contradição essencial entre a apresentação da *T.* e essa passagem, explicativa das partes da gramática. Ora, só há confronto ideológico entre o conhecimento do que é dito com freqüência nas obras literárias e a elucidação das *Glōssai*, se estas forem compreendidas como palavras estranhas à obra do poeta, e não ao sistema lingüístico

base do gramático. Um ponto de vista que não se sustenta diante dos fatos. As *glōssai* são correntes na linguagem dos poetas e prosadores, mesmo porque eles escrevem em variantes dialetais distintas tanto geográfica quanto temporalmente em relação à *koinē* Alexandrina. Portanto, não são as *glōssai* necessariamente raras ou diferentes do todo de uma sentença ou obra, mas são, antes, alheias ao uso lingüístico cotidiano do gramático e, sobretudo, de seu público. Em minha tradução tentei afastar o leitor dessa interpretação errônea, que supõe as *glōssai* simplesmente como termos peculiares no contexto duma obra, pelo uso de *restituição do sentido* por *apódosis,* para que também seriam possíveis *elucidação* ou *explicação.*

[7] *Estórias* aqui traduz *historía* (no texto, genitivo *historiôn*). A princípio, traduções mais literais poderiam trazer *informação* ou, simplesmente, *história.* No entanto, *as historíai* de que Dionísio fala aqui são, muito provavelmente, aquelas mitológicas ou de fato históricas, no sentido atual do termo, a que os literatos fazem freqüente menção no corpo de seus textos. Essas, porque antigas, ou extremamente regionais, muito provavelmente não seriam resgatadas de pronto pelos leitores. Nesse sentido, caberia explicá-las. Vale notar que a relação entre essas *historíai* e os textos, por assim dizer, literários é transparente para o leitor alexandrino da gramática. O possível equivalente português *histórias* não guardaria a mesma transparência, ao passo que *informações* seria por demais genérico e amplo. Daí minha preferência por *enredos.* Para o leitor do português, estas são mais claramente as histórias contidas nos textos.

[8] Gr. *eklogismós.* O termo em si pode ser compreendido como *contagem, contabilização, coleta, cálculo,* (cf. LS, p.512). Este último é, provavelmente, o sentido que mais se aproxima do pretendido por Dionísio neste trecho da *T.* Isso porque o trabalho aí sugerido pela expressão *analogías eklogismos* implica, ainda que metaforicamente a noção de cálculo: não se trata simplesmente de um exercício de encaixe de palavras em paradigmas pré- estabelecidos ou de elaboração de conjuntos através de critérios determinados, cabe também à gramática o processo de elaboração desses paradigmas (vide *Comentário* 1).

---

[9] Aqui traduzo por *entonação* o termo grego *hupókrisis, que pode*, a princípio, significar simplesmente *resposta*, mas também tem por significados, aqui mais relevantes, *entoar um discurso, representar* uma peça. Em ARISTÓTELES, na *Poética* (1457a, 21), *tà hupokritá* surgem como as entonações frasais, que denotariam interrogação, afirmação, negação. No texto da *Tékhnē,* o termo envolve uma questão interpretativa. A leitura, que nomina o capítulo, é, necessariamente, a realizada em voz alta (vide *Comentários* 2), fato que induz, num primeiro momento, a pensar essa *hupókrisis* como uma espécie de trabalho de representação a ser realizado pelo leitor, ou, no mínimo, como um esforço em prol da correta recitação do texto literário, considerando, talvez, sua expressividade emotiva, tentando transmiti-la com o gesto, com modulação da voz. É a interpretação implícita na tradução de LALLOT, por exemplo. Nela, a *hipókrisis* surge como *ton.* Do mesmo modo, a seqüência posterior de advérbios de modo que indica as maneiras corretas de ler os diferentes gêneros é traduzida por *sur un **ton** melodieux, sur um **ton** heroïque* (...) (LALLOT,1989, p. 41).

O uso do mesmo termo para traduzir sintagmas distintos aponta aqui para a compreensão desses 'modos de ler' como manifestações da *hipókrisis.* Cabe, entretanto, observar que esses são apresentados no texto da *T.* após os 3 pontos para que se deve atentar ao ler – *hipókrisis*, prosódia, pausas – e as qualidades que deles advêm – valor, arte e sentido. Isso nos leva a pensar que os modos de ler as diferentes formas literárias (heroicamente, melodiosamente, plangentemente) ou são conseqüência da observação dos três pontos, ou somam-se a eles como mais uma advertência ao leitor. E se a interpretação de LALLOT é, por um lado, possível e mesmo guiada por um dos sentidos correntes de *hipókrisis*, fica, por outro, comprometida pela leitura global do trecho e por sua estruturação – vale observar que a seqüência de advérbios de modo é introduzida por *hina*, termo traduzível por *de onde*, *para que* ou *por isso.* Aí entraria a concepção puramente fonológica de *hipókrisis – ela seria então a entonação* que consiste nos, por assim dizer, traços supra-segmentais que permitem diferenciar a pergunta da afirmação. Devido a já mencionada estrutura desse segundo capítulo da *T.*, vejo esta última interpretação como mais aceitável. Porém, como não há argumentos capazes de descartar a outra acepção, é possível entender que o termo remeta a ambas leituras, não opostas, mas complementares. Creio que *entonação* possa, ainda que menos objetivamente, de modo semelhante remeter o leitor do texto em português a ambas acepções. Daí a escolha do termo.

---

[10] Sigo aqui a interpretação de LALLOT (1989). No original grego não há qualquer termo passível de ser traduzido por "do poeta", como explicitado pelo uso dos colchetes angulares. É difícil, portanto, saber que valor (*aretê*) é, especificamente, esse. E, como faz pouco sentido manter a ausência em português, opto por explicitar minha interpretação e vincular tal *valor* ao poeta, e não à obra, como seria igualmente possível, considerado o conteúdo semântico do excerto. O termo *aretê*, contudo, volta a ser mencionado no final deste mesmo capítulo, onde surge vinculado clara e inegavelmente aos poetas (*tōn poiētōn)*. Trata-se, muito provavelmente, de uma retomada da idéia anterior.

[11] SWIGGERS e WOUTERS (1994, p. 535) sugerem ler prosódia (gr. *prosōidía*) aqui como a aplicação correta dos sinais de pontuação, que nos contextos acadêmicos de prática e aprendizado da leitura auxiliavam a boa entonação das seqüências de palavras. O termo porém faz referência, do mesmo modo que *prosódia* em português, à boa pronunciação das palavras. No caso do grego, faz referência às variações de acento, às aspirações, à quantidade vocálica. Os sinais de pontuação seriam responsáveis pelas pausas. Muito embora no capítulo 4, reservado aos pontos, só lhes sejam declaradamente atribuídas funções semânticas, eles nascem, na antiguidade, sem dúvidas, também como marcadores de pausas, para a leitura a ser realizada em voz alta (vide *Comentários ao capítulo 4*).

[12] LALLOT (1989, p. 41) sugere pensar essa arte (*tékhnē*) como do leitor, do bom leitor, perceptível a partir do momento em que esse pronuncia com competência as palavras: em sua tradução da *Téchnē* para o francês surgem, entre colchetes angulares, os termos *du lecteur* após a palavra *art*. Há, contudo, também aqui a possibilidade, privilegiada pela presente tradução, de se entender a arte como do poeta, visto que ela só seria perceptível ao próprio leitor – e seus eventuais ouvintes – a partir de uma boa leitura, sem a qual os metros e o ritmo, assim como a própria compreensão do texto, ficam comprometidos. Neste capítulo, Dionísio parece primeiramente explicar de onde (de que elementos do texto a serem considerados pela leitura) vêm os atributos de uma obra ou autor, para só então fazer menção, explícita ao comportamento do leitor,

---

responsável por tornar esses atributos perceptíveis. Não há razão para misturar atributos do texto lido ou de seu autor aos do leitor. Seria mais adequado, talvez, pensar que a *T.* segue preceitos didáticos na exposição dos conteúdos do capítulo.

O autor da *T.* diz o que seria *leitura,* enumera fatores que a compõe, justifica a importância deles vinculando-os às qualidades pelas quais são responsáveis, nessa seqüência. Diz em que consiste a boa leitura e, ainda que indiretamente, fornece uma explicação panorâmica do trabalho do leitor. Vale, então, notar que *até aqui* não há necessidade de mencionar explicitamente o leitor, muito menos de condicionar a um só fator, a prosódia, as sua *arte*. O trabalho do leitor é a (boa) leitura, que faz notar a beleza dos textos lidos, e que depende da observação de **todos** os preceitos enumerados por Dionísio. Daí só ser necessário, ou mesmo coerente, fazer menção explícita ao comportamento desse leitor como arremate das considerações expostas: depois de dizer o que convém realizar, cabe apresentar o efeito da possível ignorância dos princípios propostos no capítulo. Observe-se ainda que a prosódia é a pronunciação dos acentos e das durações vocálicas. Estas últimas, sobretudo, responsáveis pela metrificação das obras clássicas e arcaicas (para mais detalhes, vide *Comentários*). Perceber, portanto, a metrificação, seria perceber a arte (*tékhnē)* do autor ou da obra lida.

[13] Gr.*hērōîkōs*, literlamente, *heroicamente*. Usamos na tradução, no entanto, *em tom heróico*, porque, em português, *heroicamente* pode suscitar ambigüidade, evocar, equivocamente, a idéia de uma suposta força de espírito extraordinária (heróica) necessária ao leitor da épica.

[14] No original tem-se aqui *biotikôs*, literalmente em português, 'como a vida', 'ao modo da vida'. A idéia é, no entanto, algo próximo de 'como na vida cotidiana'.

[15] Gr. *eutónōs*, de *eu* 'bem', 'bom' e *tonos* 'tensão', 'força'. Literalmente, *em bom tom/ som*. Possível referência à eloqüência, próxima ao que se entenderia hoje por um tom declamatório, requerida pela natureza poética da epopéia.

[16] Gr. *hékseis*. O termo pode ser compreendido como hábito ou estado adquirido, treinado. Diante disso, o que parece estar em questão aqui é a atividade da leitura. Algo como a "leitura do leitor", só que com *leitura* entendida aí como todo processo de aprendizado e treino, exposto no momento da leitura pública. Opto pela tradução *postura* por evocar, parcialmene , ao menos, a idéia da 'condição do leitor enquanto tal'.

[17] Gr. *tónos*. Uma tradução para *tónos* seria a princípio, 'tensão'. Só no âmbito da Música, na Antiguidade, *tónos* assume uma diversidade de usos, destacável tanto em número como em sentidos: poderia denominar tanto a tensão que se aplica à corda do instrumento como, por vezes, a própria corda; a escala diatônica, a clave ou o modo harmônico em que o músico compõe, ou o volume da execução, vocal ou instrumental. Na filosofia estóica, comumente assume o sentido de força, do homem, da natureza. Lingüisticamente, o termo é entendido como acento, elevação da voz, sentido em que surge em PLATÃO (*República* 617 b) e ARISTÓTELES (*Phisiognomônica* 807 a 17), ou mesmo como volume de voz (LSJ, v. *tónos*). A partir das acepções que o termo adquire em seus usos não lingüísticos, ao denominar acento, estaria denominando um elemento caracterizado pela força/intensidade na fonação da sílaba. A julgar pelo nome que ganha, então, o acento do GA seria intensivo. Porém, não é o que se dá, no PeríodoClássico, ao menos, sua natureza é tonal.

[18] Gr. *pōnês enarmoníou*. Literalmente, *da voz harmoniosa*, *uníssona*, no sentido musical. PECORELLA (1962 apud LALLOT 1989) traduz o termo *enarmoníou* por *articulado*. Essa interpretação parece motivada por uma tentativa, algo simplista, de elucidação do sentido dessa passagem. Os estóicos consagraram a expressão *pōnês enárthrou* , concebida por eles como a voz humana, articulada **pelo** pensamento e porque fruto dele. A partir da filosofia estóica, portanto, a voz articulada passou a ser a voz do homem em oposição da voz pura e simples (*phōnē*), que pode ser o som emitido por animais, por exemplo. PECORELLA projeta essa idéia sobre o excerto de *T. em questão.* E o que parece estar de fato por trás da expressão *pōnês enarmoníou* é o caráter realmente musical – seja tonal ou rítmico – do acento (Veja-se nota anterior.)

[20] Gr. *okseîa*, feminino de *oksús*. Literalmente, afiado, pontiagudo. Na tradição grega o termo experimenta sentidos múltiplos, geralmente extensões metafóricas de seu sentido elementar, apresentado acima e aplicável à diversas situações e objetos. Pode, ao qualificar sabores e cheiros, ser entendido como 'acre' e, ao ser atribuído aos movimentos de algo ou alguém, ao pensamento, à inteligência significar 'rápido', 'aguçado', 'agudo'. Na medicina nomina instrumentos de cirurgia; na matemática o *apex* do triângulo e o ângulo agudo (LSJ, v *óksus*). Se aplicado, aos tons da música, significa tom alto (em sentido acústico, da alta freqüência, agudo), talvez alto no sentido de forte tambem, sentidos em que surge no *Timeu* (80 a) de PLATÃO. Nos *Problemata* (920 A 24) aristotélicos, ainda em sentido musical, embora mais técnico, define o intervalo de quinta. Veja-se que é exatamente o intervalo levantado por DIONÍSIO de HALICARNASSO (vide comentários sobre o capítulo 3) como existente entre o tom da sílaba acentuada, marcada pelo acento agudo, e as não acentuadas. Observe-se que o termo grego *óksus*, o latino (de acordo com SSLP) *acutus* e o português *agudo* desempenham funções semânticas muito próximas, no seguinte sentido: em praticamente todos os âmbitos de uso do grego caberão o latino e o português. Isso apesar de não haver raiz comum entre o termo grego e o latino. *Acutus* tem ligações históricas com o grego *akhē* 'agulha, ponta'.

[21] Gr.*bárea*, feminino de *báreos*. Literalmente, 'pesado'. Musicalmente, definiria o abaixamento da voz ou o tom grave.. o latim gravis 'pesado' é tradução literal do termo.

[22] Gr. *períklasis*. Literalmente, 'movimento de forma circular ao redor de algo, quebra, conversão'.

[23] Gr. *perispōménē*, feminino de *perispōménos*. Literalmente, 'curvado ao redor', 'quebrado', 'com uma volta'. Trata-se de uma referência ao possível efeito sonoro do acento circunflexo, que consistiria ou de um alçamento de tom seguido de um imediato abaixamento. Novamente, o latim *circunflexus*, 'curvado, dobrado ao redor' é tradução literal do termo grego. Se considerados em conjunto, o conteúdo desta nota e o da anterior permitem perceber uma certa redundância no trecho, algo como 'o acento realizado num volteamento é o volteado', não recuperável aqui pela tradução.

[24] Cabe notar que, como se ressaltou nas notas acima, os nomes dos três acentos aparecem no feminino, o que, num primeiro momento, fere a concordância com *tónos* (masculino), impossibilitando a vinculação dos nomes ao acento: não se tem então a leitura *acento agudo*, por exemplo. Por norma de concordância, os nomes dos acentos ficam automaticamente vinculados ao feminino anterior *apêkhēsis* 'ressonância'. Isso resulta na seguinte leitura, literal: 'acento é a ressonância musical da voz, a ascendente **na aguda** (...). Ora, a ressonância é ascendente, mas não é exatamente aguda, ou circunflexa. Quando se ressoa ou articula a voz num crescendo se gera o acento agudo. Portanto, essa leitura, embora aceitável, não parece a mais conveniente. Aqui, seguir a sintaxe é ferir o sentido. Sobretudo porque talvez haja um conteúdo elíptico, garantido pela tradição, a ser levado em conta. Conforme lembra LALLOT (1989, p. 88), esses nomes são citados correntemente na forma de adjetivos substantivados no feminino, forma cristalizada a partir de sua comum vinculação, na música, de onde são emprestados os termos para 'grave' e 'agudo', inclusive, ao termo feminino *tásis*, sinônimo de *tónos*. É precisamente devido a essa sinonímia que se justifica a consideração dessa "elipse"e a conseqüente vinculação dos nomes dos acentos à idéia de *tásis*, ou *tónos*.

[25] *Rapsódia* aqui é praticamente a transliteração do termo grego ῥαψῳδία (*rapsōidía*).

[26] O texto da *T.* sugere compreender *rabdoidía* como um composto de *rabdós* 'ramo' e ōidia 'canto', cuja tradução literal ficaria próxima de 'canto do ramo'. Este termo, *ra**bd**oidía*, que estaria, para D.T., na origem de *rap**s**ō*idía, não é traduzido, mas simplesmente transliterado no corpo da tradução. Isso porque qualquer tradução aqui ocultaria a relação fônica/etimológica entre termos, evocada pelo texto da *Tékhnē* em grego, e daria lugar a um sentido equivalente ao já expresso no próprio texto de D. T., que se encarrega de desmontar e fazer a exegese do termo. E se é fato que uma eventual tradução do termo geraria um efeito estilístico interessante, na medida em que resgataria um certo tom pleonástico, circular, verificável, no "desmontar" do termo grego, é também fato que dificultaria a compreensão dos motivos que levam D. T. a vincular 'canto do ramo' à rapsódia.

[27] Tradicionalmente, *stoîcheion* é traduzido por *elemento*, simplesmente, porém é pertinente adicionar ao termo, aqui, o adjetivo *seqüenciado*. Por causa da relação assumida pelo termo com a idéia de alinhamento, posicionamento seqüencial: *stoîkhon* significa alinhamento, ordenamento, fila, e *stoîcheion*, literalmente, enfileirado.

[28] Nessa seqüência, DT. vale-se dos elementos formativos das letras para justificar o modo como são chamadas. Para perceber a relação proposta por ele, convém atentar para os equivalentes gregos dos termos traduzidos. Por *letras*, traduz-se *grámmata;* por *traços desenhados/ grafos*, *grammaîs;* por *riscos, traços sulcados*, *ksusmaîs;* por *grafar*, *grápsai;* por *sulcar/ arranhar*, *ksûsai*. Cabe notar que um sentido literal de *grámmata* seria *coisas traçadas/ grafadas*.

[29] Trata-se de uma cena de batalha em que o guerreiro Alexandre se jacta por ter ferido com o disparo de sua flecha o inimigo, Diomedes. Este, por sua vez, desfazendo dos efeitos do disparo, fala a frase que aqui serve de exemplo.

[30] O termo *táksis* traduzido por 'ordem' aqui é o termo que entra em composição no termo *súntaksis* e remete a um sentido de ordenamento que pressupõe postos, posições próprias dos ordenados, um em **relação** ao outro. O termo *sthoîkhon* traduzido por seqüência remete simplesmente à idéia de enfileiramento, em que um elemento sucede ao outro.

[31] Gr. *phōnêenta*. Literalmente, 'fonadas', 'dotadas de som vocal' (veja-se nota seguinte). Observe-se que o termo *vogal* (port.) provém da tradução latina para o grego *phōnêen: vocalis* (lat.)> vocal (port.)>vogal.

[32] O termo em grego é aqui *phōnē*. Sua tradução mais imediata é *voz*, ou, conforme convém neste trecho da tradução, *som vocal*. Embora possua outras, é com essa acepção que o termo deve ser tomado dentro da *T.*, esteja ele integrando compostos ou não. O conceito de *phōne* é ponto de partida, parâmetro, para a classificação dos grupos e subgrupos de *stoikheîa*. Os elementos/letras são divididos de acordo com sua sonoridade, com a quantidade de som vocal que manifestam ou representam: Dionísio

apresenta, nessa classificação, quatro termos paralelos, compostos vinculados pelo morfema formante comum *phon-* (*phōnêem, súmphōnon, hēmíphōnon, áphōnon*).

Embora o vínculo entre eles, e a comum relação com o som vocal, sejam evidentes em grego, não ocorre o mesmo com a tradução dos compostos mencionados para o português. Veja-se que para tentar tornar a participação da *phōne* na montagem da maioria dos nomes de grupos e subgrupos de letras nítida ao leitor da tradução seria possível recorrer a seqüências como *fonadas, confonadas, hemifonadas, áfonas,* que traduzem literalmente os compostos gregos respectivos, formante a formante. No entanto a tradução latina, base da tradução – ou da denominação – dos mesmos grupos de letras para boa parte das línguas ocidentais traz, respectivamente, *vocalis, consonans, semivocalis, muta*, nomenclatura que se cristaliza e consagra na tradição gramatical do Ocidente. Isso apesar de, já na tradição latina, haver uma seqüência concorrente capaz de transpor mais fielmente o paralelismo entre as formas que nominaram primevamente cada grupo – *sonans, consonans, semisonans, insona* , verificável (com exceção de *consonans*) no *De Mundo*, de APULEIO (citado apud KÜRSCHNER, 1999 b: 167). De toda forma, quando fora deles, usada como palavra /conceito completo em si, a tradução *som vocal*, no decorrer de todo o texto, corresponderá ao grego *phōne*.

[33] Gr. *súnphōnon*, de *sun* 'junto', 'com', 'conjuntamente', e ***phōnē***, 'som vocal', 'voz'. Literalmente, o termo seria traduzível por co-vozeada ou com-fonada. A tradição, no entanto, calcada na fixação terminológica latina, usa aqui a palavra *consoante*, cuja cristalização pelo uso não permite ver de pronto o quão próxima está em sentido, do equivalente grego – *com-soante* é o que soa conjuntamente a algo. Ou seja, *consoante* é, na verdade, a tradução latina de *súnphōna.* Como se percebe na seqüência, o que Dionísio admite como tal é diferente daquilo que habitualmente admitimos, porém mais pela definição. Para D. T. elas são aquelas que só soam, têm som vocal, quando juntas às vocais, enquanto Fonética e Fonologia atuais tomam correntemente as consoantes como sons cuja articulação comporta obstrução total ou parcial de um ou mais pontos do conduto vocal, do que exatamente pelos exemplos, que se enquadram perfeitamente no conceito usual de consoante.

[34] Gr.*suntassómena*. Novamente aqui o que se vê é o prefixo *sún* 'com' + *táksis* 'ordem estabelecida na relação'. No original esse termo deixa claro que a ordem do arranjo vogal-consoante, que as funções de uma em relação à outra estão sendo levadas em conta.

[35] Gr. *hēmíphōna*. Literalmente, 'meio-vozeadas'. A tradição opta pela tradução *semivogal*, que aparece na presente tradução sobretudo porque explicita a relação entre o conceito evocado pelo termo e a explicação dionisiana de seu nome (semivogais teriam som vocal mais fraco que o das vogais). E vale lembrar que uma tradução a princípio igualmente válida como *semifonadas* obscureceria essa relação. Porém, obviamente, *semivogal* evoca, em português, de imediato, algo muito distinto daquilo que DT. visava denominar por *hēmíphōna*. Isso se configura num problema a partir do momento em que pode gerar uma confusão momentânea para o leitor da tradução, mas, por outro lado, pode se transformar num artifício capaz de incitar o pensamento da relação entre o conceito e suas denominações através da história.

[36] Aqui o termo áfono, em português, além de ser quase uma transliteração do grego *áphonos*, quer dizer *sem voz*, exatamente como no trecho de Dionísio. *Mudo* teria sentido semelhante, aderiria à tradição, mas desperdiçaria uma valiosa aproximação.

[37] A palavra *kar*, do modo como está grafada, não tem uma tradução específica. Há, sim uma forma equivalente, mas acentuada – *kár* – que pode ser tanto uma expressão cujos gênero, uso e **forma** são incertos e que indicaria algo sem valor (de modo que julgo intraduzível em português) como uma contração da preposição *katá* diante de palavras iniciadas com ρ (*r*), ou ainda uma variante dialetal de *kḗr* 'cário, nativo da Cária' (LSJ, v. *kár* (A e B); v. *kâr*). No caso do exemplo dionisiano, a forma não acentuada pode remeter não à palavra detentora das acepções acima. É possível que se trate, antes, da representação de uma sílaba isolada, não conformando palavra, o que é mais provável do que um possível esquecimento do acento ou perda dele na transmissão textual exatamente devido aos significados pouco relevantes da forma acentuada, que não parece funcionar como uma palavra em si, reconhecida como tal na *koinḗ* de DT– é contração, ou termo pouco usado, sem sentido claro, ou forma dialetal de um patronímico.

---

[38] Gr. *thésis*. Este termo possui um sentido literal, imediato, que é o de posição. Por extensão, surge também o sentido de *determinação, convenção*. Ambos aqui são possíveis. LALLOT, por exemplo, aqui traduz *thésis* por convenção. A princípio, seria de fato possível entender que se a sílaba não tem uma determinada duração naturalmente, pode se convencionar uma duração para ela. Porém, levando em conta o modo como é compreendido o termo *thésis* na conformação dos nomes – em *prothésis* (pré-**posição**), por exemplo –, e sua acepção corrente, quando no mesmo contexto (referindo ao estabelecimento de durações silábicas), nos manuais de métrica, a tradução mais cabível do termo neste trecho passa a ser necessariamente *posição*. Some-se a isso a análise da situação: a sílaba, de fato, torna-se longa devido ao posicionamento assumido na palavra ou seqüência de palavras.

[39] Literalmente, o termo *brakhuménōi*, (nominativo *brakhuménos*), quer dizer algo como *encurtado, abreviado*. Nesta passagem da *Tékhnē*, o sentido é o de uma vogal dícrona tomada em seu uso breve. Daí *forma breve de vogal.*

[40] Note que o mesmo exemplo surge para a sílaba longa (no capítulo anterior) e para a breve, quando formadas por vogais dícronas, respectivamente, em suas formas longa e breve. Na verdade, a primeira sílaba de ***A**rēs* exemplifica o modo como a vogal dícrona pode alterar a duração silábica.

[41] O trecho do original traduzido por *que compõe com ela* é a seqüência *kath'hén*. Trata-se de palavras que não encontram, aí, um sentido facilmente identificável, podendo, talvez, até parecer desnecessárias, usadas expletivamente. Tanto é assim, que as duas traduções acima mencionadas de KEMP (1986, p. 350) '*and the second of the consonants is an invariable consonant, while the preceding consonant is a non-sonant*' e KÜRSCHER (1980, p. 5) '*von denen der zweite unveränderlich und der erste stumm ist*' ignoram ou simplesmente omitem essa seqüência. E vale lembrar que a hipótese de ser esse um trecho espúrio, um resquício sem valor semântico oriundo de falha da transmissão, não é, aqui, levantável: a tradição textual é praticamente unânime na leitura ***kath'hén*** *aphōnōn*. O único manuscrito que foge a ela é o B (século XV), que traz

hén ti tõn *aphõnōn* (WOUTERS, 1993, p. 222). Tradução literal para o sintagma *kath'hén* (preposição *kata* + *hén* acusativo da forma neutra do numeral cardinal *um*), considerado fora de qualquer contexto, iriam de *individuamente, um por um, cada um* (LSJ, v. *katá*; v. *heis, 1.f*) a algo como *em direção a um*, ou mesmo *contra um*. Guiado por esses sentidos primeiros da expressão, DAVIDSON (1874, p.330 apud WOUTERS, 1993, p.223) sugere a tradução '(...) *while the former is* ***by itself*** *a mute*' (enquanto a primeira é por si só uma muda).

No mesmo sentido reage PANTILLON (1990, p. 697 idem) diante da questão: a seu ver *katá* apareceria aí empregado de modo semelhante àquele em que surge nos capítulos 8 e 9 da *T.*, onde se lêem *katà éktasin* e *katà sustolên* (respectivamente, 'sob alargamento'/ 'sob forma longa' e 'sob sob abreviamento'/'sob forma breve), ambas formas compostas por katá + forma no acusativo. Essa analogia de usos, contudo, conduz PANTILLON à concluir que o sintagma *kath'hén* do capítulo 10 seria traduzível por algo próximo de '*est sous la forme d'une muette*' (é/ está sob a forma de uma muda)', sendo esse *une* (*uma*) necessariamente produto da tradução do numeral cardinal neutro, e não de qualquer sorte de artigo ou pronome indefinido.

Cabe, então, perguntar por que estaria DT atendo-se a tal especificação numérica – a muda antecedente teria de ser apenas **uma**, ou ter a forma de **uma** única muda. Ora, isso fica implícito ao se falar em *duas* consoantes, *primeira* e *segunda*. Não parece coerente reafirmar esse número, mesmo porque uma consoante, ainda, que na concepção de DT, dupla, jamais poderia manifestar-se sob a forma de mais de uma muda. Adotando postura interpretativa diametralmente oposta a essa, estão os escoliastas de DT, no entanto, sugeriram ler esse trecho como *katà sullêpsin kaì epiplokên*, ou seja, *em combinação, em arranjo.* A exemplo, STEPHANUS (século VII d. C) (*Schol. Dion. Thrax* 209.9-11, apud WOUTERS ibidem), um dos mais famosos comentadores da *T.*, entende que a construção *kath'hén* visa, no contexto em que surge, a fazer entender que a muda e a invariável mencionadas por DT devem ser compreendidas enquanto partes de uma mesma palavra ou sílaba. Segundo esse comentador, não seria possível que ambas consoantes ocupassem palavras subseqüentes, conforme o exemplo, que fornece, '***ek*** ***Lakedaímonos***'. Esta é, portanto, a leitura que a presente tradução e a de LALLOT adotam. Inclusive, a única a maneira de a seqüência muda mais líquida (as invariáveis de DT) não alongar, necessariamente, a

---

sílaba anterior– e impedir, assim, que seja tomada por comum – é estarem ambas as consoantes postas na numa só e mesma sílaba. (Para detalhes, vide *Comentários* dos capítulos 8 e 10).

Ressalte-se que, aqui, não se faz qualquer sorte de leitura guiada pelo interesse de ver tal fato refletido na *T.* dionisiana. O sintagma *kath'hén* já surge com o sentido de *união* em TUCÍDIDES (*História da Guerra do Peloponeso* 8, 46.2) '*genoménēs d'àn **kath'hén** tês es gên kaì thállassan arkhês*' (se se tornara ***unido*** o domínio da terra e do mar).

Vale ainda citar, na terceira via da interpretação desse trecho DI BENEDETTO (1959, p. 95), para quem nesse décimo capítulo da *T.* a expressão *kath'hén* não alcançou em nenhum momento da história exegese satisfatória. Mais incisivamente, afirma ainda que compreender que ela viria a eliminar a possibilidade, mencionada acima, de se conceber a muda e a invariável em palavras diferentes seria incorrer num *absurdo* (it. *assurdo*), uma vez que implicaria pensar um DT admitindo a existência de palavras gregas terminadas em consoante muda. Bem, basta olhar para o exemplo fornecido por STEPHANUS e cotado logo acima para perceber que há, sim, palavras terminadas em muda no grego – é o caso, evidente, de *ek.* Não há, pois, qualquer absurdo aí – isto é, afora o "absurdo" que se constitui tão somente a partir da afirmação do próprio DI BENEDETTO. Esse, por sua vez, traduziria o trecho por *soltanto*, aparentemente mais motivado pela necessidade de comprovar suas especulações filológicas do que pelo sentido do sintagma em si ou no contexto mesmo da *T.*

[42] Gr. *méros tou lógou.* Literalmente, parte da frase, ou do enunciado. O que se entende aí como parte da frase aqui é conceitualmente semelhante àquilo que correntemente compreendemos por *palavra.*

[43] Gr. *léksis.* O vocábulo é substantivo formado com o radical do verbo *legō* 'dizer, 'falar', que teria, pois, a princípio, o sentido literal de 'fala', 'dicção'. Esse não é, contudo, o sentido atribuível a esse termo nos diversos pontos da tradição grega. No caso do texto de Dionísio Trácio, seu sentido é próximo do de 'palavra'. Inclusive, o termo em português guarda a mesma dificuldade de definição, envolve o mesmo contingente de

---

intuição ou expedientes (meta)lingüísticos para sua compreensão e chega mesmo a ser tão polissêmico quanto *léksis* é em grego.

[44] No original o que surge aqui é o termo *lógos*, que consta dentre os mais pródigos em sentidos ao longo da tradição grega, sobretudo na filosofia e nos estudos da linguagem. Aqui é traduzido por 'frase', simplesmente porque a definição mais elementar, corrente, atual de frase é notoriamente semelhante à definição de *lógos* nesse capítulo do manual de DT. Some-se a isso o fato de 'frase' ser uma das equivalências possíveis em português – as quais, teoricamente, poderiam ir de discurso a enunciado, passando por sentença – que menos compromete a tradução com essa ou aquela corrente do pensamento lingüístico.

[45] *Composição* é uma tradução literal de *súnthesis,* forjada à maneira da tradição latina, mas que não deixa de resgatar o sentido do grego: arranjo, ligação combinada.

[46] Este é um trecho de tradução e compreensão altamente controversas, que desde a antiguidade suscita a discussão entre comentadores da *Téknē* . Isso porque, no texto fixado por UHLIG, tem se aqui a construção *logos* ≡ *pédzḗs* *lékséōs* *súnthesis*, ondē *pédzḗs* é genitivo singular da forma *pédzé*, 'prosaico'; *lékséōs* é o genitivo singular de *léksis*, 'palavra'; *súnthesis* está no nominativo singular e significa 'composição'. Tal conformação estrutural, de números e casos, encerra ambos os termos no genitivo em mesmo sintagma e conduz à interpretação *composição da palavra* (atente-se para o singular) *em prosa*. Essa definição soa paradoxal, visto que a idéia de composição evoca de modo imediato um plural, no caso, *palavras*. Além disso, o trecho inspira dúvidas ainda sobre uma questão essencialmente conceitual: as combinações de palavras em verso não seriam igualmente *lógos* (frases)? Se DIONÍSIO está operando com a diferenciação, verificável em alguns pontos da tradição grega, entre *lógos* (frase em prosa) e *períodos* (frase em verso), porque o faz tacitamente? As traduções contemporâneas, de modo geral, ignoram, talvez por falta de opção, o problema que esse trecho representa. Há aqueles que ignoram o fato de *lekséōs* estar no singular, como DONET (1967:25, apud SWIGGERS e WOUTERS, 1994:537) com sua tradução "*um ensemble de mots, em prose*", e os que omitem termos, como KEMP (1986:350) com "*a*

---

composition of words" e LALLOT (1989: 49) com "*une composition em prose*". PECORELLA (1962:105, apud SWIGGERS E WOUTERS 1994:537) propõe uma emenda ao trecho. Com base em manuscritos distintos daqueles usados por UHLIG (vide *Comentários*), chega a *pédzē lékseōn,* onde *pédzē* aparece no nominativo, concordando com *súnthesis*, enquanto *lékseōn* surge no plural – de onde a leitura *composição comum (prosaica) de palavras.* Por outro lado, CALBOLI (apud WOUTERS 1975, p. 219) de acordo com a lição de UHLIG propõe compreender *léksis* mais genericamente, como discurso. Ele afirma que, *léksis* , cujo sentido primeiro é, sem duvida *palavra,* pode ter seu sentido estendido a *exposição*, conduzindo à leitura *composição prosaica do discurso.*

[47] *Prâgma* é um termo notavelmente pródigo em significados: de *assunto* a *sentido*, de *coisa* a *ação*. Neste trecho da *T.*, ele surge em oposição complementar, já levantada por HADOT (1980, p. 316), com *sôma*, palavra que remete a elementos materiais, físicos, de fato, corpóreos. Sendo assim, aí *prâgma* teria, necessariamente, que referir o imaterial, o abstrato, o conceitual. LALLOT (1989, p. 49), por exemplo, opta pela tradução *action* (ação), que, sem dúvida, resgata uma das acepções de *prâgma,* e se acomoda à idéia daquilo que os nomes podem designar. Tal escolha, no entanto, não explicita a complementaridade entre *sôma* e *prâgma*, nem é adequada ao exemplo *educação.* KEMP (1986, p.76) opta *non-corporeal* e KÜRSCHNER (1995 a, p. 189) por *Sache.*

[48] No original grego, *ánthrōpos*, 'ser humano'. O grego tem *anḗr* para designar *homem* (humano do sexo masculino) em oposição a *mulher.*

[49] Gr. *skhéma.* Trata-se de termo cujo significado é *aparência exterior*, *aspecto.* Seu equivalente cunhado pela tradição latina é *figura,* opção amplamente utilizada na tradução de *skéma.* Em português, no entanto, *forma* é mais informativo, remete mais objetivamente ao sentido do original grego.

[50] Epiceno, em português é, de fato, etimologicamente vinculado ao gr. *epíkoinon.* Ambos conservam a mesma significação e remetem a um mesmo conceito – em grego, *khelidón* é substantivo feminino, unicamente acompanhável pelo artigo fem. *hē*, coincidentemente, do mesmo modo como *andorinha* em português. Vale, contudo, notar

que o termo português *sobrecomum*, descendente direto do latim *supercommunis* (que, por sua vez, é uma tradução literal do grego *epíkoinon*: *epi= super> sobre, koinón= communis> comum)* não tem o mesmo sentido, ou não remetem ao mesmo conceito. O *sobrecomum* da terminologia gramatical do português é, ao contrário, mais próximo do *comum* (*koinón*) grego.

[51] Ambas palavras podem, sem variar sua forma, receber artigo masculino ou feminino, conforme a necessidade de referir-se ao animal macho ou fêmea.

[52] Ambos substantivos podem nominar indistintamente o animal fêmea e o macho, mas não admitem, para tanto, variação de artigo, sendo no caso, exclusivamente associáveis aos artigos feminino e masculino, respectivamente.

[53] O grego *patrōnúmikon* é formado a partir do morfema *patr-* (pai) e de *ōnoma.* A tradução *patronímico* privilegia a origem do termo, mas em português, evoca um conceito distinto do requerido por essa passagem da *T.* Como ambos os termos se originam de uma idéia praticamente comum, é, a princípio, válido manter aqui patronímico.

[54] gr. *hupokoristikón.* Vale lembrar que em português existe a forma etimologicamente adveniente desse termo: hipocorístico. Não se trata, porém de um diminutivo, mas do "nome carinhoso", denotativo de intimidade.

[55] A palavra em grego aqui seria transliterada por *parōnumos.* O termo do português etimologicamente correlato seria parônimo, que é o termo morfofonéticamente par a outro. Para evocar em português o mesmo que *parōnumos* em grego, então, foi mais conveniente recorres a *denominal*: tanto o grego *parōnumos*, como o português deverbal indicam termos, adjetivos, verbos ou substantivos, que derivam de substantivos, ou nomes.

[56] Eácida quer dizer *descendente de Éaco*, Pelida, *filho de Peleu.* Na seqüência, do mesmo modo, têm-se *Atreídēs, Atreíōn* que significam *filho de Atreu*, *Priamís*, que é

filha de Príamo, em *Adrēstínē*, filha de Adrasto. Vale atentar para o fato de que não se trata de nomes próprios ou de adjetivos cabíveis a um determinado indivíduo. Todo e qualquer filho de Atreu é um *Atreídēs*, assim como qualquer filha de Príamo é uma *Priamís.*

[57] *Théon* seria derivado de *théos* 'deus', e *Trúphōn* de *truphē̂* 'pompa'. Literalmente os dois nomes próprios podem ser entendidos como algo próximo de Divino e Pomposo.

[58] Do verbo *philéō*: 'amar', e do verbo *Noéō* 'pensar, conceber' respectivamente

[59] Filho de Agamêmnon, assim como o seguinte, *Philippídēs*, filho de *Phíllipos.* Veja-se que ambos os exemplos são de patronímicos.

[61] Composto de *kheír* 'mão', declinado no dativo plural (*kheirí*) e *sophós* 'sábio', conhecedor'. *Sophoklē̂s* seria composto de *sophó(s)* e *klé(o)s* 'fama'. Observe-se que os parênteses locados dentro das palavras representam as partes suprimidas na composição dos exemplos.

[63] De *phílo(s)* 'amigo' e *dē̂mos* 'povo', e de *perí* algo como *acerca de* e *klé(o)*s fama, respectivamente.

[64] Em grego, o termos *Atē̂nai* 'Atenas' e *Tē̂bai* 'Tebas' são *pluralia tantum.* O plural *morfológico* desses dois termos é fatual, eles se fazem acompanhar, necessariamente pelo artigo no plural, e pedem verbo no plural. Dionísio não estaria considerando-as plurais simplesmente por terem um a terminação coincidente com a dos plurais.

[65] Gr. *ptôsis.* Literalmetne, *queda* (do verbo *píptō, cair*). A tradução latina *casus* (igualmente, do verbo *cadere, cair)* é fiel, portanto, a esse sentido do termo grego, do mesmo modo como mantém transparente a relação entre o sentido corrente do corrente e o uso gramatical do termo. A incorporação de *ptôsis* – e de *casus*– à terminologia gramatical se dá por meio de associação metafórica (Para maior discussão sobre os

mecanismos pelos quais tal associação se realiza, veja-se *Comentários ao capítulo 12.).* Em português, o termo *caso* é opaco nesse sentido. Não remete a qualquer indício dessa relação metafórica, a não ser quando pensado em razão de sua origem latina. Trata-se, porém, de termo cristalizado pela e na tradição gramatical.

[66] A tradução latina *acusativus* para o grego *aitiaitikê* é admitidamente contestável. Em grego *aitía* quer dizer causa, exatamente como o latim *causa*, de onde se tem que o latim *causativus* seria mais adequado, assim como, no caso da nossa tradução, o português *causativo*. O peso da tradição, contudo, é muito forte sobre o termo *acusativo* – razão pela qual o mantemos aqui.

[67] No original, *aóristos* 'indefinido, não-delimitado'. Mesmo termo que designa o aoristo verbal.

[68] Gr.*perilêptikón.* Literalmente, 'que tem a propriedade de abarcas, compreender'. *Coletivo* entra aí pela tradição, e por, em português, evocar sentido paralelo ao da expressão grega.

[69] Gr, *periéktikón.* Literalmente, 'o que contém, continente'.

[70] Gr.*pepoiēménos*, do particípio perfeito passivo do verbo *poiéō* 'fazer'. Literalmente, o termo que designa essa espécie de nome quer dizer 'feito, pronto, elaborado'. Uma tradução aparentemente sem sentido específico ou claro, mas que na verdade, diante dos exemplos apresentados à espécie, parece remeter aos nomes que já surgem prontos, feitos, nas e das características, sonoras, obviamente, das coisas que denominam. Daí *onomatopéicos.*

[71] Gr. *epítheton.* Literalmente, o *colocado* ao lado, para o que a tradição tem o termo de origem latina *adjetivo.* O português conta com o termo *epíteto*, que praticamente sinônimo do termo adjetivo, ou uma subclasse dos adjetivos. Adjetivo, porém, tem significado mais amplo. É possível falar em *posição adjetiva*, mas não em posição epíteta. Note-se que em português não é possível manter a circularidade da definição

dionisiana: *epítheton* (o 'colocado ao lado') seria aquilo colocado (***tithémenon***) ao lado (***epí***) do nome [...].

[72] Relativo é termo de uso consagrado para o sintagma grego *prós ti ékhōn,* de tradução difícil (por aproximação, seria possível acatar *estar para algo*). Em português, o uso do termo *relativo* pode motivar a sobreposição do termo da idéia de *relativo* presente nessa passagem ao conceito lingüístico corrente de (pronome) relativo, o que seria um equívoco. É fato que a denominação de ambos os mecanismos lingüísticos decorre de um fator comum: a relação que ambos estabelecem e sobre a qual se fundam. No entanto, vale lembrar que as relações são aí tomadas em sentidos distintos. O nome relativo seria assim chamado, a princípio, porque sua semântica, ou sua existência no mundo, estaria condicionada à existência de um par complementar, numa espécie de definição pelo oposto. Isso enquanto o pronome relativo relaciona-se com o termo a que remete. Observe-se que o pronome relativo não é uma concepção presente na gramática grega, mas bem posterior (Vide notas e comentários referentes ao artigo posposto). Esta tradução adota o termo relacional na intenção de fazer ver as razões que, na origem, levaram a nominar assim esse grupo de palavras e, ao mesmo tempo, de afastar o leitor de eventuais confusões.

[73] Não há tradução específica para o termo grego *pherônumos*, que aparece aqui apenas transliterado. Seu sentido, dicionarizado (cf. LSJ, v. *pherônumos*), em grego, seria *bom nome,* ou *nome dado a partir de um evento.* É o que nos fornece definição dionisiana. Trata-se de epítetos de heróis, por exemplo, adquiridos a partir de situações por eles vivenciadas.

[74] *Thisamenós* é o particípio do verbo grego *tísasthai,* 'fazer pagar', e pode ser traduzido literalente por 'vingador'. *Megapénthēs* é um composto de *mega* 'grande' e *pénthos* 'aflição, dor'.

[75] Uma tradução possível, e fiel ao conceito, seria *patronímico*, que nesta tradução acabou por denominar outro conceito (vide supra). *Étnico*, no entanto além de ser próximo do termo original grego é capaz de remeter mais nitidamente à forte mescla

---

entre as idéias de *pátria* e *povo* vigentes na cultura helênica. Aqui a referência é antes à pertença a um determinado grupo étnico, a um povo, do que a uma região. A tradução do termo *éthnos* por *nacionalidade* é que compromete a visão anteriormente proposta. Porém nem *etnia*, nem *povo* caberiam aqui.

[76] O termo para *loureiro* é *daphnē*, assim como o para *moça, virgem,* é *parthénos.* Note-se que apesar de o parecerem, os termos elencados por DT como inclusivos desses loureiros e moças, **não** são os genitivos plurais de *daphnē* e *parthénos*, mas as palavras ***daphnōn, ōnos*** **e** ***parthenōn, ōnos.***

[77] Gr *génos.* No sentido de estirpe, conjunto co-originado, como em *gênero humano=espécie humana.*

[78] *Atividade* e *passividade* traduzem respectivamente *enérgeia* e *páthos.* Esses termos do grego referem-se, respectivamente, a realização, operação, e experienciação. Há que atentar, pois, para o sentido mais elementar e difundido de *páthos*: sofrimento. Trata-se de um sentido factual do termo. Porém, *sofrer* aí, ao contrário do que se possa pensar, não é **receber efeitos** de uma (má) ação, mas de **experienciar** algo, **passar por** algo. Este segundo sentido é aquele sobre o qual se apóia o uso de *páthos* na tradição gramatical grega. O primeiro é, por outro lado, muito próximo às definições de voz passiva do verbo correntes em nossa tradição gramatical atual.

[79] O gr. *parépetai*, teria por tradução literal 'cai ao lado', 'fica junto', sentido originalmente resgatado pelo verbo latino *accido* (de *ad* + *cado*) e por seu particípio neutro *accidensi*, de onde o português *acidente.* A imagem desses elementos que se põe ao lado de algo, são-lhes características acessórias, não inerentes à essência da coisa "acompanhada", remonta aos escritos filosóficos, notadamente peripatéticos (aristotélicos). Os elementos que se põe ao lado do verbo, nesse caso, não devem porém ser lidos como os acidentes da tradição aristotélica, uma vez não são necessariamente características acessórias do verbo. Dentre os acidentes há atributos caracterizadores do verbo e inerentes a ele (conjugação, tempo), assim como há atributos de fato acessórios (número, pessoa, por exemplo). Opto aqui pela tradução *acidente* devido a capacidade

---

de esta palavra remeter, em português, a qualidades particulares de algo e ao mesmo tempo permitir que o leitor perceba o uso de uma terminologia comum, embora com o sentido levemente alterado, entre as tradições da gramática técnica alexandrina e a filosofia peripatética.

[80] Em grego antigo, costuma-se citar os verbos, ou fornecer sua entrada lexical, por meio da primeira pessoa do singular. E é assim que eles são citados ao longo da *T.*

[81] Gr. *enestôs.* Composto a partir de *en* ('em') + *eimi* ('ser, estar')> *éneimi* ('estou em', 'estou presente').

[82] Gr,. *parelēluthôs.* Forma adveniente de *paralúō* 'perder, deixar, desfazer', quer dizer algo próximo de 'o que se perdeu'.

[83] Gr. *Méllōn.* O termo que nomina o tempo "futuro" é na verdade uma forma participial do verbo *méllō* 'estar destinado a, estar para', que surge adjetivando o termo *khrónos* 'tempo'.

[84] Gr. *paratatikós*, de *parátasis* 'extensão ou continuidade'. Daí, a tradução literal para o termo do texto grego aqui ser *extensivo* ou *continuativo.* Sem entrar em discussão mais profunda sobre aspecto no sistema verbal do grego, pode se dizer que se trata de uma alusão ao caráter progressivo ou não pontual do verbo nesse tempo, que, pela tradição, é denominado *imperfeito.* Note-se que o cunho da expressão grega não remete ao mesmo "inacabamento" que a expressão latina *imperfectum* 'não completamente acabado' (Veja-se que em português *perfazer o caminho = fazê-lo completamente*).

[85] *Adjacente* é a tradução de origem latina do termo *parakeímenos*, de *pará* 'ao lado de' e *keímenos* 'jacente'. A tradição aponta aqui para o termo *perfeito* como designativo deste tempo verbal. *Adjacente* é, a princípio mais adequado aqui, sobretudo porque a idéia de perfeição/acabamento temporal implícita em *perfeito* não corresponde precisamente à realidade do *parakeímenos* no grego antigo, ou simplesmente não é caráter dominante – ao menos aos olhos dos estóicos e dos primeiros gramáticos – a

ponto de denominá-lo. (Para um brevíssimo apanhado sobre o funcionamento dos tempos verbais no grego antigo, vejam-se os *Comentários ao capítulo 13*)

[86] Gr. *hupersuntélikos.* Opto pelo termo tradicional aqui por crer que o sentido de *suntélukos* , literalmente, 'completo' no sentido de 'finalizado', 'acabado', é realmente resgatado por *prefeito* (tanto pelo latim *perfectus*), enquanto *húper* pode, do mesmo modo, ser entendido perfeitamente como *mais - que* (latim *plus quam*).

[87] De *a* + *horídzo* 'não delimito'. A tradução literal de *aoristos* é *não delimitado* ou *indefinido.* O termo *aoristo* faz parte da terminologia gramatical em português.

[88] Barítonos (gr. *barutónos*, literalmente, 'de tensão densa, pesada') são, mesmo na terminologia atual, os verbos cujas primeiras pessoas não tem fim tônico, acentuado.

[89] O que se entende aqui por artigo posposto à palavra é o que hoje compreenderíamos como pronome relativo. Vale observar, contudo que seu funcionamento de recuperados, como dos pronomes relativos é marcado por uma independência de caso, ou seja, o relativo é usado no caso respectivo à função que ocupa na "nova" sentença, não fica no mesmo caso que a coisa recuperada. Veja–se o exemplo: *Blépo* (verbo na 1.ª p. s.) *tón ándra* (acusativo) hós ("artigo posposto nominativo) *badídzei* (v. 3ª. p. pl). *'Vejo o homem que caminha'.* Vale notar que esse comportamento aproxima o artigo posposto (ou o relativo) dos pronomes demonstrativos, os quais, por sua vez, estão na origem dos dois artigos (pré e posposto) mencionados por Dionísio.

[90] *Hí* é uma forma pronominal, muito raramente verificada na escrita do grego clássico. Apesar de ser possível traduzir os dois primeiros pronomes da tríade apresentada nesse trecho por *eu* e *tu*, respectivamente, *hí* não seria exatamente traduzível por *ele.* (para seu sentido e uso vejam-se *Comentários ao capítulo 17*).

[91] Tradução literal do grego *diprósōpoi.* São assim chamados porque trazem marcas para indicar o possuidor tanto como a coisa possuída.

---

[92] Isso porque o que DIONÍSIO entende por preposição aqui é, na verdade, um conjunto de partículas que podem funcionar anexadas a outras palavras, como prevérbios, por exemplo, ou "livres:", antepostas a termos não verbais. Neste último caso, elas funcionariam como o que hoje correntemente se entende preposições de fato. É a essa dupla função dessas partículas que DIONÍSIO alude ao afirmar que atuam tanto em composição (de palavras) como na construção da (sintaxe) da sentença.

[93] Primeiramente, cabe ressaltar que *ad+verbum*, na tradição latina, é tradução literal de *epirrēma*. Ambas as formas, traduzidas em seus formantes para português resultam em algo próximo de 'junto ao verbo' ou 'acerca do verbo'. A definição de advérbio, no original de DT detém uma circularidade etimológica: literalmente, o advérbio (*epírrēma*) seria definido como *a parte da frase* dita a respeito do verbo ou dita junto ao verbo (***epílegómenos rēmati***).

[94] Gr. *mesotes.* Literalmente 'médios'. É como os estóicos chamaram o grupo dos advérbios todos. Dionísio transforma a denominação desses filósofos em subclasse.

[95] Esses advérbios de admiração seriam algo muito próximo daquilo que se compreende correntemente por interjeição. *Admiração* não é, de fato, a melhor tradução para o grego *thaumatikós*, que refere-se à admiração, à surpresa como ao espanto, à exclamação – sem portanto o valor inerentemente positivo que uma primeira leitura de *admiração* pode transmitir. Porém a tradução *exclamativos* assim como, claramente, *interjectivos* remeteria o leitor à classe de palavras da interjeição. Algo bastante prejudicial à compreensão dos elementos dessa subclasse de advérbios enquanto advérbios de fato na gramática de DT.

[96] Os últimos dois exemplos podem, na verdade, ser considerados imperativos verbais, em essência. *Áge* viria do verbo *ágō*, 'conduzir', e *phére,* de *pérō*, 'levar'.

[97] *Conjunção* é termo derivado de *conjunctio*, fixado pela tradição latina, que, por sua vez, traduziu literalmente o grego *sún* (com) + *désmos* (ligação vínculo, atadura, junção)

[98] No original, há circularidade e um claro tratamento etimológico nessa definição. A conjunção – *súndesmos* – é a palavra com-juntadora (*sun* - *deoûsa*) do pensamento. O radical de *désmos* e *deoûsa* é o mesmo, assim como o prefixo *sun*, vale lembrar.

[99] Esta última parte da definição traz, no original, um problema de fixação. Nas palavras de LALLOT (1989, p. 227), "o problema filológico de mais difícil solução em toda a *T* ". Uma lição, a contida nos manuscritos antigos M, L, G, B, na tradução armênia (e provavelmente na tradução siríaca e no papiro Yale, que traz o começo do vigésimo capítulo da *T.* – "provavelmente" porque mas ambas as cópias estão ilegíveis nesse trecho) (LALLOT, 1989, p 228) traz que a *conjunção (...) revela* (*dēloûsa*) *o implícito da expressão*. Tal lição é considerada, no entanto, absurda pelo próprio UHLIG, em cuja fixação de texto ela consta (LALLOT, ibidem). Tanto é que uma segunda lição corretora desta primeira teria surgido, embora tardiamente, no século XIV, nos *Erotemata* do gramático MOUCHOPOULOS, escoliasta da gramática de DT. Trata-se de uma alteração que, a princípio, renderia mais inteligibilidade ao trecho: a substituição de *dēloûsa* por *pleroûsa*. Tal mudança passa a constar nos textos dos manuscritos B2, T, V, H, A da tradição. A leitura dela resultante é *e preenche a lacuna da expressão.* E, em última instância, no contexto das funções caracterizadoras da conjunção, essa seria uma lição causadora de tanta estranheza quanto a anterior.

A expressão *kékh*ēnos, perfeito de *khaskō*, literalmente, 'entreabrir-se, bocejar' surge em APOLÔNIO DÍSCOLO (*Sintaxe*, 266.22) na seqüência *anaplēroûn tò* ***kekhēnós*** *tês ermēneías* ,'preencher as lacunas da interpretação', com o sentido de 'lacuna'. De fato, como o termo *kekhēnós* tem por sentido primeiro 'abertura', cuja extensão metafórica será algo em torno de '*vazio*, *buraco*, ou *falta*', e, portanto, sem dúvida demanda, num primeiro momento, uma idéia de preenchimento, conforme em Apolônio. Contudo, no caso do texto de DT, é bastante possível entender a lição que consta de UHLIG e dos manuscritos mais antigos: *déloō* não que dizer 'mostrar' no sentido de apontar (para o que o verbo mais adequando seria *deíknumi*), mas de 'tornar claro, evidenciar'. Sendo assim, o trecho possui uma interpretação bastante cabível e mesmo simples: a conjunção deixa claro, evidencia, revela coisas que estavam, a princípio, obscuras – lacunas da expressão. E tais lacunas seriam exatamente as relações de cunho lógico entre os pensamentos, entre as frases, que, na ausência das conjunções,

---

até existem, mas não ficam claras (Para detalhes, vejam-se os *Comentários do capítulo 20*). Cabe notar que sob essa perspectiva, as duas variantes textuais resultam em soluções semanticamente semelhantes, muito embora o preenchimento da lição que traz *pleroûsa* remeta-se a uma idéia mais física de preenchimento: entre sentenças, haveria um lugar para a conjunção, que, se não ocupado, resultaria em lacuna.

Na tentativa de deixar claro aquele que julgo ser o sentido mais adequado da fixação uhligeana, opto, pois, pela tradução *torna evidentes dados implícitos da expressão*.

3. 1 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 1 – GRAMÁTICA: DEFINIÇÃO E OBJETOS

3.1.1 Definição de gramática

De acordo com ROBINS (1996, p. 5), a seção inicial da *T.* contém a mais antiga definição de gramática (*grammatikē*) a que a tradição de textos hoje conhecida permite remontar. Tal definição conta com uma vida notavelmente longa na doutrina gramatical do Ocidente. Na Antiguidade, ela é praticamente um consenso entre os escritores de compêndios gramaticais, passando à tradição latina primeiramente pelo contemporâneo de DT, VARRÃO (vide *Notas de tradução*). Apolônio Díscolo não cita ou evoca explicitamente a definição dionisiana, mas afirma que esta é aceita e correta. O latino Diomedes, mesmo numa "tradução" menos literal que a varroniana, acata conceitualmente a definição constante da *T.* : *"Grammatica est specialiter scientia exercitata lectionibus et expositionubus eorum quae apud poetas et scriptores dicuntur".* (ROBINS, 1996, p. 4). Outros latinos, mais tardios, de importância fundamental para os estudos gramaticais não seguem a definição de DT, mas também não definem 'gramática' em suas obras – é o caso de Donato (IV d.C.) e Prisciano (V d.C.).

Uma concepção da arte gramatical distinta e concorrente da dionisiana aparecerá só mais tarde (circa séc VIII d.C.), guiada pela filosofia escolástica: "*Grammatica est sermonicialis scientia, sermones et passiones eius in communi ad exprimendum principaliter mentis conceptus per sermonem*" (PINBORG[1], 1997, p. 1 apud ROBINS, ibidem). Mesmo diante do surgimento de conceitos paralelos, a idéia de gramática verificada na *T.* não desaparece dos círculos de estudo dessa disciplina. Ao longo de toda a Idade Média, gramáticos investem na retomada dela e em sua explicação. Na Renascença, inclusive, as bases dionisianas são completamente retomadas, e sua definição se sobrepõe às demais, passa a participar do cânone gramatical do período (PADLEY[2], apud ROBINS 1996, p. 4).

Quanto ao conteúdo dessa definição, cabe notar que ela não trata do manual de gramática, nem do exercício de organização de que, em muito, ele consiste. É a

---

[1] PINBORG, J.(ed.). *Sigerus de Cortraco: summa modorum significandi; sophismata.* Amsterdam: Benjamins, 1977.

[2] PADLEY, G.A. *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: the Latin Tradition.* Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p.30.

"grande" gramática que está em questão, aquela que é o conhecimento das obras mais importantes na Literatura, dos artifícios de linguagem nelas empregados e também dos conteúdos que expressam. Trata-se de uma definição que, a princípio pode suscitar algum estranhamento se confrontada com os assuntos encontrados na obra de DT: enquanto a abordagem da leitura, por exemplo, soa condizente com o propósito dessa definição, a observação das partes da frase pode parecer alheia a ele. Nesse sentido, vale lembrar que, na gramática antiga, os dados que hoje seriam comumente considerados tipicamente gramaticais convivem com aqueles que a atualidade remeteria à crítica textual ou mesmo à literatura. Nada tão estranho, se se pensar que uma tradução imediata do termo *grammatikē* 'gramática' seria algo próximo de 'estudo das letras'. E claramente se entendem, de modo geral, como âmbitos de atuação das atuais Letras a literatura, como a linguagem de modo geral[3].

A definição de gramática da *T.* guarda também uma espécie de controvérsia interna, de ordem epistemológica, observada já por Sexto EMPÍRICO em seu discurso contra os gramáticos. A gramática, enquanto ramo do conhecimento na Antiguidade grega, encontra-se dentre as *tékhnai*, ou artes da habilidade, do engenho. O nome *tékhnē* pode designar também o manual de gramática enquanto gênero da escrita, da produção intelectual. Daí o nome *tékhnē grammatikē* poder remeter tanto à gramática, enquanto disciplina como ao modelo de produção textual que aborda determinada gama de objetos dessa disciplina.

Apesar disso, a gramática, uma *tékhnē*, é definida, por DT e como uma *empeiría*, uma prática, um exercício. Epistemologicamente, as diferenças são severas: *tékhnai*, para os gregos, são, por exemplo, a astronomia, o trabalho com o couro (de um sapateiro, por exemplo), a medicina – todos conhecimentos que podem se dizer 'técnicos', porque não são completos, enquanto abstrações, conhecimentos puros (*epistēmē*), mas dependentes da extensão prática para se realizarem. A *empeiría*, por sua vez, é, simplesmente a prática, a experienciação de uma atividade, apartada da elaboração mental. Vale lembrar que os degraus epistemológicos representados geralmente pela tríade *empeiría*, *tékhnē epistēmē* – uma escala crescente rumo à forma mais abstrata de conhecimento – na Antiguidade, eram radicalmente separados. E o

---

[3] O paralelo aí proposto não é, obviamente , absoluto e preciso, e não visa a sobrepor idéias pertencentes a épocas radicalmente distintas, mas talvez seja válido para a compreensão do conceito de gramática na Antigüidade.

investimento filosófico – visível nas obras de Platão e Aristóteles, por exemplo – nessa distinção é notável. Aos olhos de seu período, a definição dionisiana de gramática funde elementos filosoficamente dissociados. Daí, por certo, a magnitude que o suposto desajuste provocado pelo confronto *empeiría-tékhnē* numa mesma definição assume perante o comentador antigo – um desajuste até certo ponto imperceptível para a maioria dos leitores atuais.

Se, por um lado, é de fato paradoxal, como querem inúmeros escoliastas de DT (ROBINS, 1996, p. 9), afirmar que a *tékhnē* **é** uma *empeiría*, por outro, é possível conceber que a definição de gramática que se funda sobre essa aparente contradição está notavelmente afastada de intuitos filosóficos legítimos e, conseqüentemente, da especificação conceitual detalhada que demandam. Embora franca herdeira da terminologia e de mecanismos de organização do conhecimento presentes em diversos ramos da filosofia a ela anterior e contemporânea, a gramática alexandrina não se vincula com precisão ao arcabouço conceitual de nenhuma corrente filosófica específica, nem é, pois, em qualquer grau, comprometida com verdades ou discussões filosóficas. Ela se apropria dos termos cunhados pela filosofia mas ressemantiza-os – e é nisso, em grande parte, que se mostra inauguradora de uma nova modalidade de saber, de uma disciplina.

Além disso, o suposto paradoxo pode ser fruto de um radicalismo purista que reage contra a aproximação de conceitos considerados opostos antes mesmo de analisar o modo como ela se dá. Ora, correntemente, é possível flagrar, mesmo na filosofia, a *empeiría* como meio de aquisição da *tékhnē*. No *Górgias* (448 b 12), de PLATÃO, a exemplo, isso é claro. Do mesmo modo, a parte prática, da *tékhnē* não deixa de ser empírica. Antes de ser uma falha epistemológica, a definição de gramática presente na *T.* é, então, um retrato sincero de seu objeto: uma *tékhnē* que se constrói a partir da sistematização, compilação e síntese dos dados extraídos do domínio prático, exaustivo inclusive, de textos canônicos.(SWIGGERS e WOUTERS, 1995, p. 95).

Historicamente, o domínio da gramática se fixou sobre o conteúdo abordado, na Antiguidade alexandrina, pelos manuais técnicos (Veja-se que a edição de textos literários, em si, desde muito cedo deixa de ser gramática). No entanto, a relação de dependência dos textos escritos pelos grandes literatos, que se encontra na definição dionisiana de gramática, marcou definitivamente o futuro desta disciplina. Para Aristarco, por exemplo, deter o conhecimento prático do comumente dito por poetas e prosadores era travar contacto com textos, como o de Homero, a ponto de reconhecer seus

elementos mais típicos, explicá-los, entendê-los e, acima de tudo, organizá-los e separá-los da massa de elementos atípicos, espúrios. Porém, o mesmo conhecimento das obras de poetas e prosadores, para os gramáticos latinos, herdeiros diretos da tradição alexandrina, passa a se configurar pela observação da linguagem, modelar, presente nos textos do cânone literário. Mudam-se os focos, porém os materiais envolvidos são os mesmos. A definição de gramática continua intacta, mas alcança uma leitura essencialmente distinta da original. Isso porque, ao ser cunhada, visava a definir a "grande gramática", das exegese e edição textuais, mas adere, com o tempo, à "pequena gramática", empenhada em questões mais puramente lingüísticas, a gramática técnica do manual.

Tal adesão não representa uma mudança radical e definitiva no entendimento de *gramática*, assim como não faz com que a disciplina experimente qualquer sorte de revolução metodológica. É, inclusive, em muito da confluência dessas leituras da definição de gramática – e, conseqüentemente, dos dois modos de fazer gramática que evocam – que surgirão idéias indispensáveis para caracterizar essa disciplina e suas funções no decorrer do tempo. O escopo da atuação dela esbarrará, nos diferentes momentos de sua evolução, na prática dos escritores. No modelo literário, a gramática poderá buscar paradigmas do bom uso lingüístico, porém nunca inscrita numa relação de total subserviência, uma vez que nem sempre a gramática acata os usos lingüísticos surgidos no seio da literatura. E muitas vezes se dará o justo oposto: o conhecimento dos ditos nessas obras será promovido pela gramática, cujo domínio dos mecanismos será visto como via de acesso à lógica da linguagem, assim como das coisas "ditas" por ela.

3.1.2 Partes da gramática

De acordo com SEXTO EMPÍRICO (*Adversus Grammaticos*, 92), ao pensar nas partes (*méroi*) da gramática, não se deve empregar o mesmo conceito de *parte* verificado na distinção das partes (*méroi*) do homem. Estas – o corpo e a alma – são divisões relativamente autônomas e efetivamente apartáveis entre si. Já as partes da gramática encontram-se necessariamente ligadas, são interdependentes. De maneira semelhante seriam concebidas as partes da medicina, considerada, então, uma *tékhnē*, juntamente com a gramática e a retórica. Ao contrário das partes do homem, que são

concebíveis mesmo para além de seu todo (o homem), como fatores de uma soma, as partes de uma *tékhnē* só existem em relação mútua entre si e com o todo que, unidas, conformam – elas demandam organicidade, correlação.

Esse posicionamento de SEXTO reflete um dos eixos centrais do pensamento grego antigo. Notoriamente em ARISTÓTELES, mas também em diversos outros momentos da história intelectual do mundo helênico, é possível perceber um certo afã de categorização, um empenho em separar os objetos do pensamento em conjuntos e de dividir "todos" em "partes". São mecanismos de organização do conhecimento indubitavelmente recorrentes. E no caso específico da relação parte/todo, mais do que isso: trata-se de um instrumento organizador que, não raro, chega mesmo a guiar a aplicação dos demais. Tanto na compreensão das áreas de conhecimento em si e no dimensionamento delas, como na observação dos objetos desse conhecimento, separar um todo em 'partes' é freqüentemente um dos primeiros passos na observação científico[4]-filosófica. No caso da gramática, nota-se que ela – a disciplina, a *tékhnē* – tem partes, assim como a frase (*lógos*) – em última instância, um de seus objetos – tem partes.

De fato, as *tékhnai* são freqüentemente compreendidas em partes, em partes necessariamente correlatas. A gramática, pois, ao se apresentar dividida desse modo, apenas assume seu papel como *tékhnē*; e DT, ao dividi-la, na introdução de sua obra, não **cria** um modo de compreensão ou estruturação de uma disciplina, mas simplesmente insere-se numa tradição.

No entanto, as seis partes propostas por DT não são as únicas possíveis ou verificadas ao longo da tradição de estudos gramaticais grega. Para SEXTO EMPÍRICO (ibidem), elas seriam três: histórica (*históríkón*), técnica (*tekhnikón*) e especial (*idiaíteron*). A primeira seria encarregada de trazer informações sobre pessoas, deuses, heróis, sobre os mitos e lendas, enfim, abordados na obras estudadas pela gramática; a segunda trataria da boa ordem dos elementos, das partes da frase, da ortografia. A parte especial ou própria examinaria os textos de poetas e prosadores, interpretaria as obscuridades, distinguiria expressões adequadas das não adequadas e, sobretudo, julgaria a autenticidade de excertos e obras.

---

[4] Obviamente, ao se denominar por 'ciência' o desenvolvimento de um domínio específico do saber na Antigüidade, não se está pressupondo tipo de vínculo efetivo com modelos de ciência "propriamente dita".

Como se pode ver, não há aí uma correspondência perfeita com as partes propostas por DT. A leitura bem realizada, bem como a crítica dos textos, apresentadas como partes individuais da gramática na *T.* seriam englobadas pela parte especial de SEXTO; do mesmo modo, a descoberta de palavras estranhas e das histórias, pela histórica e a etimologia e analogia, pela técnica. Um fato que o próprio SEXTO explica alegando que DT teria confundido parte (*méros*) com seção (*mórion*), chamando por partes aquelas que na verdade são subpartes (ou seções).

Desse modo, SEXTO EMPÍRICO defende, sem dúvida, o seu ponto de vista, mas não uma regra ou opinião geral. Em sua época – e ainda por muito tempo depois dela – a gramática é uma disciplina em formação, cujas função, estrutura e terminologia não se encontram completamente estabelecidas, o que dá lugar para divergências e flutuações diversas. ASCLEPÍADES de MIRLEA (II/I a. C) teria apontado uma divisão da gramática em três partes: histórica, técnica e gramatical, investindo na subdivisão da primeira em verdadeira (que explicaria fatos históricos supostamente reais presentes em obras literárias), falso (que explicaria mitos e lendas) e quase-verdadeiro (que explicaria o enredo da comédia e dos mimos) (SEXTO EMPÍRICO, *Adversus Grammaticos*, 250-254). Os escoliastas de DT, por sua vez, viriam a apresentar uma divisão quadripartida da arte gramatical – leitura (*anagnōstikón*), exegese (*eksegetikón*), correção (*diorthotikón*) e crítica (*kritikón*). A essas quatro partes, eles juntariam quatro instrumentos ou órgãos da gramática: o glossário (*glossomatikón*), o histórico (*historikón*), o técnico (*tekhnikón*) e o métrico (*metrikón*) (*Scholia Vossleriana* 164, 9 e 115, 8 apud ILDEFONSE, 1997, p.27).

As diferenças factuais entre essas diversas maneiras de compor a gramática restringem-se ao nível estrutural. Por mais que variem as divisões, os conteúdos, as matérias da gramática se mantêm. E os escoliastas reconhecem isso. Para alguns deles, a ordem de DT é apenas uma variável, mais didática, do modelo quadripartite por eles proposto.(ILDEFONSE , 1997, p. 27).

3.1.3 As partes da gramática na *Tékhnē Grammatikē*.

O manual atribuído a DT, em sua introdução, apresenta seis partes da gramática. Porém, na seqüência do texto, os conteúdos dos capítulos encontrados podem ser vistos, no máximo, como desenvolvimentos específicos das primeira e quinta partes. As demais partes surgem mencionadas, eventualmente, mas não constituem temas de

abordagem em si. Isso, ao invés de apontar uma corrupção do texto, ou refletir uma suposta incompletude da obra, uma falha de montagem ou no desenvolvimento dos temas propostos, é uma mera reflexão teórica sobre a **disciplina** gramatical. As **partes da gramática** citadas por DT não são as partes da **sua** gramática. Conforme se pôde perceber acima, a divisão em partes era uma espécie de tratamento canônico dado as *tékhnai*, e essas partes, em última instância, são os "deveres do gramático" (ROBINS 1995, p. 6), de modo geral. Trata-se duma proposta de definição do objeto da ciência gramatical, de dimensionamento dessa ciência. Fornecer, portanto essa divisão introdutória pode ser uma das necessidades do manual, um complemento à definição do objeto de estudo.

Não é, portanto, essa primeira seção da *T.*, uma espécie de tábua de conteúdos introdutória ao manual de gramática. E não há que se encontrar correspondência biunívoca entre os interesses do estudo gramatical como um todo e aqueles de que o manual dionisiano se ocupa para que se verifique alguma coerência interna na obra. Mesmo porque o manual técnico, gênero ao qual a gramática de DT pertence aborda, caracteristicamente, um rol delimitado de assuntos gramaticais : os que concernem à construção do *lógos* e a divisão deste em partes. De fato, são as práticas relativas ao *tekhnikón* (uma parte da gramática) que ainda hoje são correntemente reconhecidas como tipicamente gramaticais.

De maneira geral, as partes da gramática dionisianas denotarão um claro *centramento na palavra*. Esta é a unidade sobre a qual trabalham exclusivamente etimologia, a exegese das palavras estranhas, a analogia e mesmo a descoberta dos tropos poéticos. A própria leitura funda-se em grande parte sobre a boa pronúncia dos acentos da palavra e da própria palavra. Só a crítica dos poemas e o resgate das histórias conseguem escapar totalmente à regra.

Manifestantes, em maior o menor grau, de interesses exegéticos ou organizadores, essas partes da gramática possuem interrelação evidente. Umas funcionam como mecanismos de realização das outras – é o caso da etimologia, que entra na elucidação dos tropos, das *glôssai*, para ficar com um exemplo. Tal interdependência restará clara a partir dos subseqüentes comentários de cada uma dessas partes.

3.1.4 Leitura

A apresentação, no manual de DT, da "leitura treinada" como a primeira das seis partes da gramática pode, num primeiro momento, suscitar uma certa estranheza. Ler satisfatoriamente, de acordo com a prosódia, não é, a princípio, um procedimento que se encontre no mesmo nível epistemológico da crítica textual (sexta parte da gramática), por exemplo. Diante disso, um leitor atual, membro de sociedades largamente letradas e calcadas na comunicação e no conhecimento escritos, tende a enxergar uma certa impertinência nessa citação da leitura dentre as demais partes da gramática, ou mesmo a imaginar o manual de DT como uma espécie de cartilha introdutória, voltada a um público iniciante no trabalho com as letras, crianças talvez.

Numa melhor hipótese, esse leitor conceberá, nessa primeira seção da *TG*. uma apresentação gradativa das partes da gramática, seguindo a ordem de dificuldade ou cronologia da aquisição. De fato, para que sejam possíveis tanto a prática efetiva das outras cinco partes da gramática, como mesmo o mero interesse por elas, é necessário partir da existência prévia da leitura enquanto habilidade adquirida. Aos olhos contemporâneos, sobretudo, a leitura é antes requisito para o estabelecimento do contacto com textos literários, que elemento do processo de contacto. Pode-se ainda, seguindo essa linha de pensamento, interpretar a menção da leitura aí nesse primeiro capítulo da *T.* como um indício da abrangência daquilo que se entenderia por gramática à época Alexandrina: um domínio amplo, cujo estudo perpassava a vida do indivíduo, indo desde o primeiro trabalho com as letras até mais complexos níveis de exegese textual[5].

Essas são possibilidades interpretativas que, embora não deixem de se mostrar, em algum grau, válidas, surgem carregadas por um anacronismo, manifesto na sobreposição das noções contemporâneas de manual de gramática, ambiente escolar e de leitura àquelas vigentes no contexto de formação da *T.* Para que se possa, pois, sondar o papel da leitura na disciplina gramatical alexandrina e no contexto histórico, cultural da época é preciso, antes de tudo, buscar conceber o que realmente era entendido como procedimento padrão de leitura.

---

[5] Ao se tratar da exegese textual dos alexandrinos não se deve pensar num trabalho de compreensão crítica próximo ao que hoje seria próprio da **crítica literária**, mas num procedimento de pendor filológico, de **crítica textual**. Muito embora houvesse franco empenho na geração de mecanismos para favorecer o entendimento do texto, não se vêem análises de enredos, personagens empenhadas no julgamento das obras como manifestações literárias, mesmo porque não existe, à época, a concepção de Literatura.

Em primeira instância, o procedimento compreendido de modo geral como 'leitura' passa pelo reconhecimento[6] de estruturas da língua falada, de cadeias de sons que formam as palavras de uma língua – no caso de escritas que privilegiem o viés fonético –, ou mesmo, talvez, de mensagens, idéias, significados completos – notadamente no caso das escritas ideogrâmicas, logográficas – codificados, representados, conservados, numa seqüência grafêmica. Na Grécia antiga, mais especificamente a partir do período homérico (século VIII a. C.), a escrita é alfabética, e tenta representar, a princípio, a fala, o contexto fônico da língua, assim como a escrita latina. Nesse aspecto específico, a escrita da antiguidade greco-latina se aproxima da maior parte das escritas oficiais das línguas praticadas no Ocidente do mundo contemporâneo.

No entanto tal proximidade pontual entre sistemas de escrita não chega a resultar em métodos paralelos, apoiados em mecanismos cognitivos similares, de leitura. Na Antiguidade, o processo de reconhecimento, decodificação do escrito passa necessariamente por etapas de que a noção corrente de leitura no Ocidente prescindiria. As diferenças podem mesmo estender-se ao conceito de leitura ou àquilo que se concebe como o ato de ler.

O exercício de passar os olhos por um conjunto de grafemas e decifrar silenciosamente a mensagem nele contida, se não era totalmente alheio ao universo greco-latino, ao menos não lhe era habitual. PLUTARCO (*circa* II d.C.), narra um episódio recorrentemente evocado nas tentativas de descrição do *status* da leitura na antiguidade grega: Alexandre Magno, tendo recebido uma carta de sua mãe, teria começado a lê-la em silêncio. Hefastião, estando a seu lado, estranha tal conduta, chega-se a ele e põe-se a ler a carta em voz alta. Então, Alexandre retira do dedo um sinete e coloca-o na boca de Hefastião (*Moralia* 340 a). A prática propositalmente silenciosa de Alexandre não é entendida como leitura por seus soldados. Do mesmo modo, já no final da Antiguidade, bem formado e assíduo leitor, o professor de retórica AGOSTINHO (*Confissões* V, 12) espanta-se com a leitura fora do comum – silenciosa – de Ambrósio. Some-se a essas duas passagens canônicas a recorrência das assembléias de leitura , do ouvir alguém lendo, muito recorrentes na literatura antiga, e se terá um quadro sociocultural em que a prática da leitura se dá, corrente e corriqueiramente, em voz alta. Ler é pronunciar as palavras do texto escrito. Essa é a norma, que é transgredida,

---

[6] Vide respectiva nota de tradução.

porém, se um leitor deseja sigilo, recolhimento, por exemplo. A leitura silenciosa é possível, concebível, não é, contudo, o padrão, a conduta típica.

É o que mesmo passagens que parecem apontar para o contrário acabam por confirmar. Na tragédia *Hipólito*, de EURÍPIDES (século V a.C.), o personagem Teseu lê, em silêncio, uma carta que toma das mãos da esposa, com que acaba de se deparar. N'*Os cavaleiros*, de ARISTÓFANES, o personagem Demóstenes lê uma tabuleta oracular e fica surpreso com seu conteúdo. Nessa leitura não emite palavra. Ambas as passagens podem parecer indícios de que, no período clássico, ao menos, a leitura silenciosa era prática corrente, uma vez que, ao que tudo indica, nem público, nem demais personagens das peças teriam manifestado estranheza à atitude de Teseu e Demóstenes. Cabe, contudo, lembrar aqui que o silêncio a respeito dos conteúdos lidos pelos personagens de ambas as obras é fundamental para a manutenção do suspense solicitado pelas estruturas tanto da tragédia como da comédia em questão. E mais: notadamente no caso de Teseu, o próprio personagem está em condições de desejar sigilo, uma vez que lê o bilhete de suicídio de Fedra, sua esposa.

Em vez de se constituírem em argumentos em prol da vigência do hábito da leitura silenciosa na Antigüidade, tais passagens parecem remeter preferivelmente a uma diferenciação possível das práticas de leitura diante do gênero lido. Uma diferenciação guiada sobretudo por uma necessidade de sigilo ou intimidade. Ao que parece, para cartas e bilhetes pessoais reservava-se, eventualmente, uma modalidade de leitura igualmente pessoal, enquanto a leitura de escritos de outra ordem é, normalmente, uma leitura falada, pública, que, institucionalizada, segue moldes escolares. Do mesmo modo que não seria de se imaginar os amantes lendo em voz alta a correspondência proibida e secreta que o poeta latino OVÍDIO (século I a. C.) tão meticulosamente ensina, em sua *Arte de amar* (III, 619 ss.), a dissimular para burlar a atenção de maridos e guardas, não se deve pensar a poesia, por exemplo, lida sem acompanhamento de qualquer som vocal.

De fato, poemas, discursos, obras de oratória, retórica, textos teatrais existem, para a Antiguidade enquanto formas faladas, cantadas, declamadas, preferencialmente em público, para um público. E a escrita é-lhes, mormente, registro que possibilita a atualização de sua forma, necessariamente sonora. A fruição estética e, talvez, em muitos casos, a própria compreensão do escrito depende da fonação, da transformação da escrita em fala. A prevalência, nesse sentido, da leitura sonora sobre a silenciosa é, sem dúvida, uma questão de hábito ou gosto cujas motivações centrais passam pelos

conceitos de produção literária, leitura e escrita, mas que também esbarram em questões que se poderiam dizer sociais. A cultura do período antigo é fundamentalmente oral. Mesmo porque a circulação de materiais escritos, papiros, pergaminhos é restrita: trata-se de materiais de custo elevado, relativamente frágeis e de difícil armazenamento. Até o simples manuseio desses materiais torna a leitura dos escritos neles contidos fisicamente complexa: há que se enrolar e desenrolar simultaneamente os lados opostos do rolo de papiro e percorrê-lo talvez inteiro para se encontrar um trecho desejado.

A circulação maciça de conhecimentos, as citações intertextuais, não dependem, então, única ou mormente da transmissão escrita. É bem provável que numa cultura em que a oralidade é a norma, ouvir a escrita seja prazeroso e útil, muitas vezes, já que poucos teriam acesso objetivo exclusivo a textos escritos, a "livros", seja por dificuldade de aquisição material, seja por analfabetismo.

E o que pode ser gosto ou conveniência social, cultural, pode, igualmente refletir uma necessidade fisiológica. Observe-se que a escrita alfabética da Grécia e Roma antigas detém uma peculiaridade que as afasta radicalmente das escritas alfabéticas de hoje. Trata-se da *scriptura continua*, uma escrita em que as palavras não surgem separadas por espaços, não há oposição entre maiúsculas e minúsculas, não há, comumente, pontuação[7]. Em alguns casos, mesmo a ordem de escrita pode variar: numa linha se escreve da direita para a esquerda, na seguinte, da esquerda para a direita.[8] Tal formato de escrita estaria, em última instância, intimamente vinculado à leitura fonada.

Estudos sobre a fisiologia da leitura apontam que a supressão ou o ofuscamento da fronteira gráfica entre palavras diminui a velocidade da leitura e estimula vocalização

---

[7] A *scripta continua,* nesses moldes, por mais paradoxal que pareça, não é a que se verifica em todas as inscrições gregas mais antigas. Boa parte das que remontam a cerca de VIII a. C. tem as palavras separadas por pontos. Isso é provavelmente resquício de uma prática comum às primeiras escritas alfabéticas, que não representavam os sons vocálicos, apenas a estrutura consonantal da palavra. É o caso do fenício, cujo alfabeto serviu, primordialmente, à escrita da língua grega, que o adaptou, convertendo-o a um sistema de signos que indicassem os sons vocálicos. A partir da introdução das vogais, a Grécia se torna a primeira civilização ocidental a fazer uso da *scripta continua*. Os romanos, que, por sua vez, emprestaram os grafemas alfabéticos, já com as vogais representadas, dos gregos, mantiveram por mais tempo a tradição da separação das palavras por pontos. Porém de 400 a. C. a 200 d. C. a *scriptura continua* passa curiosamente a ser adotada, sobrepondo-se ao modelo de escrita que marca a separação entre unidades léxicas (cf.SAENGER, 1997).

[8] Trata-se da escrita boustrofédica (do 'caminho do boi'), que relembra o ir e vir do arado no campo.

e a subvocalização do lido (SOKOLOV,[9] *apud* SAENGER, 1997, p. 216). Do mesmo modo, a observação da aquisição da leitura e do comportamento dos leitores habituais e hábeis, em contextos em que ao modelo de escrita é o da *scriptura continua*, leva a constatar que a recitação é etapa fundamental do ensino da leitura dessa espécie de escrita, assim como a vocalização é parte da prática do leitor adulto e experiente. Isso se deve fato de a *scriptura continua* demandar constante cruzamento da informação fonética com a semântica para o acesso ao léxico. É o que contemporaneamente se nota, por exemplo, diante do raro caso da língua **vai**[10]. Trata-se de uma língua polissilábica, cuja escrita, silábica, não conta com separações entre palavras, maiúsculas ou pontuação, de maneira que uma página escrita em vai é notavelmente semelhante aos manuscritos da antiguidade (ULMAN,[11] *apud* SAENGER, p. 216). E a semelhança gráfica se estende ao procedimento da leitura. O leitor de vai aprende recitando e lê falando, como se imagina que gregos e romanos tenham feito.

A princípio, a *scriptura continua* envolveria também um procedimento de leitura naturalmente mais lento. SAENGER (1997, p. 214) afirma que a ausência de divisões visuais entre as palavras escritas faz com que o número de regressões oculares, durante a leitura, aumente consideravelmente em relação ao necessário ante uma escrita com separações. Isso provavelmente se deve a uma constante e recorrente necessidade de verificação da divisão das palavras.

Daí se tem que a leitura na Antiguidade é concebida geralmente enquanto fonação do escrito, seja pelo imperativo fisiológico, seja pela preferência cultural ou pela soma de ambos. De toda forma, trata-se sem dúvida, de um processo complexo, assombrado, inclusive, pelas ambigüidades[12], freqüentes, oriundas das analogias

---

[9] SOKOLOV, A.N. *Inner Speech and Thought.* New York: Plenum, 1972.

[10] A língua vai é praticada, hoje, pelo grupo étnico-lingüístico homônimo, habitante da Libéria, no oeste da África.

[11] ULLMAN, B. L. *Ancient writing and its influence.* Cambridge: Harvrd University Press. 1969.

[12] Ambigüidades, – assim como toda ordem de possíveis desvios do "sentido verdadeiro" verificáveis na prática da língua – são , de modo geral, uma preocupação constante da filosofia como da gramática antigas. Isso se deve, notoriamente, à *scriptura continua*, uma vez que o tipo de ambigüidade mais abordado no período é justamente o causado pela má separação dos itens lexicais de uma sentença. Tanto é que vários seriam os exemplos escolares utilizados para treinar a desambigüização nesses casos. Um dos famosos é a seqüência ΕΧΕΤΩΤΑΕΜΑΠΑΝΤΑΛΕΩΝ, interpretada como a sentença testamental do pai, de Leon e Pantaleon. Há para essa sentença duas leituras, advenientes das duas separações possíveis entre possíveis palavras. A primeira seria fruto da separação ΕΧΕΤΩ ΤΑ ΕΜΑ ΠΑΝΤΑΛΕΩΝ, 'Deterá as minhas coisas Pantaleon'; e a segunda seria, a partir de ΕΧΕΤΩ ΤΑ ΕΜΑ ΠΑΝΤΑ ΛΕΩΝ, 'Deterá as minhas coisas todas Leon'. (EBBESEN, 1988, p. 16).

gráficas e que deveria, necessariamente, culminar com a declamação elegante e satisfatória, com a inflexão adequada.

Em grego o termo que designa a leitura, *anágnosis*, é o mesmo que se presta a designar o re-conhecimento. E se, por um lado, reconhecer palavras em seqüências de grafemas era, pois, a tarefa mínima do leitor elementar, .pronunciá-las corretamente cadenciar as sentenças de modo a propiciar a compreensão própria e a do ouvinte era, por outro, a ambição do **bom** leitor. Ensinar a leitura enquanto mero reconhecimento de estruturas não é responsabilidade do gramático, assim como não o é teorizar sobre a aquisição do domínio elementar das letras[13].

Assim, quando DT fala em leitura treinada, por certo não fala para absolutos iniciantes. O objeto da gramática alexandrina estende-se da leitura à critica textual, porém não é, apesar de sua considerável extensão, diverso como parece aos olhos da atualidade. O gramático antigo entende que, para ler bem, é necessário conhecer a demanda de cada gênero do texto, o tipo de vocalização que lhe é adequada, a entonação caracterizadora de cada tipo de poema[14]. E o conhecimento dessa demanda requer algum grau de intimidade com textos, literários, notadamente. Diante disso é, sem dúvida, possível pensar que a leitura treinada é a primeira das partes da gramática, por estarem essas apresentadas em uma espécie de gradação na *T.* Contudo, não se trata se uma gradação necessariamente baseada nas fases de aquisição das habilidades gramaticais pelo aprendiz – mesmo porque, se assim fosse, a segunda e a terceira estariam fora de ordem, uma vez que, sem saber o sentido das palavras ou as histórias míticas dos poemas fica consideravelmente difícil descobrir os tropos poéticos, como metáforas e alegorias, por exemplo. A ordem de disposição das seis partes da gramática sugere, preferivelmente, o processo de tratamento do texto e de sua linguagem pelo gramático formado.

Cabe ainda notar que DT fala de respeito à prosódia, e isso à sua época é uma exigência maior do que seria hoje. A prosódia aí, provavelmente, não é a natural, da língua grega corrente, praticada, mas um tipo de prosódia reconstruída, que remonta à língua grega dos clássicos então estudados, separados do mundo alexandrino por uma lacuna de pelo menos três séculos. Embora não seja possível obter informações precisas da dimensão da diferença entre essas línguas, é certo que , por exemplo, a oposição entre vogais longas e breves fundamental à métrica da poesia clássica, não

---

[13] Esta seria a tarefa, vale lembrar, reservada ao professor de primeiras letras, o *grammatistḗs*.

[14] Vide *Comentários ao capítulo 2*

mais existe na língua falada a partir do terceiro século a. C. Do mesmo modo, o padrão tonal de acentuação, vigente ainda no período clássico, estaria em processo de mudança, passando-se a intensivo. Diante disso se pode imaginar a dimensão dos esforços necessários à boa leitura: além de tudo era necessário resgatar a suposta pronúncia clássica e, com ela, o ritmo dos poemas, oriundo da alteração quantitativa das sílabas.

3.1.5 Dos tropos poéticos

QUINTILIANO (*Institutio Oratoria*, VIII, 6.I), afirma que tropo (em latim, *tropus*) "é a alteração, em prol da beleza, do sentido próprio de uma palavra ou frase em outro". Ele trata, sem dúvida, das figuras de linguagem. Na gramática de DT esta é, provavelmente, também a acepção predominante dos tropos, visto que é possível pensar, no caso da transmissão de elementos da tradição grega à latina a partir do Período Alexandrino, há uma considerável conservação das idéias centrais dos conceitos. E, compreendidos assim esses tropos (*trópoi*), interpretá-os, ou explicá-los, passa a ser, em princípio, reconhecer, compreender e mesmo saber desfazer os desvios à linguagem convencional, particularmente freqüentes em poesia, que representam. Se esses tropos "contornam" o sentido factual do texto, é preciso resgatá-lo. E nesse resgate entram desde a explicação do processo de formação de metáforas e alegorias até a transferência do jargão poético para a linguagem usual. Convém restabelecer a ordem normal das sentenças em hipérbato, elucidar expressões irônicas, metáforas, alegorias, substituir uma *glôssa* pelo vocábulo equivalente no linguajar comum, a *kúria léksis* (literalmente, palavra/ expressão própria). A idéia é possibilitar o aceso ao significado do texto.

Entendendo-se, contudo, de modo mais generalizante[15], o tropo poético (*poiētikòs trópos*) como a maneira de escrever típica da poesia, com seus artifícios característicos, é possível imaginar que a exegese desses tropos consistiria em explicar, analisar todos os elementos peculiares do fazer poético. Aí entrariam o ritmo, a metrificação, embora jamais observados tão aprofundada ou exclusivamente como nos domínios da métrica enquanto disciplina. Nesse sentido, os capítulos da *T.* referentes às sílabas, à escansão do verso, fariam, por exemplo, parte dessa explicação dos

---

[15] Vide nota de tradução.

elementos do modo de composição da poesia. Na *T.* ambas concepções de tropos (*trópoi*) são igualmente válidas, mesmo porque complementares.

3.1.6 *Glôssai,* palavras estranhas

Assim como a exegese dos tropos poéticos, a descoberta de significados para as *glôssai*[16] é fundamental na busca do sentido de um texto e constitui, portanto, objeto de interesse central para a gramática alexandrina. Palavras estranhas à pratica lingüística cotidiana de um leitor do período – seja por pertencerem a uma modalidade de grego arcaico, ou a dialetos diferentes, ou mesmo por estarem restritas ao jargão poético – sem dúvida demandam dessa gramática, que se propõe como conhecimento dos textos de poetas e prosadores, um esforço elucidativo.

O conceito de *glôssa*, porém, assim como o desejo de explicá-la, não são criações alexandrinas, nem sequer exclusividades da disciplina gramatical. Pelo contrário, a *glôssa* é um dos fenômenos da expressão que se mantém como foco do pensamento meta e epilingüístico da Antiguidade grega, de período a período, muito provavelmente a partir do século VI a.C. À essa época, é possível conceber os primeiros rapsodos[17], cantores de poemas heróicos, e os poetas épicos arcaicos, sucessores imediatos de Homero, organizando listas rudimentares de significados para termos desconhecidos, encontrados sobretudo nos poemas homéricos, para seu uso profissional (PFEIFFER, 1968, p.152).

Já no Período Clássico, a *glôssa* faz parte do rol de "preocupações lingüísticas" do cidadão da pólis e consta, com certeza, dentre os conteúdos escolares. Conhecer *glôssai* é sinal de refinamento e boa formação. É o que se vê, por exemplo, no fragmento 233 K-A do comediógrafo do período Aristófanes[18] (*apud* DYCK, 1987, p. 119). Trata-se de um trecho onde um pai toma a seu filho o sentido de várias *glôssai*

---

[16] Embora na tradução do corpo do texto da *T.* o vocábulo *glôssa* apareça substituído por 'palavras estranhas', ao longo dos comentários, o conceito será evocado pela transliteração do original grego, uma vez que, por se abordar pontualmente o conceito, aqui, a tradução poderia facilmente levar a imprecisões e confusões várias.

[17] Vale lembrar que esses primeiros rapsodos, historicamente chamados *homerídai* 'descendentes de Homero', não só cantavam poemas atribuídos a Homero, mas os explicavam a seu público (PFEIFFER, 1968, p. 40). Do mesmo modo, os épicos pós-homéricos, no desejo de se vincularem ao cânone homérico, tentavam adotar um vocabulário tipicamente épico.

[18] LEHRS, K. *De Aristarchii studiis Homericis.* Leipzig, 1882, p. 37.

homéricas (literalmente assim evocadas no texto – *homêrou glôttas*), e esse filho, tentando esquivar-se da necessidade de resposta e parecer erudito a um só tempo, pergunta, por sua vez, ao irmão o significado de várias *glôssai* forenses[19].

ARISTÓTELES (*Poética*, 1457 b 2-4) opõe *glôssa* a termo próprio (*kúrion*)[20]. Ele entende que termo próprio (*kúrion*) é aquele usado pela (sua) comunidade, e *glôssa*, aquele termo usado pelos "outros" (*héteroi*). Em seguida, ressalta que um termo pode ser a um só tempo *kúrion* e *glōssa*, mas não para o mesmo grupo de pessoas. Há que tomar cuidado, contudo, com a idéia de **outro** aí implicada. Não se trata de estrangeiros, falantes de uma língua não helênica, mas, antes, dos falantes de outro dialeto grego. Veja-se que, na seqüência do trecho da *Poética* acima citado, Aristóteles exemplifica seu posicionamento com a palavra *sígunon* 'lança', a qual, lembra ele, seria termo próprio para os cipriotas[21] e *glôssa* para os falantes do dialeto ático, aristotélico. Uma *glôssa* não pode, pois, ser bárbara[22], não helênica. Ela se gera na e da diversidade daquilo que, apesar das diferenças, é uma única língua, e a procura por seu significado não é em si um trabalho de tradução propriamente dita.

Uma lista de *glōssai* explicadas é, de fato, um material que relaciona modalidades temporal, geográfica ou socialmente distintas da mesma língua. Não se deve porém, pensar a abordagem antiga das *glôssai* realizada num viés, por assim

---

[19] Uma tradução do referido trecho seria:

PAI – E diga, então, estas *glôssai* de Homero: ao que chamam *kórumba,* e ao que chamam *amenēnà kárēna?*

FILHO – Pois se essas são as suas, meu irmão que explique estas: ao que chamam de *idúous*, e o que é então *opúein*?

No trecho, como se nota, as duas primeiras palavras em itálico são típicas do vocabulário homérico e querem dizer, respectivamente, 'bojo' (de vasos, por exemplo) e 'débeis cabeças' (geralmente aplicado às sombras dos mortos no Hades). Já na fala do filho as palavras em itálico significam 'parentes' e' tomar em casamento' (só para o homem), nessa ordem. Trata-se de termos de uso jurídico. Obviamente, não foram colocados os significados diretamente na tradução porque, se assim fosse, o leitor perderia a noção das *glôssai* que esses termos representam. Vale notar que além de pertencer a uma comédia, um gênero que trabalha, necessariamente, com questões corriqueiras e cotidianas, o trecho acima retrata uma cena do convívio familiar. Isso leva não só a constatar as *glôssai* são prática extremamente arraigada no currículo escolar da época, como a perceber sua participação no cotidiano das pessoas e a importância de seu domínio na aquisição de prestígio intelectual.

[20] Para observação mais pontual da utilização do termo *kúrion* na tradição gramatical grega antiga, veja-se o comentário ao capítulo 12 da *T.*

[21] Convém lembrar que à época de Aristóteles a Ilha de Chipre era considerada, territorial e culturalmente, tão parte do mundo grego quanto Atenas .

[22] Isso não deve levar a supor que não houvesse léxicos que servissem à tradução interlínguas de fato. No mundo antigo em geral, e no helênico especificamente, é possível encontrar uma grande abundância de materiais de apoio à tradução e ao ensino de língua estrangeira, notadamente no período alexandrino (SWIGGERS; WOUTERS, 1990).

dizer, sociolingüístico, como um estudo da correspondência semântico-lexical entre variedades sincrônicas ou diacrônicas da língua, desprovido de etnocentrismos ou autocentrismos possíveis. Observe-se que mesmo na citação aristotélica acima, que aparentemente não imputa juízos de valor às formas lingüísticas, a base do raciocínio é a **palavra própria** (*kúria*), cujo sentido é automaticamente resgatável, cujo uso é mais corrente. Ora, essa palavra, dita **própria**, e, portanto, modelar, não desviante, pertencerá sempre ao universo lingüístico do *nós* – não importa quem formos nós –, jamais ao do *eles*. O próprio Aristóteles exemplifica apenas com um termo que é *glôssa* aos olhos da (sua) comunidade ática, não faz o caminho inverso. E isso, antes de ser uma simples obviedade ou mera questão de parâmetros, é o primeiro ponto de definição da *glôssa*: Trata-se duma forma necessariamente estranha, que, em essência, foge ao domínio lingüístico do *nós*, mas, num dado momento, sob determinadas circunstâncias, nele penetra.

As *glôssai* se opõem à palavra própria (*kúria*) do mesmo modo que as metáforas. É o que se vê na *Retórica* (1410 b 11-12), onde Aristóteles afirma que o efeito daquelas é semelhante ao destas. São ambos, de fato, fenômenos capazes de criar algum grau de opacidade semântica, situáveis, até, num mesmo nível epistemológico, como formas de "manifestação" da palavra: na *Poética* (1457 b 1) tem-se que uma palavra (*ónoma*) "é ou própria, ou *glôssa*, ou metáfora, ou ornamental, ou neologismo, ou aumento, ou contração, ou modificação". Vale lembrar que a forma de base é sempre o termo *kúrion*, sendo todos os demais alterações e variações desse. E note-se que Aristóteles não se debruça sobre a linguagem enquanto prática cotidiana: conforme indicam mesmo os nomes de suas obras aqui mencionadas, a linguagem para a qual volta seu olhar é a trabalhada, especializada, não raro anacrônica, e, em certo grau, artificializada, da retórica e da literatura. Daí a *glôssa*, manifesta nessa linguagem elaborada, ser vista fundamentalmente como um desvio do padrão, em prol do estilo, da especialização, da arte – ou devido ao estilo, à especialização e à arte. Em origem a *glôssa* é um artifício da linguagem.

Nesse sentido, cabe observar que mesmo as *glôssai* abordadas no contexto dos estudos dialetais helênicos, em franco desenvolvimento a partir do século III a. C. (PFEIFFER, 1968, p. 243.) – e, portanto, influenciadas por eles – não se fundam necessariamente no estabelecimento de equivalências entre vocábulos peculiares às diversas variantes geográficas da língua **falada**. Os próprios estudos dialetais em questão desenvolvem-se antes motivados pela pluralidade lingüística, dialetal,

observada na literatura[23] do que por um interesse franco na descrição de distinções dos muitos falares regionais gregos ou na intercomunicação de seus representantes.

No vácuo do desenvolvimento de tais estudos, passa-se a atribuir sentido a várias *glôssai* através da observação de seu valor enquanto palavras próprias de dialetos diversos. E, a princípio, glossários surgidos dessa sistemática deveriam valer-se da noção clara de **diferença** lingüística, sem privilegiar uma forma, um dialeto. Não é, porém o que acontece. Neles se verifica uma forte tendência em tomar o dialeto ático, ou, posteriormente, a *koiné* ática, como grandes detentores dos termos *kúrion*, embora, num primeiro momento, fosse coerente pensar o padrão, o termo *kúrion*, pertencente ao dialeto – qualquer que fosse – daquele que visa a esclarecer as *glôssai*. Talvez por condições históricas que privilegiaram a produção intelectual dos maiores centros, destacadamente da Ática, ou talvez pela superioridade em prestígio de um dialeto frente aos demais, as obras sobre *glôssai* que remontam à Antigüidade trabalham mormente com o padrão ático, nos períodos clássico e pós- clássico, e com a *koinê* helenística, do período alexandrino em diante. *Glôssa* passa a ser, portanto, compreensível como uma palavra estranha porque não pertencente à prática da *koinê*. Isso apesar da possibilidade teórica – de que as *glôssai* podem ser estranhas a qualquer contexto lingüístico, definindo-se enquanto tais exatamente na medida em que participantes de um determinado reduto da linguagem olham para outro – inicialmente apresentada pela visão aristotélica (*Poética,* 1457 b).

De fato, o exercício de explicar palavras estranhas e de organizá-las em listas de equivalências constitui, desde muito cedo na história, uma espécie de disciplina, cujo desenvolvimento se dá paralelamente ao da poética, da retórica, da gramática. Trata-se da glossografia, que teria sido, primeiramente, uma prática comum nos contextos escolares – sobretudo atenienses (LEHRS[24] *apud* DYCK, 1987, p.120) – durante o Período Clássico: aos professores caberia indicá-las, em obras de poetas, ou mesmo em jargões profissionais e explicá-las, ao passo que aos alunos restaria decorá-las.

Nesse contexto, as *glôssai* chegam mesmo a ser objeto de obras inteiras. Organizadas em coleções, geralmente temáticas, instituem um gênero de produção intelectual. São os primeiros glossários, que surgem já a partir do Período Clássico e

---

[23] Para detalhes, vide *Comentários ao capítulo 2.*

[24] LEHRS, 1882, p .48.

alcançam o ápice de sua produção no Período Alexandrino. Neles, como seria de se esperar, é levantado um rol de palavras estranhas em uma obra específica, ou mesmo um conjunto dos termos peculiares a um determinado dialeto de uso literário, e, então, fornecido a cada termo um equivalente da *koinê*, quase sempre. Há que notar, contudo, que a ordem de apresentação dos termos não é alfabética. Vale também dizer que, apesar da variedade de âmbitos passíveis de manifestar *glôssai*, as mais difundidas e importantes são, sem dúvida, as homéricas. O estudo delas é, inclusive, entendido como a mais primitiva e recorrente, sobretudo na Antiguidade, forma de exegese de Homero.

Dentre os primeiros compiladores de coleções de *glôssai* homéricas, vários permanecem anônimos, talvez devido à origem didática de seus glossários, que circulavam, de escola em escola, como material de uso cotidiano cujo autor ou se perdia durante a transmissão, ou, simplesmente, sequer interessava a professores e estudantes (DYCK, 1987, p.122).

Algumas dessas obras anônimas teriam sido conservadas até o período de ARISTARCO, ao menos, e legado sua doutrina aos primeiros alexandrinos[25]. FILETAS teria escrito um compêndio denominado *Átaktoi glôssai* (*glôssai* confusas),[26] Aristófanes de Bizâncio um chamado de *Lakōnikaì glôssa* (*glôssai* lacedemônias)[27] (DYCK, 1987, p.122). O primeiro, provavelmente, seria um glossário de formas homéricas, e o outro, um de formas dialetais (por certo literárias), ambos tomando por língua base a *koinê*. Os primeiros poetas-gramáticos de Alexandria, inclusive, não herdaram dos *glossográphoi* apenas a sistemática de operação na construção de glossários, mas o sentido das *glôssai* estabelecidos por estes. Essas palavras alheias ao uso corrente da língua surgem na poesia de Calímaco, Apolônio Ródio, Teócrito e Licofron, utilizadas com o sentido a elas consagrado pelas obras dos glossógrafos. Mesmo na produção literária da época clássica – em Sófocles, por exemplo – há indícios de correlação entre definições de poetas e de glossógrafos.

---

[25] Há autores que se questionam a respeito dos conteúdos dos manuais glossográficos consultados pelos alexandrinos. Para muitos, estes seriam exclusivamente coleções de *glôssai* homéricas. Porém fragmentos de papiros glossográficos e lexicográficos do período ptolomaico apontam para o contrário (cf. NAOUMIDES. *The fragments of Greek lexicography in the papyri.* Urbana 1969, apud DYCK, 1987).

[26] KUCHENMÜLLER, G. (ed.). *Philetais Coli Reliquiai.* Berlim, 1928. frr. 29.

[27] SLATER, W. J. (ed.). *Aristophanis Byzantii Fragmenta* Berlim and New York, 1986 fr. 348-353.

Os glossários seriam desde cedo utilizados não só para compreender poesia mas como fonte para a seleção de palavras poéticas por excelência. É fato que, no caso, não se sabe ao certo quem influencia e quem é influenciado, visto que os glossógrafos também podem estar constantemente buscando o sentido de suas *glôssai* nas obras de poetas coevos. Ocorre que poetas de todos os momentos da história literária helênica pós-homérica valem-se, em maior ou menor grau, do vocabulário homérico, que é, sem dúvida, o cânone magno da produção intelectual e artística da Grécia. Muitas das palavras por eles utilizadas são *glôssai*, porque, além de tipicamente homéricas, são caracteristicamente poéticas, encerram-se no jargão poético por excelência. Nem sempre, contudo, tais palavras empregam-se com a mesma interpretação. A elas também juntam-se outras, advindas dos diversos dialetos, de outras obras canônicas, e, talvez, mesmo da invenção poética de algum autor. A difusão das *glôssai* , contudo, não se dá somente pelo conhecimento do cânone. DYCK (1989, p. 128) chega a falar nesse sentido em uma "tirania" dos glossógrafos, que garantiriam a autores de períodos distintos o conhecimento do sentido de termos "bons para a poesia". Nesse sentido, as listas glossográficas funcionariam como listas de referência indispensáveis aos escritores dispostos a se interarem do vocabulário literário excelente.

3.1.6.1 *Glôssai* como partes da gramática

Enquanto partes de gramática, as *glôssai* vão, pois, ao encontro de dois dos ideais centrais da disciplina no período alexandrino: a restituição do sentido a expressões obscuras e o estudo de Homero. Ou seja, as razões de incorporação desse fenômeno aos objetos da gramática são, de pronto, compreensíveis, os métodos, contudo, empregados na observação dele suscitam algumas dúvidas. Ao se pensar, por exemplo, nas *glôssai* homéricas, afastadas do gramático alexandrino por séculos de mudanças lingüísticas e culturais, cabe questionar que tipo de procedimento guiaria sua elucidação. Evidentemente, esta não é uma questão aplicável unicamente aos procedimentos dos gramáticos, ela se estende a todo o trabalho com *glôssai* ao longo da tradição helênica. Mas os métodos da gramática são os que interessam mormente aqui, mesmo porque são eles dotados de um certo apuro – verificável ao menos enquanto intenção – diante dos demais. Escólios de DT, notadamente, o 469,12 (*apud*

LALLOT, 1989, p. 78), apontam um caminho. Haveria, segundo eles, cinco procedimentos capazes de levar à elucidação de uma *glôssa*:

a) etimologia: o epíteto *khloúnēs*, aplicado a um javali, em Homero[28], significaria 'o que se deita na erva', uma vez que proviria da a junção de *khlóē* 'erva' e *eunē* 'leito';

b) dialeto: o vocábulo *ptólemos*, corrente no épico homérico, é a variante não iônica da forma corrente *pôlemos* ática / *koiné*. Devido à mínima variação formal, o resgate de sentido é automático, ou melhor a equivalência entre as formas é imediatamente estabelecida. O escólio cita esse exemplo, o que leva a pensar que a *glôssa* pode levar em conta simplesmente a forma, não só ou precisamente o sentido;

c) explicação de contexto: assim uma planta que, chamada pelo nome desconhecido de *hēmerís* e que dê cachos de frutos será uma videira;

d) expressão de sentido oposto: se o contexto apresenta oposição de formas, dentre as quais uma *glôssa*, esta é definida a partir de seu oposto, como no verso 106 da *Ilíada* "Profeta maligno, nunca me destes uma previsão *krêguon*". Aí o vocábulo desconhecido *krêguon* tem seu sentido estabelecido em confronto com a malignidade do poeta, e acaba sendo lido como 'bom', ou'verdadeiro'.

e) a história: busca-se, por exemplo, no mito de determinado deus a interpretação para seus epítetos. É o caso do adjetivo *Smintheús,* atribuído a Apolo, que o escólio explica a partir de uma lenda que menciona um Apolo destruidor de ratos campestres (*sminthoí*).

Esses são procedimentos ou contextuais ou etimológicos (no sentido antigo do termo)[29], e não conduzem por si, é claro, a qualquer certeza semântica ou filológica, num sentido atual. O escólio que os traz consiste de um comentário à *T.*, e, portanto, é necessária e obviamente pós-alexandrino. Importante observar essa datação sobretudo porque, apesar desses métodos de elucidação das *glôssai* não serem específicos de um período, mas provavelmente comuns e gerais, a partir de Aristarco teria havido uma série de mudanças na maneira de tratar as palavras desconhecidas.

Vale notar que as histórias, as etimologias, além de partes da gramática, em DT, são também cogitadas como mecanismos de elucidação das *glôssai*. Uma meta-operação gramatical, por assim dizer.

---

[28] Esse, assim como os demais exemplos levantados pelo escólio citado, pertencem ao texto homérico.

[29] Tal sentido de etimologia aparece explicado, no presente trabalho, pelo comentário seguinte, ele próprio guardado a discutir a etimologia como uma das partes da gramática.

3.1.6.2 *Glossográphoi* [30]e gramática alexandrina

Os glossógrafos (*glōssográphoi*) pré-aristarqueanos e, sobretudo pré-alexandrinos, devotaram-se quase exclusivamente às *glôssai* de Homero e instituíram um método peculiar de encontrar significados para as palavra obscuras do texto que veio a ser ferrenhamente criticado por Aristarco. Sua glossografia era essencialmente embasada sobre a visão pragmática, pontual, do termo, considerado em **um** de seus usos. Embora valendo-se de procedimentos contextuais e etimológicos[31], como os explícitos no escólio de DT, mencionado acima, grande maioria deles tendia a considerar a observação de uma única passagem de Homero que continha o *glossandum* suficiente para estipular um sentido para ele. O contexto da ocorrência era, enfim, o que verdadeiramente ditava o sentido da *glôssa.*

Porém, a maioria das *glôssai* ocorre mais de uma vez no texto. E, geralmente, o sentido que lhes é aplicável em dado trecho não o será em todos os demais. Fica evidente aí a falha do método desses glossógrafos. Suas explicações soam geralmente fechadas e extremamente específicas – funcionam, assim, apenas ante alguns usos do *glossandum*, em determinados trechos de obras. De fato, esses partidários de uma espécie de equivalência uma para um, têm muitas de suas *glôssai* abandonadas já a partir do período alexandrino. Isso muito embora, algumas poucas de suas *glôssai* tenham alcançado um lugar na tradução e sejam ainda hoje levadas em conta.

---

[30] O termo *glossopráphos* (glossógrafo) varia seu significado de acordo com o ambiente textual em que é empregado e ao longo da história. No léxico bizantino de autores e obras antigos, *Suda* (a 2674), por exemplo é usado em variação livre com *leksikográphos* (*lexicógrafos), o* que, conforme se verá adiante, não condiz com a realidade, uma vez que léxico e glossografia são coisas distintas na Antigüidade helênica. O termo também surge empregado para definir os autores de *glôssai* dialetais e para tratar dos exegetas pré-aristarqueanos de Homero, que se ocupavam exclusivamente das *glôssai* encontradas nas obras desse (DYCK, 1989, p. 120). Vale destacar aqui que a lexicografia empenhava-se em dar explicações a palavras (*lékseis*), ponto em que se aproxima da glossografia. Porém esta trabalhava com vocábulos realmente desconhecidos, alheios à prática lingüística do glossógrafo e demandava, portanto, um processo de descobrimento. Aquela, por sua vez, trabalhava com palavras julgadas peculiares em sua forma ou significado por alguma razão, mas pertencentes à prática lingüística do lexicógrafo. Eventualmente, pode-se ainda compreender no âmbito da lexicografia antiga as listas bilíngües de palavras equivalentes semanticamente que remontam ao Período Alexandrino. (PFEIFFER, 1968, p.541).

[31] VALK, em *Researches on the text and Scholia of the Iliad* (Leiden, 1963), sugere que a implementação do uso da etimologia, desconhecida, como procedimento de amparo à descoberta dos significados das palavras difíceis, pelos primeiros glossógrafos, seria o diferencial entre a metodologia destes e a dos estudos glossográficos pós-aristarqueanos. Contudo, não há evidências fortes o bastante para comprovar tal suposição. Ao contrário, há indícios de usos da etimologia am algumas *glôssas* antigas. (DYCK, p. 123, n.16)

Aristarco, o suposto mestre de DT, critica a fragilidade metodológica dessa primeira glossografia. Baseado no seu lema de explicar Homero por Homero (PFEIFFER, 1968, p. 401), Aristarco teria, em suas interpretações das *glôssai*, tentado abarcar o sentido mais geral das palavras, de modo a fornecer-lhes uma interpretação cabível ao conjunto de contextos em que surgem na obra homérica. Ele levantou ocasiões em que a aplicação das *glôssai* dos primeiros glossógrafos resultava em absurdo, outras em que ficava explícita a super simplificação das exegeses deles (cf. DYCK, 1989; PFEIFFER, 1968). A glossografia, depois de Aristarco, passa a observar , numa obra as várias ocorrências de uma *glôssa* .

Falou-se até aqui no interesse alexandrino por *glôssai* homéricas. Mas ao contrário do que se possa, por isso, pensar, elas não têm valor absoluto. Homero é fundamental à tradição, mas ao observar seu vocabulário não se estava somente comprovando sua importância como poeta, mas sobretudo como cânone, literário, lingüístico. Os poetas posteriores, conforme já visto, valiam-se do léxico homérico para tanger o clássico, assim como de elementos dialetais. A glossografia alexandrina passa a dar certa ênfase na busca de aparatos dialetais que auxiliassem a elucidação das palavras desconhecidas.

Apesar de não utilizar uma metodologia que hoje se admita como científica, os estudos de *glôssai* pós-alexandrinos, chegam a resultados muitas vezes fiéis à realidade Lingüística. Há procedimentos glossográficos confirmados pela Lingüística, assim como há sentidos para determinadas *glôssai* incontestáveis, e, portanto, ainda mantidos, por absoluta falta de dados para análise. Seja como for, na grande maioria das vezes, os estudiosos atuais da épica homérica seguem soluções desses glossógrafos escoliastas.[32]

3.1.7 Estórias

Pode-se afirmar que a grande maioria de poemas, e mesmos dos escritos em prosa, durante a Antiguidade recorre a algum expediente mitológico ou histórico. Apesar de consistirem em matéria literária freqüente, vários desses dados não eram de domínio

[32] No dicionário homérico de Georg AUTENRIETH, por exemplo, os significados para as palavras escolhidas pelo escoliasta, acima citado, ao descrever os 5 meios de obter uma interpretação de *glôssai* são mantidos.

comum, nem mesmo de acesso imediato, por vezes. Muitos heróis, lendas, fatos estritamente regionais são matéria de poemas, e, é claro, o domínio de tais referências se restringe aos ocupantes da região de onde provêm. Do mesmo modo, há histórias que se tornam obsoletas, esquecidas e precisam ser novamente explicadas. E vale lembrar que esses são dados que explicam epítetos, atitudes dos personagens, metáforas.

Resta ao gramático o resgate dessas informações, mais uma vez no intuito de tornar os textos compreensíveis ao leitor/ estudioso.

3.1.8 A etimologia

3.1.8.1 Primeiras manifestações

Explicar a origem dos nomes é uma das primeiras ambições metalingüísticas da Antiguidade helênica. Já na épica homérica, são freqüentes os esforços para vincular o nome, notadamente os dos deuses, às características, razões, atividades do denominado. Paronomásias, paráfrases, elementos, a princípio responsáveis unicamente pelo efeito poético do texto, acabam, não raro, servindo também de elucidações, nem sempre necessárias de fato, da onomástica divina e heróica. É o que se vê, por exemplo, na evocação do filho de Ares, Terror, sob o epíteto "que a**terror**iza os guerreiros" (Il. XIII, 299). Uma redundância ou tautologia, sem dúvida, sobretudo se levado em conta o momento da gênese do texto: um período em que são completamente comuns nomes próprios motivados, transparentes. O filho do guerreiro homérico Heitor, príncipe troiano, por exemplo, chama-se *Astyánaks*, um composto evidente de *ásty* 'cidade' e *ánaks* 'soberano'.

Daí se tem que a motivação do nome pelas características era esperada, e óbvia, portanto, a capacidade de este denotar peculiaridades do ente nomeado. Nesse caso, só se esquece, o intérprete atual do procedimento homérico, de que isso pode se dever ao fato de, em Homero, estar se verificando a especificação, recriação ou mesmo a criação dos nomes de deuses. Não que os primeiros poetas tenham de fato criado o panteão Helênico, mas, tiveram que especificar a denominação e as características que desejavam a seus deuses-personagens, que longe de serem conhecidos de modo geral e idêntico por todos os então falantes de grego, mudavam, até muito tarde na história da

Hélade, de atributos e nome, conforme se passava de região a região. No que tange aos heróis, razões primeiras são mais claras: é necessário apresentar suas características, e é possível fazê-lo a partir do nome. Por frases formulares como "seus pais lhe deram esse nome porque...", ou "é assim nominado devido a..." se chega à recorrentemente evocada origem – ou a motivação – do nome, tanto em Homero como em Hesíodo. Neste se vêem os Ciclopes (gr. *kýklopes*) assim denominados por terem um olho redondo (*kýklos*) no meio da testa (ōpḗ) (*Teogonia*, v. 144 ss.) e Afrodite (gr. *Aphrodítē*) nascida, assim como seu nome, da espuma (*aphrón*) (Idem, v. 195-6).

O que se percebe nessas obras é, no mínimo, uma preocupação em descobrir a razão que guia os processos onomatúrgicos. GAMBARARA (1989, p.80), no entanto, afirma que tais observações de pendores etimológicos perdem seu valor enquanto reflexão metalingüística, uma vez que fenômenos de recorrência (paráfrases, paronomásias, repetições) são típicos da linguagem poética. Ainda que se admita que esforços etimológicos propriamente ditos só terão lugar um pouco adiante na história e fora do âmbito literário, cabe notar que, mesmo encerrada nas fórmulas de um gênero, intencionalmente ou não, percebe-se a existência da reflexão metalingüística.

Num dos poucos fragmentos de prosa remontantes ao século VI a. C., o filósofo pré-socrático FERÉCIDES de SIROS, explica a origem do nome do Deus *Krónos* por via de uma relação analógica com o tempo (*khrónos*). Uma relação que, lingüisticamente, não se verifica. HECATEU de MILETO, logógrafo pré-clássico, deduziu os "verdadeiros significados" de nomes de pessoas e lugares encontrando-lhes a origem. De fato, a partir de Heráclito se pode localizar fora da esfera poética, na filosofia, na história e em diversos setores do conhecimento, a etimologia como uma das maneiras mais visadas e recorrentes de explicação das coisas e fatos. (PFEIFFER, 1968, p. 41). Ela é uma prática sem dúvida arraigada à cultura helênica, assim como será também à latina. Nessa saída da literatura, acompanhada de uma gradativa laicização do objeto (a princípio apenas os nomes divinos ou míticos eram seus objetos), a etimologia nasce e se configura como um instrumento de conhecimento e descoberta imprescindível, por exemplo, à prática filosófica antiga.

O propósito é encontrar a verdade da palavra : *étumos* quer dizer 'verdade', e a *etumologia* pode ser ou o estudo dela ou a 'verdade do *lógos*'. De toda forma, seus mecanismos de operação passam pela localização de empatias semânticas entre termos e pela observação de semelhanças sonoras. Até aí o que se vê é um jogo de aproximação paronomástica puro e simples, que obviamente não se apóia em qualquer

recurso validado pela fonética histórica nem no conceito lingüístico de derivação. Não se pode nem mesmo afirmar que, nesse panorama, se verifiquem perspectivas legitimamente lingüísticas de qualquer ordem: muitas vezes explicam-se os nomes para por às claras a história uma característica do deus, da cidade, do elemento nomeado, enfim. E essa explicação não passa de uma ligação entre características "guardadas" pelo nome (próprio) e características evocadas por outras palavras de uso corrente, como se a proximidade das características fosse anterior à proximidade dos nomes e eventualmente nela resultasse.

Sendo assim, tais étimos têm valor na medida em que explicitam um acerto ou erro da linguagem, questionam e analisam sua adequação ao mundo. É muitas vezes na verificação dessa adequação que se dá a busca pela etimologia, transformada aí no **veículo primeiro e perene** da questão basilar e inauguradora da filosofia da linguagem o Ocidente: a linguagem é um elemento natural ou convencional?

3.1.8.2 *Phúsei* X *thései*

A cultura grega não conta com um mito que reconte o estabelecimento da linguagem, não conta com um deus específico que tenha fornecido esse dom aos homens. A origem das palavras torna-se, então, motivo de uma disputa duradoura, que evocará pareceres de todos os eventos da cultura que se debruçarem sobre a linguagem, destacadamente a filosofia e a gramática.

Tal disputa, travada entre natureza e convenção, entendidas ambas como modo de estabelecimento da linguagem, acaba por evidenciar ou mesmo provocar a distinção entre origem e funcionamento da linguagem. A princípio, a discussão se acercava do tipo de fundamentação das palavras: restava descobrir se, ante a realidade, elas re-presentavam a natureza das coisas – eram miméticas do mundo e surgidas naturalmente nele (*phúsei*)–, ou eram estabelecidas por uma convenção humana, e a relação que as capacitava a re-presentar os elementos do mundo era estabelecida arbitrariamente (*thései*).

É fato que as palavras *phúsei* e *thései* mudam de significado na medida em que são empregadas pelas diferentes doutrinas filosóficas no decorrer da história. E cabe, inclusive, notar, que, apesar do vasta e longamente discutido confronto desses princípios, a dicotomia aqui é meramente didática. Não há, necessariamente uma cisão do pensamento antigo, uma contraposição franca e definitiva entre partidários de *phúsei*

e os de *thései*, como se pode, a princípio, imaginar. O que se dá é, na verdade, um estabelecimento de tensões moduladas, que se alteram entre essas duas maneiras de conceber as palavras. As palavras, e não a linguagem, porque, num primeiro momento, não se fala necessariamente na linguagem a questão remete à onomaturgia, à onomatogênese.

Para as doutrinas místico-filosóficas órfica e pitagórica, as palavras são *orthós* [33]'retas' (um termo geométrico, vale lembrar), porque são segundo a natureza dos seres. Mas isso enquanto funcionamento, porque, em relação à gênese dos nomes são todas *thései*, cristalizam-se por convenção. Explica-se: ambas doutrinas concebem a existência do onomaturgo, que convenciona os nomes adequados para as coisas, e assim as palavras, passam a remeter à verdade, são retas. Os órficos crêem que o Orfeu mítico denominou as coisas todas de acordo com suas características mais importantes e imanentes. Já os pitagóricos, supunham daímones, seres entre homens e deuses – um deles, o próprio Pitágoras –, como os atribuidores dos nomes às coisas [34]. A doutrina lingüística pitagórica compreendia também a etimologia enquanto a decomposição das partes da palavra, organismo composto por seus elementos, e que pode ser seccionado exatamente como o organismo de um animal na medicina (TRAGLIA, 1978, p. 279).

No seio da sofística clássica (circa 450 a. C), obviamente, a idéia do onomaturgo desaparece. Não só no que tange à linguagem, mas no questionamento dos costumes todos, se contrapõe mais incisivamente *phúsis* a *nómos* (convenção, norma), que entra em equivalência com *thésis*. No pensamento da relação entre *onómata* e *prágmata* (nomes e coisas), o período inspirado pela sofística acaba por se devotar também ao questionamento da adequação dos nomes às coisas, mas de maneira não religiosa. N' *As nuvens* (v. 652), ARISTÓFANES pergunta quais dentre os animais quadrúpedes são *orthós* (adequadamente) masculinos. Uma brincadeira com conhecimentos gramaticais. Do mesmo modo, DEMÓCRITO (V a. C.) investe no exame de sinônimos e homônimos, exatamente por julgá-los imperfeições do sistema lingüístico, pouco econômico por extrapolar a relação de correspondência biunívoca entre nome e coisa (cf. PFEIFFER,

---

[33] Aí se vê, muito provavelmente, a cunhagem de uma metáfora que acompanhará os estudos lingüísticos até os nossos dias. Haverá, já na Grécia arcaica, enunciados "retos", pronomes, "retos" relações "retas" entre nomes e coisas.

[34] Note-se que em expoentes da gramática latina se reencontra a idéia de sábios ancestrais que denominam primordialmente as coisas: Cícero (*As Tusculanas*), Varrão (*De lingua latina*, 8-7). Embora tais fontes não apresentem o nome 'Pitágoras', GAMBARARA (1989, p.84) sugere que a influência pitagórica aí é inegável, e que a ausência de menção explícita a ela é manifestação típica do pitagorismo, que prega a não nominação do mestre.

1968; GAMBARARA, 1989). E embora não seja possível afirmar com base de seus fragmentos, ao que parece, ele teria adotado uma perspectiva convencionalista.

No *Crátilo* de PLATÃO, o diálogo dedicado por excelência à linguagem, o personagem que nomina o diálogo parece ser da opinião de que os nomes são impostos (*thései*), mas devem ter uma validade significativa natural (*phúsei*), condizente com o real. Crátilo afirma que seu opositor não é denominado Hermógenes ('da gene de Hermes'), embora assim todos o chamem, porque não pode ser da gene filho de Hermes uma vez que não é abastados dos dons desse deus, a palavra e o dinheiro – uma expectativa naturalista.

Em contrapartida, com ARISTÓTELES, tem-se a linguagem completamente *thései*, enquanto para os estóicos, CRÍSIPO, por exemplo, essa deve ser em essência natural. Os estóicos, diferentemente de todos até então, procuram níveis de representação empática, investem em um simbolismo fonético.

EPICURO vai conceber sentidos peculiares para *phúsei* e *thései*. A palavra se gera naturalmente: a natureza do homem, modela-a durante a fala de modo a exprimir características da coisa a ser representada, mas a fixação de seu uso em uma ou outra comunidade será dada pela convenção (*thései*). Assim, ao passo que o funcionamento não é natural, a elaboração, que origina a palavra, o é.

É claro que esses diversos posicionamentos em relação ao modo de articulação entre linguagem e verdade / mundo implicam diferentes maneiras de realizar e conceber a *etumologia*, destacadamente mais incentivada dentre aqueles que procuravam a "verdade da palavra".

3.1.8.3 Conceitos de etimologia

Na especulação lingüística pré-platônica, sobretudo dentre pitagóricos e órficos,[35] relação necessária entre língua e mundo revela verdades. As palavras seriam depósitos de elementos filosóficos, doutrinais, que ressurgem os olhos do homem a partir da sua análise. FILOLAOS, da escola pitagórica, explica quer *sôma* 'corpo' é assim chamado por ser a *sêma* 'tumba' da alma (GAMBARARA, 1989, p 83). Do mesmo modo, a etimologia que entende o termo grego para o numeral 10, *déka*, como composto a partir de

---

[35] Vale lembrar que para os filósofos órficos a linguagem não é natural, uma vez que o Orfeu mítico era o grande onomaturgo, que rebatiza os entes do mundo a fim de estabelecer coerência entre o nome e a coisa (*Papyrus. Derveni*, col 14 apud GAMBARARA, 1898, p.83).

dékhomai 'abranger, tomar' – aí a relação entre palavras explicitaria a capacidade da dezena de abarcar, representar, todo o infinito. Uma etimologia obviamente pitagórica.

Desnecessário afirmar que em nenhuma das etimologias mencionadas há de fato um processo de vinculação lingüística entre formas da palavra e de seu "étimo". Crendo mormente que as palavras são natureza, e, portanto, possuem em si peculiaridades comuns às do ente do mundo que evocam, reapresentam, os estóicos fazem da etimologia a busca dessas peculiaridades. A palavra em alguma medida mimetiza aquilo que evoca, e essa mimese é a sua verdade, que cabe encontrar. Tanto que o termo *etumología* teria sido aplicado ao processo correspondente pelo estóico CRÍSIPO (GAMBARARA, 1989, p. 88; PFEIFFER, 1968, p. 238).

Como para os estóicos, de modo geral, a palavra é voz, sua etimologia busca uma espécie de onomatopéia primordial. Isso, nas obras de adeptos do estoicismo tardios, destacadamente gramáticos, helênicos e latinos, acaba por resultar em teorias de vinculação dos sons da língua, individualmente, a capacidades expressivas: os sons dos elementos (letras) seriam uns indicadores de suavidade e brandura, outros de violência, por exemplo. O sistema estóico de descoberta da etimologia fundamentava-se em procedimentos como a onomatopéia, a *similitudo tactus*, que destaca a suposta parecença obrigatória entre a palavra e a coisa – *mel* (lat. para 'mel') é um som doce para uma coisa doce, e *vepres* (lat. para 'espinheiro') um som rude para uma coisa rude. Esse mesmo grupo de filósofos fazia ainda a decomposição de palavras Para encontrar sua verdade: *capillus* (cabelo), *por exemplo, seria a fusão de capitis pilus* ("da cabeça' 'pelo') (ROOIJ, 1990, p. 167).

Essas seriam visões etimológicas calcadas sobre uma concepção naturalista da linguagem. No *Crátilo* de Platão ainda se verificam laivos desse posicionamento. Nesse diálogo ainda se percebe uma etimologia que estritamente não consegue considerar o estrato material da linguagem para além da paridade sonora. Falta-lhe, como continuará faltando ainda aos primórdios da tradição gramatical a noção clara dos segmentos morfológicos, da raiz da palavra, sobretudo. Platão se dá o benefício da dúvida e questiona todo o tempo as colocações etimológicas (e lingüísticas de maneira geral) surgidas no diálogo. Além disso,se aproxima da tradição moderna da etimologia quando busca em palavras antigas, de origem estrangeira, pertencentes a outros segmentos da prática lingüística, os termos- mãe das palavras que analisa. E vale dizer que, por vezes e ao acaso, algumas etimologias calhavam ser histórica ou filologicamente adequadas, ainda que essa não fosse a intenção

A gramática alexandrina, suportada por sua visão convencionalista da linguagem, logrará abandona a relação etimológica palavra-coisa. Seu trabalho etimológico restrito ao nível da linguagem. É claro que não se trata de pensar em um trabalho de lingüística histórica nos moldes atuais, uma vez que a etimologia dos alexandrinos opera com a desmontagem de compostos, no máximo, e com a semelhança sonora, ainda.

3.1.8.4 Etimologia como disciplina : breve percurso histórico

A etimologia enquanto disciplina teria, de fato se instaurado dentro da escola estóica. CRÍSIPO teria sido o primeiro a escrever um livro sobre etimologias o *Perì etumologikôn*. ARISTÓFANES de BIZÂNCIO teria iniciado a observar os *étuma* dos termos num sentido mais filológico, talvez mais guiado por uma noção, incipiente e vaga ainda, de radical lingüístico. CRATES de MALOS, da escola de Pérgamo, teria investido também em etimologias. De inspiração nitidamente estóica, seus étimos serviram de apoio a sua exegese homérica e teriam influenciado Varrão. APOLODORO foi o primeiro grande alexandrino a escrever uma monografia sobre a etimologia, na que não se sabe se seguiu um viés etimológico estóico ou não. Semelhantemente à glossografia, a etimologia existe enquanto disciplina autônoma até a Idade Média, ainda que desde muito cedo parcialmente assimilada pela filosofia e, depois, pela gramática. (PFEIFFER, 1968; SANDYS, 1915; KROLL, 1953).

3.1.8.5 A etimologia na gramática

Enquanto parte da gramática, a etimologia é, na verdade, um resgate de um interesse de âmbito lingüístico que antecede o próprio interesse pela língua. É o primeiro dentre os interesses ancestrais da tradição filosófica que a gramática tomará como seus. Cabe observar também que, dentre as partes da gramática, apresentadas por DT, é a primeira que não opera sobre a linguagem literária. Em grande parte, os esforços etimológicos serão os responsáveis pela descoberta de elementos da linguagem. Eles motivam desde muito cedo o interesse pelos fenômenos fônicos da língua, assim como o pensamento da interrelação semântica entre palavras. E não seria absurdo supor que a etimologia antiga favorece o conhecimento dos elementos morfológicos da palavra, do significado deles, que virão a ser de fundamental importância para a etimologia nos moldes contemporâneos.

3.1.8.6 Etimologia no manual de DT

É difícil dizer com precisão que tipo de prática etimológica o elaborador do manual de DT teria em mente ao colocar a busca do étimo entre as partes da gramática. Primeiro, porque a *T.* não dedica uma seção ao desenvolvimento do tema. Depois, devido à variedade de posições ante a etimologia assumidas por gramáticos, de modo geral: à época da eclosão da gramática, os convencionalistas aristotélicos, dentre os quais estariam os alexandrinos, não mais buscam a verdade dos termos. Sua prática etimológica, no máximo, restringe-se a buscar uma origem histórica das palavras, o parentesco capaz de elucidar sentidos, duma maneira próxima à da etimologia atual. É fato que esses trabalhavam livremente com a aparência gráfica e sonora das palavras, não dominavam segmentações morfológicas das palavras, de modo geral, e não se comprometiam, pois, com elas. Em contrapartida, no entanto, ainda é notavelmente forte a influência estóica, a suposição de relações miméticas entre sons da língua e elementos do mundo representado, em VARRÃO por exemplo. É de se supor, sem dúvida, DT inserido no primeiro grupo. Porém, há que lembrar que nem sempre o posicionamento etimológico dos gramáticos do período era claro, ou unilateral. Além disso, o que se tem sobre a etimologia em DT não é muito.

Apesar, contudo, de não teorizar sobre a etimologia, a *T.* parece aplicá-la. Encontra-se ao menos um procedimento etimológico propriamente dito nela. Trata-se da explicação de *rapsoidía*, no capítulo 5. Lá se vê a origem do termo: *rabdoidía*. Além dessa passagem explícita, há diversas definições circulares aplicadas aos conceitos gramaticais ao longo do manual de DT. Tais definições não passam de explicações – etimológicas – do termo que denomina o fenômeno gramatical. Um exemplo clássico é a da preposição, que surge como o termo "que se pré-põe". Esse tipo de trabalho denota duas coisas importantes: primeiro, que a gramática de DT, de orientação principalmente peripatética, não comunga dos ideais etimológicos estóicos; e, depois, que a etimologia é já um processo calcado na arqueologia lingüística, voltado à segmentação das palavras e distinção dos formantes (ao menos no diz respeito aos elementos da composição) bastante satisfatória para padrões atuais.

3.1.9 Analogia

A quinta parte da gramática também se centra, como as demais até aqui apresentadas, na palavra, *individualmente*. Nas quatro primeiras partes, a palavra tem seu sentido elucidado, seu uso poético averiguado. Na quinta, é tempo de verificar o paradigma morfológico, flexional, ou ortográfico no qual essa palavra se insere. Na *Poética*, de ARISTÓTELES, a analogia aparece como uma espécie de proporção ou regra de três: consistem em colocar um termo dentro de um esquema de quatro termos, onde o segundo está para o primeiro assim como o quarto para o terceiro (*Poética* 1457 b 17). Um procedimento que serve, por exemplo para elucidar comportamentos gramaticais duvidosos. Veja-se um exemplo : se se desconhece a acentuação de um vocábulo homérico como *peirōn*, é possível estabelecê-a pela analogia com *keírōn*.

À primeira vista é fácil entender a colocação da analogia dentre as partes da gramática ou missões do gramático, destacadamente, do gramático alexandrino. Isso porque na histórica disputa entre analogistas e anomalistas[36], colocam-se os expoentes dessa em Pérgamo e os daquela em Alexandria.

Os trabalhos da analogia são visíveis, dentro do manual de DT, nas listas de conjugações, de tipos de nomes, de terminações típicas de tal ou qual parte da frase. A montagem ou observação de paradigmas é uma operação da analogia, a operação analógica por excelência, vale dizer.

3.1.10 Crítica dos poemas

Antes de tudo, cabe notar que o que se denomina crítica dos poemas aqui é, na verdade a análise pragmática, material do texto. Essa crítica não se identifica com o que hoje se denomina crítica literária. Trata-se de um trabalho de edição, muitas vezes, de organização dos textos, que passa, inclusive, pela distinção de trechos autógrafos de um determinado autor e interpolações espúrias. A crítica dos poemas (e dos textos em geral) seria a mais bela das partes da arte porque, em primeira instância, reuniria todas

[36] Anomalistas seriam aqueles, que, sob influência estóica, concebiam a linguagem como algo repleto de irregularidades, desde o modo de representação (formas plurais que designam elementos singulares, por exemplo) até o formato (como no caso das palavras cuja declinação é irregular). Essas anomalias eram fruto da intervenção humana na língua, originalmente pura. Os grandes representantes desse modo de pensar a linguagem teriam sido os gramáticos de Pérgamo. Para o mais destacado deles, Crates de Malos, nenhum paradigma lingüístico seria válido. Os analogistas, ao contrário, apostavam que a língua funcionava sobretudo a partir de tipos, paradigmas. Eles investem na sistematização lingüística criando regras como "para iguais nominativos, iguais genitivos" Os gramáticos alexandrinos teriam sido analogistas por excelência. (KROLL, 1953, p. 44.)

as demais da gramática. Para chegar a ela seria necessário passar por estágios representados nessas partes, que consistem nos subsídios, ferramentas, para o pleno conhecimento e a decorrente realização da crítica dos textos. Toda a minuciosa operação de exegese pregada nas pares anteriores da gramática tem como fim primeiro julgar corretamente a estrutura dos textos.

Essa crítica era o objetivo máximo da gramática do período, sua tarefa mais característica. Tanto é que a fixação de diversos textos clássicos, arcaicos, e de Homero, obviamente, se deve aos estudiosos alexandrinos. Do mesmo modo, muito dos aparatos que são hoje entendidos como necessariamente gramaticais, como a pontuação, se desenvolve enquanto mecanismo auxiliar da crítica dos textos, da edição a que se devotam esses alexandrinos. Quanto aos manuais de gramática, as *tékhnai*, nos moldes da de DT, pode-se notar que o conteúdo que abrangem não está objetivamente relacionado à prática da crítica textual.

A gramática "técnica", é vinculável ao panorama dos estudos gramaticais genéricos, pertence ao contexto. Os ensinamentos dos manuais, que, na verdade, resumem dados fundamentais da doutrina, são parte da formação tanto do futuro crítico textual como do cidadão comum erudito, do bom orador, do bom leitor. Nesse sentido, conforme já visto, a "pequena gramática técnica" de DT fornece uma idéia, introdutória e teórica do que é o estudo gramatical, crítico e analítico da materialidade dos textos como um todo, mas não se insere diretamente nesse estudo.

3.1.11 *Orthotés*

Em linhas gerais, a idéia do *lógos orthós* (enunciado correto, adequado à verdade, apto a dar forma perfeita ao pensamento presente) é matéria dos diversos ramos da filosofia pré-alexandrina. Cada corrente, a seu modo, investe na busca da expressão ideal. E de modo bastante genérico, acabam todas flagrando desvios da linguagem, pontos em que esta não é clara e condizente com o esperado. O desejo de correção, ou *orthotés*, estóico passa pelo levantamento de palavras que, inadequadamente, nominam coisas cuja essência é masculina por formas gramaticalmente femininas, por exemplo. Esse tipo de procedimento se encontra também am alguns escritos sofísticos. No caso de ARISTÓTELES, a expressão *orthós* é simplesmente aquela que evoca com clareza o que deveria evocar, sem deixar dúvidas

ou ambigüidades. Seja como for, o *lógos orthós* é perseguido, por oradores, retores, filósofos.

Na gramática alexandrina, a idéia, embora consideravelmente modificada em essência, se mantém presente. O afã de correção dos gramáticos se realiza na *diorthósis* 'correção' dos textos. E nesse contexto entende-se por texto *orthós* aquele livre de trechos espúrios, de repetições "inúteis", cujas lacunas estão preenchidas. O gramático, que é um *krítikos* 'julgador', empenha-se nessa *diorthósis*, por si o resultado da crítica dos poemas[37]. A expectativa de *retidão* manifesta no cenário filosófico, diante das discussões primeiras sobre a língua é incorporada e redimensionada pela gramática.

3.2 COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 2 – DA LEITURA

Das seis partes da gramática, a leitura é a única que de fato recebe um capítulo nomeadamente dedicado a ela na *Tékhnē grammatikḗ*. E, na tentativa de justificar esse procedimento, já os primeiros escoliastas da *T.* divergiam. Há os alegam que a leitura abrange todas as demais partes da gramática, visto que, para efetuar a boa leitura, é necessário conhecer o texto e, portanto, passar por todas as etapas que conduzem a esse conhecimento. De outro lado, comentadores, como STEPHANUS, sugerem que as outras partes da gramática não são abordadas pelo manual de DT por serem muito difíceis para os iniciantes, público a que, segundo eles, se destinaria o manual (LALLOT , 1989, p. 83).

Na verdade, se analisados em conteúdo, simplesmente, os capítulos 2 a 5 (inclusive) são dedicados à leitura, uma vez que investem na abordagem de acessórios da boa entonação – os acentos e pontos – e, no caso do quinto capítulo, na introdução de uma breve nota sobre mais um gênero, talvez o mais importante no contexto, a ser lido. Um pouco mais prodigamente, inclusive, é possível ver os capítulos subseqüentes também como um conjunto de estudos auxiliares da leitura adequada: o som das letras,

---

[37] Importante não esquecer que o trabalho de crítica (julgamento) e *diorthósis* desses gramáticos foi implacável. No intuito de abolir os textos e trechos imperfeitos, inadequados, a crítica textual alexandrina foi responsável pelo desaparecimento de diversos versos ou mesmo de obras inteiras: julgando-as ruins ou apócrifas, os gramáticos simplesmente as desconsideraram ou extirparam das obras a que pertenciam.

detalhes da métrica são de grande valia para quem deseja ler *bem*, sobretudo para quem deseja ler bem a épica.

O capítulo 2 fala do épico dentre muitos outros gêneros literários. Os demais, capítulos da *T.*, porém, privilegiam a épica, nos exemplos todos, nos fenômenos métricos escolhidos, na explicação da rapsódia. Uma aparente discrepância que reflete a inserção do manual de DT num contexto em que os estudos homéricos são realmente o centro, mas não o foco exclusivo das atenções. *A Tékhnē.* tenta estender sua teorização ao geral, ou, simplesmente, fornecer ao estudioso de gramática informação sobre maneiras de ler diversos gêneros, para então, fazê-lo seguir seu estudo na trilha do autor-cânone por excelência, Homero.

Talvez nesse ponto a organização do manual de DT pareça estranha ao leitor contemporâneo. Quando se pensa hoje em ensinamento de leitura, a idéia comumente evocada é a de crianças em fase de alfabetização, às quais não cabe, absolutamente, o ensinamento categórico dos gêneros literários, por exemplo. Sem dúvida essa mistura de níveis epistemológicos não era praticada na Antiguidade. Apesar de todas as peculiaridades da segmentação do currículo escolar, da época, não é plausível supor que um manual como o de DT se destine a recém alfabetizados[38]. E, nesse sentido, vale lembrar que a leitura aí mencionada é a leitura treinada – uma prática para iniciados – difícil de se realizar, em voz alta.

Além disso, o surgimento dos gêneros literários aqui como um ponto a ser levado em conta na leitura é mais um sinal de que esta é capaz de envolver e demandar todos o processos de conhecimento do texto – a leitura surgida aqui é uma atividade bem mais complexa do que a simples decifração da escrita. O inicial desarranjamento dos dados materiais da obra passa a fazer sentido se observado assim. Note-se ainda que o texto fala de obras em prosa, mas dedica-se só a gêneros poéticos. Difícil, no entanto, crer que só a leitura desses mereça algum comentário, uma vez que a prosa é importante o bastante para ser mencionada. Isso provavelmente se deve a uma muito provável correção verificada no manuscrito B. Nele surge, a lição "e obras em prosa". Talvez ela não se verificasse num remotíssimo original, e o acréscimo viria a completar a proposta e fazê-la condizente com a definição de gramática do capítulo anterior.

---

[38] Os textos-base na alfabetização de crianças, da época clássica em diante, iam de trava-línguas e dísticos jocosos a máximas filosóficas, trechos de poemas e, sobretudo, poemas homéricos. Isso não quer dizer, contudo, que se investisse paralelamente em alfabetização e domínio dos gêneros literários. Nesse contexto, Homero muito antes de ser tratado como modelo de épico era visto como conteúdo moralmente adequado à formação de jovens valorosos. (MARROU, 1990, p. 237 ss.)

É possível pensar, diante disso, que o acréscimo acima não se fez acompanhar por outro, explicativo da maneira de ler a prosa, porque talvez, na Antiguidade e na Idade Média, se considerasse a leitura de discursos, por exemplo, competência de outra disciplina, a retórica. Mas no que tange aos gêneros poéticos, além de requisitarem do leitor tons específicos, eles ainda demandarão outro esforço. A poesia grega antiga é escrita em dialetos vários, que, de modo geral, convertem-se numa espécie de linguagem literária propriamente dita, já que não raro são tratados pelos próprios poetas como inerentes ao gênero. Ou seja: assim como houve uma pluralidade considerável de regiões produtoras de poesia canônica em sua língua própria, houve poetas que escreveram utilizando dialetos que não eram sua língua-mãe, nem sua língua de uso, mas a demandada pelo gênero. De toda forma, o que daí resulta é uma notável diversidade lingüística, com a qual se deparam leitores e estudiosos alexandrinos, falantes da *koinê* helenística.

Dos gêneros mencionados neste capítulo, um merece atenção especial: a lírica. O "tom melodioso" que demanda em sua leitura, é, muito provavelmente, uma tentativa de retomada de sua melodia original. A poesia, de modo geral, e destacadamente a lírica, nasce musicada, indissociada da música, e permanece necessariamente assim até o final do período clássico. A partir daí, passa a ser eventualmente declamada ao som de música, mas não se apresenta dependente desta. No entanto, o resgate da tradição de cantar a lírica é uma tentativa do período alexandrino (ALBINI, 1990). Daí, talvez, o "tom melodioso" de DT.

Quanto ao comportamento, vale notar que a leitura pública, com seu caráter de evento coletivo, exigia toda uma postura, composta pelo trabalho de correção, adequação ao tom, da boa pronúncia, da competente realização das pausas. Sem a postura conveniente, o leitor se torna ridículo – uma pequena advertência que pode ser lida como um laivo do comportamento retificante, de que consiste o trabalho do professor de gramática, e de que se imbuirá, mais tarde, a gramática manualesca latina, com sua terceira seção de vícios e virtudes da linguagem.

3.3.COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 3 – DO ACENTO

3.3.1 Considerações sobre a natureza do acento em Grego Antigo

Tudo o que concerne à sonoridade, à prosódia do grego antigo não pode ser, hoje, senão reconstrução – sempre e inevitavelmente hipotética, ainda que elaborada sobre rigidez e apuro lógicos. Isso não quer dizer que dados estabelecidos por essa via sejam mais ou menos científicos, mas que, ao abordá-los, há que ter em mente seu caráter incerto e, por isso, propenso à controvérsia. Informações sobre os sons da língua grega são colhidas a partir de sua escrita alfabética, consideravelmente avara na representação de elementos reveladores de traços prosódicos, em último caso, irremediavelmente omissa quanto à atualidade da fala, como toda forma de escrita (OLSON, 1997, pp. 81 ss.). É fato que relatos sobre aspectos da língua, abundantes nos escritos gramaticais são auxiliares na reconstrução do padrão sonoro da língua, mas nem sempre logram preencher as lacunas de informação existentes. No caso específico do acento, para descobrir sua natureza sonora há, fundamentalmente, dados levantados a partir dos escritos gramaticais coevos a DT, ou posteriores a ele. A observação do uso efetivo das marcas de acentuação gráfica é igualmente tardia – só surge em produções textuais tardias, próximas já ao ano zero –, tornando-se habituais somente em papiros e pergaminhos bem posteriores, do final da idade antiga. Um apoio de importância determinante na reconstituição do padrão acentual do GA vem a ser, então, a métrica dos textos poéticos. Mas esta, como se voltará a enfatizar, mais adiante neste trabalho, não tem sua natureza exclusivamente apoiada na prosódia natural, da fala corrente. Seus ritmo e acentuação sofrem interferência originária da música.

Sendo assim, à parte dos embates teóricos que tal quadro possa suscitar, cabe aqui observar um panorama das posições mais relevantes a respeito do padrão acentual do GA. Um ponto pacífico entre doutrinas é a ocorrência de uma mudança gradativa de natureza experimentada pelo acento do GA, em curso do Período Clássico a meados da época helenística tardia. O acento grego à época clássica e, talvez, até o primeiro século da era atual, seria de natureza melódica, tonal, não intensiva. Esta a é a *communis opinio*, apoiada por razões históricas como lingüísticas (cf. HOFFMANN et alii, 1986;HAAS, 1988, entre outros). E é esse padrão melódico acentual que os gramáticos alexandrinos, por exemplo, tentam resgatar, uma vez que é ele que, a princípio, guia a leitura dos clássicos, metrificados sobre essa base. Falou-se acima em resgate porque

já não é, provavelmente, esse o padrão acentual pronunciado efetivamente por tais gramáticos em sua prática lingüística cotidiana, na *koinē* helenística.

Produzidas sobre o padrão acentual melódico, clássico, as normas de acentuação do GA estão condicionadas às vogais. Essas são os elementos fonéticos capazes de admitir durações melódicas. Seguindo a lição da Escola de Praga, vale lembrar que o acento intensivo é comum em línguas em que a unidade acentuativa é a sílaba. No grego clássico as regras de acentuação calcam-se efetivamente sobre moras (no sentido de unidade de tempo) vocálicas, praticadas efetivamente na pronúncia, distintiva entre vogais longas e breves: o acento circunflexo, por exemplo só recairá sobre sons vocálicos longos. No grego posterior, contudo o acento muda sua natureza, passa a intensivo, e se fundamenta, então, sobre a sílaba. Mesmo porque não há mais consideração distintiva da duração vocálica: toda sílaba acentuada é um pouco longa e toda sílaba átona é necessariamente breve, não importando a vogal de que se conforma, por exemplo.(HOFFMANN *et alii*, 1986, p. 315). A data de tal alteração não é precisa. O certo é apenas que tal mudança acentual foi acompanhada por desaparecimento gradual do valor distintivo da duração vocálica e de alteração do sistema de ditongos. Há uma influência mútua entre metrificação e acentuação, e as alterações ocorridas em um desses âmbitos afetam o outro. O padrão métrico do grego, no entanto, continua, até o início da Idade Média, teoricamente fundado sobre um esquema fixo de pés e metros, moldado originalmente sobre a duração vocálica. As formulas métricas diziam ainda que um dáctilo, por exemplo, seria composto de uma longa e duas breves. Mas, se no Período Clássico, um poeta qualquer preencheria sem esse pé com a palavra *hēméra* (dia), na poesia alexandrina, por exemplo, *ánthrōpos* assumiria com tranqüilidade essa posição. No primeiro caso, a duração vocálica embasa o preenchimento do esquema métrico, e o padrão acentual verificado é o musical, tonal, em que o tom não influi diretamente no esquema métrico. No segundo, com a duração anulada, o que prega o padrão acentual é a sílaba, e no lugar do esquema métrico onde haveria a longa, o poeta usa a tônica. O esquema prevalece, muda o *status* dos valores que o preenchem.

E essa mudança é claramente o reflexo de alterações verificadas na prática lingüística. O padrão métrico calcado na acentuação intensiva é visível na poesia tardia, mas não aconselhado, exemplar. Como os esquemas métricos perduram, verifica-se um esforço para fazer perdurar também seu padrão antigo, durativo, de preenchimento, que, em última instância, é o praticado nas obras poéticas canônicas. Também nesse

caso o Período Alexandrino experimenta uma tentativa de volta à linguagem, ao modo de realização textual de seus antepassados. É esse esforço de restauração que se vê em DT. Os acentos **de** que fala não são, pois, **os** que fala.

E é justamente essa discrepância entre prática lingüística e registro gramatical, literário, métrico que provoca o surgimento dos sinais diacríticos. Eles nascem para auxiliar a leitura – que segue um padrão acentual não natural, e, portanto, notadamente, mais difícil de ser observado. Esses signos são destacadamente artifícios passíveis de aplicação a textos literários.

3.3.2 Acentuação gráfica em DT

Como se lê nas notas de tradução, o acento é denominado *tónos* em DT. Trata-se provavelmente de remissão o tensionamento da corda musical (também denominável *tónos*), cuja variação é capaz de alterar a altura (no sentido acústico, ou seja, a variação de freqüência sonora), da nota no instrumento, e, no caso do acento de DT, da voz. Essa é a leitura proposta já por um comentado da *T.* (S.mel.22,19 apud LALLOT, 1989, p. 88). Ele afirma que a voz musical, o som de modo geral, se compõe do agudo, do grave, do circunflexo, assim como a voz humana e os instrumentos que a imitam, a flauta, a sirinx, a cítara. Contudo, *tónos* suscita também uma interpretação de força. STEPHANUS (apud LALLOT, 1989, p. 88) fornece essa leitura, alegando que cada sílaba, na fala, tem sua força (*dúnamis*) própria. Pode-se perceber pelas duas leituras distintas, a concorrência entre os padrões de acentuação melódico e intensivo nos meios teóricos.

Ora, DT e a gramática de seu período estão nitidamente voltados à linguagem literária, ou, no mínimo, escrita – e não à fala corrente. Ele estaria, pois, pensando no acento praticado na poesia, destacadamente na poesia clássica, e portanto interessando-se por uma acentuação válida para a métrica, em que o som da voz é música, melodia. Tanto é que o acento em DT é, por definição, musical, voz musical (vide notas de tradução). Impossível diante das circunstâncias, crer como o escoliasta STEPHANUS; que essa musicalidade remete ao ritmo de criado pelas sílabas fortes em alternância com as fracas.

Observando pontualmente o tratamento que DT oferece a cada acento, tem-se que o agudo (´) representaria um alçamento do som, cuja dimensão, estabelecida por DIONÍSIO de HALICARNASO (I a. C) (apud VERNHES, 1994, p. 4), seria a de uma intervalo de

quinta. O circunflexo (^ ou ~) marcaria uma subida e consecutiva descida do tom, na mesma sílaba, ou, mais especificamente, sobre o mesmo grupo vocálico (ditongo) ou vogal longa. O acento grave pode, ou simplesmente determinar uma elevação menor de tom, ou demonstrar uma anulação da elevação convencional. DT coloca este acento como indicador de uniformidade sonora. O real efeito que assinala, porém, é incerto, e seu uso, enquanto marca gráfica, se dá da seguinte maneira: quando a última sílaba de uma palavra detém um acento agudo, e esta é seguida por uma palavra acentuada de qualquer forma, o acento agudo dessa última sílaba se converte em grave. A única certeza, então sobre o efeito acústico desse acento é que se trata, em alguma medida, da alteração da expectativa sonora a ser realizada pelo agudo.

Os nomes dos acentos agudo e circunflexo, inclusive, são empréstimos da terminologia musical, realizado, nesse emprego, pelos alexandrinos. Em ARISTÓTELES (*Poética* 1456 b 32) pode-se ver esse mesmo empréstimo, porém, nomeando qualidades dos sons das letras (elementos).

Se se observa somente o conteúdo deste capítulo, tem-se um empenho claro em caracterizar o aparato prosódico, lingüístico que é a acentuação. Inegavelmente, ao falar do acento, DT está então abordando um fenômeno sonoro da língua. Contudo, devido até mesmo à inserção do capítulo num contexto de educação para a boa leitura – e não para a análise da produção lingüística em si –, é necessário considerar que o acento dionisiano remeta também ao estrato gráfico, ainda que indiretamente. A observação da língua na *T.* é calcada sobre a escrita e, além disso, a gramática técnica é responsável por gerar e manter boa parte do aparato de apoio gráfico ao leitor, pontos e sinais diacríticos.

A forma gráfica dos acentos, inclusive, procura mimetizar seu comportamento sonoro: o agudo aponta para cima, o circunflexo sobe e desce, e o grave é o oposto do agudo. Note-se ainda que o circunflexo comumente visto como um composto de agudo e grave, na forma como no conteúdo (LALLOT 1989, p. 89). Isso é claro, no caso do circunflexo e do agudo, uma vez que, ao caracterizá-los, DT fala respectivamente de *periklásis* 'dobra' e *anátasis* 'alçamento'. No entanto, o grave surge como indicador de *homálismos* 'uniformidade', 'homogeneidade', o que parece afastá-lo da relação mimética com sua forma gráfica, assim como da suposta composição do circunflexo. Tendo em mente seu contexto de ocorrência, é, porém, possível vê-lo como um abaixamento frente à expectativa de alçamento que se teria com o agudo.

Os elementos prosódicos assinaláveis por diacríticos presentes nesse capítulo não são todos os conhecidos no período – o acento é apenas um deles, é apenas uma das *prosoidíai*. Faltam menções a outros elementos da prosódia representáveis por sinais gráficos: aspiração, as durações, as alterações. Essa omissão é justificada, ao longo da história, de diferentes maneiras. É possível supor que o caráter sintético do manual de gramática tenha comportado somente alusão à *prosoidía* mais importante, o acento. É plausível ainda crer que o caráter didático da obra tenha se esquivado da abordagem das demais por serem elas complicadas ou difíceis: a aspiração e as durações seriam já completamente alheias ao sistema fonológico helenístico e, por isso, DT as teria deixado de lado. Quanto às quatro alterações, elas só teriam sido instituídas como *prosoidíai* com HERODIANO, filho de APOLÔNIO DÍSCOLO. Essas *prosoidía* faltantes serão abordadas pelo Suplemento à *T.*, que se encontra traduzido no apêndice desta dissertação.

3.4 COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 4 – DA PONTUAÇÃO

Os pontos final e inferior, apresentados neste capítulo por DT, têm suas funções bem definidas em termos semânticos: marcam a completude ou não da sentença, do pensamento nela expresso. Uma função por si interessante na medida em que pode diminuir a incidência de ambigüidades. Outra função dos pontos, mais especificamente atribuída ao ponto médio, contudo, é a de regular as tomadas de ar durante a leitura. A julgar simplesmente pelo que se lê neste capítulo, a pontuação de DT[39] possui um funcionamento híbrido – parte dela opera sobre o sentido, parte sobre o som –, não é definido seu âmbito de atuação.

Sem dúvida é isso o que se depreende das afirmações de DT, mas, é claro, a pontuação, para ele e para os gramáticos de seu período não funciona exatamente assim. A pontuação é o aparato gráfico que ordena o ritmo da leitura, indicando as pausas semântica e esteticamente ou funcionalmente necessárias. Os pontos, mesmo o final e o inferior, são exatamente os sinais gráficos responsáveis por indicar os silêncios da leitura, destinados a interromper as cadeias contínuas de som representadas pelas letras. Esses silêncios são guias, ainda que imperfeitos, para a correta entonação das

---

[39] O manuscrito L fornece (apud LALLOT, 1989, p.90) uma ilustração desses sinais de pontuação e evidencia sua disposição na escrita: o ponto final ficaria à altura do pé das letras; o médio, pouco acima da linha; o inferior, na linha, como uma espécie de vírgula.

seqüências frasais. A motivação para a colocação deles ao longo de um texto, essa sim, tem um caráter ambíguo. Se, por um lado, é essencialmente semântica, marca por exemplo, o fim de um pensamento (sentença), por outro, é um elemento de auxílio entoacional, simplesmente. É claro que se trata de uma ambigüidade aparente, ou, no mínimo, composta por elementos complementares. Como auxiliar da entonação, uma marca gráfica colaborará com a compreensão do lido; como um elemento indicador da conclusão ou não de um pensamento, possibilitará a realização do contorno entoacional adequado à sentença. Uma coisa não se dissocia, absolutamente, da outra, e qualquer sinal de pontuação empregado operará nos dois sentidos. DT, no entanto, parece não ter percebido isso.

Comentadores da *T.* (apud LALLOT, 1989, p. 91), por sua vez, reconhecem os pontos como marcadores de pausas, essencialmente. Alguns chegam a levantar tempos de duração para essas pausas. O ponto final teria 4 tempos de silêncio; o ponto médio, um; o inferior meio. Para STEPHANUS , por exemplo, a diferença de duração não era contável em cifras: ele afirma que pode se deter, uma, duas, três horas no ponto final antes de retomar a leitura, enquanto diante do ponto inferior esta deve ser retomada imediatamente.

Como no caso dos elementos de prosódia, aqui, na apresentação dos pontos, DT também é sucinto. Os pontos que se vêem na *T.* não são, absolutamente, os únicos conhecidos no período. Aliás, talvez sejam simplesmente os empregados de modo mais regular, os mais canônicos. O conjunto de pontos empregados experimenta na Antiguidade uma variação extrema, quase de autor para autor. As formas de pontuação, suas funções, e mesmo seu uso só se fixam por volta do século VI d. C. Até aí, surgem sistemas de pontuação os mais diversos, indo desde conjuntos unitários, com um sinal marginal simples, indicador dos finais de sentença, até sistemas capazes de especificar com detalhe o tipo de pausa a ser efetuado nas mais diferentes situações. O sistema mais rico proposto é , sem dúvida, o de Nicanor 'o pontuador' (séc. II d. C.).[40] Ele

[40] A título de curiosidade, observe-se o complexo esquema de pontos criado por Nicanor.
1) *teleia stigmē*: o maior dos pontos finais, com duração de 4 tempos, segue vocativos introdutórios e expressões exclamatórias;
2) *upoteleia stigme* dura 3 tempos e é também compreendido como um ponto final. Conecta sentenças separadas por conjunções;
3) *proto ano* stigme: dura 2 tempos de silêncio e divide sentenças conectadas pelos correlativos;
4) *deutera ano stigme*: esse ponto dura 2 tempos de silêncio e divide sentenças com *kaí* "e";
5)*trite ano stigme*: esse ponto cheio divide sentenças conectadas por te e dura 1 tempo;
6) *upostigme enupokritos*: a primeira das marcas que divide sentenças incompletas. É colocada entre uma subida no tom da voz e uma descida;
7)*upostigme anupokritos*: marca de um tempo, pausa isolando trechos como um parêntesis ;

estabelece oito sinais de pontuação (*stígmai*) diferentes, destinados a facilitar a leitura do texto homérico. Apesar de rico, o sistema é complexo e tão pouco econômico, que não chegou a ser ocupado em nenhum papiro ou códice conhecido.

Para entender como isso se dá, vale observar um breve percurso histórico da pontuação. O uso de um conjunto de sinais gráficos auxiliares, relativamente estabelecido, surge fundamentalmente por interesse filológico. É no intuito de facilitar a análise e a fixação de textos que nasce a prática de assinalar, com marcas específicas, seções espúrias do texto, trechos repetidos, supostas inversões da "boa" ordem. O primeiro *sēmeîon* 'sinal' a ter seu uso reconhecido e difundido teria sido o óbelos (traço), usado por ZENÓDOTO , na sua correção do texto homérico, para indicar um lugar de onde suprimira um verso julgado espúrio. Este signo foi usado no mesmo sentido por ARISTÓFANES de BIZÂNCIO (circa 257-180), comumente cotado como inventor da pontuação. Na verdade ele apenas aumenta o número de *semeia* auxiliares na edição homérica e fixa os usos de alguns outros, destinados a melhorar a leitura e facilitar o entendimento dos conteúdos textuais. Aristófanes é o gramático que opera uma primeira uniformização ou sistematização do uso de marcas textuais (SANDYS, 1915, p. 38). A ele são atribuídos a marca de elisão, a pausa curta (*hupodiástolé*), responsável por marcar divisões de palavras e mesmo de sílabas métricas, o hífen, o ponto inferior (*hupostigmē*), o ponto médio (*mese stigmē*) e o ponto final (*teleia stigmē*)[41]. Além disso, teriam sido instituídas, por ele, as marcas de indicação de quantidade : o mácron e braquia. Dentre os novos signos de crítica textual estabelecidos por ele estavam o asterisco (*), para marcar passagens de texto incompleto, o *keráunion* (T) para marcar toda uma seqüência de linhas consideradas espúrias e o antisigma ( ) para indicar tautologias. Esses símbolos foram usados em sua edição da *Ilíada* e da *Odisséia*, ficando consagrados a partir daí. (PFEIFFER, 1968).

Veja-se, no entanto, a invenção, propriamente dita, da pontuação remonta a muito antes. A *scripta continua* demandou desde os primórdios alguma sorte de demarcação auxiliar. No grafito de Ischia, datado de cerca de 700 a.C, se lêem versos hexâmetros, marcados com sinais que podem ter servido de auxiliares da leitura (PFEIFFER, 1968, p. 232). O papiro de Timóteo (FIG. 1), do século IV a.C. tem o desenho pássaro que pode ser uma espécie de coronis, sinal responsável por indicar a divisão

---

8) *upodiastole* ou *brakheia diástole*: dura 1 tempo e serve para marcar quais grupos de palavras devem ser entendidos juntos ou separar palavras de modo a evitar a ambigüidade. (BLANK, 1983, p.49).

[41] Note-se que os três pontos cuja fixação se atribui a Aristófanes de Bizâncio são os evocados na *T. dionisiana*.

de um texto em partes, além de apresentar traços que podem ser lidos como *parágraphoi*.[42]

Do mesmo modo, gramáticos que sucederam Aristófanes de Bizâncio adotaram sistemas de pontuação distintos do dele, sem qualquer problema. Nesse sentido nada é exatamente ou definitivamente fixo. Elementos que, por vezes, são vistos como elementos de pontuação, semelhantes aos pontos em significado e função, podem surgir dentre as *prosoidíai* , aparentados aos acentos. É o caso do hífen – da mesma natureza dos pontos para Aristófanes de Bizâncio, citado dentre as *prosoidíai* no Suplemento da *T.* Atente-se aqui para o fato de não ser isso fruto de uma mudança efetiva no *status* do hífen. Essa flutuação dos sistemas, das categorias, da terminologia na gramática é bastante comum. No caso das marcas de pontuação especificamente, veja-se que estas são, a princípio, auxiliares gráficos da leitura, não da escrita. Explica-se: essas marcas **não** nascem numa tentativa de enriquecer o conjunto de elementos gráficos de que se compõe a escrita e fazê-la mais capaz de resgatar elementos sonoros suprasegmentais da fala. Mesmo que, ao final, muitas delas possibilitem, em alguma medida, o resgate de variações entoacionais, por exemplo, primeiramente, servem para facilitar o trabalho com o escrito, e a tarefa do leitor. Isso implica confinar, até muito tarde na história, seu uso regular a práticas escolares, ou acadêmicas. Se textos exteriores ao ambiente de tais práticas não investem em seu uso, é sinal de que a pontuação é considerada um aparato útil à leitura, mas não exatamente pertencente ao sistema da escrita. Note-se que, diante desse quadro, relativiza-se a necessidade da adoção de um padrão: cada escola, cada editor textual, cada leitor até pode eleger o sistema de marcas que achar mais adequado à facilitação de sua leitura, sem a necessidade de se universal.

Um detalhe estrutural importante neste capítulo é a existência de um jogo de pergunta e resposta para a abordagem da duração das pausas representadas pelos pontos. Trata-se de uma estrutura provavelmente arraigada nos contextos escolares, que dará lugar, por exemplo aos *erotemata* medievos, conjuntos de pergunta e resposta com fins educativos ou doutrinários. O surgimento desse possível instrumento didático aí na *T.* é sinal de seu vínculo com ambientes destinados a disseminar o saber gramatical.

---

[42] Ao *parágraphoi* 'escritos ao lado' eram geralmente pequenos traços colocados junto à primeira letra de uma linha escrita para indicar que naquela linha a frase se encerraria, ou ainda indicadores de divisões de blocos textuais. Esses traços são uma das primeiras, mais recorrentes e permanentes formas de pontuação vigentes na tradição helênica.

FIG.1 - O papiro de Timóteo contém um fragmento do poema *Persas*, atribuído a um poeta denominado Timóteo. Trata-se de um dos mais antigos papiros já encontrados, e remonta ao IV século a. C. Foi encontrado em Abusir, no Egito.
Fonte : http.///www.iau.arts.kuleuven.bc/actan.pap-EDAD

3.5 COMENTÁRIOS SOBRE O CAPÍTULO 5 – DA RAPSÓDIA

3.5.1 Concepção de rapsódia

De modo geral, na Antiguidade eram chamados de rapsódia os poemas épicos, destacadamente os homéricos, ou ainda excertos desses poemas. Quando se fala, na *T.* que a rapsódia é a parte de um poema que trata de um assunto (*hupóthesis*), provavelmente, se está fazendo uma possível referência aos episódios, tematicamente isolados, da *Ilíada* e da *Odisséia*. Tais episódios, notavelmente independentes, foram particularizados e denominados individualmente já por leitores da Antiguidade. É o caso, por exemplo, da *Diomedéia* , (Il, V) assim chamada em HERÓDOTO (II, 116), do *Catálogo das Naus* (Il, II), batizado assim por TUCÍDIDES (I 10.4) (AUBRETON, 1956, pp. 35-38). Esses excertos épicos eram geralmente chamados *hupótheseis* o mesmo termo que aqui se traduz por 'assuntos'. A existência desses núcleos temáticos diversos teria guiado a separação da Ilíada e da Odisséia em 24 cantos, cada, pelos alexandrinos. ZENÓDOTO e ARISTARCO teriam inclusive dado títulos a esses cantos com base nas *hupothéseis* que continham. E a *hupóthesis* de DT pode estar aludindo a um desses episódios encerrados em cantos, sobretudo porque um rapsodo, ao cantar um épico não entoava, por exemplo, toda a Ilíada. O que provavelmente acontecia era que os épicos declamados, as rapsódias, consistiam em trechos determinados, separados por assunto, de obras maiores, como a de Homero. Se pode igualmente pensar que os resumos dos episódios da *Ilíada* e da *Odisséia*, utilizados largamente no período Bizantino, fossem já conhecidos e usados ao tempo da *T.* e que DT estaria fazendo uma referência a eles. Tais resumos (cujos fins talvez fossem escolares) eram também denominados *hupótheseis.*

3.5.2 A explicação da rapsódia

Neste trecho da *T.* vê-se a etimologia empregada na explicação de um objeto "lingüístico", no caso, a rapsódia. Não se trata do único segmento da gramática de DT em que isso se dá, mas, sem dúvida, daquele em que o recurso à etimologia é mais declarado, evidente. É fato que diversas definições, na *T.*, demonstram uma certa

circularidade que pode ser entendida como reflexo de um procedimento de definição guiado por uma espécie de ambição etimologizante, calcado na explicitação da origem dos termos ou do motivo de seu emprego na denominação de determinado fenômeno lingüístico. Vale lembrar que, ao se pensar a etimologia dentro da obra de DT, é necessário operar com o aspecto comum das definições moderna e antiga de etimologia, cujo contraste já foi apresentado nos comentários ao capítulo 1 da *T.* Isso porque, embora a observação dos fatores que ligam termo denominante e coisa denominada pertença essencialmente ao âmbito daquilo que os antigos concebiam como etimologia, é possível vislumbrar nos procedimentos etimológicos de DT uma certa busca de relações entre a palavra e unidades lingüísticas, anteriores, de que esta se origina, algo típico da concepção corrente de etimologia.

Ao afirmar que a denominação ***rapsōidía*** *se* deve-se ao fato de a parte do poema em questão *ser uma espécie de* ***rabdōidía***, o quinto capítulo da *T.* realiza um trabalho de aproximação semântica e genética de vocábulos por via de suas similaridades fonético-morfológicas. Não se funda na concepção meramente lingüística, nas mudanças fonológicas que viabilizaram a alteração da palavra – não se verifica, por exemplo, a noção de raiz lingüística. Do mesmo modo, não há o trabalho exato da busca da verdade do nome: grosso modo, DT fica entre as duas facções. Seu procedimento etimológico é algo extremamente próximo ao que hoje se tomaria por etimologia popular, uma vez que ambos os termos não apresentam parentesco: segundo CHANTRAINE (*D.E.L.G.*, *s. v. rapsōidós*) *rapsōidía* teria relação genética com o verbo *ráptō* 'costurar, unir', cujo radical de aoristo, forma lexicogênica dos verbos em GA, vale notar, é *raps.* Apesar de não ser exatamente isto o que se vê em DT., *rapsōidía* é um termo corrente na Antiguidade para designar os poemas épicos como um todo (LSJ, s. v. *rapsōidía*), e esta segunda etimologia viria exatamente a explicitar o modo de organização característico desse tipo de produção literária: um canto (*ōidía*) que une em si diversos fragmentos – pequenas histórias, episódios, fórmulas recitativas e comentários sobre fatos e feitos – através de uma espécie de costura. Veja-se, inclusive, que o modo dionisiano de entender ***rapsōidía*** – como um trecho do poema – é igualmente compatível com a visão proposta por essa segunda etimologia: também se pode pensar a ***rapsōidía*** como um canto a ser "costurado" com outros na composição do poema épico.

Esse provável vínculo etimológico entre *rapsōidía* e *ráptō* não é ignorado pelos antigos. Escoliastas de DT comentam as duas etimologias acima apresentadas e mencionam ambas como constantes da obra de Dionísio Trácio. O escólio 766 14 *Mel* (apud UHLIG, 1883, p. 8), dentre vários outros, lê em Dionísio as duas etimologias de ***rapsōidía:*** a palavra viria ou de ***rabdo+oide***, ou de ***ráptein***. O escoliasta em questão chega a se demonstrar intrigado por DT não acrescentar *oide* também à segunda etimologia. De fato, o termo pode derivar de *ráptein*, porque os contos épicos são costurados juntos, ou pode advir de, *pábdos* devido ao bastão de louro portado pelos rapsodos ao declamar poemas épicos. A tradução Armênia, apesar de igualmente apresentar as duas etimologias possíveis para *rapsōidía*, traz por tradução desse termo o vocábulo *haknerkouthiun*, cujo primeiro radical formante provém de *haknem*, equivalente, em sentido, ao verbo grego *ráptein* , enquanto a parte seguinte deriva de *erk*, forma que traduz o grego *ōidê* 'canto, canção' (UHLIG, 1883, p. 8). Veja-se que não há escolha entre uma das duas etimologias. Isso é comum na prática antiga. Cada uma revela, a seu modo, um lado da palavra, e não há etimologia mais ou menos pertinente, mesmo porque os critérios de seleção não se fundam sobre critério definidos, ou por conhecimentos lingüísticos. O parecer lingüístico detém-se na forma das palavras. Tanto é que o escólio 769 (LALLOT, 1989, p 102), por exemplo, afirma que *rapsoidía* vem do futuro de *ráptein – rapso–* e de *oidía*. Ora, não é necessário dizer que o futuro não é aí a forma lexicogênica factual, mas a forma coincidente com o início da palavra.

Diante desse quadro, da abundância de escólios que mencionam uma etimologia faltante nos manuscritos que trazem o texto da gramática de Dionísio, há que pensar numa indubitável lacuna da tradição.

3.5.3 A rapsódia como capítulo do manual de gramática

Quanto à sua posição dentro da obra, pode-se notar que este capítulo sobre a rapsódia se encontra aparentemente deslocado. Escoliastas bizantinos da *T.* (SM 314, 18; *Hel, apud LALLOT, p. 93) julgavam a rapsódia um assunto a ser tratado pela poética, não pela gramática, e já viam o capítulo 5 da *T.* como um trecho isolado do texto, porque tematicamente apartado dos demais. Modernamente, a discussão sobre esse capítulo não raro cogita seu mau posicionamento ante as demais seções da obra. PFEIFFER (1968, p.136), por exemplo, admite a aparente estranheza da locação do

capítulo, interrompendo o percurso lógico entre o quarto e o sexto capítulos. Contudo, aposta que esse deslocamento é provavelmente uma impressão cabível na perspectiva de organização textual do leitor contemporâneo, apenas. E nisso está parcialmente correto: a sensação de estranheza pode ser mais grave ao leitor mais distante temporal e culturalmente de DT, mas a abordagem da rapsódia já soava fora de lugar aos escoliastas medievais da *T.* Pode ser, é claro, que para Dionísio – e seu público –, tal colocação fizesse sentido, uma vez que seu interesse principal era Homero, e os rapsodos eram os intérpretes originais dos poemas épicos homéricos. Essa consideração, contudo, apesar de justificar parcialmente a abordagem da rapsódia numa gramática, não é, absolutamente, capaz de dirimir as dúvidas que rondam a inserção de tal conteúdo nesse trecho da *T.*

ERBSE (1980, p. 93) não se decide entre a hipótese de ser o trecho uma interpolação e a que o vê como vestígio de uma suposta comparação entre a leitura gramaticalmente correta, auxiliada por diacríticos, pontos, e a leitura dos rapsodos. DI BENNEDETO (1958) afirma que nenhum comentador, nem moderno nem bizantino, conseguiu encontrara a função para tal seção da *T.* E ele, assim como todo o grupo que defende o caráter espúrio e tardio da *T.*, toma o capítulo 5 como prova da inautenticidade da T. Porém, mesmo DI BENEDETTO (1958, 1959) crê que os primeiros 4 capítulos podem ser de fato autógrafos de DT, ao passo que os que sucedem ao sexto raramente seriam da autoria desse gramático. O capítulo. 5, seria, sob tal ponto de vista, uma prova da costura textual mal feita. No mesmo sentido, LALLOT (1989) crê que o capítulo 5, onde está, è fruto de um compilador mal inspirado.

Realmente, o capítulo sobre a rapsódia, tem bem poucas chances de pertencer aos conteúdos de que legitimamente se compunham não só a gramática dionisiana, mas outras *tékhnai.* Se não é de fato uma interpolação tardia, é sem dúvida o vestígio de um texto perdido, que, talvez se adequasse mais nitidamente aos interesses das gramáticas técnicas. E é extremamente plausível defender isso diante do fato de que a tradição gramatical posterior, dependente da gramática de DT ou do modelo que ela representa, renegou essa abordagem da rapsódia – aliás não devotou tratamento teórico especial a qualquer gênero da escrita

3.6 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 6 – DO ELEMENTO SEQÜENCIADO

3.6.1 Letra X elemento

A idéia de *stoikheîa*, literalmente 'elemento enfileirado', é aproveitada amplamente pela cultura helênica antiga. Na música era designativa das notas, na matemática, dos pontos; na concepção atômica do universo, os átomos. Há *stoikheîa* na astronomia, na retórica, análise dos sonhos (DESBORDES, 1986, p. 345). Nesses ramos distintos do saber, a idéia que se repete é a de partes mínimas que existem em interrelação, e cuja diferença de organização resulta em diferenças severas do objeto final. DESBORDES (idem) crê que por trás dessa variedade de usos está a escrita. A organização das letras, dos sons nas formação das palavras, teria, então, sido a base para a extensão metafórica, praticamente, o uso dos *stoikheîa* nas demais ciências. Porém pode se dar o justo contrário: *stoikheîa* são simplesmente partículas que devem ser enfileiradas, organizadas. E sendo assim, o uso do termo pode ter nascido em qualquer das outras ciências e passado à gramática, ou, ainda, ser, como tantos outros na gramática um termo corrente, de uso genérico comum, que ganha especialização e se incorpora à terminologia gramatical de modo gradativo, ao longo de uma tradição.

A palavra *stoikheîon* aplicada aos elementos mínimos da linguagem surge já no *Crátilo* de PLATÃO (422 d) e na *Poética* de ARISTÓTELES (1456 b 22). De fato, ao longo da tradição helênica, quando se fala em constituintes do *lógos*, os elementos surgem em primeiro lugar, não são as letras (*grámmata*). Elemento, nesse contexto, evoca a idéia sonora, de menor som distinto da voz, da língua, conseqüentemente. E esse som é a letra. A distinção entre o caráter gráfico e o sonoro não é clara na tradição helênica. O estóico DIÓGENES da BABILÔNIA, citado por DIÓGENES LAÉRCIO (VII, 56), já afirma que os elementos da linguagem são as vinte e quatro letras. Uma equivalência que também se percebe em DT. Esse mesmo estóico prossegue dizendo que a letra pode ser entendida de três modos: como elemento, forma gráfica (*kharaktér*) do elemento, e nome do elemento (alfa, beta etc). Aí verifica-se uma compreensão próxima da atual e mais corrente de *letra*.

O elemento não é desvinculável da letra. E para DT, ambos são uma mesma coisa, tanto que o gramático investe em explicar os motivos que levam ao emprego de um ou outro nome (letras/elementos) para os mesmos constituintes primeiros do *lógos*:

denomináveis *grámmata* devido a seu aspecto gráfico, *stoikheîa* devido a seu ordenamento.

Esse capítulo revela uma preocupação essencial com a escrita – ou mais, um pensamento guiado pela aparência do escrito. Novamente aqui se tem a comprovação de que é a partir da escrita que o pensamento da linguagem se estabelece, esta é uma atividade metalingüística primeira, capaz de gerar ou instigar as demais.

DT afirma que os elementos são assim chamados (*stoikheîon*), porque, de fato, seguem uma seqüência, uma ordem. Esse ordenamento posicional característico pode remeter ou à ordem alfabética ou à ordem a que obedecem os elementos para constituir sílabas e palavras. DT pode inclusive estar fazendo referência a ambas. Quando fala que os elementos têm *stoîkhon*, pode estar aludindo à disposição seqüencial em fila (como na lista do alfabeto), e quando diz que têm uma *táksis*, necessariamente, evoca a idéia de interrelação coordenada (como nas palavras). A segunda hipótese é mais provável, porque essa característica de se aglutinar ordenadamente e formar itens hierarquicamente superiores a eles no sistema é inerente à idéia de *stoîkheia*.

Quanto à denominação *letras 'grámmata'*, a única justificativa para ela é a etimológica, que vincula as letras com o ato de escrever. E é essa visão do elemento como algo escrito que interessa à gramática de DT, e talvez a toda a tradição lingüística grega. Observe-se que se, de um lado, a cultura grega não contou com mitos específicos instauradores da linguagem, de outro, foi pródiga na quantidade de mitos que contam a criação das letras. Elas teriam sido inventadas por Prometeu, por Hermes, trazidas por Cadmo da Fenícia. Elementos-letras, escritos, estão presentes no pensamento da linguagem e passam a ser um conceito basilar dele sobretudo a partir dos estóicos.

3.6.2 Elemento e a constituição do *lógos*

A *T.* apresenta seus conteúdos numa ordem específica. O autor demonstra uma progressão do simples ao complexo rumo à formação do *lógos* : do 6 ao 10 estariam os constituintes infralexicais da frase, hierarquicamente organizados, do 12 ao 20, frase e partes da frase. O capítulo 11, da palavra e da frase, seria então uma espécie de centro, ao passo que capítulo 6 demarcaria o início desse processo de exposição.

3.6.3 DT e os sons da língua

As letras são aqui apresentadas de acordo com um esquema de classificação baseado em divisões consecutivas de classes. A primeira e mais fundamental delas é a divisão das "letras" em vogais e consoantes. Os critérios de DT são exclusivamente os da autonomia acústica, ou da "quantidade" de som. E nesse sentido é possível ver aí uma relação estreita com os elementos da música: a expectativa é que o elemento da língua tenha também som pleno. Os elementos que não logram obter tal característica são denominados mal-sonantes – não basta afirmar que são áfonos, sem som, há que se emitir um juízo de valor. O ator da tragédia que tem voz ruim, fraca, não é competente em sua função, do mesmo modo, talvez, o elemento sem som não esteja aderido completamente à idéia primeira, musical, de elemento. Veja-se que, nesse sentido, a análise dos elementos realizada por DT é menos "lingüística" que a de ARISTÓTELES, concentrada em aspectos da articulação dos sons da língua. Na *Poética* (1456 b 26), esse filósofo também defende a tripartição do conjunto das letras em função do som (vogais, semivogais, áfonas), mas afirma que a vogal é um som audível sem contacto (supostamente das partes do aparato fonador), a semivogal, um som audível com contacto e a áfona um som com contacto e não audível.

3.6.4 Vogais

As vogais se caracterizam por sua autonomia acústica. Porém é necessário observar que, ao propor um esquema vocálico com sete membros, DT não está analisando o contexto sonoro de sua língua, provavelmente. Após o século II a. C. é muito provável que as durações vocálicas tenham desaparecido da prática lingüística. À Época de elaboração da *T.*, posterior a esse período, sem dúvida, esse esquema vocálico não passa de um resquício teórico, erudito, mas não praticado, da língua. Como gramático, o autor da *T.* pode estar se debruçando exatamente ao conteúdo teórico, da língua "mais refinada", falada pelos autores clássicos, ou pode estar simplesmente instruindo seus leitores a respeito da maneira de ler poemas antigos de acordo com a pronúncia que, a princípio, sua métrica – e seu potencial estético, conseqüentemente – demanda.

Quando classifica um grupo de vogais como dícronas, DT alude à dupla possibilidade de duração dessas vogais na métrica (elas podem ser tanto longas como breves). Se, ao separar longas e breves DT podia ainda estar motivado pela distinção gráfica, no caso das dícronas o interesse é nitidamente o de reconstituição da pronúncia antiga, sobre a qual se constrói a literatura canônica.

Da divisão das vogais em pré e pós-positivas decorre uma regra fonológica de silabação. Essa discussão do posicionamento das vogais, não é senão a regra de construção dos ditongos em GA, que são exclusivamente decrescentes. Se se inverte a posição relativa das pré e pós-positivas, se deixa de ter sílaba, tem-se hiato. Porém, a lista de ditongos apresentada por DT é algo contraditória ante sua postura inicial no tratamento das vogais. Ao não considerar ditongos as estruturas *ēi, ēu, ōi, ōu, ui*, o autor da *T.* leva em conta a realização fonética desses elementos, verificáveis na grafia do GA helenístico e anterior. Essas formas de ditongo, não relacionadas por DT não são mais, de fato, pronunciadas como ditongos no grego helenístico. Trata-se de formas que sofrem monotongação a partir do Período Alexandrino, mas não são as únicas. Dentre as **elencadas** por DT se pode ver *ei* e *ou*, estruturas que são compostas por dois grafemas, mas não por dois sons – e já no Período Clássico. E aí se percebe o tratamento heterogêneo e contraditório aplicado aos ditongos: se alguns são considerados em seu extrato sonoro, relativo à prática lingüística atual do período de DT, outros são observados a partir de um viés que privilegia nitidamente a escrita.

3.6.5 Semivogais e Consoantes

Por semivogais DT denomina as consoantes continuantes. Sua característica é produzir murmúrios e sibilos, qualidades indicadas pelos vocábulos *múgmos* e *sígmos*. Uma indicação algo circular, visto que ambos os termos são onomatopéias dos sons da "letra" mü e da "letra" sigma. Esse grupo de consoantes é visto como representante do som imperfeito, indefinido, pela metade. Daí semi-vogais.

Já as consoantes áfonas, são aquelas cujo som não é produzível sem o auxílio de uma vogal. Ao separá-la em três grupos – simples, ásperas, médias –, estabelecendo relações entre os membros de cada grupos, DT acaba por realizar uma análise fonológica pertinente dos grupos consonantais. Aparta as plosivas de acordo com seu ponto da articulação : *b, p, ph; d, t, th; g, k, kh;* são três seqüências compostas pelas média, simples e áspera correspondentes entre si. Ao observar essa

correspondência, DT consegue operar com relações fonológicas pertinentes no contexto do GA, mas pode ter-se valido mormente da observação das alterações morfofonológicas detectáveis ao nível da escrita, como deixa ver nos exemplos que escolhe. Todos demonstram casos de "transformação", graficamente registrada, da consoante simples de uma palavra em sua correspondente áspera através do contacto com uma aspiração da palavra subseqüente. Inclusive é esse tipo de orientação concentrada na forma da palavra que parece estar por trás da justificativa fornecida à classificação das consoantes invariáveis: elas são assim chamadas porque não se alteram na conjugação do futuro no paradigma verbal. Aí nitidamente DT não está usando critérios sonoros para classificar as consoantes em questão.

3.7. COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 7 – DA SÍLABA

3.7.1 Conceito de sílaba

O substantivo *sullabê* é formado a partir dos mesmos prefixo e raiz que o verbo *sullambánō* (de *sun* 'com' + *lambánō* 'tomar, segurar'), de onde se pode considerar como seu sentido mais imediato: 'grupo de coisas tomadas juntamente'. Na tradição grega pós-clássica, as diversas extensões metafóricas desse sentido primeiro do termo fazem dele um vocábulo bastante polissêmico. Na obra do comediógrafo Menandro (IV/ III a. C.), por exemplo, chega a assumir o sentido de 'gravidez'. Na acepção de 'letras tomadas em conjunto a fim de formar um som' o termo aparece em ZENÃO, o estóico, nas *Categorias* de ARISTÓTELES, no *Theteto* de PLATÃO. Já no *Crátilo* (424 e) platônico e na *Poética (1456 b 34)* aristotéica, a *sullabê* aparece como segundo tópico da descrição do *lógos* ou enunciado/ sentença completa. Isso enquanto em LUCIANO SOFISTA (II d. C.), aprece simplesmente significando as letras do alfabeto – que podem ser 'tomadas em conjunto' para construir as palavras e o discurso. (LSJ, v. *sullabē*). Vale notar, inclusive, que, enquanto vocábulo participante da terminologia das – por assim dizer– ciências da Antigüidade, *sullabê* não tem seu uso restrito ao estudo da linguagem. Verifica-se seu uso na música (em ARISTIDES QUINTILIANO e NICÔMACO), onde denomina o "quatro perfeito", e na matemática, em que pode ser entendida como um conjunto numérico ou como a soma de dois ou mais números (LSL, idem).

Tal diversidade de usos reflete, antes de mais nada, que o vocábulo não está, então, necessariamente incorporado a uma terminologia específica: não é possível afirmar que *sullabē* seja exatamente um vocábulo comum às terminologias dessas diferentes secções do saber. O termo funciona, sem dúvida, em todos os âmbitos mencionados. Porém, ao menos num primeiro momento, não parece estar singularizado em nenhum, ou seja, não surge usado de fato como um termo técnico, cujo significado corrente fica em segundo plano. Ao contrário: é o sentido corrente ou primeiro de *sullabē* que se destaca e justifica seu emprego em todos os casos. Não se deve, portanto, pensar aí em migração catacrética do termo, por similaridade, analogia de conceitos, nos diversos campos do saber. O que se vê é, antes, uma palavra cujo sentido é 'ajuntamento', nomeando ajuntamentos de elementos distintos em matérias diversas. Daí se tem que uma terminologia "científica", fixa, definitiva, particularizada, não é ainda verificável no mundo antigo de modo geral. E, no caso da gramática, isso é patente. Termos como *sílaba* só serão incorporados a um vocabulário gramatical específico pela transmissão bizantina da gramática grega, provavelmente.

Na *T.*, o conceito ou idéia evocado por *sullabē* 'sílaba' é algo próximo daquilo que hoje se conceberia como tal. A definição, no entanto, oferecida por esse capítulo 7 é notoriamente circular. A abertura desse capítulo coloca a *sullabē* como um agrupamento, *súllēpsis*, de vogais e consoantes. Ora, a *súllēpsis* pode ser entendida como o ato de tomar conjuntamente; e vale notar que, do mesmo modo como *sullabē*, *súllēpsis* advém do verbo *sullambáno*. Uma tradução que tentasse recuperar o efeito aí obtido no grego traria em português algo semelhante a 'grupo é um agrupamento'. Porém, aqui como em outras passagens da gramática de Dionísio não se deve pensar exclusivamente em uma circularidade ingênua e pouco informativa como formante das definições presentes na *T. G.* : o termo *súllēpsis* e seu sentido, obviamente, parecem motivar o nome do fenômeno lingüístico a ser apresentado. E não se trata de uma justificativa de inventor. Como se pode notar acima, nem Dionísio, nem outro gramático qualquer, teria **cunhado** esse termo (*sullabē*'). Daí se tem que DT, em sua definição, tenta muito provavelmente demonstrar a conexão entre seus nome e origem, não no intuito de evidenciar os meios de uma invenção terminológica, mas, antes, de justificar o emprego de um termo corrente na denominação de um conceito da gramática. Àquele que sabe o que é um grupo ou conjunto, resta saber o que vem a ser um grupo ou conjunto **em gramática**.

3.7.2 A sílaba como elemento gramatical em DT

A sílaba propriamente dita é um agrupamento, tanto prática como etimologicamente. E é justamente pelo fato de o nome *sullabê* evocar automaticamente, ao leitor falante do GA, a idéia de agrupamento, que a sílaba formada por um "único elemento" (vale dizer, uma vogal) é concebida como sílaba apenas **por extensão** do conceito, não o sendo própria ou legitimamente. Apesar desse cuidado inicial na adequação do nome aos fenômenos materiais que pode representar, a definição da sílaba, em si, é falha porque aberta : a partir dela, unicamente, é possível conceber sílaba, um livro inteiro, uma frase um discurso ou – pior – um grupamento qualquer de letras, sem qualquer observação às regras fonológicas da língua. Vale dizer que em grego a seqüência σργ [srg], por exemplo, não constitui uma sílaba.

Quanto a essa questão da ordem, é fundamental observar, porém, que ARISTÓTELES caracteriza a sílaba (*Poe.*, 1456 b 38) como "som vocal sem significado, composto de uma muda mais um elemento vozeado". Na seqüência afirma que "GR[43] é uma sílaba, esteja ou não seguido por um A (formando GRA)". Disso se deduz que aquilo entendido aí por sílaba não é, precisamente, uma unidade fonológica da língua. É possível que ARISTÓTELES trabalhe no limite fonético do pronunciável, e não com unidades segmentáveis fonologicamente, blocos formantes distintos das palavras. Veja-se que o '*g*' é chamado *áphonon* 'mudo, sem voz' – impronunciável, portanto –, mas o '*r*' é considerado vozeável para ARISTÓTELES. Sua soma rende, necessariamente uma unidade pronunciável. É improvável que essa fosse, de fato, a única formação admitida por Aristóteles para as sílabas, mas é a que cabe no seu exemplo. E basta para que se possa estabelecer uma possível distinção entre o conceito aristotélico e o dionisiano de sílaba.

Ao cotejar os exemplos fornecidos por ambos autores, chega-se à conclusão de que DT ao menos tende a uma concepção mormente fonológica da sílaba, mais aos moldes atuais. Uma coisa é certa, apesar da exigüidade dos exemplos e da definição vaga de sua sílaba: DT não está operando no limite da pronunciabilidade mínima, como talvez ARISTÓTELES. Isso, no entanto, levanta uma outra questão vinculada ao seu

---

[43] Note-se que o grupo de sons GR não é, por si, uma sílaba, uma estrutura fonemática típica do grego antigo – ao menos não no sentido em que conceberíamos sílabas dessa língua hoje.

tratamento silábico: não fica completamente claro se DT fornece, ao exemplificar sua definição, apenas segmentos – ou, melhor, sílabas isoladas – de palavras ou monossílabos completos. E para obter a visão completa dos elementos envolvidos em tal dúvida, convém remontar às versões diversas do texto. De acordo com LALLOT (1989, p.107), os manuscritos V e A trazem, na exemplificação desta seção, formas acentuadas como *pâs* e *pân*, respectivamente 'todo, tudo' , junto de *kar*, sem acento. Isso enquanto o ms H traz as duas palavras acentuadas – *pâs* e *boûs* – e os L, G, e B trazem apenas *boûs* 'boi' acentuado. As seqüências acentuadas podem, sem dúvida, ser lidas como palavras completas. E o argumento da acentuação funciona aqui porque todo o restante do texto dos manuscritos se faz marcar pelos devidos acentos, de onde a possível falta deles, nesses exemplos, tem valor significativo. E vale notar que, se acentuados, os monossílabos em questão deixam de ser tomados como sílabas somente, uma vez que a acentuação que carregam é aquela que os assinala – e provavelmente à sua pronúncia –, enquanto palavras completas e autônomas. De modo geral, eles não apareceriam com tal acentuação e entonação na pronúncia se concebidos como parte de outras palavras.

A edição de UHLIG (G.G. I) cita uma seqüência acentuada e outra não, ao exemplificar a sílaba. E no conjunto dos textos de todos os manuscritos, não haverá nenhum em que todo o grupo de exemplos seja desprovido de marca diacrítica. A sílaba é, pois, nessa seção da *T.* exemplificada com palavras monossilábicas ao longo de toda tradição. Isso, ao invés de denotar qualquer sorte de confusão metodológica, pode remeter a um apuro notável na concepção do objeto lingüístico *sílaba*. Sobretudo devido à coerência que tal tratamento alcança dentro da compreensão lingüística dionisiana: o *lógos* se constrói em níveis e cada, e os itens de cada esfera se aglutinam para formar os da próxima, partindo do elemento.

O(s) texto(s) da gramática de DT parece(m) levar em conta a coincidência entre níveis vizinhos na construção do *lógos*: uma sílaba pode ser, também, uma palavra. Um entendimento recusado escólios de STEPHANOS (204, 29 apud LALLOT, 1989, p. 108). O escoliasta repudia o uso de palavras monossilábicas como exemplos de sílaba. Paradoxalmente, porém, nesse mesmo escólio, lê-se que *a* pode ser elemento ordenado e sílaba, *gê* sílaba e palavra (neste caso, com a tradução 'terra'), *ápelthe* palavra e frase ('vá'). A possibilidade de interação entre os níveis, vislumbrável nos exemplos dionisianos da sílaba, é admitida pelo escoliasta, porém a visão escalar, em que os

níveis formantes encontram-se didática ou teoricamente dissociados, em patamares diversos, é predominante.

Se se considerar *kar* como propositalmente grafado sem acento (vide *Notas de tradução*) e não como um equívoco, pelo menos na lição textual verificada em UHLIG (1883), será possível ver um investimento em mostrar o caráter múltiplo da sílaba, que pode ser, de fato, como proposto por ARISTÓTELES, sem sentido, ou configurar-se numa palavra completa. A noção de interação entre os níveis transcende a estratificação de cunho essencialmente formal pressuposta num primeiro momento pela divisão em partes da frase, em níveis de construção do *lógos*. E ao apontar para a fuga de uma noção de blocos simples que se encaixam uns aos outros, oferecendo alguma perspectiva de interpenetração das esferas lingüísticas, extrapola os limites da categorização primária e simplista para admitir a complexidade do processo de formação do *lógos*.

Outro ponto da definição dionisiana de sílaba a ser abordado é a omissão dos ditongos. A *T.* não levanta a hipótese de se considerar como sílabas os grupamentos de vogal com vogal. Porém, não é o caso de se pensar, a partir dessa ausência, que o GA não compreenda ditongos, ou mesmo que, à época da elaboração da *T.*, não se tivesse conhecimento deles enquanto fenômenos lingüísticos. De fato, seqüências crescentes de vogais configuram hiato em GA, mas as decrescentes são vistas não só como ditongos, mas como sílabas – e dentro da própria *T.* No capítulo dedicado à sílaba longa, se encontra, dentre os exemplos, a palavra *Aías*, ou, mais especificamente, a sílaba *aí*. Sem qualquer hesitação, é um ditongo que surge como uma das manifestações da sílaba longa por natureza. A definição de sílaba falha aí, ao não conseguir abranger um grupo silábico, que claramente admite como tal. A estrutura a que o conceito de sílaba de DT remete é C (C) V (V). De fato trata-se de esquema silábico comum no GA, a ponto de se poder afirmar que, ao elaborar sua definição, o gramático tinha em mente a forma silábica paradigmática.

3.8 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 8 – DA SÍLABA LONGA

3.8.1 Na disputa *phúsis* X *thésis*

Num primeiro momento, vale notar que a apresentação das quantidades silábicas em DT se dá sob o signo da disputa natureza *versus* convenção, inerente ao pensamento grego antigo, como forma de ver a origem e o funcionamento das coisas. As sílabas, longas como breves, o são ou por natureza, ou por convenção – tudo depende do modo como "adquirem" sua duração. De certo modo, a oposição natureza/convenção é adequada para explicar esses processos que distinguem uma sílaba necessariamente longa de uma alongada, uma breve de uma abreviada. É claro, porém, que não é essa a única maneira de entender e distinguir as sílabas de acordo com a origem de sua duração. Ou seja: a escolha de *phúsei* e *thései* não é necessária, e não é, pois, gratuita. Trata-se de um aproveitamento do vocabulário filosófico corrente, representativo da inserção da gramática num contexto cultural específico e da influência recebida por ela de outros âmbitos do conhecimento.

Duração silábica em DT

Cabe ressaltar a necessidade de distinguir entre as quantidades silábica e vocálica. Embora correlacionáveis, ambos os fenômenos não são manifestações de um mesmo princípio, nem desempenham funções lingüísticas essencialmente semelhantes. Enquanto a duração vocálica era fator distintivo, fonologicamente significativo, ao menos até o segundo século II a. C. (BROWNING, 1983, p. 26), na pronunciação do GA, a duração silábica não parece ter ocupado papel semelhante, na prática da língua, na escrita não literária, ou, mais especificamente, *apoética*, em nenhum momento da história. No caso da duração vocálica, chegou-se à necessidade de marcar a distinção entre vogais longas e breves pela escrita, e não com diacríticos, que são um uma tentativa relativamente tardia de refinar a capacidade de a escrita representar elementos prosódicos da fala, mas com grafemas do alfabeto. A importância da distinção a teria marcado na base da escrita, não e seu detalhe. Ao que tudo indica, no período clássico,

ε e ει representariam os fonemas / e / e / e: / , em oposição caracterizada unicamente pelo contraste de duração (cf. BROWNING, 1983; HAAS, 1988; ALLEN, 1973).

A quantidade vocálica influencia e é influenciada pela morfologia do GA. E o único conteúdo silábico por definição cuja quantidade é igualmente capaz de fazê-lo é o ditongo. Afora esse caso pontual – vale dizer, também essencialmente vocálico –, a quantidade silábica não desencadeia ou justifica alterações morfofonológicas ou sintáticas[44], nem é, até onde se sabe, concebida pelos antigos estudiosos da linguagem como elemento vinculável à fala corrente. Mesmo porque, obviamente, esses não concebiam a duração ou quantidade silábica como o tempo decorrido durante a prolação da sílaba, nem a definiam a partir do número de grafemas, ou sons/fonemas, que possuía.

Não se pode sequer pensá-la simplesmente em termos dos tempos que detém: considerando que consoantes e vogais breves representam um tempo (num sentido semelhante ao do *tempo* musical) cada, as sílabas *bre* e *be*, por exemplo, embora contenham respectivamente 3 e 2 tempos são igualmente breves, ao passo que a sílaba composta pela vogal longa *ē* possui 2 tempos e é longa.

Na Antiguidade, a quantidade silábica é sempre observada enquanto fenômeno inerente à linguagem poética – é um elemento que conforma e caracteriza **essa** linguagem. Pode-se imaginar que a duração da sílaba seja perceptível, audível, na fala corrente, mas adquira valor estético, estilístico, ou mesmo semântico, na linguagem trabalhada e artificializada da poesia. É, portanto, verificável uma relação entre a composição de sílabas longas e breves que forma o metro do verso grego e elementos prosódicos dessa língua. Afinal, o verso seria, necessariamente, uma forma da língua, especializada, adequada a uma função determinada, sem dúvida, mas ainda assim capaz de fornecer pistas sobre a materialidade sonora da língua em que são escritos. ALLEN (1973, p. 103), por exemplo, defende a análise métrica dos padrões prosódicos como ferramenta auxiliar da restauração dos padrões prosódicos de línguas "mortas".

---

[44] A quantidade silábica, sobretudo a da última sílaba da palavra, é comumente cotada como um dos fatores determinantes do padrão acentual aplicável a esta palavra. No entanto, a quantidade silábica mencionada aí é, antes, a quantidade da vogal, ou das vogais, que a constituem. As quantidades silábicas que se envolvem na determinação do padrão acentual do GA são as estabelecidas por natureza. Vale, inclusive, notar que, para fins acentuais, os ditongos *ai* e *oi* são considerados breves. O exato oposto se dá na métrica. Isso confirma a suspeita de que o que de fato interessa é o peso das vogais envolvidas nessa última sílaba, a exemplo, tome-se a palavra *doîduks*. Pela teoria que rege a acentuação do GA, quando a última sílaba da palavra é longa, o acento da anterior só pode ser agudo. *Duks* é uma sílaba alongada por posição e, no entanto, o acento circunflexo é empregado aí. Daí se tem que se a vogal é breve, como o *u* de *duks*, não importa a duração silábica em si.

ABERCROMBIE (1967, p. 98) indo ao encontro dessa idéia, vê no ritmo da fala corrente o fundamento do verso. De fato, se assim não fosse em alguma medida, o leitor ou ouvinte do texto poético não seria capaz de perceber-lhe o ritmo, o engenho sonoro.

No entanto, concomitantemente à consideração desse vínculo entre métrica e prosódia no GA, há que se levar em conta a origem da poesia e do verso gregos. Trata-se de uma poesia surgida não **com** acompanhamento musical, mas enquanto música. A princípio (no Período Arcaico), tanto épica quanto lírica eram manifestações musicais, e nesse contexto se concebiam seus artifícios. Mesmo no Período Pós- clássico, em que essa ligação entre poesia e música se dissolve, e desponta um a gradativa independência entre ambos domínios, ainda se vêem resquícios da prática musical no fazer poético. Lembre-se de que a literatura, em geral, e notadamente a poesia é o âmbito lingüístico capaz de conservar características há muito esquecidas. A poesia helenística, por exemplo, o que se confirma a partir da leitura da própria gramática do Dionísio Trácio, conserva – ou busca conservar – elementos de acentuação, grafia, e até de pronúncia, talvez, vigentes em períodos muito anteriores a ela.

Daí a possibilidade de se ter, na raiz da métrica grega, um comportamento rítmico essencialmente musical. Não que ela se comporte de fato como música. A questão não é ver em uma sílaba longa o efeito duma nota de mais de um tempo, mesmo porque nem sempre é assim que a relação entre "letra e melodia" poéticas se dá. De toda forma, público de poesia, ouvia-a enquanto música – e cabe aqui ressaltar que não se tratava meramente de leitura acompanhada por sons instrumentais, mas de um trabalho intergrado que era a poesia. Assim, é muito provável que percebesse o ritmo mais musicalmente do que exatamente enquanto prosódia. A duração **silábica** é, portanto, observável nessa interação .

E já que é só como elemento fundamental à configuração do ritmo na poesia que a duração da sílaba passa a ser efetivamente relevante, sua observação cabe aos estudos literários, ou mais precisamente à métrica. Domínios declaradamente à parte do interesse essencialmente lingüístico, mesmo na Antiguidade. ARISTÓTELES na *Poética* (1456 b) fala que a duração é matéria da métrica e recusa-se, por isso, a tratar objetivamente dela.

Sendo assim, ao ater-se à quantidade silábica, dedicando-lhe três seções – 8, 9, 10 – de sua gramática, o autor da *T.* realiza uma pequena incursão pela métrica e, conseqüentemente, evidencia seu interesse pelo texto literário, notadamente pelo poético. O ritmo na poesia grega antiga, notadamente clássica e arcaica, é

fundamentalmente estabelecido pela alternância entre sílabas longas e breves. O padrão de versificação não é caracterizado ou sequer diretamente afetado pela alteração acentual das sílabas: uma seqüência de sílabas métricas será compreendida, por exemplo, como um dáctilo, se se constituir de uma sílaba longa seguida de duas breves (– ˘ ˘), sendo indiferente, nesse sentido, sua acentuação. Cabe observar, no entanto, que, por volta do quarto século antes de Cristo, começa a se desenvolver a *koinê* helenística. Essa mudança, já completa ao II a.C., tem reflexos na poesia do período, que, provavelmente passa, embora de modo gradual e lento, a contar com o padrão métrico de intensidade. Uma seqüência silábica como a que forma *ánthrōpos* seria pronunciada como um dáctilo, apesar de sua sílaba central – *thrō* – ser longa (SMYTH: 1984, p.37). Ou seja o que caracteriza um dáctilo, então, é a seqüência forte-fraca-fraca, não mais a longa-breve-breve. Então a duração das vogais, e conseqüentemente das sílabas, deixa gradativamente de ter valor distintivo na prática lingüística cotidiana, e o acento tonal passa a ser substituído pelo de intensidade. A língua corrente ao tempo da elaboração da *T.* (necessariamente após II a.C) não mais reconhecia a duração silábica ou o acento tonal. Diante disso, fica claro que ao abordar o esquema métrico muito anterior ao vigente no período a *T.* ambiciona servir sobretudo àqueles que se voltam à literatura – e conseqüentemente à língua – dos grandes escritores do passado.

A sílaba longa

Passando à análise dos conteúdos de métrica abordados nesse capítulo, convém primeiramente notar que as quantidades vocálicas não são necessariamente equivalentes às silábicas, embora sejam correlacionáveis. Quando a sílaba longa tem como formante uma vogal longa, essa sílaba é chamada *longa por natureza*. Isso porque um de seus componentes é necessária ou **naturalmente** longo. O contrário, porém, não é verdadeiro: uma vogal breve jamais determinará por si só a brevidade de uma sílaba, podendo, inclusive, ser a única a responder pelo conteúdo vocálico de uma sílaba longa. É possível tanto que a organização interna como a posição – na palavra e mesmo no verso – garantam à silaba maior duração. Nesse caso, o que se tem são as sílabas longas por posição ou convenção. Uma sílaba construída com vogal breve é, a princípio, alongada quando esta é seguida de duas consoantes, ainda que em sílaba ou

palavras distintas (GUERRA, 1997, p. 21). Em *térpō*, por exemplo, tem-se a 1.ª sílaba – *ter* – longa, apesar de construída com a vogal *e*, breve: os sons consonantais *r* e *p*, embora ocupando respectivamente trava e início de sílaba, porque subseqüentes à vogal breve, determinam tal situação.

Vale lembrar que aqui, para a configuração de uma espécie de regra geral, se deve pensar no conteúdo sonoro da palavra, conceber consoante no sentido fonéticofonológico, não enquanto grafema, como comumente faz o autor da *T.* Ao afirmar que as chamadas consoantes duplas, que com um só grafema representam dois sons – *ps,* grafado ψ, *ks*, grafado ξ – , também induzem alongamento nas mesmas circunstâncias, DT deixa claro que não está trabalhando no plano dos sons consonânticos, mas apoiando-se na grafia. Escrita e som são, apara ele, indissociáveis.

Quanto aos 5 casos de sílaba longa por posição apresentados pela *T.* dionisiana, nota-se que, de acordo com a descrição geral, acima fornecida, todos são manifestações da mesma regra. DT, no entanto, ou não percebe o fato ou, por outro lado, julga relevante a peculiaridade de cada caso. No primeiro, caso os três elementos em questão ocupam a mesma sílaba[45], no segundo, ambas consoantes ocupam a sílaba subseqüente à da vogal, no terceiro, vogal e primeira consoante ocupam uma sílaba e a segunda consoante inicia a próxima. Quarto e quinto casos manifestam também o mesmo critério de posicionamento verificado no segundo e primeiro caso, respectivamente. O fato de estarem os dois últimos casos apresentados em tópicos distintos, como novos casos, reflete o "grafocentrismo" do autor da gramática, para

---

[45] As divisões silábicas aqui apresentadas se baseiam na estrutura fonemática da sílaba do grego antigo. Algumas delas são discutidas na Antiguidade e na Idade Média pelos comentadores dos manuais de gramática e métrica. Outras foram contemporaneamente levantadas a partir da observação da separação das últimas palavras da linha de escritos epigráficos e manuscritos, assim como pela reconstituição estimada da pronúncia do grego clássico. Segue abaixo uma lista sintética das regras mais elementares de divisão silábica baseada na fornecida por SMYTH (1984, p. 35). Tal estrutura, por sua vez, é obtida a partir As regras fundamentais são as seguintes: 1) Numa palavra, uma consoante simples entre duas vogais pertencerá à segunda vogal: *á-gō* 'conduzo'; 2) um grupo de consoantes capaz de começar uma palavra, ou um grupo formado a partir de uma oclusiva seguida de *m* ou *n* pertence à segunda vogal: *prâ-gma* 'coisa'; 3) um grupo de consoantes que não possa começar palavra é dividido entre duas sílabas: *ér-gon* 'trabalho'; 4) compostos (por sufixos e prevérbios) são separados na junção: *an-ágō* , embora, este caso seja igualmente possível a separação *a-nágō* ; 4) o *s* (cuja grafia é σ), quando seguido de uma ou mais consoantes pode ser vinculado à vogal anterior como ao grupo seguinte, sendo a primeira possibilidade a mais plausível: *á-ris-tos* 'excelente', mas também *á-ri-stos.* Cabe acrescentar a esse esquema a observação de que dois sons consoantes consecutivos, ao fim de uma palavra, pertencerão à última sílaba desta. É o caso de *háls*, que é um monossílabo. Neste caso não se aplica a regra 3, disposta acima, porque o GA não reconhece como sílaba uma seqüência fonemática formada exclusivamente por uma consoante.

quem, mesmo nestas circunstâncias, em que o som é o que efetivamente importa, continua a sustentar a idéia de consoante como **um** elemento, vinculado a **um** grafema e que, eventualmente, possui ou representa um som duplo. Esse grafocentrismo que insiste em diferenciar os dois sons consoantes escritos por dois grafemas daqueles representados por um único pode ser de fato motivado por uma visão da língua calcada na escrita, ou, talvez, consistir simplesmente em uma necessidade didática. O manual de gramática forneceria, assim, um lembrete aos estudantes, leitores e metricistas iniciantes, estes sim totalmente concentrados no trabalho com a escrita. E isso explica o motivo de separar os tópicos 1 de 5 e 2 de 4.

Resta, no entanto, inexplicada a opção, aparentemente desnecessária, por apartar 1 de 2, 4 de 5. Veja-se que, a rigor, se trata da mesma circunstância: 1, exemplificado por *háls*, e 2, cujo exemplo é *agrós*, apresentam, logo após a vogal breve, grupo consonântico que não pode iniciar palavra, ao passo que 4 e 5, cujos exemplos são respectivamente *ékso* e *Áraps*, trazem consoante dupla após a vogal breve. Em ambos os pares de regras, a segunda abarcaria a primeira.

Um primeiro critério de distinção entre os termos desses pares de regras seria, então, a diferença da posição ocupada – *início*, *centro* ou *final* – na palavra pelos grupos consonânticos envolvidos. Tal distinção, contudo, é mera constatação, não chega a valer como justificativa para o procedimento classificatório de Dionísio. Este, de toda forma, não é aleatório. Observe-se que nos casos 2 e 4 se teria facilidade em aplicar as regras elementares de divisão silábica do GA. Já de 1 e 5 não se pode dizer o mesmo. Os enunciados dessas duas regras mencionam sílabas *terminadas* por duas consoantes, ou uma consoante dupla, respectivamente. Olhando para os exemplos elencados, vêem-se os grupos consonantais *ls e ps* terminando as sílabas de que participam. E uma vez aplicadas as regras de divisão silábica nesses casos, teria-se consoantes isoladas – *hál-**s**, *a-ra-**ps** – devendo ocupar a posição de sílabas. Impraticável para o padrão grego[46]. Sendo assim, ao separar dos demais os contextos em que se vêem sílabas ***terminadas*** por dois sons consonânticos consecutivos – e, mais, ao declará-las terminadas (*eis...lēgēi*) por eles –, o autor da *T.* tenta garantir que consoantes e vogal em questão façam parte de uma mesma sílaba, a alongada. É um modo de contrariar ou invalidar, nesse caso, a regra de divisão silábica, uma divisão

[46] Segundo SMYTH (1984, p. 35), divisões como *e-k* para *ek* são verificáveis na tradição antiga. Porém tal prática não vingou e está agora abandonada. Ela contradiz relatos e estudos sobre a fonologia do GA.

que, embora perfeitamente plausível e recorrente ao nível do verso[47], é inaplicável ou inadequada ao nível da palavra isolada, visto que gera uma sílaba estranha ao padrão do GA.

Ora, mesmo tratando de um assunto concernente por excelência à métrica – cujo foco é o verso –, é à palavra que DT se atém nesse capítulo 8. O tratamento que oferece às regras de alongamento 1 e 5 é a um só tempo fruto e prova disso. No âmbito da palavra, 1 e 2 não exemplificam, portanto, uma mesma regra, de funcionamento semelhante. Do mesmo modo, 4 e 5.

Uma tabela esquemática das normas de alongamento silábico por posição discutidas acima se segue. Trata-se de tabele fundamentalmente dependente dos dados explicitamente colocados nas definições de DT. Nela, v=vogal, C=consoante simples, C2 =consoante dupla, I=fim de sílaba, #=fim de palavra.O número cardinal corresponde àqueles das normas.

1) VCC#
2) vC|C ou vCC| ou v|CC
3) vC|C
4) vC^2 ou vl C2
5) vC^{2l} ou vC2#

DT na verdade só apresenta contextos em que ocorrem sílabas tornadas longas por sua posição. E embora ele não cogite as razões desse fenômeno, a Antiguidade não ignorou completamente a existência delas. Há esforços para justificar a ocorrência desse fenômeno por parte de metricistas e mesmo de outros gramáticos. Para justificar o alargamento dessas sílabas, os comentadores da T. recorrem a um pensamento que encontra sua origem na teoria musical, ou, antes, nas estreitas relações conceitogênicas entre esta e a métrica. Recurso nem sempre funcional, vale dizer. Eles elaboram esquemas de valores em que, por exemplo, uma vogal breve vale 1 tempo, uma consoante vale meio e uma consoante dupla vale dois meios tempos, ou seja um tempo. Para calcular quão longa é a sílaba, seria, então, necessário somar o valor da vogal aos das consoantes que a seguem na mesma ou e outra sílaba. E a sílaba seria longa a partir de dois tempos, duração de uma vogal longa. (LALLOT, 1989, p:111). [48]

---

[47] Aí, esses grupos consonânticos podem aderir a vogais que os sigam, mesmo se pertencentes a palavras distintas

[48] Essa tendência é marcada, na Antiguidade pelos *rúthmikoi,* dentre os quais se destacaram Dionísio de Halicarnasso e Aristides Quintiliano (séc. II-III d. C). Esses estudiosos

3.9 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 9 – DA SÍLABA BREVE

Este capítulo vem a ser uma espécie de apêndice complementar do anterior, não só pela correlação temática que entre eles se estabelece, mas sobretudo por sua construção, paralela à do capítulo 8, desde a organização das definições até a seleção de exemplos. Primeiramente, veja-se que as duas ocorrências de sílaba breve definidas nesse nono capítulo não passam de decorrências lógicas imediatas das de sílaba longa, ou de alongamento silábico, elencadas no capítulo anterior. Não há informações exatamente novas, novos casos ou específicos: o capítulo 9 é praticamente uma redundância do 8 , que surge mormente para fazer constar do manual de gramática "todos" os tipos de silabas possíveis metricamente, para não deixar a sílaba longa sem sua antípoda complementar. Obviamente o paralelismo da construção se estabelece apenas entre as definições de quantidade por natureza. Isso porque não há, na métrica do GA possibilidade de "encurtamento" silábico. Todos os casos de quantidade estabelecida por posição (*thései*) são, na verdade, casos de alongamento ou de abertura de uma possibilidade de alongamento (no caso da sílaba comum).

Analisando a exemplificação, percebe-se que ela se organiza sobre uma oposição binária simples entre os exemplos referentes às sílabas breves e os de sílabas longas por natureza, do capítulo 8. Note-se que *hêrōs* (capítulo 8) e *bréphos*, são palavras que contêm, respectivamente, as duas vogais longas por natureza e as duas breves por natureza, apresentadas na mesma ordem, primeiro a anterior (*ē*, *e*), depois a posterior (*ō*, *o*). Com a escolha desses exemplos, DT trabalha com o contraste dos pares vocálicos notáveis porque compostos de elementos distintos entre si fundamentalmente pela duração – *ē*/ *e*, *ō*/ *o*. Uma distinção inerente a eles e – mais importante – marcada na escrita, uma vez que para cada uma dessas vogais há um grafema específico. Vogais indubitavelmente longas e breves, cuja quantidade institui-se por natureza, ocupam o coração das sílabas longas e breves por natureza. E não há aí, então, ambigüidade ou dúvida possíveis. A um só tempo elementar e engenhosa, a seleção desses exemplos, paralelos até ao manter a ordem das vogais longas e breves

---

erraram muitas vezes por tentar ver a sílabas sob o aspecto estritamente musical. Para eles, *splēn* é maior que *hē* (REINACH, 1926, p.16) – uma confusão entre os conceitos de quantidade e duração. Tradicionalmente, a sílaba longa vale simplesmente o dobro da curta.

correspondentes, revela não ingenuidade ou facilismo, mas interesse didático. Há mesmo nessa oposição complementar, nesse contraste induzido entre partes semelhantes, distintas exatamente por aquilo que se visa abordar, uma certa economia explicativa.

O mesmo princípio guia a exemplificação das quantidades admitidas pelas sílabas compostas pelos elementos *dícronos* (que podem ser longos ou breves). Para essa situação, no capítulo 8, tanto como no 9, o exemplo que surge é nome do deus *Áres* (idêntico em português). Esse nome, no entanto, tem sua primeira sílaba, constituída da vogal */a/*, tomada como longa (capítulo 8) e, em seguida, como breve (capítulo 9). Variação devida, em princípio, ao formante vocálico dícrono, que ocupa sucessivamente ambas suas formas, ou durações, possíveis. A questão fundamental aqui é, contudo, não o elemento vocálico constituinte, mas a sílaba que constitui. Nesse sentido, cabe observar que ao chamar um elemento de dícrono se está levando em conta a possibilidade que tem de se apresentar em um termo como longo, em outro, diferente do primeiro, como breve. A **vogal** que compõe a primeira sílaba de Ares não é historicamente fruto de uma contração vocálica, não havia, originalmente, qualquer elemento na palavra que ocupa que fizesse dela uma longa. Logo, é, aí, natural e necessariamente breve. Quanto à sílaba que forma, veja-se que não está enquadrada em nenhuma das disposições, previstas no capítulo 8, para o aumento da sílaba por posição. Ou seja: assim como a vogal que a constitui, é breve.

Daí que uma sílaba conformada por um elemento dícrono não será exatamente longa ou breve a um só tempo. Nem sua duração factual será sempre e somente determinada pelo padrão métrico em que se inserir. DT não deixa isso claro, e, de certa forma, até conduz, pelo modo de sua exposição, a pensar o contrário. Ao que parece, ele aqui se atém novamente ao nível da palavra, não menciona pés métricos, seqüências verbais ou versos, não exemplifica a não ser com termos isolados. E, se é assim, a sílaba *a* em *Ares* deveria surgir como exemplo de breve por natureza, somente. Há que notar, contudo, por detrás da escolha desse termo *Ares*, primeiro um vínculo com a tradição de exegese homérica em que se insere seu trabalho, depois, disso decorrente, um trabalho subjacente com o verso.

É famoso na Antiguidade o tratamento métrico do termo *Ares* no verso 31 do canto V da *Ilíada*.

– ˘
·
Ares Ares brotoloigé miaiphóne teikhesiplêta
(Ares, Ares, destruidor dos mortais, sangrento abalador de muralhas)

No mesmo verso homérico, o nome do deus recebe tratamentos métricos distintos. E é muito provavelmente devido à verificação de tal fenômeno neste verso que se deve a utilização do exemplo *Ares* na *Tékhnē*. Seu autor conhece o trecho e se vale dele paradigmaticamente. Atesta, assim, mais uma vez a relação estreita que épica e gramática mantêm entre si, comprova a *empeiría* dos textos poéticos proposta no capítulo 1.

O fenômeno métrico em questão é conhecido como *productio epica* ou *anánkēi toû métrou* (em uma tradução mais livre, algo como 'em prol do metro'), característico, como se pode deduzir, da poesia épica, e constituído de um **aumento** de quantidade silábica que transforma uma breve em longa. De fato, conforme garante o nome pelo qual se conhece o fenômeno, ele "aumenta" sílabas para que se fiquem adequadas ao metro. Mas não age sobre qualquer sílaba breve, em qualquer circunstância. Caso assim fosse, a sílaba breve, na épica, seria a sílaba indiferente, alongável ou abreviável ao sabor do metro. E o poeta se preocuparia em encaixar neste somente as longas. Não é, obviamente, o que se dá.

Para que haja a *productio épica*, há requisitos, que, embora ainda apenas parcialmente levantados, existem e determinam a ocorrência do fenômeno. O levantamento de tais requisitos passa, por exemplo, pela distribuição do *ictus* (acento) intensivo do verso (GUERRA, 1997, p. 22) e por outros fatores ligados ao contexto sonoro do verso que foge ao escopo do presente trabalho discutir. A título de curiosidade, vale especificar que o caso – *Ares* -- apresentado por Dionísio se deve provavelmente, ao alongamento, típico na épica homérica, na articulação de *l*, m, *n, r* e *s*, que tem como conseqüência o alongamento da vogal que lhes precede (GUERRA, idem).

O tratamento que DT dispensa ao fenômeno é, evidentemente, outro. Para ele, a visão da sílaba *a* longa em *Áres* não é a de um alongamento silábico "artificial", posicional, de certa forma. Para DT a natureza da sílaba muda, é ora longa, ora breve, num exercício da dicronia de sua vogal constituinte. Ele se atém à manifestação do fenômeno, e, talvez, à falsa idéia de dicronia, de existência em flutuação livre, que traz o encerramento sob um mesmo grafema de sons vocálicos distintos.

3.10 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 10 DA SÍLABA COMUM

A *Tékhnē grammatiké* não define *sílaba comum*. Descreve apenas os modos de formação de alguns tipos de sílaba comum, sem que, com isso, fique claro o que realmente ela é. A denominação *comum* (*koinê*) não caracteriza factualmente o fenômeno: uma sílaba comum, nesse contexto deveria ser aquela que é longa e breve, longa ou breve, indiferentemente, podendo, então, ocupar qualquer posição do pé métrico. Talvez seja essa a imagem dela construída por DT, mas não a condizente com a realidade. Desde a antiguidade mesma já se levanta o caráter ficcional da sílaba comum. O escoliasta STEPHANUS (SV211, 8, apud LALLOT, 1989, p. 115), entre outros, já levanta a falsidade do conceito, vendo-o como um artifício de *pessoas medíocres* para justificar a suplantação das durações autênticas da língua por sua inabilidade em metrificar e fazer versos. De fato, os casos que DT aqui apresenta como de sílabas comuns são, na verdade, casos em que, metricamente, uma longa conta como breve (1 e 2) ou uma breve conta como longa (3). Veja-se que DT descreve três casos em que a alteração do *status* quantitativo da sílaba **pode** se dar, e **não necessariamente** se dá.

Haverá vezes em que a sílaba estará inserida em um dos contextos descritos e não terá seu valor "alterado". De fato, a sílaba comum é aquela cuja duração pode ser alterada. Num contexto específico, ela pode adquirir o valor durativo da posição que ocupar no pé métrico, mesmo eu esse valor não seja o seu próprio.

Esse fenômeno tratado como uma espécie de licença poética, métrica, por gramáticos como DT e visto como uma aberração teórica pelos escoliastas nasce para escandir versos homéricos. Nestes não são raros os trechos de Homero em cuja escansão se tem de recorrer ao expediente da *sílaba comum*, como também não são pouco numerosas as justificativas possíveis para isso. Dentre os antigos, essas não passam de listas de contextos de ocorrência, e só recentemente passou-se a ver razões fonológicas, históricas para esse tipo de fenômeno. Instrumentos teóricos das disciplinas lingüísticas contemporâneas vêm redimensionando a análise de alguns – é preciso admitir que vários mecanismos métricos permanecem insondados – elementos da métrica do GA em geral e da épica em particular. Vários já são entendidos hoje como decorrências de fatores lingüísticos detectados e especificados e de padrões definidos de sonoridade.

Sem essas noções o que se enxerga em ocorrências de mudança de quantidade silábica, aparentemente infundada, é tão somente uma liberdade poética capaz de romper acintosa e artificialmente com padrões da língua e da própria métrica, cujas normas ficam então estabelecidas na mesma esfera em que seus próprios fatores de rompimento – algo paradoxal. Talvez seja essa, em parte ao menos, a visão detida e, conseqüentemente oferecida à atualidade pelos gramáticos e metricistas. Ao se deparar com um comportamento métrico fora do padrão, são obrigados a descrever a situação de ocorrência e a tratá-lo como um mero artifício, uma exceção forjada. Conforme lembra LALLOT (1989, p.116), faltava aos primeiros gramáticos uma teoria satisfatória da sílaba, uma consciência clara, guiada por perspectiva histórica, das diferenças e peculiaridades da linguagem da épica – arcaica, literária, distante. Outras vezes simplesmente não eram observadas as relações – de fato nada elementares – de influência mútua e constante dos diversos formantes da sonoridade da poesia, no caso da grega antiga, acento tonal, ictus, duração silábica, silêncios.

3.10.1 O tratamento que DT destina à sílaba comum

Os fenômenos contidos nos exemplos apresentados no capítulo 10 da *T.* são todos reconhecidos, nominados e explicados, mais ou menos satisfatoriamente de caso para caso, pelas teorias atuais de metrificação do texto grego. À luz delas, o que se vê no exemplo 1 apresentado por DT é o fenômeno denominado correntemente *correptio* (WOUTERS, 1993, p. 221; WEST, 1987, p. 14) ou *correptio epica* (GUERRA, 1997, p. 23). Sua condição de ocorrência é a já descrita na *T.*, com um acréscimo: além de se aplicar a vogais longas se aplica a ditongos nas mesmas circunstâncias. Note-se que, apesar de não citar essa participação dos ditongos, o autor da *T.* se vale de um exemplo repleto de ocorrências de *correptio*, em que a duração **deles** é abreviada. Um exemplo inclusive famoso entre gramáticos do período por sua prodigalidade em sílabas *comuns.* Observem-se, abaixo, assinaladas por setas, as quatro ocorrências de *correptio epica* presentes do verso citado por DT.

Oú tí moi aitíē essí theoí nú moi aítioí eisin (*Il. III, 164*)

– ᴗ ᴗ | – ᴗ ᴗ | – ᴗ | – ᴗ ᴗ | – ᴗ ᴗ | – ᴗ

↑ ↑ ↑ ↑

A falha de DT na formulação da regra é "emendada" já na Antiguidade. HEFASTION, metricista do séc II d. C, afirma que a sílaba longa pode ser tratada como breve "quando uma vogal longa ou em sua forma longa, ou um **ditongo** é seguido por uma vogal" (WOUTERS, 1993, p. 221).

Quanto à observação desse fenômeno métrico pelos estudiosos modernos, o único acréscimo que forneceu à visão tradicional foi a verificação de que ele é relacionado ao padrão rítmico, cadencial, propriamente dito do verso. Uma sílaba longa final, caracterizada por vogal ou seqüência vocálica longas só será tratada como breve em tempos fracos do pé, o que se percebe acima, uma vez que no dáctilo (¯ ˘ ˘) a última sílaba é fraca.

Passando à segunda regra de formação da sílaba comum apresentada na *T.*, vê-se nela outro fenômeno, hoje geralmente denominado *correptio attica.* De certo modo, esse é um fenômeno de encurtamento vocálico, e é necessário deixar claro que pode ou não ocorrer: só ocorre quando conveniente à métrica. Neste contexto (vogal naturalmente breve+ muda+líquida ou nasal), normalmente, haveria um alongamento compulsório (*thései*) da sílaba *a*, porém, como se trata de um dos contextos de ocorrência da sílaba comum, esse alongamento pode deixar de ocorrer. Se isso ocorre, tem-se a *correptio attica.* Vale notar que a vogal *a*, de *agrós*, constante dentre os exemplos do capítulo 8 se encaixa na definição 1 de sílaba comum. Porém, ao contrário de DI BENEDETTO (1959) e em acordo com WOUTERS (1993), prefiro crer que DT não foi distraído ou descuidado com a seleção de exemplos. Todas as formas de sílabas longas e breves possíveis estão cotadas, e consideradas essencialmente no limite da palavra. Sílabas comuns, na verdade, são exceções, que se fazem na alteração do *status* durativo de breves e longas, ao nível do verso. Sendo assim, um exemplo de sílaba longa pode surgir dentre as comuns: *agrós* pode vir a ter sua primeira sílaba encurtada em prol do metro..[49] Observe-se o exemplo deste fenômeno fornecido por DT.

Pátroklé moi deilê pleîston kekharisrmene thumô i (*Il*, XIX, 287)

— ∪ | | | | |

↑ ↑

---

[49] Um exemplo clássico de *correptio attica* é o verso 1240 da *Antígona* de Sófocles. Ele permite notar o funcionamento *metri gratia* dessa regra: contém a mesma seqüência fônica e fonológica, a mesma palavra, com a primeira sílaba contendo valores durativos distintos:

*Keîtai dè **nekròs** perì **nekrõi**, tà numphiká*

- - ∪ — — ∪ ∪ ∪ — ∪ — ∪ —

Aí pode-se ver que sílabas colocadas no mesmo contexto, naturalmente breves, mas alongáveis por posição ambas, têm comportamento métrico distinto. A segunda, em que o alongamento por posição é cancelado. A sílaba *tro* é, então, comum.

O terceiro caso de sílaba longa representa o fenômeno métrico conhecido como *epische Dehnung*. Ele consiste em um alongamento silábico, modernamente concebido como fruto do encontro desses finais silábicos breves com a consoante *w*, representada pelo digama (F). Esta teria sido verificada no dialeto homérico iônico à época da elaboração dos poemas épicos, e, portanto, influenciado na métrica. Já por vota do século VI aC. teria desaparecido, restando apenas seu efeito métrico. Os antigos que não sabiam dessa existência, jamais grafada em manuscritos homéricos, e que atribuíam o uso do digama inicial apenas aos dialetos dórios e eólicos, geram para esse contexto de ocorrência da sílaba comum a regra exposta por DT. Observe-se o verso homérico que DT emprega para exemplificar esse contexto de ocorrência

Néstora d'ouk élathen iakhé pinontá per émpes (Il, XIV, 1)

| |‾ | | |

↑

Nele a sílaba *then* é uma sílaba normalmente breve. Porém , a palavra *iakhé* possui, historicamente o som consonântico *w em seu início*. Isso teria resultado num alongamento de *then* , então enquadrada no terceiro caso de sílaba longa por posição.

Devido provavelmente a esse caráter de exceção em que se forma o conceito de sílaba comum, muitos escoliastas defendem a idéia de que sílaba comum é uma ficção. O escólio Hel Sm 349, 23 (apud LALLOT, 1989, p. 115) afirma que se podem citar sílabas que sejam breves ou longas, mas jamais sílabas que sejam "comuns". O mestre de gramática não ousaria dizer ai oi ou ē são comuns, porque essas são longas sendo feitas breves apenas por extensão quando é estritamente necessário. STEPHANOS, comentador da *T.* do século VII crê que a sílaba comum é uma invenção dos metricistas como um meio de disfarçar suas falhas - uma concessão à mediocridade dos poetas. Ele, contudo, se esquece de que as sílabas comuns são encontradas em Homero.

A sílaba comum não deve ser confundida com a sílaba *anceps*. Esta é na verdade uma posição do esquema métrico que pode ser preenchida tanto por uma sílaba longa como por uma breve.

3.11 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 11 – DA PALAVRA

3.11.1 Estrutura do texto e definições complementares de *léksis* e *lógos*

Esta seção da *Tekhnē* se inicia por duas definições consecutivas e complementares, ou, antes, interdependentes. Tal disposição estrutural pode, a princípio, soar estranha, sobretudo se considerada diante da enumeração final, das oito partes da frase: um capítulo que deveria tratar da **palavra** (*perí lékseōs*) simplesmente a define e, em seguida, define **frase** e enumera **partes** dessa **frase**. Há aí uma aparente falta de coerência interna. E nesse sentido cabe notar que, embora locadas em um único e mesmo capítulo segundo a edição de UHLIG, ambas as definições, em uma parte da tradição – manuscritos V, H, A e edição F –, surgem em seções distintas. O título *Perí lógou* 'sobre a frase' aparece, então, antes da definição de *lógos* e cria um capítulo destinado à frase (UHLIG, 1883, p. 22). Isso pode representar, por um lado, a tentativa, manifesta por uma vertente da tradição, de garantir, por via de emenda, ao texto da *Tékhnē* uma estrutura global mais coerente: se cada parte da frase (*méros lógou*) é objeto de um capítulo inteiro, é cabível que o elemento macroestrutural que essas partes conformam – a frase em si – receba tratamento específico, numa seção distinta da destinada à palavra. Por outro lado, contudo, o título que dá à frase uma seção exclusiva da *Tékhnē* pode não ser uma adição, uma emenda posterior ao texto. Talvez se trate, antes, de restauração ou manutenção de um elemento originário.

De acordo com LALLOT (1989, p. 119), é perfeitamente plausível pensar numa tradição textual primitiva dotada de um capítulo destinado unicamente à abordagem da frase. Em algum ponto da transmissão do texto, tal capítulo pode ter sido igualmente extirpado ou adicionado E não há, de toda forma, como estabelecer filologicamente, com algum grau de certeza, a prevalência de um ramo da tradição sobre o outro (Veja-se árvore estemática). Nesse sentido, vale dizer, a falha de argumentos filológicos não é suprida por qualquer expediente lógico. Mesmo a aparente incongruência do capítulo 11, apontada no início destes comentários, não é capaz de depor a favor de uma subdivisão, necessária ou original, desse. O texto que traz as definições de *léksis* e *lógos* numa mesma seção – verificável na edição de UHLIG em toda tradição manuscrita

a que ele se filia – acaba por explicitar aspectos do caráter notavelmente estreito da relação entre *léksis* e *lógos*, e evidencia, sobretudo, algumas especificidades de sentido que o binômio adquire na gramática alexandrina.

Na *Tékhnē* ambas as definições são mutuamente complementares ou referenciais, dependem uma da outra a pondo de gerar uma espécie de tautologia ou, no mínimo, um enunciado circular: palavra (*léksis*) é uma parte da frase (*lógos*), e frase, um conjunto de palavras. É fato que definições circulares não são incomuns na *Tékhnē*. Ao contrário, podem ser vistas como bastante características dela – basta, a exemplo, lembrar das definições de preposição, advérbio ou particípio. Nesses casos, contudo, a circularidade surge para justificar ou explicar o emprego de determinado termo gramatical, evidenciando a relação entre ele e alguma peculiaridade (função, posição) do conceito que denomina. Trata-se, no entanto, de definições com pendores etimologizantes, que não se encontram no encadeamento das definições de *léksis* e *lógos*. Nele, a circularidade, a interdependência e a referenciação mútua de ambas definições revelam a natureza dos conceitos em questão. Assim como a parte só se define como tal em função do todo, e vice-versa, do mesmo modo *léksis* e *lógos* são concebíveis um em função do outro.

Além disso, se, pela definição, compreende-se *léksis* como uma parte da frase (*méros lógou*) – a menor– , as oito partes da frase enumeradas ao fim do capítulo podem ser vistas como *lékseis*, e a construção global do texto da *T.* se demonstra, assim, coesa. A noção de sentença, frase (*lógos*), subjaz à concepção não só da idéia de palavra (*léksis*), mas de todos os conceitos abordados nas seções subseqüentes ao capítulo 11. Mas é à noção de segmento, parte da frase – ou *léksis* – que todos remetem mais objetiva e superficialmente. E isso não é em nada inusitado, já que a *T.* é uma gramática centrada essencialmente na idéia de palavra, da sentença em partes. Nela, raramente se considera a sentença completa ou mesmo o verso. Desde as *glôssai* do capítulo 1 até as partes da frase propriamente ditas e tomadas individualmente, do 12 ao 20, passando pelas discussões dos padrões acentuais, pelas durações silábicas, o que se vê é uma ênfase notória na observação de fenômenos ocorrentes com e na palavra isolada.

Apesar disso, admitir, como LALLOT (1989, p. 119), que 'palavra' (*léksis*) e 'parte da frase' (*méros lógou*) "funcionam como sinônimos em variação livre" na *T.* talvez seja simplificar a relação entre esses conceitos além do aconselhável. É fato que todas as 'partes da frase' são 'palavras' e vice-versa. Mas não se trata de uma relação de

sinonímia. Cada parte da frase se define por um conjunto de características específicas quaisquer, de que as diversas *lékseis* são a realização, por assim dizer, física, formal. Do mesmo modo, cada *léksis*, ao menos em tese, deve ser identificável, por suas peculiaridades, com uma das oito partes da frase. Se forem elencados três nomes de coisas consecutivamente, diante dessa lista será possível afirmar que se trata de três palavras (*lékseis*), que cada uma é uma parte da frase, mas não que haja nesse conjunto três partes da frase. A relação aí seria aproximável daquela que, contemporaneamente, se observa na gramática tradicional entre a idéia mais intuitiva ou corrente de 'palavra' e a de 'classes de palavras'.

3.11.2 *Léksis* e *lógos* : uma breve observação da história dos conceitos

No intuito de compreender factualmente os conceitos envolvidos nesse capítulo 11 da *T.* cabe, contudo, ter em mente a polissemia dos vocábulos *léksis* e *lógos* na tradição grega. É, nesse sentido, especialmente importante averiguar a dimensão semântica que adquirem em relação mútua no período pós-clássico, em que se fundam muitas das idéias aproveitadas pelos estudos lingüísticos posteriores. Em PLATÃO (*República* III, 392 c) e ARISTÓTELES (*Retórica* III 1403 b 15 ; *Poética* 1450 b 12 e 1456 b 8) *léksis* surge como a **forma** de expressão, encerrada no dizer, que serve ao *lógos*, **conteúdo** a ser expresso, ou discurso em si. DIÓGENES da BABILÔNIA, estóico citado por DIÓGENES LAÉRCIO (*Vida dos filósofos ilustres.* VII, 56) define *lógos* como 'voz com sentido (*phōnê semantikē*) emitida ou conduzida pelo pensamento', e *léksis* como 'voz articulada (*phōnê énanthros*) que pode ser expressa em letras (*eggrámmatos*). Para ele, a *léksis* pode ser dotada de sentido, como em *heméra* (dia), ou não como em *blíturi* (palavra possivelmente onomatopéica que imitaria som de uma corda vibrando). Ou seja, *léksis* seria toda a massa de voz passível de ser apanhada em notação escrita, cuja dimensão não parece ser levada em conta. Tal fato impede, a princípio, tomá-la como algo nocionalmente próximo ao que se entenderia por palavra, seja em sua acepção intuitiva, fonológica, morfológica.

A julgar simplesmente pela definição, a *léksis* estóica é o conjunto de elementos ou seqüências sonoras reconhecíveis, no caso, pelo falante do grego antigo, como produto de uma articulação da voz. Ficam de fora os gritos, urros, muxoxos – esses seriam simplesmente *phōnē* – e, muito provavelmente, sons não pertencentes ao grupo

daqueles que se pode grafar, ou seja, não identificáveis como "lingüísticos". A *léksis* estóica é, pois, a materialidade física, sonora e, por extensão, gráfica, com que se organiza e conforma o *lógos*. Essa é a idéia que se abstrai da definição. Porém, contrastando-se os exemplos às definições de *léksis* e *lógos* – *heméra* (dia) e *heméra esti* (é dia), respectivamente – conclui-se a associação deles a 'palavra'e 'sentença' é, ainda, em algum sentido válida. Mesmo a citação de *blíturi* relativiza a informação de que a *léksis* prescinde de um sentido. Se se trata de uma onomatopéia corrente na língua, talvez não seja coerente admiti-la exatamente como uma palavra que não significa.

Contudo, essas considerações, apesar de admitidamente panorâmicas, permitem perceber que, enquanto a relação *léksis* - *lógos* em PLATÃO, ARISTÓTELES e nos estóicos é de natureza aproximável à de uma correlação do tipo significante–significado, em DT, o que se vê, num primeiro momento, é a já mencionada parte-todo. O gramático parece trazer a relação para um mesmo plano: a *léksis* não é mero meio de realização ou manifestação material do *lógos*, mas constituinte dele.

Contudo, no que tange aos conceitos em si, e não à relação entre eles, o redimensionamento semântico pelo qual tais conceitos passam na gramática Alexandrina é menor do que se pensa. Note-se que o *lógos*, continua centrado no sentido, e no âmbito do pensamento, embora caiba observar que o *lógos* de DT **demonstra** um pensamento completo, não o é ou se faz acompanhar dele – adentra-se aqui a esfera da representação, declaradamente.

3.11.3 O tratamento desses conceitos na *Tékhnē grammatikḗ* dionisiana

Sem dúvidas, na *T.* definição de *léksis* é essencialmente ambígua. A menor parte do *lógos* pode ser o 'elemento', a letra a sílaba. Desde a Antiguidade mesma tem-se tentado emendá-la, a fim de habilitá-la a definir de fato aquilo que realmente fosse concebido como seu objeto. Era necessário dizer, como um dos comentadores de DT (LALLOT, 1989, p. 120), que "era a menor parte da frase **capaz de significar um pensamento** (*noētón*)".

A definição de *lógos* presente nessa seção tem despertado atenção especial tanto de comentadores antigos como dos atuais (Veja-se a nota de tradução correspondente a ela.). Essas dificuldades têm sido atribuídas, essencialmente, a uma

possível corrupção do texto oriunda da transmissão deste. Há lições distintas do trecho em diversos manuscritos. No *Venetus Marcianus 652* e no *Hamburgense aphographon* lê-se: *pedzês te kaì emmétrou lékseō*, cuja tradução é "de palavras em prosa e em metro". Tal definição teria sido oriunda da emenda ao texto dionisiano supostamente proposta pelo gramático do século XIII/XIV MANUEL MOSCHOPOULOS, popular entre os humanistas, e bastante dependente de Dionísio Trácio. Esse comentador da *T.* teria expandido a definição de *lógos* dionisiana também aos trechos escritos em metro por estranhar a exclusão desses. Os escoliastas mais antigos de DIONÍSIO TRÁCIO, no entanto, defendem a lição constante do manuscrito *Monacensis Victorianus* 310, que é a seguida por UHLIG em sua edição. Alguns inclusive justificam a lição desse manuscrito afirmando que *lógos* é unicamente a sentença em prosa; posta em metro, a construção passaria a se chamar *períodos* 'período. Outros, ainda na defesa da posição encontrada na edição de UHLIG, afirmam que Dionísio usaria só a palavra em prosa devido ao fato de esta ser livre das ambigüidades que as abreviações e perífrases típicas da escrita poética (WOUTERS, 1975, p. 218).

Dentre os comentadores modernos, é possível encontrar aqueles que crêem que DT conhecia e acatava a diferença entre *lógos* e *períodos*. E sendo assim, em sua definição de *lógos* estaria apenas sendo preciso. De outro lado, encontram-se também comentários contemporâneos que defendem o entendimento da referência exclusiva à prosa, como uma generalização, que não deve ser interpretada literalmente.

3. 12 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 12 – O NOME

3.12.1 O começo das oito partes da frase

O ms G da *Tékhnē* possui o título *Princípio das oito partes da frase* em antes do título do capítulo 11. Porém, o ms L o coloca logo antes do capítulo 12. A lição deste último, como se nota, é a seguida por UHLIG (1883), provavelmente por entender que a *léksis* é o limite a partir do qual se encontra o *lógos*, e que só a partir da apresentação deste se pode passar a sua segmentação em partes. O subtítulo acima, que consta apenas nesses dos mss em toda a tradição, demarca, de fato, o início de uma nova secção da *T.* Do capítulo 6 ao 11 o que se vê são os formantes, em nível infra-*léksis*, do

lógos. Do 12 em diante, se dá a apresentação e a caracterização semântico-morfológica de suas partes, agora todas definíveis enquanto *lékseis*.

Essa divisão das frases (*lógoi*) em partes (*méroi*) é uma idéia constante dentro dos estudos gregos sobre a linguagem. ARISTÓTELES, muito embora considere *léksis* enquanto *expressão* e, portanto, não a coloque num nível anterior ao *lógos*, apresenta os seguintes componentes (*apásēs*) da *léksis*: o elemento (*sthoikheîon*), a sílaba (*sullabế*), a conjunção (*súndesmos*), o nome, (*ônoma*), o verbo (*rhema*) o artigo, (*árthron*) o caso (*ptôsis*) e a sentença (*lógos*) (*Poética*, XX 1456 b, 20 ss). Ele não investe no padrão duplo de progressão[50] que entende a *léksis* como limite, mas a divisão em partes está lá. PLATÃO dividia o *lógos* de modo binário, centrando-se na oposição nome-verbo, ou sujeito-predicado (*ônoma -rhema*) (*Sofista*, 261d-263). Isso enquanto o estóico CRÍSIPO apontava 5 partes do *lógos* – nome, verbo, conjunção, apelativo (*prosagorêutikon*), artigo. (DIÓGENES LAERTIUS, VII, 57)[51]. A extensão do número para 8 é devida aos gramáticos alexandrinos (atribuída geralmente a ARISTARCO), assim como a fixação do conceito de partes da frase (*méroi lógou*), aproveitado por praticamente toda a tradição de estudos lingüístico ulterior a eles. O panorama dos estudos lingüísticos gregos, nas suas vertentes mais distintas filosófica e epistemologicamente, acaba por calcar-se de algum modo sobre as partes da expressão, da frase.

3.12.2 Do nome

O nome é sem dúvida o cerne do pensamento meta e epilingüístico da Antiguidade helênica. Desde muito cedo, pensar a língua era pensar os nomes e as relações entre os nomes e as coisas. Na tradição anterior à gramática alexandrina, o fenômeno lingüístico '*ónoma*' (nome) é entendido de maneiras diversas. Na filosofia estóica, que o trata de modo próximo ao de DT, por exemplo, está restrito à denominação particular, de coisas ou seres únicos – era de fato a denominação, comparável com o que chamaríamos hoje de nome próprio. Aliás essa será

---

[50] Esse duplo padrão consiste na subdivisão do *lógos* em subníveis fônicos (ou gráficos?) – elemento, sílaba, palavra – e concomitantemente ao nível semântico- funcional – partes da frase ou categorias de palavras. Trata-se de um modo de analisar o *lógos* recorrente na cultura helênica, que será incorporado pela gramática de modo definitivo , chegando a ditar sua estrutura.

[51] Nas citações das partes da expressão propostas pelos autores mencionados neste trecho, mantém-se a ordem de apresentação dos originais.

provavelmente uma idéia de nome de que DT estará conscientemente tentando escapar. DIÓGENES da BABILÔNIA, estóico, faria a distinção entre os nomes, de pessoas, e os *prosagoreûtikoi*, que seriam, literalmente os 'chamadores', usados para designar as coisas do mundo. Veja-se que, no capítulo 11 da *T.*, há a advertência: o designativo aparece como uma parte, não da frase, mas do nome. Pode se tratar de um aviso responsável por enfatizar uma posição teórica talvez pouco convencional até então[52], que colocará os designativos como nomes. A idéia difundida de nome parece ser de fato a da denominação do particular. Tanto é assim que DT fala em *kúrion ónoma.*, 'nome propriamente dito', nome próprio, mas não exatamente na acepção de nome particular a determinada coisa, próprio dela.O termo *kúrion* sugere uma idéia de independência, soberania. A melhor tradução para o termo passaria realmente por algo como 'propriamente dito'.

DT amplia a classe dos nomes, ao levá-la a compreender os "chamadores", mas também diminui o número de partes da frase. Apesar dessa aparente inovação, entretanto, sua prática parece irremediavelmente arraigada a antigos conceitos. Nos exemplos que fornece a cada subclasse nominal, DT não consegue escapar ao trabalho objetivo com o nome próprio, no sentido estóico. Até a idéia de pronome verificada na *T.* passa intuitivamente pela necessidade de substituir esses nomes próprios, e não os designativos. Através disso se nota que, na verdade, o *ónoma* propriamente dito, o legítimo nome, que participa da intuição lingüística de DT, é ainda o nome próprio; os outros todos só o são por extensão.

3.12.3 Definir o nome

A definição do nome na *T.* principia por chamar a atenção para o caráter casual dessa parte da frase. Isso porque a flexão de caso é considerada, já pelos estóicos, o dado essencial na diferenciação entre o nome e o verbo, sobretudo. O verbo é **por excelência**[53] a *léksis aptótos* 'palavra sem caso'. E se nesse primeiro trecho da definição é possível vislumbrar uma certa penetração de um pensamento tipicamente

---

[52] O estabelecimento das oito partes da frase é atribuído ao suposto mestre de DT, Aristarco. (cf. KROLL, PfeifFer; KOERNER, ASHER). Ele teria configurado a divisão das categorias de palavras do modo como se vê na *T.*, sendo, pois, responsável pela assimilação do designativo pela classe dos nomes.

[53] Obviamente o verbo não era tomado como a única forma de *léksis* desprovida de flexão causal. O que ocorre é que, na oposição das duas formas basilares – nome e verbo– , a flexão de caso ganho destaque enquanto elemento de distinção, simplesmente.

estóico, na *T.*, e, na seqüência, pode-se comprovar essa influência: a oposição da coisa abstrata (*prâgma*) à materialidade do corpo (*sôma*) é, notoriamente, um dos pontos fulcrais do pensamento estóico, e, por isso, extremamente recorrente em sua doutrina[54]. Até os exemplos escolhidos aqui representam antes uma inserção no ambiente filosófico do que a criações gramaticais. Fornecendo exemplos na mesma situação – para o nome geral ou específico –, DIÓGENES da BABILÔNIA fornece os mesmos exemplos – homem e cavalo – (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 58), também queridos, vale dizer, por ARISTÓTELES. Aqui, como em diversos outros pontos da *T.* (a escolha dos versos homéricos para ilustrar a sílaba comum, a escolha dos verbos que ilustrarão o paradigma, por exemplo), vê-se a vinculação da gramática com o contexto em que se insere. Filósofos, metricistas e gramáticos diversos falam, por várias vezes, dos mesmos assuntos e usam os mesmos exemplos. Não se trata de supor, diante disso, que citem exatamente uns aos outros, mas que se encontrem numa tradição fechada de conhecimentos, operando quase sempre sobre dados difundidos em forma de uma espécie de cânone escolar, acadêmico, sobretudo no que tange às questões da linguagem.

No que diz respeito à organização das categorias presentes nesse capítulo 12, vale lembrar que elas não são mutuamente excludentes. Tomado um nome, não se terá, pois, que encaixá-lo em apenas uma das subdivisões de cada acidente.

3.12.4 Os atributos/acidentes do nome

No pensamento filosófico grego, de maneira geral, verifica-se um trabalho com classificações fundamentadas nas noções de gênero e espécie, aquele operando como classe e este como sua subclasse imediata. No caso estóico, nomeadamente, a espécie é o resultado da divisão do gênero a exemplo, tem-se a relação planta-oliveira, respectivamente entendidos como gênero e espécie (IÉRODIAKONOU[55] apud ILDEFONSE, 1997, p.26). Na gramática, contudo, não se verifica essa relação. Há o gênero e a espécie, porém um não compreende o outro. São, ocupando mesmo nível epistemológico, ambos acidentes do nome.

---

[54] Cabe observar aqui que o polissêmico vocábulo *prâgma*, ao longo da tradição grega é oposto a diversos outros elementos, de acordo com a sua ampla variação de sentidos e com o uso que dele é feito por essa ou aquela doutrina ou teoria.

[55] IÉRODIAKONOU, K. *The Stoic Division of Philosophy*. In: Phronesis, vol. XXXVIII/1, 1993.

3.12.4.1. Gêneros

Os três **gêneros** fundamentais dos nomes – masculino, feminino e neutro – não são nem definidos, nem exemplificados na *T*. Para os filósofos – estóicos, sofistas, de modo geral –, o gênero das coisas era seu sexo, ou, no caso do neutro, a ausência de sexo. A linguagem deveria estar de acordo com esses gêneros naturais para ser *orthós*, reta, adequada à realidade. Obviamente, nem sempre a correspondência entre o gênero do nome e o atribuído à coisa denominada se verifica: há coisas sexuadas denominadas por um neutro e objetos assexuados por nomes masculinos e femininos.

À gramática não importa tal correspondência, a princípio, embora não se possa afirmar que a ignore completamente. Tanto é que DT menciona cinco gêneros concebíveis, somando comum e epiceno ao rol básico dos três primeiros. Como, no entanto, só há três formas (gêneros) para os artigos e três tipos possíveis de marcação morfológica de gênero[56] capazes de interferir sintaticamente, na concordância, em GA, existem, de fato, apenas três gêneros **gramaticais**. O acréscimo de comuns e epicenos supõe uma relação entre gênero gramatical e gênero natural. Veja-se que os exemplos de epicenos são simplesmente nomes cujo gênero gramatical é masculino, exclusivamente. Se esse masculino é usado para se referir a uma andorinha (*khelidón*) fêmea, não é problema da gramática nem do gênero gramatical propriamente dito. Do mesmo modo, os nomes *comuns* são, na verdade, gramaticalmente, ou masculinos ou femininos. Se a morfologia do nome não marca o gênero, se permanece idêntica para masculinos e femininos – *ho **híppos***, *hē **híppos*** seriam traduzidos por 'o cavalo', a 'égua'–, ainda assim o gênero gramatical estará lá e será, necessariamente, ou masculino, ou feminino ou neutro. Diante disso, percebe-se que DT está preocupado com a relação entre o "gênero da palavra" e o "gênero da coisa real que esta representa". Se assim não fosse, não haveria porque mencionar a existência do epiceno e do comum.

Contudo, se, por um lado, o comum e o epiceno não se encaixam na concepção de gênero gramatical – atual, vale dizer –, e seu surgimento na *T.* aponta para um atrelamento dos gêneros da gramática e gênero das coisas, por outro, é possível ver nesses quarto e quinto gêneros uma marca da autonomia do pensamento gramatical.

---

[56] Perceptíveis e praticadas no uso dos adjetivos triformes, por exemplo.

Uma vez que originalmente os gêneros gramaticais nascem dum paralelo com os verificados na natureza "real", o que se verifica mesmo em seus nomes – masculino, feminino e, em GA, literalmente, nem-um–nem-outro (*oudéteros*), para o neutro[57] –, adicionar ao rol dos gêneros possíveis novos é, em alguma medida, transcender as expectativas dessa relação de representação. Isso apesar de esses novos gêneros – comum e epiceno – serem cunhados exatamente sobre a relação entre a morfologia da palavra e o sexo do elemento real a que remete. De toda forma, veja-se que o comum e o epiceno não se obrigam a "ter" um sexo.

3.12.4.2 Espécies

As **espécies** estariam ligadas à derivação, enquanto processo de formação de palavras. A concepção delas, de nomes primitivos e derivados, demanda um conhecimento dos constituintes da palavra, dos morfemas, que não é facilmente verificável ao longo da tradição grega – basta observar as etimologias, que ignoram completamente a segmentação da palavra em unidades menores, e atestam o desconhecimento da raiz das palavras. O que se vê aqui é um avanço na reflexão lingüística do período, sobretudo porque a noção incipiente de morfemas surge não de modo instável, oscilante, entre exemplos aleatoriamente coerentes ou duvidosos, mas bastante sistematizada. Os sufixos elencados por DT, por exemplo, são válidos na segmentação morfêmica do GA. Contudo, há que se notar que não há distinção entre a flexão, de grau destacadamente, e a derivação propriamente dita.

Os nomes ditos primitivos, no entanto, podem ser considerados como tais, na *T.*, por serem base para a derivação, por serem nomes cuja "forma anterior" não era identificável, para a época de DT, ou ainda por serem tomados como nomes que conservam um formato primevo, datado do momento da onomaturgia. Os nomes primevos que, com o passar do tempo e o uso da linguagem, são substituídos por formas secundárias, afastadas da origem estão mencionados, por exemplo, no *Crátilo* platônico, e fazem parte do imaginário lingüístico grego. É possível vislumbrar ecos desse tratamento do primitivo, em DT, na medida em que ele fala em "forma original".

---

[57] Esse gênero também é conhecido na tradição aristotélica por *tò metaksú*, ou seja, ' o que está entre'. Alguns textos gramaticais de origem estóica, por sua vez, denominam-no também de *mese*, 'médio'. (COLLINGE, 1963.)

Quanto às sete espécies derivadas, note-se que o patronímico e o possessivo seriam, hoje, de acordo com a terminologia gramatical corrente, adjetivos. No entanto, diante das concepções de partes da expressão anteriores à gramática grega, assim como na manifesta em DT o que se entende por adjetivo não é uma parte da frase em si. Veja-se, inclusive, que patronímicos como Pelida podem ter uso substantivo e adjetivo : o pelida/ Aquiles pelida. Do mesmo modo um possessivo como *platonikón* pode designar as 'coisas platônicas' no caso neutro plural: *platoniká*. Esses são detalhes que interessam mais ao leitor moderno do que a DT, por certo. Esses atualmente "adjetivos" têm a capacidade de designar uma classe de coisas, como os adjetivos em geral, e são, aos olhos de DT, formas do nome próprio (na terminologia corrente). Satisfeitas as duas vias centrais de operação dionisiana – a morfológica e a semântica – sua classificação não há como pensar que representem outra parte da frase que não o *ónoma*.

O comparativo, superlativo, diminutivo colocados dentre as espécies derivadas apontam para a ausência de noção de grau. O que seria visto hoje como uma flexão é, realmente, derivação para DT. Isso enquanto denominal e deverbal parecem remeter unicamente a nomes próprios, de pessoas, inspirados em nomes ou verbos respectivamente. Apesar de, no caso do deverbal, as definições semelhantes apontarem para uma equivalência entre os conceitos atual e de DT, evocados sob o mesmo título, os exemplos conduzem à constatação da divergência entre eles. Não há como imaginar que o mesmo tipo de "proveniência do verbo" gera *marcha* (um deverbal no sentido corrente) de *marchar* e *Philémon* (deverbal de DT) *de Philéō*.

É necessário atentar que a lista de espécies derivadas se fundamenta sobre um critério essencialmente morfológico: todas as espécies classificadas se formam a partir da sufixação dos primitivos e, muitas delas, enquanto subseções, acabam guardando pequenos inventários dos sufixos que as caracterizam. Além disso, não há afinidades objetivas que as coloquem num mesmo grupo. Os critérios de classificação parecem pouco homogêneos ou indefinidos, uma vez que possessivo, comparativo, superlativo e diminutivo são denominados pelo seu sentido próprio, ao passo que denominal e deverbal, pelo sentido de suas bases, e o patronímico pela relação que denota. E no intuito de desvendar as motivações extra-morfológicas (se as há) do encerramento desses tipos de nomes numa subclasse, vale pensar algumas relações entre eles: primeiramente, tanto patronímico como possessivo têm em comum o fato de serem derivados de uma forma de genitivo nominal e ter por equivalente semântico um

sintagma que comporta esse genitivo. O patronímico, no entanto, deriva somente sobre a base do nome próprio, e o possessivo pode ter base num nome comum. O comparativo é derivado do adjetivo (no sentido corrente do termo) e opera sobre uma relação de comparação, de fato, assim como o superlativo. O diminutivo, ou *hupokoristikos,* tem seu nome derivado do verbo *hupokorízaesthai* 'chamar pequeno'. Ele se aplica não apenas às formas familiares, geralmente encurtadas dos nomes próprios, mas também aos derivados de nomes comuns, particularmente numerosos na *koiné* cujo valor é, em princípio, ao menos, diminutivo. Não implicam no entanto comparação e demonstram uma redução em sentido absoluto, não necessariamente relacional. Apesar disso, pode surgir nessa lista em uma espécie de relação binária de oposição com o superlativo.

O denominal e o deverbal, por definição, abrangem as cinco espécies apresentadas anteriormente. Porém, se se for olhar para a exemplificação, o que se vê é um trabalho com a "origem" dos nomes próprios. Não é possível, diante disso, afirmar com certeza que DT estivesse concebendo deverbais e denominais como espécies aplicáveis a nomes de modo geral. Ele pode, sim, estar apenas tratando de relações entre elementos da língua (nomes em sentido geral e verbos) e nomes atribuídos a pessoas. E note-se que a definição, por si, não chega a se configurar como um argumento completo em si, diante da imprecisão das definições surgidas ao longo da *T.*

Além disso, a separação entre verbal e deverbal não é a principio suficientemente clara, visto que os denominais *Trupho* e *Theos* , citados por DT podem ser derivados das formas verbais *theo* e *trupho,* respectivamente 'correr' e 'viver no luxo'. Do mesmo modo, *Philemon* e *Noemon* podem advir de *philos* e *nous.*

3.12.4.3 Formas

Do modo como as espécies estão ligadas à derivação, as **formas** vinculam-se à composição. A idéia evocada pelas formas é a de junção de elementos, mas esses nem sempre são formas lexicais autônomas – o fenômeno representado pelas formas na gramática de DT não é portanto, o que se entende correntemente , hoje, por composição. Porém, é claro, a tradição helênica não conta com a distinção clara dos morfemas e das unidades léxicas. O nome composto é entendido como a união de suas formas , a princípio, independentes, mas cabe lembrar de quão complacente é a visão

grega com "mudanças de forma" passíveis de ocorrer com uma palavra nessas condições:Trata-se de uma cultura que acata ao palavra *Diónusos* (o nome do deus Dionísio) como uma fusão dos vocábulos *didous tou oinou* (algo como 'o que dá o vinho'). No caso de Agamemnon, o nome é lido como um composto de *ágan* 'muito' e *mémnon* 'paciente'.

O derivado do composto é de fato um nome formado a partir da modificação, geralmente sufixal de um composto. Os exemplos que DT apresenta são patronímicos (*Agamemnonídes*, *Philipídes*), mas nessa categoria poderiam entras também os comparativos como *philosophóteros* 'mais filósofo'.

3.12.4.4 Número

Para o número tem-se um tratamento próximo do dado ao gênero dos nomes. Ao se preocupar com a existência de nomes que têm forma plural e remetem a elementos únicos no mundo, ou vice-versa, indica a não abstração do conceito de número. Na verdade ele não chega a ser um conceito plenamente gramatical: não é apenas a sua capacidade de alterar a concordância que é levada em conta. Verifica-se uma preocupação com a capacidade de o nome representar o número real de coisas, e é daí que essa categoria ou característica dos nomes recebe sua denominação.

3.12.4.5 Casos

Aristóteles (*De interpretatione* 2, 16 a 33) denomina de caso, *ptôsis*, os casos não retos em comparação com o nominativo. Porém, ao longo de sua obra outros fenômenos lingüísticos serão denominados por *ptôsis*: o nominativo plural, os comparativos e superativos, as formas derivadas de nomes, os advérbios derivados de adjetivos, por exemplo.(AGUD, 1980, p. 56 ss) Todas formas que representam a inclinação (uma 'queda') da forma padrão, o nominativo, a forma do nome realmente urilizada para denominar. De fato, na tradição peripatética caso evoca essa idéia de desvio, e assim, nela, caso reto é chamado simplesmente nome, e os oblíquos casso.A tradição estóica, ao contrário defendia que o reto também fosse chamado de caso. Para os estóicos o caso reto também era desviante, e, portanto, caso, ele se inclinava – ou declinava – a partir do conceito, existente apenas na alma do homem.

A origem do uso desse termo,' queda, desvio', nas situações gramaticais que configuram o caso, justifica-se também pelo entendimento de que as formas distintas do nominativo singular, provêm dele, declinam dele.

3.12.4.6 Espécies semânticas, ou classes de nomes

Conforme a técnica de apresentação por divisão e subdivisão, Dionísio passa às subclasses de nomes que constituem as **espécies** selecionadas, agora, ao que parece, por um viés predominantemente semântico (ele usa o mesmo termo para as espécies simples, composta e derivada da composta, mas, obviamente não se refere ao mesmo objeto aqui).

3.12.4.6.1 Nome próprio X denominativo

Conforme já observado acima, o nome próprio, propriamente dito, indica uma substância particular, ou seja, serve para denominar pessoas, e talvez, cidades, por exemplo. Quanto ao denominativo, tem-se que na doutrina estóica, ele é uma parte da frase independente da do nome. O denominativo remete a qualidades comuns, compartilhadas por vários indivíduos, como homem, cavalo. DT a pesar de fundir apelativo e nome numa mesma classe , está vinculado inegavelmente à tradição estóica. Muitos dos exemplos que emprega na distinção de nome próprio e apelativo são, inclusive, os mesmos que surgem no manual de DIÓGENES da BABILÔNIA, estóico citado por DIÓGENES LAÉRCIO (cf. VII, 58).

Nesse sentido é possível que os alexandrinos como Aristarco e DT não estejam inovando completamente, mas apenas restituindo uma antiga ordem. Teriam sido os estóicos os responsáveis por separar o apelativo do nome, transformando-os em duas partes da frase distintas. Eles teriam sido guiados, nessa medida, pelas diferenças morfológicas e comportamentais entre nomes próprios e comuns (visíveis na flexão, na derivação) (LALLOT, 1989, p. 137ss). Porém a motivação central para essa separação da classe parece ter sido de origem semântica: a necessidade de separar e opor substância comum e qualidade particular. E vale observar que essa consideração de significado é mantida mesmo após da reunificação da classe dos nomes. Não só na

gramática de DT. Mas em toda tradição gramatical posterior esse é o critério basilar evocado na classificação de nomes próprios e comuns.

3.12.4.6.2 Epíteto

Literalmente, 'colocado ao lado', o epíteto é o que hoje se chamaria de adjetivo. Cabe notar que não se trata de uma classe separada da do nome, nem de uma classe cuja definição se apóia exclusiva ou mormente sobre critérios posicionais. Apesar dessa idéia ser a sugerida pelo nome da subclasse e mesmo ela definição dionisiana, o que está em questão é a capacidade de o epíteto qualificar o nome que acompanha. Provavelmente é essa a idéia que DT visa a transmitir ao falar que o epíteto põe-se junto aos nomes de modo **homonímico**, remetendo a qualidades que eles também guardam, ou realçando-as. É claro que pode estar remetendo, por via dessa homonímia, à concordância: nome e epíteto se comportariam dum mesmo modo. De toda forma, há que observar o investimento de DT na caracterização semântica do epíteto. Seu significado parece ser o mais importante aqui.

Os epítetos na gramática antiga podem ser entendidos como os nomes das qualidades. Porém trata-se de uma classe bem mais restrita dos que a atual classe dos adjetivos. Uma adjetivo "possessivo" como *Hektóreos* , literalmente, 'heitoreano', não seria concebido como epíteto, sobretudo porque a base nominal é predominante na visão de DT, e impede mesmo que *heitoreano* seja visto como designativo de uma qualidade, ou característica. Além disso, há que observar que DT restringe o âmbito de atuação significativa dos epítetos: referem-se ao corpo, à alma, ao exterior, somente. Não se inserem no estabelecimento de relações de qualquer ordem, como a de posse ou pertença.

Vale confrontar, ainda, a idéia mais corrente e atual de epíteto, no contexto grego antigo, depreendida das leituras dos clássicos por exemplo, com a que se vê em DT. Aquela remete a uma seqüência apositiva caracterizadora de determinado herói, ou cidade, por exemplo no texto homérico (como *Atena, de olhos glaucos*, ou *Poseidon treme-terra*). Esse epíteto é atribuído e canonizado pelo poeta, mas, apesar de deter um caráter nitidamente adjetival, não é esta especificamente a idéia de epíteto a que recorre DT.

3.12.4.6.3 Relacional

A definição dos relacionais é exclusivamente semântica. Trata-se de nomes cujos sentidos só se fecham, realizam, em relação, necessária e constitutiva dos conceitos. Alguém só passa a ser *pai* a partir do momento que se lhe supõe um filho. Se não há nem houve filho, não há pai. Do mesmo modo, só posso considerar a existência de uma direção à direita de algo, se supuser a existência de uma esquerda. Supor aqui a existência de um referente da relação leva, obrigatoriamente a supor a coexistência do outro.

3.12.4.6.4 Quase-relacional

A relação que define esse tipo de nome é diferente da que se aplica aos relacionais. Os quase-relacionais se envolvem num trabalho de oposição, em que os referentes relacionados não podem coexistir, onde é precisamente o cessamento de um que dá lugar ao outro. Trata-se de, em certa medida, uma relação de complementaridade meronímica: noite e dia são possíveis partes de um mesmo fenômeno, assim como vida e morte.

3.12.4.6.5 Ferônimo[58]

A espécie do ferônimo é concebida a partir da origem dos nomes que a constituem. Parece ser uma espécie na qual se encaixam exclusivamente nomes próprios. O exemplo *Thisámenos* 'vingador' remete ao herói Orestes, vingador da morte do pai, Agamêmnon. E é um nome motivado por essa vingança.

---

[58] Veja-se que não opto aqui por seguir comentando classe a classe dos nomes. Espécies como as dos sinônimo e homônimo dispensam, a princípio, comentários, porque não contam com particularidades históricas destacáveis, nem com peculiaridades comportamentais que não sejam de domínio comum ou explícitas na própria explicação de DT. Há ainda caos são elucidados já nas notas de tradução.

3.12.4.6.6 Diônimo e epônimo

Assim como o ferônimo, diônimo e epônimo vão operar exclusivamente com nomes verificáveis num circuito literário. Os nomes que se encontram nessas três classes, são aqueles que hoje se entenderiam como epítetos de heróis. Trata-se de sintagmas adjetivais, por vezes substantivados, no caso dos epônimos, e nomes próprios no caso do diônimo propriamente dito, sempre atrelados ao um nome próprio de herói ou deus pela tradição, pelos poetas.

3.12.4.6.7 Interrogativos, indefinidos, anafóricos

Cabe observar que os interrogativos, indefinidos, anafóricos se enquadrariam hoje na classe dos pronomes. DT não os imagina, obviamente, como pronomes. Mesmo porque este é para ele um conceito forjado sobre a capacidade de substituir um nome, e no conceito de pronome a noção de nome subjacente é a de nome próprio. E embora trabalhe com a idéia de nomes anafóricos, dêiticos, DT parece deixar de fora delas elementos como *ekeînos*, 'aquele', *hóde, hoûtos,* 'este, 'esse' que não terão lugar em sua classificação das partes da frase. Esses demonstrativos, no entanto, são reconhecidos como pronomes por Apolônio Díscolo (*Pronomes*, 56-64 apud BENEDETTO, 1959, p.109). Seu caráter pronominal não escapa, pois, à Antiguidade, apesar de ignorado por DT. Isso é importante, sobretudo, tendo-se em mente que essas são de uso corrente em lugar das terceiras pessoas dos pronomes pessoais do caso reto: são, pois, perfeitamente adequadas à definição e ao conceito de pronomes do próprio DT.

3.12.4.6.8 Onomatopéicos

A onomatopoiese é , na filosofia antiga, é o engendramento dos nomes, por parte do *poietés*, ('poeta', mas também 'fazedor') (cf. *Categorias* de Aristóteles, 5 A 7). Aqui em DT, no entanto, a onomatopoiese parece referir-se ao nome que **se** faz automaticamente, configurando-se numa massa sonora que imita outra existente na natureza. DT não está, absolutamente, calcando-se sobre a relação "natural" entre língua e mundo, nem mesmo operando sob a influência da imagem do nome

sonoramente mimético às coisas, própria do estoicismo. A onomatopéia de DT parece enxergar uma relação existente na gênese lingüística dos termos em questão, contudo, sem se prender às idéias da *similitude tactus estóica*[59]. DT reconhece, com sua onomatopéia, uma esfera lingüística independente do real, arbitrária. É a partir daí que nomes que fogem a essa arbitrariedade merecem ser tratados como uma classe especial.

3.12.4.7 Diáteses

Ao trabalhar com diáteses do nome, DT está trabalhando com a capacidade de *enérgeia* realização, ação, ou *pathe*, recebimento de efeitos, experienciação detida pela significação dos nomes. Em sua exemplificação vale-se da alternância de sufixo *–tés* para *-tós*, em alguns grupos de substantivos/adjetivos resulta na alteração do referente do agente para o experienciador do resultado da ação (cf. *poietés* o que faz', *poietós*. 'o feito'). E DT não está aqui tratando com particípios, vale dizer. De modo geral, a diátese, (*diathesis* 'disposição'), é aceita pela tradição antiga como um acidente dos verbos, ao observar a diátese dos nomes, DT pode ter partido de uma subliminar comparação entre comportamentos dessas duas partes da frase historicamente admitidas como opostas.

3.13 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 13 – DO VERBO

3.13.1 Modos

Quando trata dos modos, DT se refere às modalidades de enunciação, que caracterizam os tipos de frases. Tal divisão teria sido contribuição do sofista PROTÁGORAS (cf. *Diógenes Laércio* IX 53), que separou as frases em quatro modalidades: desejo, interrogação, contestação e ordem. Os estóicos teriam ampliado ao rol de possibilidades, acrescentando a essas outras modalidades, como a de afirmação, juízo levantando diferenças interrogação e indagação (*Diógenes Laércio* VII, 66 ss). Porém, compreender esses modos ou modulações do dizer como modos do

---

[59] Vide as considerações sobre a etimologia nos Comentário s *ao Capítulo* 1.

verbo parece ter sido uma contribuição Alexandrina. O termo *énklisis*, aqui traduzido por.'modo', parece não ter sido antes utilizado nesse sentido – se se considerar data de realização da *T.* anterior ao século I a. C., DT teria sido o primeiro a usá-lo nesse sentido. (LALLOT, 1989, p.1080)

Énklisis deve remeter a uma função análoga àquela que recobre *ptôsis* na *Poética* de Aristóteles – uma forma de base, que, em Aristóteles, não é outra que não o indicativo, modo da proposição assertiva. Dionísio de Halicarnasso diz que alguns chamam as *énkliseis* de casos verbais, *ptôseis remetikás*. Os escoliastas da *T.* confirmam a empatia entre esses acidentes do nome e do verbo, traçam paralelos entre as categorias caso e modo: são cinco as subdivisões de cada uma, contém elementos que não soa como os outros, são caracterizadas por alterações morfológicas dos finais das palavras. (LALLOT, 1989, p 162).

3.13.2 Infinitivo

O infinitivo é uma forma não pessoal do verbo. Por isso, seria o modo zero, o *apar émphaton*, aquele não exprime coisa nenhuma. Porém, o infinitivo é considerado verbo uma vez que tem tempo e diátese morfologicamente marcada – dois acidentes inerentes ao verbo. Essa é a visão do infinitivo manifesta na antiguidade. O infinitivo do grego antigo, porém não chega a marcar semanticamente tempo de fato. O que se dá é que ele pode se formar a partir de radicais de presente, aoristo, futuro.

3.13.3 Diáteses

O termo *diáthesis* aparece nas *Categorias* aristotélicas (6 b 1) significando a disposição enquanto relação de uma coisa com outra, ou disposição de algo, enquanto seu estado temporário. Esse tensionamento entre relação e qualidade, objeto (exterior) e sujeito (interior) está na base do conceito de diátese apropriado pelos gramáticos alexandrinos. A diátese gramatical indica uma característica do verbo, seu modo de preenchimento, ao mesmo tempo em que se dita o tipo de relação que este terá com outros elementos da sentença, em termos do comportamento morfológico, inclusive.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que *diáthesis* aqui surge em lugar do que correntemente se entenderia hoje por voz verbal. E será ativa, passiva, no mesmo sentido em que o eram as diáteses do nome, ou, ainda, média.

A diátese denominada média, tem o paradigma de conjugação idêntico ao da diátese passiva em formas do indicativo elaboradas a partir do tema de presente, por exemplo, mas formas verbais com radical de aoristo têm diferentes paradigmas de conjugação entre voz média e passiva. Quanto ao sentido da diátese média, tem-se que ela pode significar reflexividade da ação, ou a concomitante realização e sofrimento dos efeitos da ação por parte do sujeito do verbo. Veja-se que a forma média de tema presente (1.ª p.s.) *paidéuomai* pode ser entendida como 'eu me educo' ou 'eu educo para mim, para meu proveito' (posso afirmar isso a respeito da educação de meus filhos, por exemplo). Essa maneira de ver a diátese média como capaz de demonstrar essa ambivalência simultânea da "ação verbal", não é, no entanto, unânime. Ao longo da história se pensou a diátese média como marca morfológica neutra, capaz de indicar, ora atividade, ora passividade. Provavelmente a idéia de que a voz média indica passividade é adveniente da sua indiferenciação morfológica em relação à passiva em muitas formas do paradigma verbal. Essa indiferenciação morfológica não é acompanhada pela sintática, vale dizer.

O termo *mese* 'médio', inclusive, é adotado pela tradição helênica de estudos lingüísticos sempre com a acepção de soma dos opostos, indica o zero resultante dessa soma, nunca o indefinido meio termo entre contrários (COLLINGE, 1963). A diátese é média porque o sujeito, em alguma medida realiza e sofre a ação. E aí se tem claramente que o sentido de *diáthesis* em DT a um só tempo o de tipo de significação do verbo e o de natureza da relação, semântica, e também sintática, entre o sujeito, verbo, demais complementos.

3.13.4 Espécies

As espécies do verbo são as mesmas que as do nome – primitiva e derivada. O paralelismo entre as duas noções de espécie, do nome e do verbo, no entanto, é relativo. Muitas vezes, o sentido do verbo não muda em nada ao se alterar sua espécie. Ou seja: no caso do verbo, as formações derivadas teriam geralmente as mesmas significações das primitivas correspondentes. *Ardo* e *ardeuo*, os exemplos de DT, tem sentidos idênticos, e o mesmo se dá para os verbos em *-mi* derivados dos barítonos E vale lembrar que a noção de acidente implica normalmente uma modificação que afeta todo o signo, significante significado. DT parece estar tratando aqui simplesmente de

mudanças morfológicas que alteram "os finais" dos verbos, colocam-nos em paradigmas de flexão distintos, criando dois verbos a partir de um radical.

3.13.5 Formas

As figuras também são as mesmas para o nome. Aqui a noção de acidente se preserva: quando se anexa ao verbo um prevérbio, o sentido pode de fato muda, pelo menos, no que tange à adição de intensidade ao verbo. Porém é bastante provável que DT não esteja pensando clara a distintamente em prevérbios. Ele parece trabalhar com um paralelo entre as formas de verbos e nomes

A forma simples apresenta como exemplo um verbo sem prefixo (prevérbio), a composta traz o verbo com o prefixo, e a terceira, derivada da composta, é formada a partir dos **nomes** compostos e não dos verbos. Veja-se que o verbo *philippídzo* é simplesmente o formado a partir do nome composto *Phílippos* e quer dizer 'estar do lado de *Phílippos* '.

O critério de distinção não é aí uniforme: a princípio *kataphróno* é tão composto quanto *Phílippos*, se a base de classificação for, ainda que intuitivamente para DT, a quantidade de formantes passíveis de serem independentes na língua. E, se é assim, não há porque o segundo verbo estar na categoria do derivado do composto.

Ao falar nas espécies do verbo, sobretudo na terceira, DT provavelmente está investindo antes numa necessidade de equiparação do tratamento entre verbos e nomes do que propriamente na investigação do comportamento morfossemântico do verbo. DT não pensa na flexão dos verbos.

3.13.6 Números e pessoas

Quanto ao número do verbo, cabe primeiramente notar que as formas verbais de dual – assim como as nominais – são pouco incidentes ao longo da tradição helênica inteira. Mesmo, em Homero, elas não são abundantes. Ao abordá-la, então, DT tem a intenção clara de completar sua abordagem dos números verbais possíveis em GA, fechar o paradigma, provavelmente acima das necessidades didáticas ou descritivas de elementos lingüísticos que seu manual possa ter.

Já no Período clássico, o uso corrente das formas verbais de dual estava completamente extinto (BROWNING, 1983; HUMBERT, 1957). Os gramáticos de modo geral, mesmo os bem posteriores a DT, entretanto, as mantém em seu paradigma. Inclusive, o *Supplementum* IV da *T.* (G.G.I), responsável por elencar todo o esquema canônico da conjugação dos verbos em GA, traz a conjugação do verbo *túpto* com todas as formas duais. Elas são conservadas quase que exclusivamente pela tradição.

Na elaboração de seu conceito de pessoas verbais , DT empenha a idéia das pessoas reais, no ato da enunciação. São os seus papéis que definem as pessoas do verbo. O nome 'pessoa' vem daí, sem dúvida.

3.13.7 Tempos

Krónos pode designar o tempo físico ou o tempo enquanto característica verbal. E isso se dá, provavelmente porque os gramáticos e filósofos coevos a DT. concebiam ambas as coisas como uma e a mesma. Aliás, historicamente, a partir de ARISTÓTELES, a capacidade de significar o tempo passa a ser uma peculiaridade dos verbos capaz de diferenciá-los do nome. Ou seja: obviamente, aqui não é o nome em comum que motiva a confusão entre tempo gramatical e tempo físico, psicológico. Pelo contrário: é a suposição de se estar tratando da mesmo fenômeno que lança sobre o tempo verbal o mesmo pelo qual se evoca o tempo físico.

A ordem da apresentação desses tempos na *T.*, contudo não é a cronológica; o primeiro tempo a ser citado é o presente, o que leva a pensar que ela lhe atribui caráter axial. Mas não enquanto tempo do verbo, enquanto tempo vivenciado, provavelmente. É na imagem mental do tempo físico que o presente é, por assim dizer, o tempo-base, não marcado. Essa indissociação dos tempos cronológico e verbal será forte na tradição gramatical a ponto de suscitar discussões calcadas numa expectativa de relação de representação necessária entre o tempo gramatical e o tempo físico, concebido linearmente, sempre. Um escoliasta de DT chega a argumentar que o tempo, concebido como um completo movimento, não pararia nunca. Desse modo, não haveria presente, e, sendo assim, o presente não poderia constar dentre os tempos verbais (LALLOT, 1989, p. 171).

3.13.7.1 O nome e o tempo

Os nomes dados aos tempos verbais são constituídos, como outros tantos termos da gramática a partir de palavras do uso comum palavras antigas e emprestadas do uso comum, e revelam as primeiras percepções do significado desse tempos. [60]

O presente é designado por, *enestós*, particípio perfeito de *enístasthai* 'aproximar, ser iminente , começar'. O passado é chamado *pareleluthos,* particípio perfeito de *perérkhesthai* 'passar' (tempo). Aparece ao século IV a.C. concorrendo com o particípio de *parélthon*, de sentido parecido enquanto adjetivo. Na *Poética* de ARISTÓTELES aparece em referência ao tempo verbal onde *parélthon* é oposto ao futuro to *méllon,* porém não designa um paradigma verbal particular. O futuro é chamado *méllon*, particípio presente de *méllo* 'estar para'. No neutro substantivado, designa o futuro – tempo físico. O masculino substantivado aplicou-se ao paradigma verbal pelos estóicos.

Aoristo (*aoristós*) é composto do verbo *horídzo* 'delimitar': o aoristo é, pois, o 'não delimitado', 'indefinido'. Nas escolas filosóficas de modo geral denominava as coisas indefinidas, o Indefinido, em oposição ao *horisménos*, 'delimitado , determinado, definido'. Novamente a fixação do termo masculino para designar o paradigma verbal remonta aos estóicos.

O imperfeito, *paratátikos,* também sai do uso filosófico e vai ao gramátical fixado pelos estóicos. É derivado de *parátasis*, extensão espacial ou temporal, continuidade. Os estóicos o empregaram para denominar as formas verbais com valor durativo. O termo se opõe a *suntelikós*, 'terminativo, perfectivo', que é *teleioós* 'completo'.

O adjacente é denominado *Parakeîmenos*, o particípio de *parakesthai* 'estar jazendo junto a'. Este termo foi designado para o tempo que se concebe hoje como o perfeito. A idéia que se tinha do perfeito grego é de algo que está ao lado. Não se tratava, quando da denominação desse paradigma, de por em destaque seu "acabamento" (como no caso da tradução (?) *perfectum*), mas de deixar claro que se referia ao momento que acaba de ocorrer, está grudado ao presente. *hupersuntelikós* é, literalmente, 'sobreperfeito', ou, como a tradição impõe, 'mais-que-perfeito'.

---

[60] Escapa ao objetivo deste trabalho discutir o funcionamento sintático ou semântico das formas do sistema verbal do GA. Desse modo, o que se aborda aqui é apenas a idéia evocada pelos termos que primeiramente denominam os "tempos" do verbo nas primeiras observações gramaticais.

3.13.7.2 Tempos parentes, visão do funcionamento do sistema

O parentesco que DT afirma haver entre tempos verbais pode ser interpretado de duas maneiras. Primeiro se pode crer que tais famílias de verbos não são levantadas, senão por razões morfológicas. Note-se que o imperfeito do GA forma-se a partir do tema de presente, e o mais que perfeito, a partir do de perfeito. E embora não se possa, hoje, dizer que o futuro provém do radical de aoristo, ambos contam com a marca temática *–s-*, o que muitas vezes gera uma semelhança notável[61] entre as formas de aoristo e de futuro[62]. Essa semelhança levou gramáticos antigos, e mesmo bizantinos, a pensar que substantivos advindos dos verbos derivassem do futuro[63]. Na verdade, o aoristo é a forma verbal lexicogênica. Isso atesta que, para esses gramáticos, não há distinção entre algumas formas de aoristo (notadamente o sigmático) e futuro.[64] Supor o parentesco dionisiano entre verbos calcado exclusivamente nas semelhanças morfológicas talvez seja subestimar o potencial de análise lingüística alexandrino. Contudo, tal hipótese morfocêntrica é válida, sobretudo, perante a concentração exclusiva na morfologia verbal manifesta neste capítulo da *T.* Além disso, vale lembrar que é a forma das palavras a guia do pensamento analógico, que pode estar na base dos tempos verbais em famílias.

De outro lado, contudo, é plausível supor outra sorte de motivação para a classificação verbal de DT. Entre os verbos que afirma parentes, enxerga-se uma correlação de comportamento semântico. A teoria estóica dos tempos verbais distinguia dois tipos fundamentais de verbo: os delimitados (*horisménoi*) e os não-delimitados

---

[61] Serão levas em conta ao longo dos comentários deste capítulo as formas ativas do indicativo. É isso, sem dúvidas, o que DT também faz – ele as toma por paradigmáticas.

[62] Em GA há dois temas de aoristo, um assigmático, outro sigmático. Este último se forma basicamente pela adição de sufixo *–sa* à raiz verbal de grau zero. Nem todos os verbos contam com as duas formas de aoristo. Quanto ao futuro, não é completamente correto afirmar que esteja associado ao tema de aoristo sigmático. Embora ambos os tempos costumem apresentar o mesmo grau radical, não era o que ocorria originalmente (a princípio o futuro detinha grau [e]). Além disso, há formas de futuro relacionadas ao tema de presente e outras reduplicadas, associáveis ao tema de perfeito que não se vinculam ao tema de aoristo. (cf. ALFAGEME , 1988)

[63] Um exemplo de tal posicionamento está na discussão da etimologia de *raposóidia.* Há escoliastas que afirmem que esse substantivo provém da forma de futuro *(rapso)* do verbo *ráptein,* como se pode ver nos *Comentários ao capítulo 5*.

[64] A fim de ilustrar as semelhanças morfológicas que podem ter levado DT a conceber o mencionado parentesco entre tempos verbais, vejam-se as primeiras pessoas ativas do paradigma do verbo *túpto*, utilizado no quarto *Supplementum* da *T.*, nos "tempos" do indicativo que DT julga correlatos *:*

Túpto -étupton (presente-imperfeito)
átupsa- túpso (aoristo a- futuro a)
*tétura- etetúrein (*perfeito-maisque perfeito)

(*aópistoi*). Eram considerados delimitados o *paratatikós* (que abrangia o presente e o imperfeito) e também o *suntelikós* (formado pelo perfeito e pelo mais-que-perfeito), enquanto eram não-delimitados o aoristo e o futuro (HUMBERT, 1957, p. 141). E diante disso, evidentemente, pode-se pensar a separação dos tempos de DT motivada pelo comportamento aspectual das formas verbais, concebida sob nítidas influências estóicas.

Note-se que apesar de não possuírem categorias equivalentes perfeitas ao aspecto e ao tempo e de não vislumbrarem qualquer diferença entre eles, os estóicos chegaram a uma compreensão bastante apurada do comportamento do sistema verbal do GA. Trata-se, é claro, duma descrição em linhas gerais, uma vez que não aborda especificidades de uso de cada forma, mas também de um esquema econômico, capaz de abarcar as características mais gerais de cada "tempo". DT, no entanto, concebe esses macrogrupos estóicos de acordo com uma subdivisão, que não deixa de igualmente remontar a uma possível origem estóica, e acaba apontando para distinções de cunho efetivamente temporal entre os constituintes do sistema verbal: os perfectivos e imperfectivos, contam com formas de presente e de pretérito (respectivamente perfeito/mais que perfeito e presente/imperfeito).

Convém observar que o perfeito grego, é predominantemente visto como um *suntéleia enestôas* 'presente acabado'. É inclusive sob essa designação que surge na *Sintaxe* de APOLÔNIO DÍSCOLO. Mas essa não é a única maneira de vê-lo, pelo contrário. O perfeito detém um a significação vária e complexa. Mas, para os contemporâneos de DT, a idéia de presente acabado parece ser a mais importante ou visível. De fato, Uma forma de perfeito como *égnoka* pode ser entendida como 'acabei de compreender', 'já compreendi' ou ainda 'compreendo neste momento'. Quanto ao aoristo e ao futuro, vale notar que o primeiro de fato não carrega, de modo geral, características temporais ou aspectuais, é o tempo não marcado. Atribui eventualmente caráter pontual a determinada ação, em oposição à duratividade do presente. O futuro, por sua vez, é considerado forma não marcada quanto ao aspecto, dotada de marca temporal (ADRADOS, 1992), ou mesmo forma com pendores modais predominantes (HUMBERT, 1957). De toda forma, a separação de DT novamente parece estar trabalhando com uma noção comum, no caso do aoristo e do futuro, a de indefinição, e uma diferencial, talvez também aqui relacionada ao tempo: presente/passado para aoristo, futuro para o tempo homônimo.

Interpretado sob esse viés semântico, o parentesco verbal de origem estóica observado em DT é atual, revalidado pela Lingüística atual. VERNHES (1994), por exemplo, em seu manual de ensino de GA, separa os “tempos” verbais de DT em blocos, de acordo com as características aspectuais desses: perfeito e mais que perfeito estariam caracterizados pelo aspecto perfectivo; presente e imperfeito pelo imperfectivo, e aoristo e futuro formariam o bloco do aspecto zero.

3.14 COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO – 14 DA CONJUGAÇÃO

3.14.1 Posição no texto

A inserção deste capítulo aqui quebra a descrição, até então linear, das oito partes da frase. Ele intercepta um desenvolvimento seqüencial das partes do lógos. Tanto é que diversos escoliastas de DT se esforçam por deixar claro que a conjugação não é uma parte da frase, mas um acidente do verbo (LALLOT, 1989, p.180), o único com direito a um capítulo próprio.

3.14.2 A conjugação

A conjugação é um acidente confinável estritamente nos limites da morfologia e de um exercício da mais típica analogia gramatical :a junção de semelhantes sob o mesmo título, a separação em blocos de elementos com características comuns entre si.

Em gramática, o termo *sudzugía* (literalmente, ‘co-amarração’, de onde *conjugação*) é usado para representar uma classe de palavras com características comuns, a princípio. Aqui, neste capítulo da *T.*, está empregado na designação de conjuntos de verbos que seguem as mesmas regras morfológico-flexionais. Embora essa seja a significação primeira desse termo, ele acaba sendo utilizado, ainda na antiguidade para titular o paradigma da flexão verbal, a lista de formas flexivas do verbo. E é nessa dupla função que passa a tradição gramatical posterior à alexandrina.

Sob uma perspectiva exclusivamente morfológica, a classificação dos diferentes grupos de conjugações dos verbos é fixada através da observação da sílaba final da

primeira pessoa do singular no presente do indicativo ativo. Se esta não detém acento, o verbo é barítono, se é acentuada, o verbo é circunflexo. À parte desse padrão acentua surge a terceira conjugação caracterizada apenas pelo final -mi de se seus verbos na referida pessoa. [65]

Quanto às conjugações propriamente ditas, pode-se afirmar que as dos verbos barítonos são caracterizadas pelas mudanças da consoante do radical verbal (no caso da sétima, pela ausência dela). Essa subdivisão não tem uma motivação unicamente gráfica, mas respeita particularidades fonéticas de cada grupo que se manifestarão nas formação e flexão de certos tempos, como o aoristo e, sobretudo, o futuro. DT pode estar olhando somente para o resultado — o paradigma flexionado do futuro, por exemplo – mas o fato é que consegue dividir os grupo de acordo com suas peculiaridades morfofonológicas.Observe-se a tabela seguinte:

Conjugação	consoante do presente	consoante do futuro
1.ª	b, ph, p, pt	ps
2.ª	g, k, kh, kt	ks
3.ª	d, th, t	s
4.ª	zd, ss	s ou ks
5.ª	l, m, n, r	l, m, n, r
6.ª	-	s

No quadro acima fica claro que DT separou, conscientemente ou não, as conjugações de barítonos de acordo com as peculiaridades fonético-fonológicas das consoantes do radical de presente. Características comuns que lhes garantam um resultado comum quando em contacto com a desinência de futuro, por exemplo, iniciada por –s.

[65] Essas três macro divisões são mantidas, ainda hoje no estudo do GA, embora com outros nomes os verbos nelas encaixáveis são respectivamente, temáticos, contratos e atemáticos. Na verdade a segunda é um desdobramento da primeira uma vez que os contratos são temáticos. Esses três conjuntos passaram a ser entendidos como as conjugações do verbo do GA. E, como se pode notar pelos nomes que receberam, o critério de separação dos verbos muda, embora os elementos (verbos) mantenham –se na mesma separação que em DT. Deixa-se de privilegiar o padrão acentual e passa-se ao morfológico: o que caracteriza essas atuais conjugações é a existência ou não de vogal temática nas formas da flexão e, no caso dos contratos, a contração da vogal existente com as vogais das desinências, criando uma aparente nova maneira de flexão.

Em relação aos verbos circunflexos, a separação de DT, obviamente pela vogal que entra em contacto com as desinências. Depende dessa vogal, é claro, a "aparência" das formas da flexão, porque haverá uma série de coalescências vocálicas ao longo do paradigma, capazes de distinguir efetivamente as três conjugações aqui presentes entre si de acordo com "desinências" (resultantes das contrações vocálicas) que lhes serão peculiares.

É claro que DT separa entre si os blocos que denomina conjugações porque não tem consciência de regras e princípios fonológicos. Se se tem consciência de que é o contacto entre a consoante do radical e a desinência de tempo que altera a aparência gráfica e sonora do verbo no futuro, por exemplo, e se se sabe quais os possíveis resultados morfofonológicos do contacto entre grupos de consoantes distintos, não é necessário, absolutamente, *dividir* o primeiro grupo em sete. Do mesmo modo, pensando em contacto entre vogais, conhecendo os resultados desses contactos, não é necessário supor três subdivisões no segundo grupo. Daí se tem que DT chega a resultados que denotam algum grau de percepção das peculiaridades formais e sonoras da língua, mas, não possuindo ferramentas lingüísticas capazes de possibilitar uma abordagem mais econômica do sistema, propõe divisões sistemáticas baseadas no empirismo, na observação do comportamento da s formas lingüísticas.

Quanto aos verbos em *–mi*, especialmente, ao separá-los em conjugações distintas, DT está abordando, de fato, apenas sua proveniência derivacional. Essas formas em *–mi*, são , de fato, em muitos casos, os equivalentes atemáticos de formas temáticas, inclusive , geralmente têm o mesmo sentido, variando apenas a freqüência de uso. Na flexão dos tempos e modos, todas as quatro conjugações aqui propostas por DT se comportam de modo idêntico– no quesito morfofonológico, não são, pois, na verdade, quatro conjugações, nem de acordo com os critérios dionisianos.

3.15 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 15 – DO PARTICÍPIO

3.15.1 Definindo-se na metalinguagem da ordem

O particípio (do gr. *methoké*, 'participação', 'compartilhamento'), deixa entrever já no nome que recebe, sua duplicidade, seu caráter misto, verbo-nominal. Na *T.*, conta

com uma definição etimologizante, que reforça sua forma e natureza, híbridas do nome o do verbo, não só por seu conteúdo, mas por sua posição no texto. Apresentar o particípio logo após o nome e o verbo é colocá-lo como último elemento de uma tríade, como o composto, que é, dos elementos anteriores. Essa inclusive , vale notar, é uma posição canonicamente ocupada pelo particípio na citação das partes da frase. Apolônio Díscolo (*Sintaxe*, 24,1) vai além na compreensão dessa metalinguagem da ordem de apresentação: a tríade nome-verbo-particípio seria uma construção analógica à tríade ordenada masculino-feminino-neutro. E lembre-se aqui que o neutro é, necessariamente concebido, na teoria lingüística grega, a partir dos outros dois– ele literalmente, não é 'nem um, nem outro', mas a concentração de ambos. Nos dois casos, então, o terceiro termo não é interpretável senão em referência os dois seguintes. Tal dependência é levada ao extremo na filosofia estóica. Esta não fazia do particípio uma parte da frase autônoma, mas tratava-o como uma manifestação do verbo. Os gramáticos teriam sido os responsáveis por fazer do particípio uma parte da frase distinta, e de acordo com PRISCIANO, teria sido TRIFON, ao fim do primeiro século a. C. o primeiro a fazê-lo (LALLOT, 1989, p.186).

3.16 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 16 – DO ARTIGO

O grego antigo tem um artigo definido, anteposto ao nome, com funções equivalentes às do definido em português, e o que se chama aqui de artigo posposto. Este é, na verdade, um elemento lingüístico que exerce o papel de um pronome relativo. Morfologicamente, ambos esses artigos, ante e pós-posto, são praticamente equivalentes. A única diferença entre elas está na tonicidade do artigo posposto, cujas formas, obviamente , são acentuadas. Além disso, no nomimativo singular masculino, a forma do artigo posposto conta com um *s* final, o que não ocorre com a correspondente do artigo preposto. Funcionalmente, o artigo preposto realiza anáfora e dêixis, e o posposto, anáfora, como um pronome, realmente. Veja-se um exemplo de funcionamento de ambos os artigos:

a) ***Ho*** *anêr trékhei.*

O homem corre.

b) *Anèr,* ***hós*** *trékhei, kámnei.*

Um homem, **que** corre, sofre.

O artigo preposto pode surgir antecedendo o nome, o verbo, no caso do *infinitivo* substantivado, e o particípio, devendo concordar em gênero, número e caso com o elemento a que se vincula. Já o pospòsto, que ocupa, por assim dizer, o lugar desses elementos na sentença acaba por concordar com seu referente apenas em gênero e número. Seu caso será aquele demandado pela sintaxe da sentença em que se inserir.

As funções sintáticas, assim como a semântica, desses dois artigos, são, a princípio, bastante distintas. Resta, diante disso, crer que, para compreendê-los numa única classe, DT baseou-se nas fortes coincidências morfológicas, e também naquilo que julgou ser a capacidade comum de ambos, a *articulação* de conteúdos.

3.16.1 O termo *artigo*

Provavelmente, o uso gramatical do termo *árthron*, que, literalmente significa *articulação*, designando, inclusive as articulações dos membros do corpo humano, remonta a ARISTÓTELES (*Poética*, 1457) ou ainda a ANAXIMENES de LAMNPSACO (*Retórica a Alexandre*), seu contemporâneo (KOERNER; ASHER, 1995). Na obra deste último, por *árthron* se entende a articulação de elementos, comum e regular em GA, que forma a estrutura da adjetivação demonstrativa (pronome demonstrativo + artigo), como em *hoútos ho ánthōpos* 'esse homem' (LALLOT, 1989, p. 189). A migração desse termo de uso corrente à esfera dos estudos lingüísticos, por via de uma metáfora anatômica, que se deveria ao fato de o artigo articular em si gênero, número e caso, de maneira que sua forma permita reconhecer os mesmo três acidentes no nome que acompanha. Além disso, é possível também entender que sua designação se deve à sua capacidade de articular novos conhecimentos a outros pré-existentes (anáfora).

Para APOLÔNIO DÍSCOLO (*Sintaxe*, 24, 12 ss.), a qualidade própria, mais característica, do artigo e inerente a ele seria justamente a capacidade de anáfora, que o põe em associação direta e necessária com elementos casuais. Apolônio (idem) chega a definir o artigo como "uma parte da frase da qual dependem todos os casuais". A soma dessa idéia ao ponto de vista estóico sobre o artigo, segundo o qual esse é " é um elemento da frase casual, que distingue os gêneros dos nomes e seus números" (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 58), determina elementos que farão parte da visão gramatical mais genérica e elementar do artigo : ele servirá para desvelar as características dos

casuais eventualmente ocultas, não marcadas pela morfologia. E veja-se que mesmo o artigo posposto é capaz desse funcionamento, no que tange ao gênero, ao número.

O uso do artigo, ou do gênero dele, como espelho do artigo do casual que acompanha e ferramenta universal – e não só dos estudiosos antigos da linguagem.

3.16.2 O caso dos artigos em DT

Ao apresentar as formas dos casos, DT fornece o paradigma singular das formas masculinas e femininas, mas não das neutras. LALLOT (1989, p. 192) atribui tal fato à semelhança entre o conjunto de formas neutras e o das masculinas. Essa, todavia, ao que parece não é a melhor justificativa para tal omissão uma vez que, acima, neste mesmo capítulo, a metodologia de exemplificação opta ou por apresentar formas dos três gêneros, ou apenas a forma masculina. Desse modo, é muito provável que para apresentar os casos, dos artigos, fosse o bastante recorrer à exposição do paradigma masculino. Sobretudo porque é difícil crer que DT aqui estivesse querendo propor qualquer tipo de cânone declinatório. Há ainda manuscritos que trazem, efetivamente, só o paradigma masculino (LALLOT, 1989, p.193). Um fato diante do qual é bem mais provável supor uma posterior emenda incompleta ou a corrupção inicial do texto do que um desejo de economia, manifesto por parte do autor da obra. Se á uma omissão devida talvez ao paralelismo de formas, esta é mais provavelmente a do paradigma das formas do artigo posposto.

No paradigma causal dos artigos, DT propõe a existência de uma forma de vocativo – *ô*. Trata-se, a princípio, daquele *ô* empregado em expressões vocativas como *ô. Phíle* 'ó, amigo'. A admissão desse elemento como uma forma vocativa do artigo não alcança acatação unânime dentre os gramáticos antigos. Conforme APOLÔNIO DÍSCOLO (*Sintaxe* 63,11), TRIFON teria refutado a interpretação de *ô* como vocativo do artigo já no século I a.C., pensando corretamente num ambiente em que a confusão rondava o tratamento dessa forma no meio gramatical. Uma confusão criada pela analogia das formas, cujo posicionamento é comum ao do artigo anteposto, e acirrada pelo contexto lingüístico da *koinê* helenística, em que , sonoramente, o *ô* longo dessa forma vocativa seria pouco distante da forma *ho* de nominativo masculino do artigo. O argumento de Apolônio para excluir a forma *ô* da flexão casual dos artigos é a sua incapacidade de realizar anáfora. Esse *ô* seria, sob seu ponto de vista , um advérbio vocativo.

3.17 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 17 – DOS PRONOMES

O pronome é abertamente apresentado como um a palavra que ocupa o lugar de um nome. Tem, portanto, uma relação estreita com esse:compartilha de seus acidentes, mas conta com um marcante fator diferencial, um acidente em comum com os verbos – a pessoa. A apresentação dessa característica tipicamente verbal funciona como um restritor das classes dos pronomes. Se pela primeira parte da definição era lícito acoplar demonstrativos (como *ekeínos* 'aquele') à classe dos pronomes, a partir dessa complementação, da exigência de pessoa, isso deixa de ser possível.

3.17.1 Pessoas

Ao abordar as pessoas pronominais, DT acaba por apresentar a subdivisão dos pronomes em primários e derivados, cujas formas são, respectivamente, no conceito atual, pronomes pessoais do caso reto e possessivos.

Um ponto específico a ser observado nessa apresentação dionisiana de pessoa é o surgimento de uma terceira pessoa para os primários. Essa pessoa não alcança um uso lingüístico efetivo, ao menos enquanto, de fato, terceira pessoa dêitica, mas constitui-se num apêndice gramática, fruto do *horror vacui* dos analogistas.

Na verdade, a forma *hí* cuja incidência de uso é pouquíssimo freqüente, funciona como reflexivo. Inclusive, do dicionário LSJ, consta enquanto "forma nominativa do reflexivo". Para se ter idéia mais clara de seu funcionamento, observe-se o fragmento abaixo, atribuído a SÓFOCLES e conservado na citação de APOLÔNIO DÍSCOLO (*Pronomes*, 55, 20) abaixo, um dos poucos em que aparece utilizada essa partícula no nominativo.

*hé men **hí** thasson, edós **hí** teikon paidauma*

' Uma diz que é **ela** (mesma), outra diz que é **ela** (mesma)...

Numa situação como a do fragmento acima, o comum seria ver a forma *auté* (um reflexivo, de fato), que talvez SÓFOCLES tenha achado banal. Na edição bekkeriana da Ilíada (XXIV, 608) também surge *hí*, no nominativo aplicada de modo semelhante ao verificado no trecho da tragédia citada. Note-se , porém, que, as formas do plural

nominativo e dos demais casos no singular e plural têm uso bem mais corrente, sempre, no entanto, com acepção reflexiva, não meramente dêitica. O uso de *he*, por exemplo, é tão difundido como o de seu congênere latino *se*.[66]

Na verdade, não há dentre os pronomes – no modelo dionisiano, fique claro – formas reconhecidamente utilizáveis como terceiras pessoas com potencial dêitico, não reflexivas. Na prática, ocupam esse lugar os demonstrativos (na concepção atual).: *autós*, *ekeínos* , que operam na dêixis como na anáfora.

Quanto aos derivados, eles parecem restritos aos possessivos. A tradução dos exemplos surgidos aqui na apresentação da pessoa pronominal é *meu teu dele*.

3.17.2 Gênero

Quando DT fala que o gênero desses pronomes primários não se distingue pelo som, está se referindo à ausência de marcação morfológica de gênero. Esse entendimento deriva, em grande parte, da evidência da marcação de gênero nos pronomes derivados, uma vez que o raciocínio gramatical da obra encontra-se sedimentado sobre a morfologia e a opera mormente com a analogia. DT, no entanto, afirma que o gênero desses pronomes se define pela dêixis que fazem. Uma percepção que não deixa de ser lingüisticamente refinada, uma vez que essa *dêixis* influirá na sintaxe, na concordância de gênero, tanto quanto o gênero marcado *pelo som* da palavra.

3.17.3 Número

Curioso notar o modo como se configura o plural dos pronomes derivados. É um plural de possuídos, nunca de possuidores, assim como o dual. Não se segue, pois, no estabelecimento do plural dos derivados, o modelo do plural primário, em que se vê o justo contrário. DT não elenca nos plurais dos derivados formas equivalentes a 'nosso', por exemplo. A sua orientação parece ser essencialmente morfológica aqui: é sobre

[66] No nominativo, a forma teria sido pouquíssimo usada, uma vez que quase não há registros dela. Porém nos demais casos, ela é comum em Homero, por exemplo. A gramática grega de SMYTH (1984, p.90), ao apresentar o paradigma desses pronomes, deixa em branco a seção onde entraria o nominativo na tabela, mas preenche as demais com as formas correspondentes do genitivo, dativo e acusativo.Ou seja, não reconhece a forma *hi* como parte efetiva do paradigma.

uma equivalência de formas de primitivos e derivados que DT opera nessa exemplificação.

3.18 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 18 – DA PREPOSIÇÃO

3.18.1 A definição

A classe das preposições, na *T.*, surge definida não por qualquer peculiaridade semântica, funcional ou morfológica, mas fundamentalmente por sua relação posicional com as demais partes da frase. E mesmo o nome atribuído ao conceito lingüístico remete a essa localização característica, diante dos componentes do *lógos.* E se é com base num critério de posicionamento que se cunha o nome 'preposição' (*próthesis*), a anteposição necessária deveria, a princípio, ser capaz de particularizar a classe das preposições e distingui-la das demais. Não é exatamente o que ocorre. Tomada como único fator de distinção entre classes de palavras, a anteposição a outros componentes da sentença não conduz a nenhum item específico: pode-se, em última instância, a partir desse critério, chegar a qualquer das partes da frase, uma vez que, nas diversas construções possíveis umas se colocarão diante de outras. E ainda que se cogite a obrigatoriedade da anteposição, surgirá, ao lado da preposição, o artigo, ainda que só o preposto.

Daí se tem que a anteposição não é o traço necessário e suficiente o reconhecimento de uma parte da frase como preposição. Trata-se antes do único ou principal traço comum do comportamento de certo rol de palavras destacável pelo gramático ao colocá-las em um mesmo grupo, configurá-las como uma única e mesma parte da frase. Na definição dionisiana de preposição de DT, tem-se um caso – típico na gramática de DT – de definição autoreferente, que consiste essencialmente na justificativa, ou explicação, do nome aplicado ao conceito lingüístico. De fato, geralmente definições que seguem esse padrão não são bem sucedidas enquanto definições em si, uma vez que não delimitam um objeto, não fornecem características específicas, exclusivas desses. E antes de passar a cobrar da gramática antiga um rigor científico-discursivo que nem a gramática – e mesmo a lingüística – atual consegue tanger – talvez por vinculação ao modelo primordial, ou de simplesmente escusar DT e ver em suas aparentes falhas sua antiguidade, cabe pensar nos reais intuitos dos

primeiros gramáticos. Mesmo porque talvez o que pensamos como definição não seja o que DT espera dela. Os primeiros estudiosos da linguagem na Grécia viviam uma situação de fixação da terminologia.

Além disso o fato de a definição repetir ou amparar o nome do conceito pode ter um efeito menos simplista e ineficaz do que parece. Há uma restrição das operações realizáveis pelo elemento lingüístico que conduz à concepção exclusiva da preposição : ao falar que essa se antepõe a todas as partes da frase, DT menciona uma proeza sintática exclusiva da preposição do GA. Sua atuação vai além do imaginado a partir de um conceito mais corrente de preposição, pois se vincula a outras preposições, a pronomes. Em ***pro**palai*, tem-se a preposição somada ao advérbio; em ***epi**+ei epei*, à conjunção; em ***hiperkata**ébesan* a uma outra preposição.

Veja-se que a preposição de DT pode ser um formante das palavras, como nos exemplos acima, assim como uma partícula independente. Essa bivalência sintática lhe é característica e, inclusive, é o que possibilita a vinculação da preposição a todas as partes da frase.

Ainda quanto ao fato de a preposição poder participar da composição e da sintaxe, há que se pensar que o efeito gráfico de tal comportamento pode parecer nulo no contexto da *scriptio continua*, assim como no da fala. Não é, contudo, o que ocorre. Na composição há a unidade acentual, e, com isso, forma-se uma única palavra. Na justaposição (ou sintaxe), a preposição mantém seu acento próprio, assim como a palavra que a segue.

Tal comportamento sintático, cujas diferenças são detectáveis na fala, gera preocupações nas distinções entre palavras compostas e justapostas por parte dos gramáticos. Na escrita, tais distinções não são perceptíveis e podem gerar ambigüidades. Veja-se o caso de *pranomon*. Essa seqüência pode ser entendida como *parà nómon*, ou como *paranómon*.

Retomando observações de caráter posicional, em situações naturais das quais é possível se aproximar hoje pela prosa, ou pela comédia antigas, o lugar mais imediato ou convencional da preposição é de fato antes do elemento a que se refere, ou cujo caso rege. E considerando-se que a concepção dionisiana da artigo abarca o artigo posposto, a preposição seria, então, realmente, a única parte da frase que se coloca somente diante do elemento a que se vincula. Dizemos **seria**, porque, conforme aparece na própria seção de DT, é possível, na linguagem poética, a realização de

anástrofe, como em *toúton perí*, por *perì toúton* 'acerca dessas coisas'/ 'dessas coisas acerca'. Um efeito estilístico que rompe com o conceito de pré-posição.

3.18.2 A metalinguagem da ordem

Na lista canônica de partes da frase, e, conseqüentemente, aqui na *T.* dionisiana, a preposição é a primeira das partes não flexionáveis, que compõem os três últimos itens dessa lista. Tal locação dos não flexionáveis, em seqüência e ao final da lista não aparece justificada por DT, mas nem por isso deve-se considera-la como fruto do acaso. Essa disposição parece imutável em todos os papiros gramaticais que fornecem listas de parte das frase (LALLOT, 1989, p. 209). A disposição acima pode guiar-se pela seguinte lógica : primeiro surgem as formas dotadas de maior mobilidade, ou , nas palavras de APOLÔNIO DÍSCOLO, mais animadas *'empsykhótata'* (*Sintaxe,* 28,6). As formas imóveis têm uma só forma de "pronúncia", são menos complexas ao ver da tradição antiga, e, mais de uma vez, ao longo de sua história, são tomadas como palavras sem sentido próprio.

3.19 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 19 – DO ADVÉRBIO

O fato de ser *áklito*, 'não flexionável', tem uma importância fundamental no caso do advérbio. Na verdade é uma das características peculiares dessa classe de palavras, cujos critérios de definição apresentados por DT, assim como os da preposição passam por suas relações de posição – ou relação – frente a outras partes da frase, no caso, o verbo. Semanticamente, os elementos lingüísticos integrantes da classe dos advérbios, não têm um comportamento que lhes seja perfeitamente comum. Dentre as subclasses e exemplos de DT , encontram-se desde aquilo que a terminologia moderna entende por interjeições, até adjetivos verbais (como *pleustéon* 'é necessário navegar'). E note que esses últimos não se vinculam ao verbo, ou o acompanham , formam-se a partir dele. A segunda parte da definição também é inexata. Como algo pode ser dito do verbo ou aplicado a ele? Trata-se , aqui novamente, duma definição circular, uma vez que que *epi* (...)*rémati* 'aplicado ao verbo' dá nome ao advérbio, *epirréma*.

Essa pluralidade de sentidos, que não permite vincular um comportamento semântico característico ao advérbio é visível , por exemplo, pelas denominações que obtém ao longo da tradição. Na doutrina estóica, o advérbio era o *mesotés*, 'o mediano', 'o que se põe ao meio' (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 57).

3.20 COMENTÁRIOS AO CAPÍTULO 20 – DA CONJUNÇÃO

3.20.1 Como última parte da frase

A função da conjunção é co-ligar. Isso explica sua posição canônica enquanto oitava parte da frase: ela estabelece relações entre as demais, quaisquer que sejam, liga os *lógoi* distintos. E para que se possa pensar em ligar é necessário, antes apresentar os elementos ligáveis entre si. A idéia de 'ligação', assim como todos os elementos capazes de realizá-la não é em si considerada um elemento, uma parte da frase. Um escólio de DT (SI 515, 19 apud LALLOT 1989, p. 227) traz que "os peripatéticos afirmavam que havia duas partes da frase o nome *ónoma* e o verbo *rhéma*; as outras eles diziam não serem partes da frase, mas apenas nela empregadas para juntar e colar".

Realmente, já em ARISTÓTELES se tem a divisão tripartida da frase: nome/ sujeito, verbo/ predicado, conjunção. E convém notar que, de fato, assim como na distribuição que se vê aqui em DT, as partes não flexionáveis ficam nas últimas posições da exposição. Na *T.* , resta ainda à conjunção a derradeira posição entre todas. A conjunção é, pois, percebida como uma posição limite : num limite da exterioridade. Em verdade, na história dos antigos estudos lingüísticos, a conjunção ocupa uma posição indecisa. Peripateticamente pode-se dizer que algo que ligue as frase não é necessária ou propriamente parte delas[67], mas se coloca entre uma e outra. Na visão gramatical, em que *léksis* pode ser entendida simplesmente como palavra, a concepção da língua elaborada a partir da classificação das palavras em classes força a conjunção, palavra, a se enquadrar dentre as partes da frase, e, ocupar, um lugar dentro dessa. Sendo

---

[67] Obviamente não se trata de uma visão exclusivamente peripatética. Esta é antes uma maneira genérica de pensar a conjunção. APOLÔNIO DÍSCOLO em sua *Sintaxe* (17, 4) dá um exemplo de cada parte da frase dentre da frase, exceto da conjunção. Ele alega que, se o fizesse,estaria transpondo os limites da frase *(lógos)* em si.

assim, a conjunção, que não pode se por fora da frase, é locada em seu limiar. A possibilidade da equivalência *méros lógou- léksis* é decisiva aí.

3.20.2 A definição dionisiana

A despeito dos problemas decorrentes da fixação desse trecho do texto, e escolhida a lição ser seguida, resta analisar a definição que a conjunção no manual de DT. Quanto à primeira parte dela, tem se que conjunção "com-junge" pensamentos. Uma típica definição circular, etimológica, como outras ao longo da obra, e com a mesma função: explicitar a razão da denominação. No caso da conjunção esse pode ser um esforço bastante justificado

Essa ligação relaciona-se com a ordem '*táksis*' dos formantes do *lógos*. Isso indica que a conjunção, não só deve ocupar sintaticamente um lugar específico, ou co-ordenado na frase, como também que **ela** ordena os elementos que junta, de acordo com o tipo de relação semântica – e obviamente sintática –que estabelecerão entre si. Na construção canônica "se a, então b", não há equivalência de sentido ao se inverter a ordem dos termos: "se b, então a". Inclusive, essa atenção para o detalhe da ordem, pertinente para algumas conjunções, é motivo de crítica, já na antiguidade (LALLOT, 1989) à definição dionisiana. Há os que olham pontualmente para as outras conjunções, como as aditivas, diante das quais essa colocação não faz sentido, uma vez que são indicativos de soma, e, logo, não têm o resultado de sua operação semântica alterado se trocada a ordem. Ora, talvez essa segunda interpretação de ordem seja de fato secundária, suplementar. *Táksis* correlaciona-se a *suntáksis* e, então, a ordem de que fala a definição é a de encaixe entre sentenças, entre os elementos da sentença a da disposição da própria conjunção. Ela organiza o enunciado complexo.

Da definição dionisiana de conjunção, no entanto, escoliastas tiraram a imagem de um autor contraditório para a *T.* : primeiro DT diz que as conjunções apenas ligam, depois, que esclarecem (ILDEFONSE, 1998). Porém, uma coisa está estreitamente relacionada à outra. É possível que as conjunções esclareçam o sentido oculto das sentenças na medida em que significam ao tecer relações entre elas. Se tomadas em separado, as sentenças dizem uma coisa. Seu conjunto, sem as ligações eficientes (as conjunções), continua com sentido oculto, estão omitidas os tipos de relação lógica entre enunciados. E assim, a expressão só tem seu sentido as claras quando

preenchidas as lacunas das conjunções. A conjunção preenche as lacunas de sentido da expressão a natureza da relação ente uma sentença e outra, o que lhes apode alterar completamente o sentido.

De fato, uma leitura literal da definição dionisiana pode sugerri que a conjunção "revela a lacuna da expressão". BARATIN (1989 a, p. 37) pensa que o vazio, a lacuna aí seria exatamente a relação lógica que existe implícita ou tacitamente entre enunciados e que pode ser de implicação, contrariedade e que é demonstrada posta às claras pela conjunção. Realmente uma questão de encadeamento lógico.

Obviamente, a definição da conjunção como mero 'juntador' não a define suficientemente ou não estabelece suficientemente o conjunto das conjunções. O artigo pospositivo por exemplo, une duas frases. O elemento *consignificação*, que aparece em APOLÔNIO DÍSCOLO (*Sintaxe*, 59) como um elemento semântico inerente ao comportamento lingüístico da conjunção, do artigo, e da preposição não surge na T. Trata-se de partes da frase que não podem ser empregadas sozinhas, que só tem significado se em ligação em participação com as demais. Seu valor se define em função do contexto.

Um escólio (9 283,20 apud LALLOT, 198, p. 232) argumenta que, em verdade o nome conjunção é adequado, como não seria simplesmente o uso de *desmos 'junção'*. Isso porque é necessário co-ligar frases, pensamentos. Não se trata, pois, de mera junção: ninguém considera um enunciado ,válido, coerente, algo como *eu corro* **e.** Desse modo a palavra que é a conjunção não simplesmente (se) liga à sentença, mas conjunta duas delas.

3.20.3 Subclasses da conjunção

A divisão em subclasses de conjunções, tanto em número, como em nomes varia muito de autor para autor. Isso quer dizer, antes de mais nada, que, na Antiguidade, o conjunto de representantes das conjunções não está fechado, ou mapeado a contento. Se em DT têm-se nove subclasses, em DÍSCOLO, por exemplo, esse número se estende para quinze. Indispensável, porém, lembrar diante desse fato que a) APOLÔNIO faz um estudo monográfico de conjunções (*De conjunctio*) e b) trata-se de classes em formação em definição e redefinição continua, como se tem visto ao longo do presente trabalho.

Essa concisão, manifesta por DT, na divisão de subclasses pode sem dúvida remeter ao contexto de aproveitamento dos manuais gerais de gramática, como a *T.* Eles são tradicionalmente materiais de consulta e conservação de dados elementares, para uma prática em algum aspecto escolar e que investem no panorama, nos conhecimentos mais correntes e requisitados. Para LALLOT (1989, p.273), no entanto, esse conjunto mínimo de subclasses denota a data de formação desse trecho da *T.* Sua elaboração seria imediatamente posterior à formação da concepção da classe das conjunções. Listas pequenas, para ele, são sinal de não desenvolvimento do assunto. LALLOT, contudo, se esquece que não são fixos os conteúdos gramaticais na antiguidade. Embora transmitidos numa tradição relativamente fechada, eles podem muda de acordo com o autor ou o tipo de obra em que se inserem. As *tékhnai* tendem à síntese, e, frente a isso, o encurtamento da lista pode ter sido uma intervenção em prol de alguma sorte de economia. Quanto a origem e datação dessa lista, o que se pode afirmar com certeza é que possui origem estóica inegável. Em DIÓGENES LAÉRCIO (VII, 71-76), se vê uma lista de conjunções complexas que coincide com a lista encontrada em DT.

Cabe finamente notar que a noção contextual de mudança semântica nas classificações das conjunções é evidente: as subclasses representariam as *dúnamis* 'forças, poderes' das conjunções – suas forças expressivas, entenda-se.

3.21 CONSIDERAÇÃO FINAL: UMA NOTA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DA *T.*, SUAS POSSÍVEIS FUNÇÕES, SUA INFLUÊNCIA

Ao longo desse trabalho,foram levantadas várias questões sobre a conformação da *T.* e do gênero manual de gramática. Mais de uma vez, por exemplo, se falou em metalinguagem da ordem. Essa metalinguagem, nada mais é do que uma maneira de expor os conteúdos gramaticais que deixa ver o que se pensa sobre eles e suas interrelações. Explique-se: o manual de gramática, enquanto um gênero da produção intelectual, optou por mimetizar a ordem de formação do *lógos* na exposição de seus componentes: No âmbito dos níveis infralexicais, isso resulta no começo, típico nesses manuais ao longo da história, pela observação dos sons da língua – os elementos seqüenciados e as sílabas, ou a fonologia. Quanto aos níveis lexicais, desnecessário dizer que as partes da frase resultam na abordagem morfológica dos itens da língua, também canônica nas gramáticas escolares. Além disso, na gramática de DT, e na tradição antiga verificada após o século I a. C. de modo geral, a ordem de exposição

das partes da frase diz muito sobre sua relação e importância. Veja-se que o nome é a primeira parte justamente porque é, na cultura lingüística helênica, a de maior importância. Do mesmo modo, como já se viu, as partes *áklitas*, não declináveis são as partes com menos capacidade explícita de significar. Servem para arranjar as demais entre si, não têm vida própria, e ficam pois, nas últimas posições.

Isso é a um só tempo um expediente organizacional, lógico, um recurso didático e um truque mnemônico. Talvez seja mesmo possível afirmar que esse formato se deve, ainda que parcialmente, ao uso acadêmico desses manuais de gramática. Observe-se que nesse sentido, diversos outros comportamentos do texto de DT apontam para seu cunho "escolar", sua preocupação ou origem didática. O texto é pontuado por explicitações de quantidades: afirma-se todo o tempo coisas como são cinco os modos, são três as diáteses verbais. Esse cômputo das quantidades, se por um lado ;é supérfluo para a análise dos conteúdos gramaticais em si, é parte de um contexto de prática mnemônica, típico na escola antiga, (cf. MORGAN, 1995; MARROU, 1990), mas não só nela. Se alguém sabe que determinada seqüência a ser decorada tem três componentes tende a organizar seus recursos mentais de modo a tentar fechar a tríade. Do mesmo modo, no capítulo da pontuação, encontram-se prováveis resquícios da prática escolar erotemática, que consistia na fundamentação de um estudo num conjunto de perguntas e respostas, o famoso questionário. No capítulo 2, no mesmo sentido, vê-se uma repreensão ao mau leitor em tom professoral.

Quanto à sintaxe, pode-se afirmar que uma das vias de incorporação dela ao gênero anual de gramática (uma vez que o manual de DT não a aborda) é a abordagem dos vícios e virtudes da linguagem, que ganha fôlego no contexto latino de estudos gramaticais antigos. Essa abordagem consistia em destacar trechos de obras literárias que ou continham exemplos de bons usos da concordância, por exemplo, ou se valiam de licenças poéticas que rompiam com os padrões de correção da língua.

De toda forma, se o manual de DT em si não é o único modelo difusão do gênero 'gramática escolar' é, sem dúvida um bom representante do formato. E se não é, de fato, a primeira gramática do Ocidente, se não assume o *status* de criador de uma ciência ou gênero, é o manual que mais influencia, e de modo definitivo, a prática gramatical do Ocidente, desde os primeiros gramáticos latinos (cf. Law, 1995).

4. APÊNDICE – TRADUÇÃO DO *SUPPLEMENTUM* I DA *TÉKHNE GRAMMATIKÉ* – SOBRE A PROSÓDIA

Os acentos são dez: agudo ´ , grave ` ,circunflexo ^, macro ¯ ,braquia ˘, denso ‘ , suave ’ , apóstrofo ’ , hífen ‿ , hipodiástole ͵ . Agudo como em *Zeús*, grave como em *Pàn*, circunflexo, como em *Pûr*, macro como *Hēra*, braquia como em *găr*, denso como em *rêma*, suave *como em* *ártos*, apóstrofo como em *hos ephat'*, hífen como *pasi‿mélousa*, upodiástole como em *Diá d'ouk ékhen , hédumos húpnos.*

Os acentos dividem-se em quatro : pela força (tom), pelo tempo, pelo sopro, pelo efeito. Pelo tom, há três – agudo, grave, circunflexo – , pelo tempo, dois – macro e braquia – , pelo sopro, dois – denso e suave-, pelo efeito, três - apóstrofo, hífen, hipodiástole.

O agudo tem três lugares: oxítono, paroxítono, que também chamada de barítono, e proparoxítono também penúltimo barítono chamado. É denominado oxítono aquele que tem ao fim o agudo, como *kalós*, *sophós*, *dunatós*. Paroxítono é chamado aquele que, uma sílaba antes do fim, tem o agudo, como *Ioánnes*, *Pétros*. Proparoxítono é chamado aquele que a duas sílabas do fim tem o agudo, como *Gregórios*, *Theódoros*. O circunflexo, tem dois lugares: o circunflexo (*perispómeno*) e o properispômeno. Circunflexo é aquele que, no final tem o circunflexo, como *Thomâs*, *Loukâs*. Properispômeno é aquele que, uma sílaba antes do fim, tem o circunflexo, como *kêpos*, *dêmos*.

O grave é um acento silábico, isto é, recai sobre a sílaba que não tem o próprio tom. É colocado sobre o fim. Mas para que não sejam completamente rabiscados os livros, hoje, não é mais usado.

Para o mácron e a braquia, não há hoje muito uso.

O denso se põe sobre uma letra vogal densa, como ἡμέρα *heméra* , ὅρα *hóra,* e nas < letras> semelhantes a essas. Do mesmo modo suave se põe sobre as letras vogais suavizadas, como ἔγραφον *égraphon*, ονομα *ónoma.* As vogais são sete: a, e, e, i, o, u, o .

O apóstrofo é usado quando, em prol do bom som, desaparece a letra da vogal. Duas vogais em uma palavra, como em *oukh'hoútos*, tomado em vez de *oukhí hoútos.*

Em prol do bom som, desaparece o *i* e no lugar dele surge o apóstrofo. Do mesmo modo, em situações semelhantes.

O hífen se põe quando duas palavras devem ficar juntas, na mesma função, como *philó theos*, *arkhi strátegos*, e o mesmo para as semelhantes.

A diástole é usada quando há pausa entre palavras ou elas devem aparecer separadas, como *estin áksios* (é valoroso). Entre o *n* e o *a*, vai a diástole para que o leitor não diga, em vez de *estin áksios*, *esti náksios* (é náxio), isto é, nascido em Náxio.

*

*   *

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUD, Ana. **Historia y teoria de los casos**. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

ALBINI, U. **Lirici Greci**. Milano: Garzanti, 1990.

ABERCROMBIE, D. **Elements of General Phonetics**. Edinburg: Edimburg University Press, 1967.

ADRADOS, F. R. **Nueva sintaxis del griego antiguo.** Madrid: Gredos, 1992.

AGOSTINHO. **Confissões.** Porto: Porto Editora, 1977.

ALFAGEME, I. **Nueva gramatica griega**. Madrid: Colóquio, 1988.

ALLEN, W.S. **Acent and Rhytm-prosodic Features of Latin and Greek**: a Study in Theory and Recontruction. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

ALTHENRIETH, G. **A Homeric Dictionary**. Norman: University of Okahoma Press, 1958.

APOLLONIUS DYSCOLE. **De la construction**. Notes et index par J. LALLOT. Vv. 1, 2. Paris: J. Vrin, 1997.

ARISTÓFANES. **As nuvens**. Lisboa: Inquérito, 1984.*

_____. **Os cavaleiros**. Lisboa: Inquérito, 1989.

ARISTOTLE. **Poetics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

ARISTOTELES. **Categorias**. Porto: Porto, 1978.*

ATHERTON, C. What Every grammarian knows?.**Classical Quarterly,** n. 46, pp. 239-260. 1996.

AUBRETON, R. **Introdução a Homero**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1956.

AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

AX, V. Aristarch und die “Grammatik”. **Glotta**, LX, ½

_____. Quadripertita ratio: Bemerkungen zur Gechicte eines aktuellen Kategoriensystems (adiectio detractio transmutatio Immutatio). **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of ingistics in the classical period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

BARATIN, M. L'identité de la pensée et de la parole dans l'ancien stoïcisme. **Langages**, n. 65, 1982.

_____. La constituition de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

_____. La maturation des analyses grammaticales et dialectiques. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989 a.

_____. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

BARATIN, M. et DESBORDES, F. La "troisiéme partie" del'ars gramática. **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of Linguistics in the Classical period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

BOLGAR. R. R. **The Classical heritage and its beneficiaries**. Cambridge: Cambridge University Press,1954.

BENEDETTO, V. DI. At the origins of greek grammar. **Glotta,** n. 68, 1990.

_____. Dionisio Trace e la techne a lui attribuita. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**. Ser.11, n.27. 1958.

_____. Dionisio Trace e la techne a lui attribuita. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**. Ser.11, n.28. 1959.

BERRETTONI, P. Per un' archeologia del discorso grammaticale sul comparativo. **Histore, Épistémologie, Langage**, n. 22/1, 2000.

BLANK, D. L. Apollonius and Maximus on the order and meaning of the oblique cases. **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of ingistics in the classical period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

___ . Remarks on Nicanor, the Stoics and the Ancient Theory of Puntuation. **Glotta,** n. 61, 1983.

BRITANNICA ENCICLOPAEDIA.v Dionysius Thrax. London. Britannica, 1964.

BROWNING, R. **Medieval and Modern Greek**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CAUJOLLE-ZASLAWSKY. La scholie de Stephanos . Quelques remarques sur la theorie des temps du verbe attribuée aux stociens. **Histoire, Epistémologie, Langage**, VII-1, 1985.

CHANET, Anne-Marie. Maxime Planude, localiste?. **Histoire, Epistémologie, Langage**, VII-1, 1985.

CHANTRAINE. **Dictionaire etimologicque de la langue grécque.** S/d, s/l.

CHARPIN, F. L'écletisme et le dáveloppement de la grammaire hellénistique et romaine: les unités du discours. In: JOLY, H. (org.). **Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité**. Bruxelles: Ousia, 1986.

CLACKSON, J. The Techne in Armenian. In: **Dionysius Thrax and the Techne Grammatike**. Münster: Nodus,1995.

COLLART, J. (org). **Varron, grammaire antique et stylistique** latine. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1978.

COLLINGE, N. E. Dionusios anmalos?. In: **Dionysius Thrax and the Techne Grammatike**. Münster: Nodus,1995.

_____. The Greek Use of the Term 'Middle' in Linguistic Analysis. **Word.** New York, n.° 19, 1963.

COLOMBAT, B. L' adjective historique et typologique: Presentation. **Histoire, Epistémologie, Langage, 14/I**, 1992.

DAIN, A. **Traité'de métrique grecque**. Paris: Klincksieck, 1965.

DESBORDES, F. la langage sceptiquee: notes sur le *Contre les grammariens* de Sextus Empiricus. **Langages**. 65, 1982.

_____. *Elementa*:: Remarques sur le rôle de lescriture dans la linguistique antique. In: JOLY, H. (org.). **Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité**. Bruxelles: Ousia, 1986.

_____. Les idées sur le lanage avant la constituition des disciplines spécifiques. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

_____. LA rhétorique. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

DIOGENES LAERTIUS. **Lives of eminent Philosophers**. V2. Cambridge: Harvard University Press. s/d.

DONNET, D. La place de la syntaxe dans les trait;és de grammaire grecque, des origines au XII siècle. **L'Antiquité Classique.** Bruxelles, XXXVI, 1967.

DYCK, A.R. The glossographoi. **Harvard Studies in Classica Philology**. v. 91. Harvard: Harvard University Press, 1987.

EBBESEN. S. Les Grecs et l'ambiguïté. In: ROSIER I. (org.). **L'ambiguïté** : cinc études historiques. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1988.

EGLI, U. Stoic Syntax and Semantics . **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The History of Lingistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

EURÍPIDES. **Hypolitus**.Cabridge: Harvard University Press, s/d.

ERBSE, von H. Zur normativen Grammatik der Alexandriner. **Glotta**. LVIII ¾.

GAMBARARA, D. Lórigne des noms et du langage dans la Grèce ancienne. In: AUROUX, S (org.). **Histoire des idées linguistiques**. V.1. Liege: Pierre Mardaga, 1989.

GUERRA, A. G. **Manual de métrica griega**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1997.

HAAS, W de. **A Formal Theory of Vowel Coalescense**: a Case Study of Ancient Greek. Dordrecht: Foris, 1988.

HOFFMANN, O et alii. **Historia de la lengua griega**. Madrid: Gredos, 1986.

HOMER. **Iliad.** *V.1,2.* Cambridge: Harvard University Press., 1999.

_____. **Odyssey**. Vv. 1,2. Cambridge: Harvard University Press., 1998.

HOOKER, J. T. (org). **Lendo o passado**: do cuneiforme ao alfabeto, a história da escrita antiga. São Paulo: Edusp/ Melhoramentos, 1996.

HUMBERT, J. **Syntaxe grecque**. Paris: Klincksieck, 1957.

ILDEFONSE, F. L'absence dês complétives de l'analyse grammaticale antique? **Histoire, Epistémologie, Langage**, 22/I, 2000.

___. Perception et discours dns l'ancien stoicisme. **Histoire, Epistémologie, Langage**, 14/II, 1992.

___. **La naisssance de la Grammaire dans l'antiquité grecque**. *Paris*: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.

_____. Petite histoire de la *metabasis*. **Histoire, Epistémologie, Langage**. Paris. XX, fasc. 2, 1998.

IOPPOLO, A. M. **Aristone di Chio e lo stoicismo antico.** Napoli: Bibliopolis, 1980.

JAMAL, A. ELAMRANI. **Logique aristotélicienne at grammaire arabe**: étude et documents. Paris: J. Vrin, 1983.

JOLY, H. (org.). **Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité**. Bruxelles: Ousia, 1986.

JULIEN, J. Mode verbal et *diathesis* chez Apllonius Dyscole. **Histoire, Epistémologie, Langage**, VII-1, 1985.

KASTER, R. A. Islands in the stream: the grammarians of Late Antiquity. **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of Linguistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

_____. **Guardians of language** *:* The Grammarian and society in Late antiquity. Berkeley: University of California Press, 1997.

KEMP, A. The Technē grammatikē of Dionysius Thrax. Translated into English **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of Linguistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

KOERNER, E.F.K.; ASHER, R.E (eds.). **Concise History of the Language Sciences**: from the sumerians to the cognitivists. Cambridge: Pergamon, 1995.

KROLL, W. **Historia de la Filología Clásica**. Barcelona: Labor, 1953.

KÜRSCHNER, W. Questions of *Terminology* in a German Translation of the Techne Grammatike of Dionysius Thrax. In: SWIGGERS, P. ; WOUTERS, A (orgs.). **Ancient Grammar**: content and ontext. Leuven: Peeters, 1996

_____. Die Lehre des GrammatikersDionysius (Dionysius Thrax , *Techne Grammatike* – Deutsch). In: SWIGGERS, P. ; WOUTERS, A (orgs.). **Ancient Grammar**: content and ontext. Leuven: Peeters, 1996

LALLOT, Jean. La description des temps du verbe ches trois grammairiens grecs (Apollonius, Stephanos, Planude). **Histoire, Epistémologie, Langage**, VII-1, 1985.

_____. **La grammaire de Denys le Thrace**: traduction annotée. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

_____. L'adjectif dans la tradition grammaticale grecque. **Histoire, Epistémologie, Langage**, 14/I, 1992.

_____ . "Affinités" entre les cas chez les grammairiens grecs. **Histoire, Epistémologie, Langage**, 20/II, 1998.

_____. Grammatici certant: vers une typologie de l'argumentation *pro et contra* dans la question de l'autenticité de la *Technè.* In: **Dionysius Thrax and the Techne grammatike**. Münster: Nodus, 1995.

LAW, V. Late latin grammars in the early middle ages: a typological history. **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of Linguistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

_____. The Techne and grammar in the Roman World. In: **Dionysius Thrax and the *Techne Grammatike***. Münster: Nodus,1995.

_____. The Mnemonic Structure of Ancient Grammatical Doctrine. In: WOUTERS, A; SWINGGERS, P. (eds.). **Ancient Grammar : content and context. Orbis Suplementa** . Peeters: Leuven, 1996.

LIDDELL. H. G.; SCOTT. R.; JONES, H. S. **A Greek-English lexicon**. Oxford: Claredon Press, 1996.

LO PIPARO, F. Le théorème de phytagore dans a linguistique grecque. **Histoire, Épistémologie, Langage**, 22/1.2000.

MATTAIOS, S. *Kúrion ónoma*: Zur Geschichte eines grammatischen terminus. In: In: SWIGGERS, P. ; WOUTERS, A (orgs.). **Ancient Grammar**: content and ontext. Leuven: Peeters, 1996

MARROU, H. -I. **História da educação na Antigüidade**. São Paulo: EPU, 1990.

MORGAN, T. Dionysius Thrax and the educational uses of grammar. In: **Dionysius Thrax and the Techne Grammatike**. Münster: Nodus,1995.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional.** São Paulo: Hucitec/ UNB, 1987.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. Araraquara: Unesp, 2002.

OLSON, D. TORRANCE, N. **O mundo no papel.** São Paulo, Ática, 1997.

OVÍDIO. **Ars amatoria / a arte de amar**. São Paulo: Ars Poética, 1992.

PAPYROLOGY. <http.///www.iau.arts.kuleuven.bc/actan.pap-EDAD>. acesso em 24.2.2003.

PFAFFEL,W. Wie Modern war die Varronische Etymologie?. **Historiographia linguistica XIII: 2/3. The history of Linguistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/Philadelphia, 1986.

PFEIFFER, R. **Historia de la Filología Clásica:** desde los comienzos hasta el final de la época helenística. Madrid: Gredos, 1968.

PLATÃO. **Diálogos: Teeteto, Crátilo**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. *

_____. Górgias. **Obras completas.*** Madrid: Gredos, 1987.

_____. Sofista.* **Obras completas.*** Madrid: Gredos, 1987.

* Todas as obras assinaladas com o asterisco tiveram foram consultadas , no original grego, no acervo de textos do *Thesaurus linguae graecae* , versão 'd ' , 1995, e versão 'e', 1999. Disponíveis ambas em CD-rom.

PLUTARCH. **Moralia**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

POWELL, B. B. **Homer and the origin of the greek alphabet.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

QUINTILIAN. **Institutio oratoria**.vv1-4. Cambridge. Harvad University Press, 1996.

REINACH, T. **La musique grecque**. Paris: Payot, 1926.

REYNOLDSL. D.; WILSON, N. G. **D' Homère a érasme**: a transmission des classiques grecs et latins. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1991.

RIJKSBARON, A. The treatment of the greek middle voice by the Ancient Grammarians. In: JOLY, H. (org.). **Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité**. Bruxelles: Ousia, 1986.

ROBINS, R. H. The development of the word class system of the european grammatical tradition. **Foundation of language.** v. 2, 1966.

_____. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro : Ao livro técnico, 1983.

___. The autenticity of the *Technē:* The *status quaestionis.* In: **Dionysius Thrax and the *Techne Grammatike*.** Münster: Nodus,1995.

_____. The Initial Section of theTechene Grammatike. In: SWIGGERS, P. ; WOUTERS, A (orgs.). **Ancient Grammar**: content and ontext. Leuven: Peeters, 1996

ROOIJ, M. van. Stoic etymologies in Varro's *De lingua latina.* In: SWGGERS, P; WOUTERS, A. (orgs.) **Le langage dans l'Antiquité**. Leuven:Peeters, 1990.

SAENGER, P. A separação entre palavras e a fisiologia da leitura. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (orgs.) **Cultura escrita e oralidade.** São Paulo: Ática, 1997.

SANDYS, J. E. **A shor history of classical scholarship**: from the sixth century B. C. to the present day. Cambridge: Cambridge University Press, 1915.

SALMON, V. Some reflections of Dionysios Thrax 's "Phonetics"in Sixteenth-century ENGLISH Scholarship. In: **Dionysius Thrax and the Techne Grammatike**. Münster: Nodus, 1995.

SCHNEIDER, J. Les concepts fondamentaux et la terminologie des traités orthographiques. **Histore, Épistémologie, Langage**, 22/1.2000.

SCHENKEVELD, D.M. Stoic and peripatetic kinds of speech act and the distinction of grammatical moods. **Mnemosyne**, v XXXVII, fasc. 3-4, 1984.

_____. The stoic ΤΕΧΝΗ ΠΕΡΙ ΦΩΝΗΣ. **Mnemosyne**, v. XLIII, fasc. 1-2, 1990.

_____. Development in the study of ancient linguistics. **Mnemosyne**, v. XLIII, fasc. 3-4 , 1990.
_____. Linguistic theories in the retorical Works of Dionysius of Halicarnassus. In: **Glotta.** n. 61, 1983.

___ . Why no part on syntax in the greek school grammar? Solecisms and education. **Histore, Épistémologie, Langage**, 22/1.2000.

___. The linguistic contents of Dionysius' Παραγγέλματα. In: **Dionysius Thrax and the *Techne Grammatike*.** Münster: Nodus, 1995.

SEXTUS EMPIRICUS. <http://www.utexas.edu/philosopherssources/ongrammar.3 html.> acesso em 17 6 2002.

SIEBENBORN, E. Herkunft und entwicklung des termins technicus ΠΕΡΙΟΔΟΣ:En Beitrag sur Frage von Fachterminologien. In: **Historiographia Linguistica XIII:2/3. The history of Linguistics in the Classical Period**. John Benjamins : Amsterdam/philadelphia, 1986.

SMYTH, H. W. **Greek Grammar**. Harvard University Press, 1984.

SWIGGERS, P.; WOUTERS, Langues, situations linguistiques at réflexions sur le langage dans l'Antiquité. In: _____ (orgs.) **Le langage dans l'Antiquité**. Leuven:Peeters, 1990.

_____. La *Technê grammatikê* de Denys le Thrace: une perspective historiographique nouvelle. **Orbis**. 37, 1994.

_____. A. Tékhne et empeiría: la dinamique de la grammaire grecque dans l'Antiquité à la lumiére des papyrus gramaticaux . **Lalies** 15 pp.83-101, 1995.

_____. Content and context in (tranlating) Ancient Grammar. In: _____. (orgs.). **Ancient Grammar**: content and ontext. Leuven: Peeters, 1996

ŠKILJAN ,D. Trauction "rétrospective" et traduction "prospective"des textes Grammaticaux anciens. In: **Histoire, Epistémologie, Langage,** v. XXII, fasc 2 , 2000.

SPINA, L. Le *voci* dei grammatici. **Histoire, Epistémologie, Langage**, XXII, 2, 2000.

TAYLOR, D. J. Rethinking the history of language science in classical antiquity. In: **Historiographia linguistica XIII:2/3. The history of Linguistics in the Classical Period.** John Benjamins : Amsterdam/philadelphia, 1986.

THESAURUS LINGUAE GRAECAE. Versão e. cd rom, 1999.

THOMSEN, G. **Historia de la lingüística. Barcelona**: Labor, 1945.

TRAGLIA, A. Etimologia et sinonimia in Nigidio Figulo. In: COLLART, J. **Varron, grammaire antique et stylistique latine.** Paris: Société'd'édition Les Belles Lettres, 1978.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Brasília Editora. UNB, 1999.*

UHLIG, G (ed.). **Dionysii Thracis ars grammatica**. Grammatici Graeci I, 1. Bibliotheca Teubneriana. Lipsiae: Teubner, 1883.

UHLIG, G (ed.). **Supplementum I**. Grammatici Graeci I, 1. Bibliotheca Teubneriana. Lipsiae: Teubner, 1883.

VARRO **De lingua latina**. v v 1, 2. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

VERNHES, J.-V. **Ερμαιον**. Initiation au grec ancien.Paris: Orphis, 1994.

VERSTEEGH, K. latiitas hellenimos, 'arabiyya'. . In: *Historiographia linguistica XIII:2/3. The history of ingistics in the classical period.* John Benjamins : Amsterdam/philadelphia, 1986.

VERVAECKE, G. *Logodaídaloi:* la critique du langage dans la Gréce classique. In: SWGGERS, P; WOUTERS, A. (orgs.) **Le langage dans l'Antiquité**. Leuven:Peeters, 1990.

_____. Borrowing and influence : Greek grammar as a model. In: SWGGERS, P; WOUTERS, A. (orgs.) **Le langage dans l'Antiquité**. Leuven:Peeters, 1990.

WEST, M. L. **Introduction to Greek Metre**. Oxford: Claredon press, 1987.

WOUTERS, A. Dionysius Thrax'Definition os the *lógos* and P. Yale.I 25. **Orbis.** Louvain, XXIV, n.1, 1975.

_____ Dionysius Thrax on the correptio attica. **Orbis.** Leuven, v. 36, 1993.

___. The grammatical papyri and the Techne Grammatike dof Dionysius Thrax. In: **Dionysius Thrax and the *Techne Grammatike*.** Münster: Nodus, 1995.

_____. Les conjonctions dubitatives: la définition (originale) de la *Techné* retouvée?. **Histoire, Epistémologie, Langage**, 22/II, 2000.